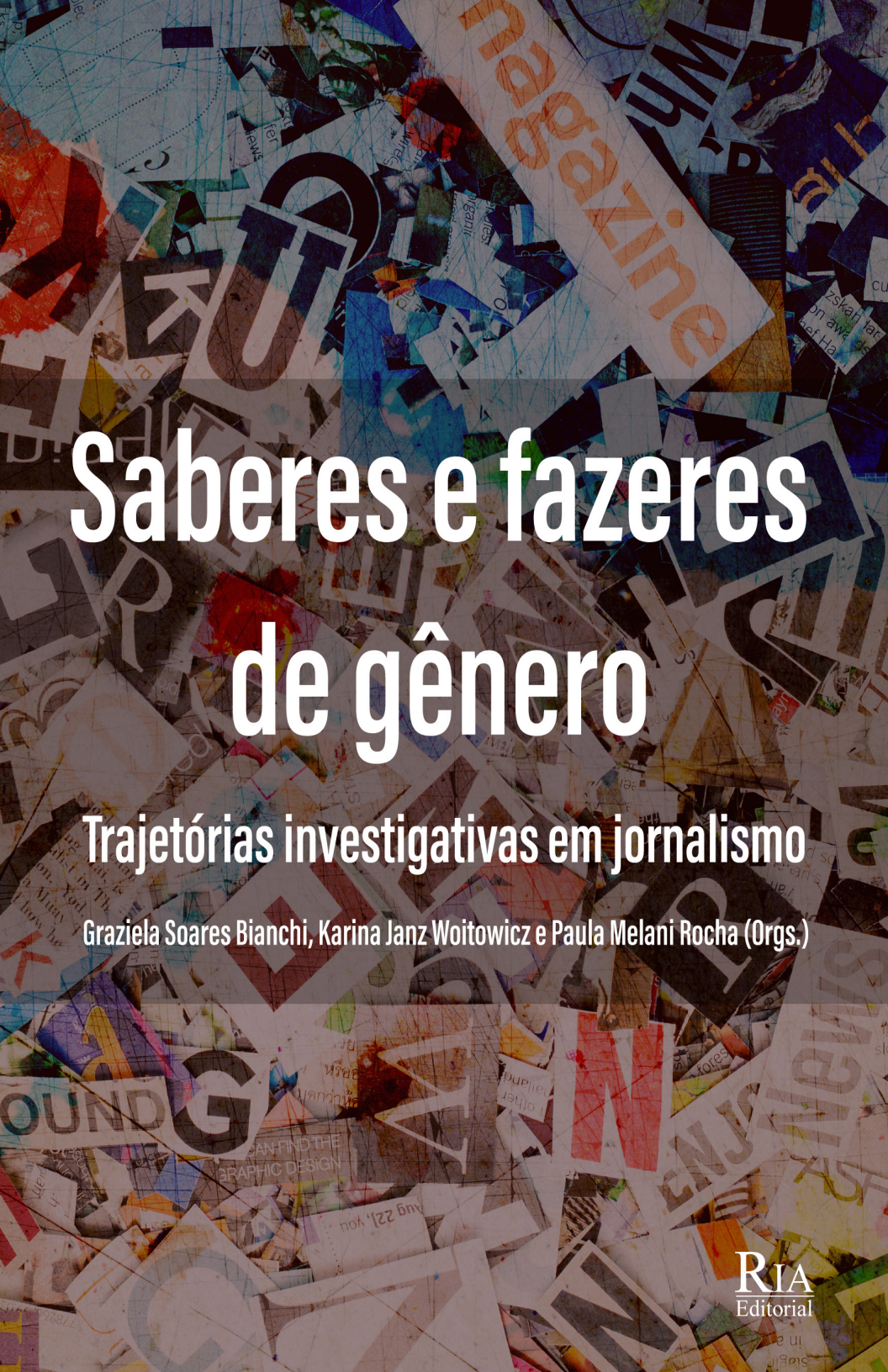


Saberes e fazeres de gênero

Trajetórias investigativas em jornalismo

Graziela Soares Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (Orgs.)

RIA Editorial

SABERES E FAZERES DE GÊNERO: TRAJETÓRIAS INVESTIGATIVAS EM JORNALISMO

Organizadoras | Graziela Soares Bianchi
Karina Janz Woitowicz
Paula Melani Rocha

Prefácio: Dione O. Moura

Ria Editorial – Comité Científico

Abel Suing (UTPL, Equador)
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
Andrea Versuti (UnB, Brasil)
Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)
Carlos Arcila (Universidad de Salamanca, Espanha)
Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)
Diana Rivera (UTPL, Equador)
Fatima Martínez (Universidad do Rosário, Colômbia)
Fernando Gutierrez (ITESM, México)
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Brasil)
Hernán Yaguana (UTPL, Equador)
Jerónimo Rivera (Universidad La Sabana, Colombia)
Jesús Flores (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)
John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)
Joseph Straubhaar (Universidade do Texas - Austin, Estados Unidos)
Juliana Colussi (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)
Koldo Meso (Universidad del País Vasco, Espanha)
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)
Lorenzo Vilches (UniversitatAutònoma de Barcelona, Espanha)
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Marcos Pereira dos Santos (Univ. Tec. Federal do Paraná - UTFPR e Fac. Rachel de Queiroz (FAQ), Brasil)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)
Maria Eugenia Porém (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)
Mauro Ventura (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)
Octavio Islas (ITESM, México)
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)
Osvando José de Morais (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)
Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil)
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil)
Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo - USP, Brasil)
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil)
Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Copyright ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©charles taylor - stock.adobe.com (arquivo nº 115656782).

Design capa: ©Denis Renó

ISBN 978-989-9220-33-1

Título: Saberes e fazeres de gênero: trajetórias investigativas em Jornalismo

Organizadoras: Graziela Soares Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha

Prefácio: Dione O. Moura

1ª edição, 2025

Esta obra tem licença Creative Commons ***Attribution-NonCommercial-NoDerivatives***, sendo que qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

RIA
Editorial

riaeditora@gmail.com
http://www.riaeditorial.com

ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

O livro foi avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dra. Maria Cristina Gobbi, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

> Com um tema atual e necessário para os estudos em Comunicação, o livro *'Saberes e fazeres de gênero: trajetórias investigativas em Jornalismo'* promove a memória científica do país, subvertendo as lógicas hegemônicas que envolvem a área e inspirando futuras gerações em torno de temáticas e interesses na pesquisa sobre estudos de gênero, no campo do Jornalismo.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Alex Dolgan

Amanda Aparecida Grzebielucka

Amanda Lima Crissi

Anna Vitória Cuimachowicz Vieira

Carina dos Reis

Catalina Restrepo Diaz

Catharina Iavorski

Elaine Barcellos de Araújo

Enaira Schoemberger

Ester Roloff

Florencia Cremona

Indianara Priscila dos Santos

Jaqueline Andriolli Silva

Karina Janz Woitowicz

Lina Maria Patricia Manrique Villanueva

Mara Ferreira Rovida

Maria Vitória Carollo Ritter

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Paula Melani Rocha

Paula Silveira-Barbosa

SUMÁRIO

Prefácio 10
Dione O. Moura

Apresentação 14
Graziela Soares Bianchi
Karina Janz Woitowicz
Paula Melani Rocha

PARTE 1
DIÁLOGOS EPISTEMOLÓGICOS ENTRE JORNALISMO, ESTUDOS DE GÊNERO E PRÁTICA PROFISSIONAL

1| Descolonizar gênero e raça nas práticas jornalísticas sul-americanas: uma luta contra as múltiplas opressões 29
Florencia Cremona

2| Jornalistas e Cientistas – experiências em diálogo na pesquisa comunicacional 39
Mara Ferreira Rovida

3| Imprensa Lésbica: bastidores da pesquisa e reflexões cinco anos depois 67
Paula Silveira-Barbosa

4| Dinâmicas na feminização do jornalismo pela perspectiva de gênero: afrontamentos e enfrentamentos das jornalistas no exercício profissional 90
Alex Dolgan
Amanda Aparecida Grzebielucka
Paula Melani Rocha

5| Mulheres jornalistas sob ataques: violências de gênero e riscos na cobertura política brasileira durante o Governo Bolsonaro 116
Catharina Iavorski

6| Violências contra jornalistas mulheres: cartografia dos dados e estudos internacionais de 2020 a 2024 145
Ester Roloff
Paula Melani Rocha

7| Mulheres à Parte: experiências de jornalistas que abandonam a profissão no Brasil entre 2012 e 2017 170
Anna Vitória Cuimachowicz Vieira

Parte 2
Jornalismo, resistência feminista e discursos de gênero

1| Comunicar desde la resistencia: el rol político del periodismo feminista en Colombia 197
Lina Maria Patricia Manrique Villanueva
Catalina Restrepo Diaz

2| Jornalismo feminista e independente no Cone Sul: olhares de gênero nas práticas de ativismo na web 220
Maria Vitória Carollo Ritter
Karina Janz Woitowicz

3| O discurso transformador do jornalismo feminista na defesa do aborto legal 239
Enaira Schoemberger

4| As epistemologias feministas no jornalismo: um olhar sobre três portais na Cobertura Eleitoral de 2022 264
Jaqueline Andriolli Silva

5| Fortalecimento comunitário, direitos das mulheres e comunicação popular: um relato das ações extensionistas do projeto Alô, Mulheres! na Ocupação Ericson John Duarte 291
Amanda Lima Crissi
Elaine Barcellos de Araújo
Indianara Priscila dos Santos
Karina Janz Woitowicz

6| Quem fala sobre o feminicídio na Revista Donna? Uma análise de sujeitos e temas a partir da Lei nº 13.104/2015 com base no GMMP 312
Carina dos Reis

7| Quando a imagem encontra estereótipos de gênero: caso Daniel 333
Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Sobre as autoras e os autores 363

Índice Remissivo 371

Prefácio

Sobre tetos de vidro, pisos pegajosos e alvoreceres

Dione O. Moura[1]
Universidade de Brasília

Os estudos de gênero chegaram tardiamente no campo da Sociologia e somente um pouco mais adiante chegaram aos estudos de Comunicação, Jornalismo e áreas afins. Como qualquer dimensão da história da ciência e do pensamento científico essas demoras não são fruto do acaso.

Se trouxermos as figuras clássicas do *glass ceiling*/teto de vidro ou do *stick floor/*piso pegajoso, figura aplicada à profissão e carreira de mulheres no mundo do trabalho, veremos que, por incrível que pareça, há também um teto de vidro para os próprios estudos sobre gênero e jornalismo (assim como para gênero e outros campos de

1. Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/Projeto Cartas para o Amanhã, vigilância comemorativa – Lélia Gonzalez/Rede Antonietas de Pesquisa em Jornalismo da SBPJor

conhecimento). E da mesma forma, pasmemos, há pisos pegajosos para estudos de gênero e jornalismo (ou outros campos de conhecimento). Como isso se daria?

O que visualizaremos quando trazemos a imagem de tetos de vidro, figura de linguagem que a Sociologia da Ciência utiliza para definir os tetos/limites invisíveis (por serem de vidro, logo transparentes) a bloquearem a ascensão das mulheres em nossas carreiras profissionais, adotarmos uma licença poética e aplicarmos a imagem do teto de vidro para os próprios estudos de gênero?

Perceberemos os guetos nos quais os paradigmas dominantes que definem o que seja *hard science* e *soft science*- mesmo dentro do campo de jornalismo (mas também em outros campos) - estabelecem uma quase invisível escala de valores na qual.... tchan tchan... os estudos de gênero definitivamente não são considerados top de linha das *hard sciences*!

Bem, e se também tomarmos a figura do piso pegajoso, oriundo da mesma forma da Sociologia da Ciência, e costumeiramente aplicada à imagem de que uma mulher (ou também outra identidade de gênero socialmente discriminada) ao ingressar em uma empresa/instituição, ficará essa pessoa simbolicamente presa ao chão da empresa, pois o piso é pegajoso, no sentido sócio-histórico. Não são oferecidas condições objetivas propícias para que essa pessoa em situação de gênero minoritária tenha qualquer tipo de ascensão. Ou o fará em alta sobrecarga.

E como seria o piso pegajoso aplicado não somente à carreira das identidades de gênero minorizadas, mas aos estudos de gênero em si? Da mesma forma como no teto de vidro, avistamos os paradigmas

dominantes – o que não é o caso do livro que aqui prefaciamos – a achatarem os estudos de gênero, a insistirem que se recolham a um nível de quase invisibilização – sem muitos arroubos, digamos. De modo que não incomodem, que se conformem ao piso pegajoso fixado pelos paradigmas cegos à sociohistória. Dos paradigmas que concebem o mundo das ideias esvaziado de seres que são atores sociais com suas histórias e direito à diferença, inclusive de gênero.

Contudo, no alvorecer dos tempos surge também a perspectiva interseccional, que tudo avista, até mesmo, os enlaces da sociohistória que nos dizem e nos significam antes mesmo de nascermos, enlaces que nos posicionam, muitas vezes, dentre camadas sobrepostas de exploração. Contudo, não só de exploração alimenta-se a sociohistória, pelo contrário.

Esse alvorecer não é também fruto do acaso, nada é, afinal. E é desse não naturalístico, dessa dimensão eminentemente social do saber e do fazer de gênero, da potência investigativa do jornalismo, que brota a presente brilhante coletânea organizada pelo trio de pesquisadoras Graziela Brianchi, Karina Woitowicz e Paula Melani.

Leitora, leitor, mergulhe nessa obra que traz reflexões epistemológicas tanto quanto estudos de caso e relatos históricos – muitas vezes daquela história que poucos querem falar, a história das comunidades minorizadas.

Todas e todos podem esquecer de grupos e comunidades minorizadas, inclusive por preconceito de gênero - muitas vezes materializado até mesmo nos estudos de jornalismo, por exemplo. Podem, mas não devem. E a presente coletânea assim o comprova.

Apresentação

Encontro de saberes na pesquisa e na produção em Jornalismo

O livro *Saberes e fazeres de gênero: trajetórias investigativas em Jornalismo* é resultado de muitas mãos, que ao longo dos últimos anos se entrelaçaram para construir um trabalho colaborativo que tem como diferencial o foco nos estudos de jornalismo e gênero, em diálogo com perspectivas interseccionais. É apenas parte de uma ação que acontece no dia a dia da universidade, entre pesquisas de graduação, de pós-graduação e iniciativas extensionistas e que se fortalece com parcerias com pesquisadoras dentro e fora do país que contribuem para o desenvolvimento de ideias e de projetos.

Por isso, nos referimos a esta obra como um encontro de saberes. Um encontro que está na base do surgimento do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que começa suas atividades em 2010 reunindo professoras e estudantes interessadas em problematizar as desigualdades de gênero no jornalismo, analisar as produções midiáticas e também refletir sobre caminhos e alternativas para um jornalismo mais plural

e humanizado. De um grupo de estudos que conecta preocupações comuns, projeta-se o desafio de fazer pesquisas de forma sistemática e integrada, enquanto no país ainda são incipientes os espaços de produção e difusão dos estudos de gênero em jornalismo.

Com a criação do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Jornalismo (PPGJor) em 2013, as pesquisas se expandiram para as dissertações e oportunizaram a ampliação de temas e a integração entre estudantes em diferentes níveis de formação, da iniciação científica ao mestrado e aos estudos de pós-doutorado. Do total de 65 pesquisas de mestrado concluídas em um período de dez anos, entre as primeiras defesas em 2015 até o momento, dez envolvem aspectos vinculados às questões de gênero e seus desdobramentos. Outras três dissertações recentes defendidas (que se encontram em processo de inserção na base de dados da instituição) se somam ao levantamento, totalizando 13 estudos – o equivalente a quase vinte por cento dos trabalhos realizados junto ao PPG Jornalismo[1]. As abordagens contemplam uma diversidade de temas, problemas e objetos, concentrando-se principalmente em questões ligadas à participação das mulheres na pesquisa e na profissão jornalística, perspectivas históricas envolvendo estudos de gênero e jornalismo e análises de coberturas de meios hegemônicos e independentes sobre eleições, aborto, feminicídio, sexualidade, entre outras. Parte dos resultados destas pesquisas está representada neste livro, com a participação de pesquisadoras que compartilham os principais resultados das investigações em textos reveladores das inquietações e das descobertas que

1. As pesquisas foram orientadas pelas professoras Paula Melani Rocha, Karina Janz Woitowicz, Graziela Soares Bianchi e pelo professor Felipe Simão Pontes.

envolvem os estudos de jornalismo e gênero desenvolvidos junto ao PPG Jornalismo da UEPG.

O fortalecimento do grupo de pesquisa repercutiu também na incorporação de demandas ligadas às questões de gênero na grade curricular do curso de graduação em Jornalismo, no conteúdo ministrado nas disciplinas do mestrado e também nas parcerias com movimentos sociais e coletivos que defendem os direitos das mulheres e dos grupos minorizados. Foi com esse propósito de articulação entre a universidade e setores da sociedade que em 2012 o grupo de Jornalismo e Gênero realizou a primeira edição do Colóquio Mulheres e Sociedade, um evento de extensão voltado à discussão sobre as relações de desigualdade e à proposição de ações voltadas à defesa de direitos e à dignidade das pessoas atravessadas por marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras. A partir da segunda edição do evento foi criado um espaço interdisciplinar para apresentação de trabalhos científicos que acolheu pesquisas da UEPG e de diversas outras instituições, do Brasil e do exterior. Nos últimos anos, com periodicidade bianual, o Colóquio conta com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília e com da Rede de Pesquisa Antonietas: Jornalismo, Gênero e Interseccionalidades da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), além de estabelecer parcerias com movimentos da cidade que atuam na luta coletiva pelos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+.

A palavra parceria, portanto, é também representativa da trajetória de 15 anos do grupo de Jornalismo e Gênero e se revela nas ações realizadas em projetos, pesquisas em rede, eventos, publicações

e orientações conjuntas. Alguns resultados das trocas e do trabalho colaborativo marcaram a identidade do grupo e se tornaram referência para o desenvolvimento de investigações, como as pesquisas sobre riscos e traumas de jornalistas, experiências de jornalismo no ambiente digital, profissionalização e história do jornalismo feminista. Para contemplar essas articulações sustentadas pelo grupo, este livro traz colaborações de algumas pesquisadoras de distintas instituições – do Brasil, da Colômbia e da Argentina - que de algum modo contribuíram e contribuem para as ações de pesquisa e difusão científica a partir do diálogo com o grupo.

É importante registrar ainda o modo como a prática da extensão se integra ao percurso do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, articulando estudos com demandas sociais. O projeto Elos - Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã nasce do desafio de se contrapor aos debates em torno da 'ideologia de gênero' que avançavam em meio às forças conservadoras no país a partir de 2015, com impacto nas políticas municipais de educação. Diante das restrições ao debate de gênero, o projeto assume o propósito de realizar discussões que perpassam gênero e direitos humanos no ambiente escolar por meio de atividades de formação e iniciativas de produção de jornais em colégios públicos da cidade. Com início em 2017, o Elos mantém um site (https://elos.sites.uepg.br) e suas respectivas redes sociais para dar suporte à produção jornalística voltada aos direitos humanos em diferentes formatos e promove oficinas e eventos para capacitar o acesso à produção jornalística e provocar reflexões sobre temas atuais que envolvem os direitos humanos. Até o momento, foram estabelecidas parcerias com o Colégio Estadual Professor Meneleu Almeida Torres,

o Colégio Estadual Regente Feijó, o Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá, o Colégio Estadual Senador Correia e a Escola Estadual Halia Terezinha Gruba (Centro Integral de Atenção à Criança – CAIC) para a realização de oficinas de pauta, diagramação, fotografia, produção de textos, produção de áudios e podcasts, entre outras abordagens, sempre prezando pela relação dialógica e colaborativa entre os agentes envolvidos.

O projeto se consolidou como espaço de formação e articulação com determinados setores da sociedade, mantendo parcerias que fortalecem o debate e a atuação em defesa dos direitos humanos a partir da perspectiva de gênero. É o caso das produções em audiovisual realizadas em parceria com a ONG Renascer, que atua junto à comunidade LGBTQIAPN+ de Ponta Grossa, que resultou no documentário "Sobre Vivências Travestis" (Elos UEPG, 2022)[2], que trata das primeiras travestis de Ponta Grossa, Débora Lee e Fernanda Riquelme, suas lutas e ativismo. Outros vídeos produzidos pela equipe extensionista – sobre cotas para ingresso na universidade, direito à moradia e trabalho social de instituições – reafirmam os elos do projeto com a comunidade local.

Foi a partir da atuação do Elos – em produções jornalísticas sobre o direito à moradia e apoio a campanhas solidárias junto à ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa, comunidade que abriga atualmente cerca de 350 famílias - que outro projeto de extensão dedicado especificamente às mulheres se desenvolveu: "Alô Mulheres!" - O empoderamento de mulheres da ocupação Ericson Duarte em Ponta

2. Elos UEPG. (2022, novembro 23). *Sobre Vivências Travestis* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=YA7TRjbdAKc

Grossa via práticas sociais de comunicação na instrumentalização da garantia aos direitos humanos e do cumprimento de políticas públicas, aprovado no edital Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança da Fundação Araucária e realizado entre fevereiro de 2023 e fevereiro de 2025. O projeto contou com uma equipe transdisciplinar (Jornalismo, Direito, Serviço Social e Estudos da Linguagem, além de parcerias pontuais com outros cursos e com o Movimento Popular de Luta – MPL Ponta Grossa) que atuou no desenvolvimento de duas frentes de trabalho – formação de lideranças e apropriação das tecnologias - para fortalecer ações voltadas à melhoria das condições de vida na ocupação Ericson Duarte e ao fortalecimento da participação cidadã das mulheres no contexto local. Foram realizadas rodas de mulheres com diálogos sobre direitos e autocuidado e oficinas voltadas ao registro da trajetória e do cotidiano da ocupação com a utilização de recursos de foto, áudio e vídeo e redes sociais, sempre com base em princípios da comunicação comunitária, conforme descrito em capítulo que integra a presente coletânea.

As experiências aqui mencionadas buscam oferecer uma base sobre a articulação entre ensino, pesquisa e extensão tendo o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero como espaço mobilizador de iniciativas que conciliam reflexão teórica e atuação junto a grupos e comunidades direta ou indiretamente relacionados com questões de gênero. Interessa perceber que a origem e o fundamento do grupo ao longo do tempo situam-se na ação sintonizada com interesses coletivos e na valorização de práticas emancipadoras que envolvem a produção do conhecimento e as iniciativas de intervenção social.

Este é o terceiro livro produzido pelo grupo de Jornalismo e Gênero da UEPG e segue o mesmo propósito de agregar pesquisas

da área que têm como foco temas, problemáticas e objetos relativos aos estudos de gênero. Segue, portanto, o percurso das coletâneas *Marcas & Discursos de Gênero: Produções Jornalísticas, Representações Femininas e Outros Olhares* (publicado pela Editora UEPG em 2014)[3] - organizada pelas professoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha com textos resultantes de estudos e discussões que atravessaram o Colóquio Mulheres e Sociedade entre os anos de 2012 a 2014 – e *Gênero, Mídia & Lutas Sociais: Percepções Críticas e Experiências Emancipadoras* (publicado pela Editora UEPG em 2017)[4] – organizada por Graziela Soares Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha com reflexões em torno dos estudos de mídia, participação no mercado jornalístico, representações de gênero, lutas por direitos humanos e iniciativas voltadas à cidadania das mulheres. Os livros, publicados nos formatos impresso e e-book, são resultantes de contribuições ao evento organizado pelo grupo e somam também colaborações de pesquisadoras(es) sobre temas que revelam proximidade com a temática das coletâneas.

No presente livro, a proposta volta-se ao registro de algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo de Jornalismo e Gênero, que envolvem projetos de iniciação científica, dissertações, trabalhos de pós-doutorado e experiências de extensão. Somam-se ainda participações de pesquisadoras que mantêm vínculos com as ações

3. Woitowicz, K. J., & Rocha, P. R. (Orgs.). (2014). *Marcas e discursos de gênero: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares.* Editora UEPG. https://www.editora.uepg.br/ebooks/ebook-marcas-e-discursos-de-genero-producoes-jornalisticas-representacoes-femininas-e-outros-olhares

4. Bianchi, G., Woitowicz, K. J., & Rocha, P. R. (Orgs.) (2017). Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipadoras. Editora UEPG. https://www.editora.uepg.br/ebooks/genero-midia-lutas-sociais-percepcoes-criticas-e-experiencias-emancipadoras-ebook

investigativas e os eventos realizados pelo grupo, pela relevância dos temas abordados e pelo reconhecimento pela parceria. No total, são 14 capítulos divididos em duas partes que agregam afinidades temáticas e interesses em torno da pesquisa e da atuação jornalística na área de estudos de gênero.

A primeira parte, intitulada "Diálogos epistemológicos entre jornalismo, estudos de gênero e prática profissional" traz um conjunto de sete capítulos que apresentam como eixo de reflexão questões epistemológicas dos estudos de gênero em jornalismo e aspectos da experiência profissional na área, seja pela observação das violências e desigualdades, seja pelo desafio de subverter as lógicas hegemônicas que envolvem o campo. A pesquisadora Florencia Cremona apresenta o debate em torno de gênero e poder em dois momentos distintos de sua trajetória ao longo de dez anos, indicando linhas de pesquisa em comunicação que elucidam as múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres e propondo o desafio de descolonizar a prática como caminho para transformar as relações de gênero e raça.

A pesquisadora Mara Ferreira Rovida faz uma defesa da potencialidade do jornalismo como área do conhecimento a partir da valorização de experiências de pesquisadoras-jornalistas. A autora dedica-se a registrar a atuação de jornalistas que se tornaram pesquisadoras como protagonistas de um saber/fazer específico do jornalismo. O capítulo de autoria da pesquisadora e fundadora do Arquivo Lésbico Brasileiro, Paula Silveira-Barbosa, apresenta um relato de pesquisa que evidencia os bastidores do processo de investigação que a levaram a conhecer profundamente a trajetória da imprensa lésbica no Brasil. A partir de um diálogo entre jornalismo e história, a autora apresenta registros e também elabora o conceito de Imprensa Lésbica,

afirmando sua contribuição aos estudos de jornalismo e gênero e, ao mesmo tempo, apontando desafios para a pesquisa sobre lesbianidades.

O livro traz também textos resultantes de projeto de pesquisa sobre riscos, traumas e resiliências no exercício do jornalismo, desenvolvidos sob a coordenação da professora Paula Melani Rocha, vinculado aos estudos globais do Grupo de Pesquisa em Educação e Trauma em Jornalismo (JETREG). O capítulo de autoria de Alex Dolgan, Amanda Aparecida Grzebielucka e Paula Melani Rocha discute os ataques a jornalistas mulheres durante a atividade jornalística e os desdobramentos na saúde das profissionais. O estudo traz o recorte da judicialização como estratégia de ataque visando interromper a prática profissional por parte das profissionais e ancora-se em dados de organizações que se dedicam ao tema. A pesquisa de Catharina Iavorski, por sua vez, teve como objetivo analisar casos de violência contra mulheres jornalistas na editoria de política durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), valorizando testemunhos de experiências profissionais. Em uma perspectiva qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro jornalistas, tendo como eixos de análise aspectos sobre perfil, violência e consequências da violência para as profissionais. Também o capítulo de Ester Roloff e Paula Melani Rocha se dedica ao tema das violências contra jornalistas mulheres, com ênfase na cartografia dos dados e estudos internacionais de 2020 a 2024, oferecendo um retrato dos temas, metodologias e reflexões presentes nas pesquisas.

O último capítulo da primeira parte do livro, de autoria de Anna Vitória Cuimachowicz Vieira, analisa experiências de jornalistas que abandonam a profissão no Brasil entre 2012 e 2017, considerando

influências históricas, sociais, de gênero e de mercado. Com base em entrevistas com profissionais, evidenciam-se problemas como dupla jornada, assédio e desigualdades salariais, mostrando que a profissão segue marcada por marcadores de gênero e crises institucionais enraizadas na sociedade patriarcal.

Com o tema "Jornalismo, resistência feminista e discursos de gênero", a segunda parte da coletânea apresenta experiências de jornalismo feminista e com perspectiva de gênero no Brasil e em países da América Latina e também analisa discursos e representações de gênero. O capítulo de autoria das pesquisadoras Lina Maria Patricia Manrique Villanueva e Catalina Restrepo Diaz traz uma cartografia de iniciativas de jornalismo digital feminista na Colômbia e sistematiza reflexões sobre o tema a partir de entrevistas com jornalistas, lideranças feministas e acadêmicas especialistas. Com enfoque qualitativo, são combinadas técnicas de pesquisa baseadas no levantamento de dados e nas entrevistas para compreender o fenômeno da resistência feminista no jornalismo.

Também no contexto latino-americano, o texto de Maria Vitória Carollo Ritter e Karina Janz Woitowicz analisa os portais independentes de jornalismo alternativo e feminista de países do Cone Sul - *LatFem*, *Cotidiano Mujer*, *Informativo Mujer* e *La Otra diária* - com o propósito de compreender sua atuação em defesa dos direitos das mulheres e na luta contra o conservadorismo. Os resultados envolvem a identificação de temas, a abrangência e as características do conteúdo dos portais para a luta feminista nos distintos países que compreendem o estudo. A pesquisa de Enaira Schoemberger, resultante de sua dissertação de mestrado, investiga o papel do jornalismo independente feminista na

defesa dos direitos ao aborto legal no Brasil e na Colômbia e contribui para compreender como narrativas alternativas no jornalismo contribuem para dar visibilidade às questões reprodutivas das mulheres.

Também com foco no jornalismo feminista, o capítulo de Jaqueline Andriolli Silva propõe uma análise crítica da cobertura jornalística sobre mulheres na política a partir das epistemologias feministas, especialmente negras e interseccionais. Com base na experiência de realização de uma pesquisa de mestrado sobre a cobertura das eleições de 2022 em portais feministas, o capítulo resume a análise de enquadramento de 49 publicações dos portais *Catarinas, Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia.* Como resultado do percurso metodológico adotado, são oferecidas possibilidades de análise dos *frames* a partir de um viés interseccional.

A experiência extensionista ancorada nos estudos de gênero é tema do capítulo de autoria de Amanda Lima Crissi, Elaine Barcellos de Araújo, Indianara Santos e Karina Janz Woitowicz. A partir da sistematização das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão Alô, Mulheres! nos anos de 2023 e 2024, na Ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa-PR, destacam-se os processos de escuta, planejamento e execução colaborativa. Com foco na comunicação comunitária e no fortalecimento do protagonismo das mulheres, o projeto articulou oficinas formativas, atividades culturais e ações interdisciplinares que resultaram na ampliação das capacidades comunicativas da comunidade, no fortalecimento dos vínculos entre universidade e sociedade e na promoção da cidadania para as mulheres.

O estudo de coberturas jornalísticas também está presente no livro a partir de análises de temas e representações na mídia. O capítulo

de autoria de Carina dos Reis analisa o tratamento do feminicídio na *Revista Donna* em textos jornalísticos publicados após a implementação da Lei nº 13.104/2015. Para tanto, utiliza-se as ferramentas do Projeto Mundial de Monitoramento da Mídia (GMMP) na codificação dos sujeitos e temas retratados pelo suplemento semanal. Com a análise qualitativa de textos jornalísticos publicados entre 2015 e 2023, conclui-se que a revista aborda o feminicídio como um problema social, inserido no contexto mais amplo da violência contra as mulheres, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade de avanços no tratamento jornalístico sobre o tema.

Por fim, o artigo de Muriel Emídio Pessoa do Amaral analisa estereótipos de gênero em torno do caso Daniel, jogador de futebol assassinado aos 24 anos de idade. A pesquisa trabalha a hipótese de reconhecer pelas imagens veiculadas pelo portal GE Esportes, pertencente à Rede Globo de Comunicações, que as representações de Cristiana ficaram refratadas a códigos estereotipados sobre a condição do gênero feminino enquanto uma mulher perigosa à moral e à libido masculina, reforçando signos cristalizados sobre gênero e violência.

Ao expor reflexões e resultados de pesquisa e produção jornalística com perspectiva de gênero, o conjunto de textos que compõe a coletânea torna-se representativo da trajetória do grupo e revela a força das análises críticas sobre as desigualdades presentes na sociedade, ao mesmo tempo em que elucida potencialidades de ruptura com paradigmas e valores hegemônicos. A atuação de jornalistas, o olhar sobre coberturas e veículos, os atravessamentos resultantes da interseccionalidade de opressões e as experiências em torno de distintas práticas profissionais ganham forma e cor ao longo dos capítulos.

Trata-se de um encontro de saberes, de um compartilhamento de ideias e de um desejo de transformação que ecoa por entre as páginas, produzindo tensionamentos e resistências.

Graziela Soares Bianchi
Karina Janz Woitowicz
Paula Melani Rocha

Parte 1

Diálogos epistemológicos entre jornalismo, estudos de gênero e prática profissional

Descolonizar gênero e raça nas práticas jornalísticas sul-americanas: uma luta contra as múltiplas opressões[1]

Florencia Cremona

Dois Mil e Treze

Em novembro de 2012, apresentei minha tese de doutorado sobre a articulação do campo da comunicação com o campo do gênero, na qual reuni preocupações que cruzaram e questionaram minha experiência como feminista, professora, pesquisadora e criadora de conteúdo de gênero e de comunicação, campo que naquele momento histórico era ainda pouco explorado. Eu vinha trabalhando no assunto desde 2000, logo após terminar minha graduação: o gênero era o

1. O presente texto é resultado da participação da pesquisadora na abertura do 8º Colóquio Mulheres e Sociedade, realizado em abril de 2023 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

problema invisível que mais nos fazia sofrer, os hetero-desejos eram impostos como um horizonte futuro possível para todos, a felicidade tinha apenas uma direção.

Minhas primeiras leituras vieram de campos mais familiarizados com o assunto: filosofia, antropologia, história e alguns estudos de comunicação em revistas femininas.

Entretanto, meu interesse era contribuir para a conceptualização de que o gênero não era uma categoria discursiva, muito menos um problema específico daqueles a quem lhes ocorriam as opressões. O gênero era uma condição oculta e naturalizada na matriz binária de duas possibilidades. Uma delas, a feminina romantizada ao ponto da opressão se manifestar como um problema emocional, e a outra era a masculinidade dominante e, além disso, uma ampla diáspora de sexualidades invisibilizadas.

Neste caminho, a comunicação desempenha um papel fundamental, pois cria, oclui, constipa, reproduz imagens e ao mesmo tempo fomenta o senso comum sobre uma variável da vida que, se não houver oportunidade de desconstruir o problema, permanece silenciada. Há tantos padrões que indicam como viver a sexualidade, o trabalho, a orientação sexual que se não tivermos tido a oportunidade de desconstruir o patriarcado na escola, na universidade ou em grupos políticos ou organizações de bairro, não vamos encontrar muitos lugares que nos ajudem a fazê-lo. Muito pelo contrário, e veremos o porquê mais tarde.

Como eu disse, falar sobre comunicação e gênero não era um tema, era um desafio político que ia muito além de revisar tópicos específicos, mas sim todo o sistema de poder e trabalhar em múltiplas opressões possíveis de serem abordadas.

O desafio era tocar em temas específicos, mas também ter cuidado para não ficar na superfície, o que é permanentemente incitado pela maquiagem, pelo mascaramento cor-de-rosa das corporações (*pinkwashing*).

A força comunicacional do patriarcado é muito poderosa e complexa para que todos a circunscrevam apenas a alguns problemas concretos e superficiais, não é só uma agenda de temas específicos: falar de gênero e comunicação é desestabilizar o poder, pelo menos nomeando-o.

A articulação entre o campo da comunicação e os estudos de gênero e sexualidade é uma articulação de difícil elaboração. Outra questão sempre pode ser descoberta, pois o patriarcado se reinventa com novos atrativos para nos capturar e nos manter na vida hetero. Esta reinvenção é propiciada e difundida, é convidada ou justificada pelos diferentes conglomerados da mídia sustentados por uma ideologia heterossexual triunfante no mundo e em seu entorno.

Que vidas merecem ser lamentadas, que vidas merecem ser vividas, quais são os territórios que podem ser explorados? O subalterno pode falar?

Estas perguntas são bem conhecidas e têm sido feitas no campo das Ciências Sociais. Mas como fazemos uma comunicação de gênero que estas perguntas nos provoquem a pronunciar novas formas de vida não racistas, não centristas, não exploradoras? Isso é possível?

A comunicação pode explicar as múltiplas opressões de que falou María Lugones: é possível na opacidade discursiva em que tudo e nada podem adquirir significados fagocitados pelo consumo? Qual é o ritmo emancipatório que é simultaneamente introjetado

e produzido pelo ativismo comunitário em que a comunicação e o gênero circulam, desvelam e se abrem ao mesmo tempo em que as instituições se contraem?

Em 2013, já doutoranda, escrevi um artigo que pretendia ser um corolário da articulação do campo: "De qué hablamos cuando hablamos de género? El género en la comunicación cotidiana, una articulación indispensable para la transformación social" (Cremona, 2013).

Naquela época, uma série de avanços normativos estavam acontecendo na Argentina que ligavam um novo diálogo entre o mundo acadêmico e os movimentos sociais. Devido à enorme presença da mídia, a sociedade como um todo também se envolveu em questões como a lei de Educação Sexual Integral, casamento igualitário, aborto, violência de gênero, femicídio, identidade de gênero, e também começou a se questionar práticas abusivas muito frequentes e naturalizadas, tais como *cis-males* (homens cisgênero) namorando menores. Ao mesmo tempo, a caricatura das feministas como monstros tornou-se extrema e o homo-ódio se intensificou, destacando o silenciamento sistemático do gênero na comunicação e na cultura.

O patriarcado é sempre apresentado como natural e seu corolário em heterovidas com indústrias culturais em sua imagem e semelhança. O racismo e a exploração são fatores indispensáveis para a classificação dos corpos, enquanto o gênero é apresentado não apenas como ideológico, mas também como um assunto que sempre precisa ser reexaminado: não está presente na escola, no esporte, no escritório, na família, é um assunto que só é abordado em pequenos setores e, na maioria das vezes, torna-se uma reflexão que vem após um trauma, uma porta fechada, um sofrimento.

Vinte e três

Em 2013, a questão de gênero foi apresentada pela mídia como um problema apenas daqueles que viveram um problema individual, de infortúnios pessoais. O tratamento positivista em casos como violência machista, violações, abusos e femicídios são construídos fora da trama da cultura e dos costumes comunitários, portanto, esse fato contribui para a ficcionalização dos problemas sociais. Ainda se falava em crimes passionais.

A articulação de gênero e comunicação coloca o poder em tensão: surgem complexidades que revelam desigualdades históricas, violações sistemáticas, vidas marginalizadas e exploradas em função do bem-estar de outras vidas justificadas por dogmas culturais que lutam para se reinventar com a ajuda, consciente ou não, da mídia.

A heterossexualidade, seu sistema político econômico e racista, decorativamente inclui também a dissidência de uma forma liminar. Um exemplo de algumas possíveis linhas de pesquisa de comunicação e gênero são as políticas de autoajuda como um possível texto moral de ideologias de direita. Os dogmas religiosos foram substituídos por dogmas morais que ligam as emoções ao dinheiro, à saúde e à capacidade de prosperar como capacidades autonomizadas das condições materiais da existência. O pensamento mágico funciona como uma proposta de fuga e renúncia às lutas cotidianas: fluir é melhor do que organizar. É importante ressaltar que são as próprias mulheres as principais destinatárias destas propostas, pois as ferramentas de emancipação das mulheres há duzentos anos estavam apenas circunscritas ao plano da intuição, adivinhatórias, magia e saberes populares sem permitir o desenvolvimento e o diálogo daqueles saberes com o

conhecimento formal que se produzia nas ciências modernas nascentes, já que estas eram um domínio exclusivo dos homens.

Quanto ao gênero e à comunicação, têm-se que descobrir para compreender o crescimento das ideologias de extrema direita que ameaçam as democracias do mundo? Esta é uma questão que nós, mulheres comunicadoras, por exemplo, não podemos deixar de fora.

Os movimentos políticos atormentados pelo discurso do ódio não encontram por acaso nas reivindicações de gênero e sexualidade a causa de todos os seus males: se não fosse pela "ideologia de gênero", o mundo não teria sucumbido, dizem elas. Quando falam de "ideologia de gênero", falam de condenar tudo o que subverte a ordem doméstica. A noção de ideologia de gênero, utilizada de forma negativa, anula a abertura às reivindicações e análises propostas pelos movimentos feministas e LGBTIQ+ e a proposta de abertura que estes discursos promovem na sociedade, na cultura e na comunicação.

Por outro lado, único à heterossexualidade, como verdadeira ideologia natural e obrigatória, o argumento da ideologia de gênero é que os feminismos e os movimentos LGBTIQ+ vão contra a natureza e a família e operam colocando em perigo a ordem social estabelecida. A ordem está procurando um novo inimigo e esse é a "ideologia de gênero".

Em 2013 eu disse que falar de gênero era falar de poder e que o poder colocava o gênero nos limites do irredutivelmente próprio, destacando-o do problema de classe, gênero, raça e das operações sistemáticas de doutrinas religiosas, morais e econômicas que atormentam as mulheres e a ampla diáspora das sexualidades.

Dez anos depois, existem desafios para construir novas linhas de trabalho e pesquisa?

Qual seria o objeto da articulação de gênero e comunicação? A proposta emancipatória da articulação de gênero e comunicação é justamente observar a fim de desvendar os significados de racismo, positivismo, exploração, que são a expressão do sentido do patriarcado que reinventa o poder para esta zona de dominação repetida.

A dificuldade e ao mesmo tempo a resistência que o poder apresenta para incorporar o tema, muitas vezes implica a multiplicidade de opressões em que vivemos e que a comunicação pode nos permitir mencionar a fim de construir novas formas de estarmos juntos.

Não é suficiente colocar simplesmente o tema em agenda política, mediática e acadêmica. Devemos ter dimensão da importância de poder desvendar e trazer à tona essas múltiplas contraofensivas que os discursos naturalistas e simplistas apresentam contar à agenda do gênero.

A crescente incorporação de espaços de gênero na gestão dos estados nacionais promove novas práticas que expõem a justificativa para se tratar das questões de gênero e expõem o escopo limitado da comunicação e gênero. Pelo menos no hemisfério sul global ela é reduzida ao lado b de uma agenda na qual, assim como nas universidades, as ciências exatas gozam de maior prestígio e financiamento do que as ciências sociais. As questões de gênero são relegadas a uma segunda ordem porque, como dissemos anteriormente, a articulação que o gênero tem com, por exemplo, o endividamento de nossos países, questões políticas ou esportivas, não é mostrada. Além disso, prevalece a ideia de que olhar para o gênero a partir de uma perspectiva de

gênero é focar apenas nos corpos e na orientação sexual. O resultado dessa contraofensiva volta a colocar o tema em pontos guetificados, apenas um tema de alguns na sociedade.

Por outro lado, um desafio é retomar o campo da comunicação e gênero, colocando-o na colonialidade do conhecimento e do poder, a fim de ampliar a complexidade e o impacto na produção da pesquisa e dos comunicadores que podem verdadeiramente questionar o senso comum.

Entretanto, a emocionalidade coletiva ainda coloca fatos como abuso, femicídios e violência como casos isolados no tecido da cultura. Há questões que ainda são difíceis de colocar em xeque, como a masculinidade e as famílias do mesmo sexo, justamente porque estes são os pilares fundamentais da segurança emocional em nossa cultura.

A família e os homens, se juntamente com as descrições destas instituições, a masculinidade e a família se desmoronarem, todos os significados que ordenam nossas vidas terão realmente que ser reconstruídos.

Há anos, dirigi um projeto sobre os mitos do amor romântico, um tema que nós feministas temos trabalhado muito, e os textos e roteiros de amor são alterados para nossa própria percepção e com ela o mandato da felicidade, quando começamos a entender coletivamente o abuso, os sacrifícios físicos para nos incorporarmos em certos ortopedia estética, o abandono e o vazio.

Estes mitos também são demolidos com a crise da família idílica (que nunca existiu, mas que tinha e tem muita propaganda) e daquela masculinidade heroica que era também outra fantasia, mas que sustenta a maioria das narrativas ocidentais.

Agora que tudo pode ser diferente, a comunicação e o gênero não se trata apenas de problemas de nomenclatura, mas também de construção de sentidos emancipadores. Além da já mencionada opressão múltipla de gênero e raça.

A discussão a partir de uma perspectiva de gênero das novas plataformas digitais que promovem um encalhamento de corpos enquanto ocultam os modos de produção de poder.

Temos também o desafio de compreender até que ponto os discursos de ódio e os novos direitistas nos tem como novo objeto de combate e compreender nosso poder de transformação. Longe de pensar que as questões de gênero são resolvidas por algumas paródias temáticas, o que temos à nossa frente é construir articulações reais de significado que realcem as múltiplas opressões do patriarcado.

Por outro lado, não posso deixar de mencionar como o discurso do ódio e a judicialização da vida cotidiana é outra das ferramentas que temos que problematizar e que constituem uma nova ameaça que retrocede nossas conquistas. A criminalização da dissidência e o desejo de cancelar e encarcerar os abusos e violência patriarcais como forma de não problematizar sua origem e magnitude.

Os avanços normativos são bons, mas sem uma verdadeira intervenção feminista em eventos sociais, eles permanecem sempre como remendos que restabelecem os danos que a própria sociedade fomenta. Por esta razão, a articulação de gênero e comunicação tem a enorme tarefa de mostrar e transformar os significados para transformar tudo.

Neste sentido, com um pouco de maquiagem, a mídia continua a reproduzir a lógica do bom senso. Também devemos nos perguntar

com quem estão falando, quanto tempo estes discursos duraram no tempo, quais são as leituras que estes tratamentos de mídia produzem porque quando olhamos para as redes vemos uma multiplicidade de percepções e opiniões que poderiam nos fazer pensar que algumas coisas estão mudando, mas quando olhamos para os números, quero dizer as contas bancárias, a capacidade de influência e aqueles que tomam as decisões e o alcance destas decisões, vemos que são os mesmos de sempre.

Aqui, então, a ação da comunicação está localizada na interação entre política, educação e cultura. O campo da comunicação e da educação é um campo em construção.

Um campo de construção das resistências e refundacional da maneira de produzir conhecimento, de nos escolher, de nos conhecer, neste sul global desde o qual falamos.

Referências

Cremona, F. (2013). ¿ De qué hablamos cuando hablamos de género? El género en la comunicación cotidiana, una articulación indispensable para la transformación social. En P. O. Rosales (dir.), *Discapacidad, Justicia y Estado. Género, mujeres, niñas y niños con discapacidad* (pp. 3-30). Infojus.

JORNALISTAS E CIENTISTAS – EXPERIÊNCIAS EM DIÁLOGO NA PESQUISA COMUNICACIONAL

Mara Ferreira Rovida

A definição de uma área do conhecimento como um campo científico autônomo (Bourdieu, 2004) pode ser encaminhada pelo debate sobre a especificidade de seu objeto de pesquisa (França, 2001) ou pela indicação de um conjunto próprio de conceitos, teorias e referências (Sodré, 2014). Há ainda, na opinião de Clifford Geertz (2008, p. 4), a possibilidade de "ver o que os praticantes da ciência fazem" como forma de compreendê-la.

Com a Comunicação não é diferente e os esforços anotados para entendê-la como uma área do conhecimento seguem os passos indicados por França (2001) e Sodré (2014) com alguma recorrência. Além disso, anota-se ainda a necessidade de refletir sobre a origem interdisciplinar da Comunicação que, antes de se configurar como uma "comunidade de pares" (Sodré, 2014, p. 124) com um repertório

teórico-conceitual próprio, figurou como objeto de interesse de pesquisadores de outras áreas, como as ciências sociais, por exemplo. Nesse momento inicial, as análises tomavam a comunicação como um objeto de pesquisa "puramente funcional" (Sodré, 2014, p. 77), o que implicava em buscar nos meios de comunicação a materialidade do fenômeno. Por isso, os estudos se dedicavam a reflexões sobre o rádio, o cinema, a televisão, os jornais, as revistas, entre outros.

Ao pensar na sugestão de Geertz sobre a relevância de olhar os fazeres dos cientistas, observa-se que as estratégias metodológicas usadas pelos pesquisadores, nessa abordagem funcional da comunicação, eram aquelas que seus campos de origem já registravam. Então o conjunto de ferramentas de pesquisa e de métodos acionados era, por assim dizer, baseado em experiências anteriores, não sendo criadas novas formas de investigação científica especificamente para esses trabalhos sobre os meios de comunicação. Com a constituição do campo da Comunicação, entendido como uma área com especificidade teórico-conceitual, seria possível supor que a forma de produzir as investigações científicas também passaria a ter uma configuração própria. Mas, ao que parece, essa suposição ainda não se confirmou.

Para Cicilia Peruzzo (2018), os registros de pesquisas da área da Comunicação são frágeis no que diz respeito à reflexão metodológica. A partir de uma revisão teórica "não exaustiva e não sistemática" (Peruzzo, 2018, p. 25), a autora identifica que os trabalhos publicados em alguns dos principais congressos da área no Brasil trazem apenas descrições superficiais sobre os procedimentos de pesquisa, não reservando espaço para uma reflexão epistemológica sobre os marcos teórico-metodológicos. Além disso, os modelos acionados são tomados de empréstimo de outras áreas, principalmente das ciências sociais.

Peruzzo (2018) defende que o amadurecimento do campo da Comunicação demanda dos pesquisadores um investimento maior na reflexão metodológica. Para isso, é essencial que se tenha um entendimento mais claro sobre o que é método, técnica de pesquisa e, consequentemente, metodologia.

> metodologia engloba métodos e técnicas, mas a palavra método não é sinônimo de técnica e nem da expressão procedimentos metodológicos. Método, vem do grego, e se escreve meta-odós, o que significa caminho para ir além. Meta (ir além) e odós (caminho, via). Portanto, método quer dizer via ou caminho de uma investigação. Esse caminho inclui os pressupostos epistemológicos (nem sempre explícitos), o marco conceitual (teorização) e o marco metodológico (estratégias metódicas e técnicas). A pesquisa sobre como estes elementos são processados é desafiante para a compreensão da pesquisa em Comunicação, do ponto de vista epistemológico, pois indicaria o grau de fundamentação e de teorização, além do percurso da pesquisa tendo em vista a sua coerência interna e validação no campo. (Peruzzo, 2018, p. 35)

Ao olhar a produção dos estudos em jornalismo, Elias Machado (2004) encontra situação muito similar ao anotado por Peruzzo (2018). Em um levantamento sistematizado das produções da pesquisa em Jornalismo, Machado e Sant'Anna (2014) e Machado e Rohden (2016) observaram a prevalência da descrição de técnicas e processos de pesquisa – em alguns casos nem mesmo essa descrição consta nos trabalhos publicados – em detrimento de uma reflexão metodológica mais acurada. Outra característica desses trabalhos apontada pelo levantamento é o uso recorrente de modelos de pesquisa de outras áreas o que configura, na visão de Machado (2004), uma fragilidade que impede a consolidação da área como campo

autônomo. Os avanços seriam possíveis se houvesse investimento em metodologias próprias, por isso Machado (2004, p. 10) defende

> uma ruptura com este modelo que prima pelo empréstimo metodológico [essa posição], em nenhum momento, implica desconhecer que os estudos de jornalismo são essenciais para a plena radiografia do campo. Neste artigo, o que pretendemos que fique bem claro é que a superação do impasse pressupõe as contribuições dos estudiosos destas outras disciplinas, mas - para que o diálogo seja frutífero - o pesquisador em jornalismo deve perceber que sem metodologias específicas dificilmente o jornalismo vai poder contar com teorias próprias. E, sem teorias próprias, cabe ao pesquisador em jornalismo a ingrata tarefa de medir o próprio território com a vara alheia.

Ainda de acordo com Machado (2004, p. 11), uma alternativa pode ser encontrada no diálogo entre a pesquisa científica e a prática profissional, "Até aqui, os estudos sobre o jornalismo pouco têm dialogado com a prática profissional porque, forçoso é dizer, as metodologias tomadas de empréstimo das disciplinas conexas são inadequadas para tal fim". Para ele, não importa se a pesquisa é sobre produtos ou processos, o que "fica patente [é] que os objetivos destas análises são externos ao campo" (Machado, 2004, p. 11).

Como contribuição para esse debate, a pesquisa aqui relatada parte da hipótese de que existe um diálogo – geralmente, não evidenciado e não assumido – entre a prática jornalística e os fazeres científicos de pesquisadores que trazem em seus currículos experiências pregressas como jornalistas. Esse sujeito de interesse, denominado pesquisador-jornalista, promove essa interação entre jornalismo e pesquisa em jornalismo por movimentar-se entre esses dois espaços de produção de conhecimento (Meditsch, 1988). Assim, a sugestão de

Machado (2004) poderia ser entendida não como uma possibilidade a ser testada, mas sim como uma prática a ser assumida.

Nos próximos tópicos, serão apresentados a elaboração da hipótese, a estratégia teórico-metodológica acionada para o desenvolvimento do trabalho, o registro das duas etapas da pesquisa e os resultados alcançados.

Uma visão de mundo marcada pelo jornalismo – a hipótese

A epistemologia de Paulo Freire é atravessada pela ideia, de acordo com Frei Betto (2000), de que a cabeça pensa onde os pés pisam. Esse entendimento ajuda a dimensionar a interferência dos contextos sociais em que as pesquisas são desenvolvidas. Cicilia Peruzzo (2018, p. 30) defende que "A produção do conhecimento científico se transforma em conformidade com as condições de sua produção e da própria demanda por conhecimento das sociedades em determinado momento". E, mais do que isso, "toda pesquisa parte de uma posição epistemológica, ou seja, de uma concepção de mundo, mesmo que não seja consciente e/ou não explicitada por seus protagonistas" (Peruzzo, 2018, pp. 31-32). Nessa passagem, observa-se que além de levar em conta questões macrossociais – o que é hegemônico num dado momento –, é salutar observar quem são os protagonistas da produção científica. Seria possível identificar uma visão de mundo preponderante ou, ao menos, alguns pontos compartilhados pelos cientistas?

Essa provocação ganha ênfase quando se observa a defesa das singularidades da pesquisa desenvolvida em campos científicos consolidados como a Antropologia, por exemplo. José Guilherme

Cantor Magnani (2009) afirma que a pesquisa etnográfica – método da Antropologia – não pode ser dissociada do histórico do campo de conhecimento em que foi formulada. O autor defende que todo método de pesquisa está intrinsecamente vinculado a uma epistemologia historicamente desenvolvida, assim a simples reprodução de técnicas e estratégias que compõem um tipo de pesquisa seria apenas uma emulação do método, na medida em que sua práxis estiver dissociada do campo epistêmico que o originou.

Nesse sentido, seria possível ponderar que as escolhas feitas pelos pesquisadores-jornalistas podem estar relacionadas a suas experiências profissionais na medida em que elas fazem parte do repertório compartilhado por esses jornalistas que se tornaram cientistas. Ao observar algumas críticas recorrentemente apresentadas às escolhas metodológicas de pesquisadores com esse perfil (Rovida & Arruda, 2023), foi possível anotar um critério de descrédito recorrente na qualificação dos estudos desenvolvidos por jornalistas-pesquisadores. Considerados "jornalísticos", esses estudos seriam qualificados como superficiais e inconsistentes do ponto de vista científico. Esse tipo de crítica parece forçar alguns pesquisadores (Rovida, 2020) a se valer, ao menos na nomenclatura explícita na fundamentação teórico-metodológica, de autores, métodos e técnicas de pesquisa de outras áreas do conhecimento.

Num movimento complementar ao de Elias Machado (2004), observa-se que a busca por um referencial teórico-metodológico de empréstimo corresponde a uma necessidade implícita de validar aquilo que os pesquisadores-jornalistas produzem, ainda que sua visão de mundo, seus problemas de pesquisa e, portanto, sua forma

de pensar nas estratégias de investigação científica partam do campo do Jornalismo. Mesmo se esquivando de uma reflexão mais acurada sobre as definições conceituais presentes em seus marcos teórico-metodológicos (Machado et al., 2014, 2016; Peruzzo, 2018), esses jornalistas-pesquisadores acabam, vez ou outra, revelando uma correlação entre suas escolhas e suas experiências profissionais pregressas. Essas pistas foram observadas nos registros da pesquisa aqui relatada e serão apresentados a seguir.

Com base no exposto, formula-se a hipótese de que pesquisadores-jornalistas se valem de técnicas de apuração/investigação jornalística em suas pesquisas acadêmicas. Ainda que de forma inconsciente ou apenas não assumida, esses sujeitos são guiados por sua visão de mundo (profissional) nessas escolhas para enfrentar a necessidade de confrontar ou confirmar informações, checar detalhes de fatos investigados, bem como de responder dúvidas. Mas como essa práxis é passível de ser questionada em sua qualidade científica, esses pesquisadores optam por nomear sua metodologia com um vocabulário emprestado.

Se essa prática de 'esconder' as origens epistêmicas for constatada como recorrente, seria possível avaliar que a demanda apontada por Peruzzo (2018) e Machado et al. (2014, 2016) já tenha contribuições tácitas que precisariam ser mapeadas, organizadas, registradas e refletidas.

Um grupo formado por mulheres – as desviantes

A pesquisa aqui relatada tem como objetivo geral atestar a potencialidade do Jornalismo como área do conhecimento e, para tanto,

pretende-se compreender (Objetivo específico 1) como pesquisadores-jornalistas desenvolvem suas estratégias de pesquisa e de que maneira (Objetivo específico 2) se valem dos saberes técnico-jornalísticos na projeção e execução de seus estudos. Como estratégia metodológica, vale-se da relação entre os fazeres jornalísticos e científicos apresentada como parte da hipótese do estudo. Em outros termos, a experiência pregressa da autora da pesquisa – além da atuação profissional como jornalista, inclui-se aqui a formação pela visão de jornalismo de Cremilda Medina – é assumidamente incluída como diretriz para a formulação do marco metodológico do estudo o que implica em tratar a relação entre sujeitos da pesquisa – jornalistas profissionais que se tornaram pesquisadoras do Jornalismo – e seus estudos como, respectivamente, cientistas – protagonistas dessa ciência como sugerido por Peruzzo (2018) – e suas práticas científicas.

Ao partir do entendimento de que o Jornalismo na perspectiva de Medina (2006) tem contribuições a oferecer à pesquisa em Jornalismo – Cremilda Medina (2006) indica que essa seria uma contribuição para o campo da Comunicação como um todo –, assume-se uma visão específica sobre essa prática profissional, descrita num processo de ruptura com a herança positivista da seguinte forma:

> 1. Da noção de sujeito e objeto passamos à noção de sujeitos intercondicionantes, num processo de reversibilidade. 2. Da noção de causa e efeito passamos à noção de intercausalidade, uma rede de forças que se interagem. 3. Da noção de universo sólido passamos à noção de universo poroso, como um enxame, um redemoinho. 4. Da noção de massa destrutível ou massa indestrutível passamos à noção de que a massa está em transformação. 5. Da noção de substância e acidente passamos à noção de relação complexa. 6. Da noção de que existe o ser da matéria e existe sua atividade passamos

> à noção de que o ser da matéria e sua atividade não podem ser separados; constituem aspectos diferentes da mesma realidade. 7. Da noção de certo e errado passamos à noção de que os dados da realidade não estão assim hierarquizados, e sim, dentro da noção de coerência, de encaixe e sustentação no todo (Medina, 2006, pp. 120-121).

Os tópicos podem ser tomados como um arrazoado de encontros promovidos na Universidade de São Paulo (USP) por Cremilda Medina com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Esses encontros fizeram parte das atividades do Projeto Plural, desenvolvido por Medina (2022) ao longo de três décadas na USP. Destaca-se nesse laboratório, a possibilidade de observar alguns pontos comuns entre a ciência e o jornalismo, no que concerne a suas respectivas heranças positivistas. "Tanto as gramáticas científicas quanto as gramáticas jornalísticas se constituem no final do século XIX, fundamentadas na mesma visão de mundo e, por isso, também os conceitos operacionais e as técnicas de trabalho se conjugam" (Medina, 2006, pp. 9-10). Por isso, é possível indicar que a prática jornalística dialógica (Medina, 2006) se apresenta como um contraponto à noção de jornalismo moldada pelo positivismo e é justamente essa noção que serve como diretriz para a pesquisa aqui relatada.

Nesse sentido, além de assumir a postura de aproximar as experiências, os saberes e os modos de fazer do jornalismo e da pesquisa científica, inclui-se a lógica Sujeito-Sujeito, em vez de Sujeito-Objeto, como orientação. Por isso, a busca pelas pistas do saber tácito de pesquisadores-jornalistas se dá por meio de uma estratégia que demanda a reflexão em diálogo, em interação com os sujeitos de pesquisa. Do ponto de vista mais prático, decidiu-se pela

entrevista-dialógica (Medina, 2008) com um grupo de cinco pesquisadoras que correspondem a esse perfil de interesse, isto é, jornalistas que se tornaram cientistas.

A opção pelo recorte em gênero deve-se a três fatores: 1) pelo fato de as mulheres serem maioria na profissão (Lima et al., 2022) e nos cursos de graduação em Jornalismo no Brasil (Rocha, Sousa, 2008; Mick & Lima, 2013); 2) pelo aumento de mulheres jornalistas investindo na formação acadêmica em cursos de pós-graduação e em pesquisas (Rocha, 2019). Na pesquisa de Trajetórias Profissionais[1], Kikuti e Rocha (2018) mostram que entre 2012 e 2017, as profissionais mulheres investiram em cursos de pós-graduação: o percentual de especialização aumentou de 30,37% em 2012 para 39,25% em 2017; mestrado de 12,33% para 18,30%; doutorado de 3,1% para 5,57%; e pós-doutorado de 0,79% para 1,59%; 3) em terceiro, destaca-se a perspectiva da feminização do jornalismo. Para isso, é importante entender a feminização como uma categoria em processo de construção, caracterizada pelos desdobramentos qualitativos no mundo do trabalho (Yannoulas, 2011) em decorrência do aumento da inserção e participação das mulheres. Considera-se pensar a feminização na produção científica dos estudos em Jornalismo. Ou seja, busca-se investigar as contribuições das pesquisadoras-jornalistas de diferentes gerações e de diferentes regiões do país, conforme demonstrado no Quadro 1 com a lista de entrevistadas desta pesquisa.

1. A pesquisa foi coordenada pelos professores Jacques Mick e Samuel Mick da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelos professores Felipe Simão Pontes e Paula Melani Rocha da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foi aplicado um questionário em novembro e dezembro de 2017 à base de respondentes do Perfil do Jornalista Brasileiro (2012), e obteve 1233 respostas.

Quadro 1

As entrevistas e as entrevistadas

Entrevistada	Data da defesa do doutorado	Estado de ref.	Data e formato da entrevista
Magali Moser	2021	Santa Catarina	10/7/23: Online – Google Meet.
Cremilda Celeste de Araújo Medina	1986	São Paulo	21/7/23: Presencial – em sua casa em São Paulo.
Fabiana Moraes	2011	Pernambuco	2/2/24: Online – Google Meet.
Vânia Maria Torres da Costa	2011	Pará	9/7/24: Online – Google Meet.
Dione Moura de Oliveira	2001	Distrito Federal	9/8/24: Online – Google Meet.

Produção própria.

Antes de iniciar as entrevistas, o projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade sede, pela Plataforma Brasil e foi aprovado. Incluiu-se no documento "Roteiro de Perguntas" uma explicação sobre a entrevista-dialógica. Ainda que seja possível indicar alguns tópicos temáticos a priori, a entrevista foi realizada como uma interação potencialmente transformadora e a preparação para cada uma delas é singular porque parte dos registros de pesquisa da pessoa a ser entrevistada. Isso significa que, antes da realização das entrevistas, há uma etapa de preparação que se configura como um processo de leitura sistemática – ou o que Ida Regina Stumpf (2017) chama de pesquisa bibliográfica – da produção acadêmica das pesquisadoras-jornalistas selecionadas. O intuito dessa leitura é identificar, nas produções publicadas, as escolhas metodológicas, especialmente aquelas que podem ser relacionadas a uma ideia de checagem/apuração jornalística.

Outra definição do projeto que também precisou de explicação extra junto ao CEP diz respeito à identificação das sujeitas de pesquisa. Via de regra, pessoas entrevistadas em pesquisas científicas têm suas identidades preservadas. No caso da pesquisa aqui relatada essa postura não parecia fazer sentido por duas razões: o tema das entrevistas é a produção já publicada das entrevistadas, assim os pontos centrais da discussão já seriam de domínio público; e, no Jornalismo, a identificação das fontes é a postura recorrente. Só se omite a identidade das pessoas em situações excepcionais – definição contrária à prática comum das pesquisas que bebem do modelo da área da Saúde. Dessa forma, na submissão ao CEP, incluiu-se uma justificativa para a divulgação da identidade das entrevistadas.

Com autorização do CEP, deu-se início à busca de nomes para formar o grupo de entrevistadas. Como critério inicial de seleção, usou-se o reconhecimento das experiências pregressas das possíveis entrevistadas, identificadas a partir de suas presenças nos espaços de discussão dos Estudos em Jornalismo, seja como referências ou como pesquisadoras da área. É necessário ressaltar que a pesquisa aqui relatada não se configura como um estudo quantitativo, portanto, não se pretende formar um corpus que represente o universo de pesquisadores-jornalistas brasileiros. Os critérios acionados são basicamente o conhecimento prévio da relação pregressa com a prática jornalística e o acesso (sem dificuldades) à produção acadêmica e à própria pessoa que precisou ser ouvida em uma entrevista.

Antes das entrevistas propriamente ditas, o trabalho não exaustivo, mas sistemático de leitura da produção de pesquisa das entrevistadas foi realizado para anotar as estratégias metodológicas mais recorrentes, especialmente aquelas que revelam pequenos "desvios" de um roteiro mais tradicional. A ideia de desvio aqui é empregada no

sentido apresentado por Howard Becker (2008) ao tratar dos outsiders. Ainda que no estudo de Becker, o foco seja o ato desviante qualificado como infração moral ou legal, a leitura pretendida de desvio é a de uma ação que pode mobilizar mudanças de práticas sociais e que, portanto, imprime movimento à dinâmica social.

> O primeiro passo na maioria das carreiras desviantes é o cometimento de um ato não apropriado, um ato que infringe algum conjunto particular de regras. Como explicar o primeiro passo? As pessoas usualmente pensam em atos desviantes como motivados. Acreditam que a pessoa que comete um ato desviante, mesmo pela primeira vez (e talvez especialmente pela primeira vez), pratica-o de propósito. Seu propósito pode ser ou não inteiramente consciente, mas há uma força motivacional por trás dele. (Becker, 2008, p. 36)

Num primeiro momento, observou-se que algumas das entrevistadas nem sempre percebem a relação entre suas escolhas metodológicas e seus históricos profissionais como jornalistas. Mas ao serem questionadas sobre alguns de seus movimentos de pesquisa, elas acabam por percebê-los como "atos desviantes". Por outro lado, Cremilda Medina não apenas se apropria assumidamente da experiência do fazer jornalístico em suas pesquisas acadêmicas, como defende essa postura como uma contribuição aos estudos da área da Comunicação. De qualquer forma, as pistas identificadas na pesquisa são, à princípio, tomadas como atos desviantes que ajudam a identificar esse possível conhecimento coletivo tácito que pode evidenciar uma prática de pesquisa em diálogo com o fazer jornalístico.

Uma pesquisa em duas etapas

Para conhecer como as pesquisadoras selecionadas para o estudo narram suas estratégias metodológicas, foi realizada uma leitura

sistematizada dos registros publicados de estudos desenvolvidos por elas, com especial atenção para as passagens dedicadas à apresentação de suas estratégias metodológicas. Como num processo de checagem documental em arquivos, esse movimento permitiu verificar detalhes e checar informações posteriormente discutidas nas entrevistas ou mencionadas no contato com as entrevistadas.

No Quadro 2, estão dispostas as publicações de cada entrevistada usadas como suporte documental para essa primeira etapa da pesquisa.

Quadro 2

Materiais e fontes de preparação

Entrevistada	Publicações
Magali Moser	MOSER, Magali. O método da reportagem: um estudo a partir de depoimentos de repórteres especiais. 402 f. **Tese**. Doutorado em Jornalismo. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vianna Barreto Meditsch. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2021.
Cremilda Celeste de Araújo Medina	Medina, Cremilda. **Sonha Mamana África**. Epopeia, 1987. Medina, Cremilda. **O signo da relação – comunicação e pedagogia dos afetos**. Paulus, 2006.
Fabiana Moraes	MORAES, Fabiana. É tu nada, estrela: revista Caras e o consumo da felicidade nos salões de beleza de periferia. **Tese**. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011. MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. BOMFIM, Ivan; SARTOR, Basilio; VIEIRA, Karine Moura; VEIGA DA SILVA, Marcia (Orgs). **Mídia e Zeitgeist**. Insular, 2021, p. 113-138. MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate – subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

Vânia Maria Torres da Costa	COSTA, Vânia Maria Torres. 'À sombra da floresta' – os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. **Tese**. Doutorado em Comunicação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
Dione Moura de Oliveira	MOURA, Dione Oliveira; COSTA, Hallana Moreira R. da. Mulheres jornalistas e o "teto de vidro gênero/raça/classe" a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (Orgs). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. Life Editora, 2018, p. 193-207. MOURA, Dione Oliveira; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Ancestralidade, interseccionalidade, feminismo, afrolatinoamericano e outras memórias sobre Lélia Gonzalez. **CMD**, v. 8, n. 2, jul-dez 2019, p. 27-45.

Produção própria.

Após a leitura sistematizada da produção de cada uma das pesquisadoras selecionadas, uma pauta para a entrevista foi produzida contendo alguns dos desvios observados nos registros de pesquisa. Paralelamente, a negociação para marcar um horário e uma forma de viabilizar a conversa foi realizada com cada uma. Por conta das distâncias geográficas e da falta de financiamento de pesquisa, a maior parte das entrevistas foi realizada de forma remota; apenas uma delas foi feita presencialmente. As entrevistas foram gravadas com autorização prévia de cada entrevistada e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado e assinado conforme orientação do CEP.

As gravações das entrevistas foram acionadas apenas como recurso extra de checagem de informações no momento de produção do diário narrativo (Rovida & Arruda, 2023), instrumento de pesquisa que consiste numa narrativa que registra a experiência da produção da entrevista desde a pauta, até a conversa propriamente dita, passando pela negociação de agenda. Os dados gerados são apresentados,

portanto, nesse diário que é acionado e citado para que seja possível balizar a reflexão.

As entrevistas foram realizadas a partir da perspectiva de diálogo, apresentada por Cremilda Medina (2008, p. 8), para quem, esta não é apenas uma técnica "de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais e sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação". A finalidade maior da entrevista é o inter-relacionamento humano ou, para usar o termo da própria autora, o diálogo de interação. Valendo-se da noção do método não-diretivo de Carl Rogers e da noção de diálogo de Edgar Morin, Medina (2008) defende a entrevista como um momento potencialmente transformador. Mais do que uma técnica para obter informações pontuais, **essa proximidade com as pessoas pode levar a descobertas e transformações [1]**. Em alguns casos afortunados a entrevista se torna diálogo, ou dialógica, e num processo coletivo, entrevistador e entrevistado, **colaboram** para trazer à tona **alguma compreensão sobre um tema específico ou sobre o próprio entrevistado [2]**. Na melhor das possibilidades, quando a interação é plena e o diálogo se estabelece, pode ocorrer o que Medina (2008) denomina de **'interação social criadora'. Nesses casos, entrevistador e entrevistado saem transformados desse encontro [3]**. Com base nessa perspectiva, foram feitas entrevistas que permitiram compreender as estratégias de pesquisa das cinco jornalistas-pesquisadoras selecionadas.

Os três destaques acima ajudam a organizar (e a visualizar) alguns resultados das entrevistas realizadas. De certa forma, essa divisão em três elementos é apenas para enfatizar a relação entre a

ideia expressa na noção de entrevista como diálogo e aquilo que foi experimentado em campo. Na prática, esses elementos se misturam e fazem parte do resultado da interação entre quem entrevista e as entrevistadas. De qualquer forma, para alcançar algum detalhamento desses resultados, são indicados momentos e situações que representam os elementos destacados.

Como **descobertas e transformações [1]**, pode-se mencionar as falas de Magali Moser e Fabiana Moraes sobre a produção de entrevistas como forma de checagem de informações em suas pesquisas de doutorado. No caso de Magali, as entrevistas realizadas pela então doutoranda tiveram por objetivo checar com os autores lidos na revisão de literatura sobre reportagem jornalística se eles teriam mudado de opinião sobre o que escreveram. O trecho do diário narrativo a seguir demonstra como a entrevistada parece se dar conta do que teria guiado seu movimento de pesquisa.

> Perguntei a ela por que sentiu necessidade de entrevistar referências teóricas que possuem uma vasta literatura publicada sobre o jornalismo. Magali entrevistou Nilson Lage, Cremilda Medina, Marialva Barbosa e Alberto Cupani da Filosofia da UFSC. Ao responder essa pergunta, ela acabou apresentando uma pista bem interessante, *queria checar se havia alguma atualização no que eles escreveram sobre reportagem [...]* ***acho que aqui foi um pouco da Magali repórter***.

De forma muito semelhante, durante a entrevista com Fabiana Moraes, é possível constatar essa descoberta que permite uma mudança de olhar sobre os fazeres de pesquisa. Mais um trecho do diário é recuperado.

> Pergunto para Fabiana sobre o que teria motivado um dos movimentos de pesquisa naquela que considerei como a primeira etapa de seu estudo de doutorado. A pesquisa sobre as leitoras da revista Caras começa com uma Análise de Conteúdo do periódico. Fabiana apresenta, com essa leitura sistematizada, quais são as seções da revista, as principais pautas e como a narrativa se estrutura. O que chama a atenção nessa fase da tese é que a análise é complementada por uma entrevista com o diretor-superintende de Caras. Quero saber mais sobre essa entrevista, acionada de forma pontual ao longo do texto da tese. Parece que a intenção era a de indicar que as inferências da análise foram confrontadas com o que pensam os produtores daquele conteúdo. Eu nem acabo a pergunta e ela sentencia que trabalhou essa fala do diretor da revista como uma *repórter* teria feito.

Nas duas situações, observa-se uma relação entre a decisão de um movimento de pesquisa e o repertório pregresso. A experiência como repórter imprime um diferencial nos processos de investigação científica que contribui com o resultado dos trabalhos na medida em que alarga o alcance das pesquisas. Se as escolhas pela revisão de literatura e pela Análise de Conteúdo são comuns e recorrentes na área da Comunicação, como também em várias outras disciplinas, o uso de entrevistas como checagem extra dos resultados não é. Nesse sentido, há por parte de Fabiana e de Magali uma espécie de descoberta, durante as entrevistas, a respeito de uma contribuição do jornalismo para a pesquisa em jornalismo que, no momento da produção dos trabalhos, não estava clara. Um processo semelhante, até certo ponto, ao que também foi observado no contato com Vânia Torres da Costa.

Vânia realizou, na sua pesquisa de doutorado, duas entrevistas como complemento à revisão de literatura sobre a representação histórica dos territórios e das populações amazônicos. Essa etapa da

sua tese tinha por objetivo compor um quadro do imaginário criado e consolidado ao longo do tempo sobre esses sujeitos e esse cenário brasileiros, justamente para poder testar a hipótese de que o telejornalismo reproduz e reforça essas formas de representação. Além de revisitar historiadores, naturalistas, antropólogos e outros exploradores que produziram narrativas sobre o tema ao longo da história do Brasil, após a chegada dos europeus na região, ela entrevistou uma dupla de historiadores especialistas no assunto. De acordo com ela, houve uma primeira conversa mais informal para a elaboração do seu projeto de pesquisa e depois uma entrevista para checar se essa etapa do trabalho estava pautada em bons termos.

> Ao ser perguntada sobre o motivo dessas entrevistas, ela diz que inicialmente conversou com eles para se orientar nas leituras que deveria realizar nessa parte do trabalho. Por isso, ainda durante a elaboração do projeto de pesquisa, Rosa Acevedo e Armando Alvez foram ouvidos. Durante a pesquisa, essas duas fontes voltam a ser procuradas como *consultores*. Vânia qualifica essas entrevistas como âncoras e explica que apenas a entrevista com Armando é citada na tese, porque a fala de Rosa Acevedo aparece por meio da produção da professora-pesquisadora aposentada. *Deve ser citada porque foi ouvida*. Pergunto se ela considera essa decisão das entrevistas como uma estratégia jornalística ou acadêmica e ela parece não ter dúvidas de que se trata de uma decisão acadêmica.

Mesmo depois de apresentada à hipótese da pesquisa aqui relatada e, portanto, a uma perspectiva que não invalida o diálogo entre a prática acadêmica e o fazer jornalístico, ela mantém a avaliação inicial de que esse seu movimento de pesquisa é acadêmico e faz parte, inclusive, de sugestões que ela costuma apresentar a seus orientandos.

> Então eu comento que o padrão das revisões de literatura não inclui, geralmente, entrevistas com especialistas. Nesse momento, apresento mais alguns detalhes da minha pesquisa para deixar claro não se tratar de uma crítica negativa à estratégia das entrevistas. *Não sei se é comum, mas se a pessoa entende muito do assunto, ela deve ser ouvida. Nos trabalhos que oriento, eu sugiro uns consultores*.

Ainda que a avaliação de Vânia sobre esse movimento de pesquisa vá em outro sentido, a justificativa para ele se assemelha à lógica da checagem de informação observada nos trabalhos de Fabiana e Magali. Por outro lado, Vânia pondera que há algum diálogo com o jornalismo na sua prática de orientação de pesquisa.

> Na sequência, eu aprofundo a ideia da pesquisa [...] e ela me confessa estar acessando ideias que ainda não tinha parado para pensar e conta sobre outros movimentos sugeridos a seus orientandos. Além dos consultores, Vânia combina com seus alunos a gravação em vídeo das entrevistas realizadas. *Eu quero colocar no YouTube para que outras pessoas saibam dessas pesquisas. Aí é a jornalista com experiência em TV*.

Essa passagem demonstra ser possível dizer que as entrevistas realizadas permitiram alcançar **alguma compreensão sobre a produção de pesquisa [2]**, na medida em que a jornalista-pesquisadora ouvida se dá conta da relação entre sua prática jornalística e sua produção científica. Há um momento semelhante anotado na conversa com Magali Moser.

> Questionei se ela reconhecia uma interferência ou presença da experiência como repórter nos fazeres de pesquisadora. Primeiro ela ficou pensativa, tergiversou e acabou falando sobre a escolha do objeto de pesquisa. Devolveu com a pergunta

> *não sei se respondi?* Achei que poderia insistir, então tentei explicar melhor a pergunta e, para isso, falei um pouco sobre a minha atual pesquisa e como ela surgiu das experiências de estudos anteriores. Exemplifiquei a ideia a partir da minha própria percepção, com receio de interferir ou de conduzir a resposta, mas pareceu necessário. Foi então que ela disse *nunca pensei sobre isso*. Não tinha me dado conta. O interessante do que seguiu foi que a própria Magali parecia descobrir junto comigo que sua "alma" de repórter fazia parte do seu fazer pesquisa e que por vezes alguém apontava isso, mas ela sempre achava uma maneira de garantir o aspecto científico de suas escolhas metodológicas.

É possível considerar que os trechos do diário recortados indicam uma descoberta feita pelas próprias entrevistadas sobre a presença da experiência jornalística em suas práticas de pesquisa. Paralelamente, Cremilda Medina (1987) assume essa relação entre seus fazeres desde o início de sua carreira. A seguir um trecho do diário que ajuda a compreender como essa posição da pesquisadora, jornalista e professora está presente no trabalho escolhido como mote da entrevista, o livro Sonha Mamana África, mas também como atravessa sua trajetória como um todo.

> Ela conduz a conversa pelo *início dessa história*. Em outras palavras, para o momento em que teve a ideia do projeto dos escritores. É preciso lembrar que o livro que faz um apanhado da literatura africana de língua portuguesa faz parte de uma produção que reúne outras duas obras, uma sobre os escritores portugueses e outra sobre os escritores brasileiros. [...] Já conhecedora da capacidade dos artistas, incluindo os escritores, de interpretar o desejo de um povo, ela começou a pensar nesse plano de *ir aos escritores*. [...] *O artista é quem está mais próximo do desejo coletivo de um povo, afinal o mito, como eu entendo, é o encontro epifânico entre o desejo de uma outra história e a inconformidade com*

> *a história que o povo vive*. Com essa expectativa ela começa a buscar referências, entre estudiosos de literatura portuguesa e depois africana, para *ir ao encontro deles. A metodologia, a operação, é toda fundamentada na reportagem*. Cremilda faz questão de lembrar o convite feito ao historiador Antônio Soares Zamora para assinar o prefácio do livro sobre os escritores portugueses e *deixar bem claro que aquela não era uma obra de historiografia, mas uma aproximação pela reportagem*. [...] Pergunto como ela classifica essa produção com os escritores, se é produção jornalística ou de pesquisa e ela é enfática, é as duas coisas, está misturado. Então essa produção com os escritores de língua portuguesa é orientada pelo encontro presencial – as entrevistas e o trabalho de campo –, pela pesquisa dos estudiosos da literatura e pela leitura da obra dos entrevistados. [...] *Sem o trabalho empírico, você não levanta questões*. Sendo esse modo de agir acionado tanto na produção jornalística quanto científica. *Não existe reportagem sem pesquisa*.

A interseção entre jornalismo e ciência, da forma como Cremilda Medina compreende, era inicialmente apenas uma especulação que contribuiu para a formulação da hipótese da pesquisa aqui relatada. Mas, a partir dos resultados mencionados até o momento, é possível considerar o reconhecimento explícito dessa relação entre a prática científica e o jornalismo nas produções discutidas. Essa percepção que surgiu ao longo das entrevistas parece ter provocado nas entrevistadas sensações e reflexões que promoveram novas interpretações, como é o caso de Magali Moser, Fabiana Moraes e Vânia Torres ou, minimamente, que reforçaram ideias prévias, como indicado por Cremilda Medina. Ao verbalizarem essas percepções, as entrevistadas confirmam **a transformação promovida pelo encontro das entrevistas [3]**. O primeiro exemplo recuperado é o de Fabiana quando ela é convidada a olhar novamente para a pesquisa de doutorado mais de

uma década depois da defesa. Com base na conversa realizada para esta pesquisa, ela se dá conta que algumas decisões tomadas naquele momento tinham como suporte sua experiência como jornalista.

> Nesse momento, percebemos e compartilhamos a interferência do fazer jornalístico na prática de pesquisa de Fabiana e eu me sinto à vontade para apresentar mais detalhes do meu estudo. [...] Nesse ponto da conversa, já temos subsídio para pensar juntas sobre essa relação da repórter-pesquisadora que permanece nos dois espaços de produção de conhecimento simultaneamente. *Não tem como separar* [um papel do outro]*; é a pesquisadora que é repórter e a repórter que é pesquisadora*. Essa clareza de hoje estava indisponível durante o processo do doutorado, mas as decisões tomadas a partir da leitura de mundo da jornalista [...] impactaram os resultados do trabalho. Por isso, Fabiana reforça a necessidade de questionar posturas que tomam o conhecimento produzido pelo jornalismo como menor ou menos relevante do que o saber científico.

Na conversa com Magali Moser, há também um exemplo de como a entrevista como diálogo pode promover transformações nos envolvidos, ou envolvidas. Recupera-se mais um trecho do diário narrativo.

> Ela não expõe as entrevistas de forma detalhada, mas fala sobre elas e é possível perceber que elas interferem no desenvolvimento da reflexão. Pergunto por que elas não foram incluídas na tese [...]. *Eu não tinha mais tempo e ainda tinha muita coisa para trabalhar, precisei fazer escolhas*. Percebo que o excesso de dados gerados pela pesquisadora provocou alguns percalços, dentre eles essa ausência das entrevistas. Essa é a deixa para perguntar como ela pensou e planejou sua estratégia metodológica e o porquê de tantos movimentos empreendidos, afinal se já tinha a revisão de literatura qual o motivo de entrevistar os autores? *Eu queria saber se eles tinham mudado de ideia sobre alguma coisa ou se havia*

> *alguma novidade. Pode ser ingenuidade, mas era também uma oportunidade de conversar com as minhas referências, de estar perto delas*. Além dessa intenção, Magali reflete sobre a motivação desse movimento metodológico e parece descobrir no momento da nossa conversa que ele é, ao mesmo tempo, fruto da sua experiência pregressa como repórter – a checagem direto na fonte – bem como da sua insegurança. Pergunto de onde vem essa insegurança e ela, num primeiro momento, fala sobre sua formação. *Não estudei em universidade pública, me formei numa faculdade privada e acho que tive uma formação frágil*. Citando alguns dos seus próprios entrevistados para a tese, ela diz que reconhece esse esforço como elemento comum de outros colegas que também partem de formações frágeis e se esforçam muito para alcançar o nível de desempenho de colegas que transitam por escolas de ponta.

Se as entrevistadas apresentadas verbalizaram alguns *insights* que dialogam diretamente com a hipótese que orienta a pesquisa aqui relatada, há uma fala que se destaca justamente por aparentemente contradizer essa perspectiva. Dione Moura apresenta uma forma de compreender a interdisciplinaridade como característica da pesquisa em comunicação que mantém o diálogo com o jornalismo. Aliás, na perspectiva dela, o diálogo interdisciplinar é salutar tanto para a pesquisa em jornalismo quanto para a prática jornalística e seria essencial para se alcançar a polifonia e a polissemia defendidas por Cremilda Medina.

> Eu tento retomar as semelhanças entre a prática jornalística e o que ela traz na sua descrição metodológica e ela reflete sobre a relação não apenas com o jornalismo, mas com várias profissões vinculadas às ciências sociais e humanidades. *Tem uma linearidade com as profissões de várias ciências sociais, então não diria uma relação com o jornalismo que sim, eu trago com certeza, mas também com as demais áreas.* [É preciso]

> *Ouvir com ouvidos de vários campos*, numa referência a Bourdieu.

Com base nos recortes das entrevistas e na possibilidade de interpretá-los pela noção de entrevista dialógica, é possível afirmar que a experiência dessas cinco conversas promove algumas descobertas e permite confirmar a hipótese de que as jornalistas-pesquisadoras ouvidas acionam contribuições dos fazeres jornalísticos em suas estratégias de pesquisa acadêmica. Mesmo que isso nem sempre seja assumido ou mesmo percebido por elas.

Considerações finais

Com base no recorte da pesquisa selecionado para esse capítulo – o diário narrativo contempla outras questões que não puderam ser exploradas por uma questão de espaço –, é possível afirmar que a hipótese inicial foi confirmada. Em outros termos, existe uma experiência coletiva tácita que aparece como pequenos desvios nos registros da prática científica de pesquisadores-jornalistas. Esses desvios revelam não apenas uma visão de mundo que orienta os trabalhos, como reforça a viabilidade da sugestão de Machado (2004) de investir na aproximação entre os estudos em jornalismo e a prática profissional. Ao mesmo tempo, essa proposta não deve ser entendida como uma contraposição à interdisciplinaridade original da comunicação, mas uma releitura desse diálogo a partir de outras premissas. Como sugerido por Dione Moura, ouvir com os ouvidos de diferentes campos é essencial tanto para o cientista da comunicação quanto para o comunicador. Mas se pudermos aprimorar um pouco essa ideia, a proposta

que parece mais adequada é a de fazer essa leitura interdisciplinar a partir desse lugar metafórico que é o campo da comunicação ou, para manter o recorte aqui trabalhado, o território do jornalismo.

Referências

Becker, H. S. (2008). *Outsiders – estudos de sociologia do desvio.* Zahar.

Betto, F. (2000). Paulo Freire: a leitura do mundo. In E. Sader, & F. Betto (Orgs.), *Contraversões: civilização ou barbárie na virada do século* (pp. 99-100). Boitempo.

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia do campo científico*. Editora Unesp.

França, V. (2001). Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? *Ciberlegenda, 5*(1), 1-19.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas.* LTC.

Kikuti, A., & Rocha, P. M. (2016). *Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil* [Trabalho apresentado]. XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, SP. Brasil.

Lima, S., Mick, J., & Nicoletti, J. (2022). *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e de trabalho.* Quorum Communications.

Machado, E. (2004). Dos estudos sobre o Jornalismo às Teorias do Jornalismo – três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo do conhecimento. *E-Compós, 1*(1), 1-15.

Machado, E., & Sant'ana, J. (2014). Limitações metodológicas na pesquisa em Jornalismo: um estudo dos trabalhos apresentados no GT de Jornalismo da Compós (2000-2010). *Pauta Geral, 1*(1), 26-42.

Machado, E., & Rohden, J. (2016). Metodologias de pesquisa aplicada ao jornalismo: um estudo dos trabalhos apresentados na SBPJor (2003-2007). *BJR, 12*(1), 228-245.

Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos, 1*(32), 129-156.

Medina, C. (1987). *Sonha Mamana África.* Epopeia.

Medina, C. (2006). *O signo da relação – comunicação e pedagogia dos afetos.* Paulus.

Medina, C. (2008). *Entrevista – diálogo possível.* Ática.

Meditsch, E. (1998). Jornalismo como forma de conhecimento. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, XXI*(1), 25-38.

Mick, J., & Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho.* Insular.

Peruzzo, C. M. K. (2018). Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil. *Comunicação e Sociedade, 33*(1), 25-40.

Rocha, P. M., & Sousa, J. P. (2008). *Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal.* Universidade Fernando Pessoa.

Rocha, P. M. (2019). *A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção: as transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas* [Monografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa].

Rovida, M (2020). *Jornalismo das periferias – o diálogo social solidário nas bordas urbanas.* CRV.

Rovida, M., & Arruda, A. (2023). *Narrativas de campo – ciência e jornalismo* [Trabalho apresentado]. XXI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, DF, Brasil.

Sodré, M. (2014). *A ciência do comum – notas para o método comunicacional.* Vozes.

Stumpf, I. R. (2017). Pesquisa bibliográfica. In J. Duarte, & A. Barros (Orgs.), *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (pp. 51-61). Atlas.

Yannoulas, S. C. (2011). Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis, 11*(22), 271-292.

Imprensa Lésbica: bastidores da pesquisa e reflexões cinco anos depois[1]

Paula Silveira-Barbosa

Introdução: o caminhão pega a estrada

Era março de 2018 quando me mudei de Brasília para Ponta Grossa, no Paraná, e dei início ao curso de mestrado. Aquela era a segunda vez em que estava na cidade. A primeira tinha sido quatro meses antes, para prestar o processo seletivo. Em julho de 2017, quando concluí o último semestre da graduação em Comunicação Social, na Universidade de Brasília (UnB), não havia pretensão de me dedicar à carreira acadêmica no curto prazo. Apesar disso, já lia e acompanhava com entusiasmo professoras que viriam a compor minhas bancas futuras, além

1. Texto resultante da dissertação defendida em 2019 sob orientação da professora Dra. Paula Melani Rocha, na linha de pesquisa Processos de produção jornalística do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo.

de se tornarem parceiras de pesquisa. Foi o caso de Liliane Machado, na UnB, e de Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – orientadora e avaliadora na defesa de mestrado, respectivamente.

Na graduação, quando analisei a manutenção econômica de jornais alternativos e independentes, conheci a história de jornais voltados a mulheres, negros e homossexuais. Essa última categoria, embora aparentemente homogênea, tratava de diversas experiências, incluindo a de mulheres lésbicas. E, como ocorre em outras instâncias sociais, também na imprensa comunitária o peso do gênero se impunha. Isso se reflete, por exemplo, na existência de menos jornais voltados para elas e, consequentemente, de menos pesquisas sobre o segmento.

Diante disso, ponderei que uma investigação sobre Imprensa Lésbica deveria ser feita no contexto de um programa com reflexões específicas sobre jornalismo e gênero. E, mais ainda, que as perspectivas ali debatidas incluíssem o entendimento plural sobre gênero. Cinco anos depois, entendo que essa foi uma escolha acertada. O Grupo de Jornalismo e Gênero (GPJG) é um espaço pioneiro de articulação entre Estudos Feministas e de Gênero com a Comunicação. Liderado pelas já citadas Paula Melani e Karina Woitowicz, esse grupo tem tensionado nosso campo, de forma acadêmica e profissional, atuando em articulação com a sociedade civil organizada, assim como acolhendo estudantes e pesquisadoras (es) – que além dos desafios inerentes à universidade, enfrentam, ainda, resistência para conduzir seus estudos exatamente pelo enfoque escolhido.

Neste texto, em forma de relato de pesquisa, revisito o período em que estive no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da

UEPG, e particularmente no grupo de Jornalismo e Gênero. Sob a metáfora de um caminhão[2] na estrada, trato dos percalços do caminho, apresentando os bastidores da pesquisa, assim como as reflexões sobre ela, passados cinco anos desde a defesa. Em seguida, evidencio os desafios que permanecem sobre a temática das lesbianidades, e concluo indicando as novas perspectivas a serem trabalhadas no doutorado.

Recalculando a rota

A primeira vez que li a expressão "imprensa lésbica" foi em *Imprensa Gay no Brasil: da militância ao consumo*, de Flávia Péret (2011). Escrito em formato de grande reportagem, o trabalho da autora é uma obra pioneira por apresentar de forma objetiva e acessível o histórico de muitos jornais que não são conhecidos, seja pelo público leigo, seja entre os próprios jornalistas e pesquisadores da área.

No livro, Péret dedica um capítulo aos jornais lesbianos e apresenta de forma mais detalhada a trajetória dos periódicos editados pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista, que posteriormente deu lugar à Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar. Quando da escrita do anteprojeto do mestrado, influenciada por esse livro, propus uma investigação sobre esses grupos e suas publicações: *ChanaComChana*, em formato jornal e boletim, e *Um Outro Olhar*, como boletim, revista e site.

Antes mesmo de o semestre começar, contudo, o repositório de Teses e Dissertações da Capes passa a contar com a dissertação

2. Expressão popular utilizada para se referir a lésbicas, assim como 'sapatão'.

de Caio Maia, *Entre armários e caixas postais* (2017a). Trata-se da primeira pesquisa acadêmica no Brasil a cunhar a expressão "imprensa lésbica". Além desse feito pioneiro, Caio, a quem tenho o privilégio de chamar também de amigo, indica uma série de fontes históricas e ativistas, passíveis de serem utilizadas em estudos posteriores, como foi o caso da minha própria pesquisa de mestrado.

Entendendo a pesquisa como tributo aos que nos abriram caminhos, mas também a quem continuará os esforços de investigação – como ensina Marialva Barbosa (2008) – a dissertação de Caio se tornou um inventário de informações valioso para o estudo da Imprensa Lésbica e também para o ativismo desse segmento. Esses elogios não se devem apenas à nossa amizade, mas, de fato, à qualidade de seu trabalho – que por esse e outros méritos, venceu o Prêmio de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

É verdade que parte dos periódicos, grupos e pessoas mapeados por Caio já constavam no livro de Péret. No entanto, as menções rápidas e muitas vezes sem profundidade às organizações lésbicas fazem crer, ao público comum, que talvez não houvesse mesmo muito mais o que se investigar.

Com a pesquisa de Caio, foi possível observar a Imprensa Lésbica de forma mais diversa. Se seguíssemos as pistas deixadas por ele, como eu fiz, é possível perceber que ela não tem apenas o rosto e as vozes de lésbicas paulistas, universitárias e majoritariamente brancas – ainda que de classe média e classe média baixa. Tratava-se, também, de lésbicas negras, de cidades interioranas, nordestinas, sem formação universitária, com expressões de gênero variadas.

O caráter agregador de Caio também favoreceu minha pesquisa de outros modos. Depois de ser consultado por mim e por Larissa Martins, ele criou um grupo chamado informalmente de "Pesq Imprensa Lésbica" no WhatsApp. Por ali, compartilhávamos os achados históricos e dividíamos preocupações de pesquisa. À medida que fomos conhecendo outras pesquisadoras, o grupo foi crescendo. E o que foi pensado para ser um simples canal de troca de informações se tornou também uma rede de apoio e colaboração afetiva – necessária para quem pesquisa temas como as lesbianidades. Na seção a seguir, a razão para isso ficará mais evidente.

Óleo, buraco e acidentes na pista

O percurso até a conclusão da pesquisa foi cheio de obstáculos. O primeiro e mais evidente se apresentou entre os próprios pares – pesquisadores e professores da área. Para muitos, não havia imprensa lésbica; outros acreditavam tratar-se de uma temática menor, sem mérito para ser objeto de estudo; havia também aqueles que questionavam: "mas qual é a importância de contar essa história?" Um, mais provocador, disparou em público, durante a aula: "por que as lésbicas são um problema do jornalismo? Não seriam um problema da psicologia?"

Embora incômodas, essas questões terminaram por me encaminhar para uma articulação dupla na pesquisa: contar a história das publicações lésbicas e identificar nelas as contribuições ao jornalismo. O primeiro objetivo já demandaria um grande esforço. Afinal, estávamos falando de periódicos não mencionados na maioria das obras de referência sobre história da mídia, nem mesmo naquelas dedicadas aos

jornais feministas, homossexuais e populares[3]. Some-se a isso o fato de que muitos dos periódicos lésbicos constavam de acervos privados e outros tantos não resistiram ao tempo e ao receio da lesbofobia, que fez parte das organizadoras desses jornais destruírem as próprias produções (Maia, 2017b).

Ao todo, foram oito viagens para consultar arquivos, bibliotecas, cartórios e realizar entrevistas de história oral: uma para Campinas (SP), uma para Curitiba (PR), uma para Recife (PE), uma para Rio das Ostras (RJ), duas para o Rio de Janeiro (RJ) e duas para São Paulo (SP).

De forma provocativa, fiz da lésbica, a 'sapatão-problema', uma perspectiva de análise para o desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, tratei de retirar essa expressão do domínio exclusivamente identitário e, revisitando o acumulado da Teoria Lésbica, coloquei-a como espaço de produção de conhecimento crítico – atento às hierarquias e desigualdades não só de orientação sexual, mas também de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais.

> uma perspectiva lésbica ou sapatão consiste numa ruptura com a dominação masculina, em todos os níveis. Ruptura essa que não pode nem deve se encerrar em si mesma. Ao contrário, deve acompanhar uma outra, mais ampla e radical, que compreende outros aspectos da existência humana em que se observam relações assimétricas de poder e cuja consequência é a criação de diversas subalternidades. (Silveira-Barbosa, 2019, p. 43)

Acrescento, ainda, que provavelmente, se não fosse o incômodo pela questão que colocava as lésbicas como 'problema', eu não teria

3. As exceções são o jornal e boletins *ChanaComChana*, além dos boletins e revistas *Um Outro Olhar*.

mobilizado tantos esforços para formular o inventário que resultou na identificação de 24 publicações, surgidas entre 1981 e 2019, na explicitação de que o *ChanaComChana* divide com o *Iamuricumá* o título de primeira publicação lesbiana do Brasil; no encontro das edições 2 e 3 desse mesmo *Iamuricumá* – o que ainda não havia sido feito; e, no mesmo sentido, no achado do que seria a nona e última edição da revista *Femme*, que também não havia sido listada em estudos anteriores (Silveira-Barbosa, 2019).

Quadro 1

Mapa da Imprensa Lésbica brasileira (1981-2019)

Nome	Período estimado de circulação	Responsável pela publicação	Sede
Iamuricumá	1981	As Iamuricumás	Rio de Janeiro/RJ
ChanaComChana (jornal)	1981	Grupo de Ação Lésbica- Feminista	São Paulo/SP
ChanaComChana (boletim)	1982-1987	Grupo de Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
Amazonas	1983-1985	Grupo Libertário Homossexual da Bahia	Salvador/BA
Xerereca	1987	Rita de Cássia Colaço Rodrigues, Ana Rita Lugon e outras colaboradoras anônimas	Rio de Janeiro/RJ
Um Outro Olhar (boletim)	1987-1994	Grupo de Ação Lésbica-Feminista/ Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Deusa Terra	1991-1994	Deusa Terra	São Paulo/SP
Lesbertária	1993	Míriam Bottassi e Ann Puntch	São Paulo/SP

Femme	1993-1996	Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos	Santos/SP
Folhetim	1993-2008	Movimento D'Ellas	Rio de Janeiro/RJ
GEM	1994-1995	Grupo Estação Mulher	São Paulo/SP
Um Outro Olhar (revista)	1995-2002	Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Ousar Viver	1997-2002	Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Ponto G	1998-2002	Grupo Lésbico da Bahia	Salvador/BA
Visibilidade	1998; 2001-2004	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul	2004-2006	Liga Brasileira de Lésbicas	Porto Alegre/RS
O L	2005	Beijo Livre	Brasília/DF
Sobre Elas	2006	Nina Lopes	São Paulo/SP
Alternativa L	2013-2019 (em circulação)	Equipe Alternativa L	São Paulo/SP
Brejeiras	2018-2019 (em circulação)	Camila Marins, Cris Furtado, Laila Maria, Luísa Tapajós e Roby Cassiano	Rio de Janeiro/RJ
Léssica	2018-2019 (em circulação)	Cristiane Schwinden	Salvador/BA
Tia Concha	2018-2019 (em circulação)	Coletivo 44 – Ana Clara Travassos, Andressa Habyak, Giovanna Guedes, Inessa Silva e Mariana Pacor	São Paulo/SP

Silveira-Barbosa (2019)

Identificar, analisar e discutir o histórico dessas publicações também me deu condições para elaborar e propor o conceito de Imprensa Lésbica. Embora a expressão tenha aparecido nas pesquisas de Péret (2011) e Maia (2017a), ela não havia sido delimitada teoricamente, sendo discutida simplesmente como termo guarda-chuva para periódicos editados por lésbicas que tratavam de lesbianidades. Ao evidenciar a ausência da trajetória desses jornais em obras sobre história da mídia, além das lacunas persistentes sobre lesbianidade em outras áreas do conhecimento, tratei, em primeiro lugar, de grafar Imprensa Lésbica em caixa alta. Afinal são assim que são escritos os nomes próprios e as palavras para as quais conferimos importância em um texto. A partir disso, estabeleci que:

> Trata-se de uma estrutura autônoma de comunicação, desenvolvida de lésbicas para lésbicas. Embora cada periódico do segmento tenha especificidades próprias, todos eles compartilhavam uma perspectiva de politização da condição lésbica e buscavam romper com os estigmas e apagamentos aos quais as lésbicas brasileiras foram historicamente submetidas. Destaco ainda que cunhar o nome dessa imprensa em caixa alta é uma posição política de reivindicação do reconhecimento desses meios de comunicação e suas particularidades como objeto de estudo acadêmico, diante da escassez bibliográfica sobre o tema. (Silveira-Barbosa, 2019, p. 28)

Posteriormente, também revisitei os conceitos de comunicação alternativa e comunitária e indiquei os motivos pelos quais a Imprensa Lésbica deve ser entendida como parte desta segunda classificação. Afinal, para os jornais alternativos foram comuns as perseguições políticas, prisões de colaboradores, atentados em gráficas e bancas, censura prévia e outras arbitrariedades, próprias da ditadura iniciada

em 1964. Além, é claro, do conteúdo fortemente marcado pelas críticas ao regime de então e à política nacional – todas essas características ausentes ou pouco frequentes nos periódicos lesbianos.

> O surgimento da Imprensa Lésbica brasileira se dá em 1981, num contexto social com características distintas do período anterior. Embora compartilhe semelhanças com os alternativos que o precederam, seria um desvio historiográfico, isto é, um anacronismo afirmar que esse segmento acompanha o que ficou conhecido como imprensa alternativa no contexto pós-1964. (Silveira-Barbosa, 2019, p. 56)

Havia, no entanto, práticas e dinâmicas na Imprensa Lésbica já elaboradas em publicações vinculadas a movimentos sociais e comunitários. Por isso, situei essa imprensa como parte daquilo que tem sido chamado de comunicação comunitária. Como ensina Peruzzo (2009),

> A comunidade se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros. […] Assim sendo, à comunicação comunitária são reservadas exigências de vínculos identitários, não possuir finalidades lucrativas e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da cidadania. (Peruzzo, 2009, p. 58)

Em termos historiográficos e simbólicos para os movimentos lésbicos, esses achados de pesquisa já se apresentariam como contribuição para ampliar o conhecimento sobre nossa própria história. Contudo, a insistência por provar a relevância da pesquisa também para o jornalismo me permitiu elencar uma série de apontamentos sobre o fazer jornalístico a partir da Imprensa Lésbica – tanto de boas práticas como de limitações. Dessa forma, ficou evidenciado que,

mesmo desvelados os seus entraves, a Imprensa Lésbica, de fato, não era 'problema' do jornalismo. Ao contrário, inspirava soluções.

Por outro lado, ter que reiterar a importância da pesquisa em meu próprio campo, de maneira perene ao longo dos vinte meses de pesquisa, limitou a investigação no que se refere às perspectivas sobre lesbianidades. Embora tenha tentado evitar a romantização da trajetória das ativistas e publicações sobre as quais me debrucei, acredito que poderia ter tensionado mais as suas propostas.

O conteúdo de muitos dos periódicos a que tive acesso, bem como das entrevistas que realizei indicava compreensões problemáticas sobre gênero, sexualidade e feminismo. Algumas declarações deixavam entrever preconceitos e fobias em relação a pessoas pobres, negras bissexuais e, de maneira particular, trans. Na época da defesa de mestrado – dezembro de 2019 –, já se articulavam no Brasil e no exterior variadas redes de feministas que se nomeiam radicais ou críticas de gênero. Já para quem não coaduna com suas visões de mundo, grupo no qual me incluo, elas são consideradas essencialistas, trans-excludentes e anti-gênero (Côrrea; Rodrigues, 2023).

Talvez, também, por contar com muitas dessas interlocutoras para realizar um esforço inédito de pesquisa, eu tenha procurado manter uma 'política de boa vizinhança' para evitar o cancelamento de entrevistas e a restrição de acesso a fontes, já tão difícil. Com isso, somente após a defesa do mestrado, passei a apontar de forma mais clara as contradições do ativismo lésbico.

Em artigo ainda no prelo (Silveira-Barbosa, s.d.), fiz algumas ponderações sobre a exposição de incoerências na trajetória de movimentos sociais, que são pertinentes para a presente reflexão:

> evidenciar tais contradições nos referidos movimentos sociais é parte de um compromisso ético de pesquisa, que ao passo em que reconhece a relevância das propostas apresentadas por eles, não romantiza sua atuação. Antes, expõe suas problemáticas internas, entendendo-as como inerentes ao comportamento humano. Ignorar o direito à contradição e ao erro seria, em certa medida, admitir uma infalibilidade utópica, tanto para cidadãos comuns como para ativistas. (Silveira-Barbosa, s.d., pp. 13-14)

Ainda neste tópico, cumpre salientar que a ausência de problematizações em relação ao entendimento de minhas interlocutoras sobre gênero também pode ser explicada pelas minhas limitações na percepção da minha própria identidade de gênero. Instigada pelas referências feministas usadas para esta mesma pesquisa de mestrado, volta e meia, eu me perguntava e perguntava à Ingridy Peixoto, minha então esposa: "e se eu fosse um homem trans?" No entanto, eu interrompia a conversa logo em seguida. Aquilo não parecia ser o que eu gostaria de dizer – nem de ser. E outras possibilidades identitárias ainda não estavam no meu radar. Somente em 2021, passei a me entender como uma pessoa não-binária, portanto, parte da comunidade trans. E uma vez integrada a esse grupo se tornou mais difícil permanecer alheia aos debates sobre a ofensiva anti-trans, que, infelizmente, tem encontrado nos movimentos lésbicos muitas articuladoras.

Pausa na viagem: alinhando pneus e reabastecendo o tanque

Concluído o mestrado, decidi que era hora de fazer uma pausa na vida acadêmica. Assim, voltei a trabalhar na TV Senado, em Brasília – para onde já havia retornado cerca de seis meses antes da banca de defesa. Apesar do acolhimento proporcionado pelo grupo de

Jornalismo e Gênero, estar em Ponta Grossa foi bastante desafiador. Pelas questões identitárias, já que sou uma lésbica negra, e também pelo ambiente político – bastante conservador dentro e fora da universidade. Não podemos esquecer que entre 2018 e 2019, quando vivi no Paraná, estávamos no ano da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e, posteriormente, em seu primeiro ano de mandato. Por isso, no fim do primeiro semestre de 2019, abri mão da bolsa Capes e voltei para Brasília, com o apoio de Ingridy.

Em janeiro de 2020, contratada para um trabalho temporário na referida emissora, comecei a apresentar dores na coluna cervical e nos pulsos. À época, acreditava se tratar de uma sobrecarga momentânea pelos meses de escrita da dissertação, seguidos de um novo trabalho em que eu também ficava horas e horas digitando. No entanto, os episódios de dor se intensificaram e passaram a atingir todo o corpo. Ainda assim, os diferentes médicos consultados prescreviam analgésicos e sessões de fisioterapia, sem maiores interesses de investigação.

Apenas em junho de 2021, após consulta com a reumatologista Thaise Neto Maia, tive o diagnóstico de fibromialgia e artrose. A essa altura, as crises de dor já me impossibilitavam de sair da cama e fazer coisas básicas como lavar as mãos e pegar água para passar café. Além disso, as idas ao pronto-socorro eram quase semanais e o uso de opioides para dor, constante. Tudo isso indicava que se tivesse continuado na pós-graduação, provavelmente, não teria conseguido concluir os estudos de forma adequada. Talvez, nem mesmo os tivesse terminado.

Embora diagnosticada apenas nessa época, já havia tido sintomas da fibromialgia em períodos anteriores. Um deles ocorreu em

maio de 2018, quando fiquei com a coluna inteiramente travada e precisei da ajuda de Ingridy para me vestir, pois não conseguia esticar os braços. Talvez, se tivesse começado a investigar minha condição naquele momento, não teria ficado tão mal, nem produzido no ritmo acelerado que a vida acadêmica exige.

Apesar disso, entre 2020 e 2021, também foi tempo de gestar um novo projeto. No mesmo grupo "Pesq Imprensa Lésbica", criado por Caio, contactei colegas que poderiam se interessar pela fundação de uma instituição dedicada à memória lésbica. Depois de ter concluído o mestrado, tinha em mãos materiais raros e interessantes, em parte comprados, em parte recebidos de ativistas e pesquisadoras. Esta era a mesma situação de outras colegas do grupo, que contactei para fundar o Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB).

A experiência da pesquisa me fez desejar que o acesso a fontes sobre lesbianidades se tornasse mais fácil e democrático. Afinal, não são todas as pesquisadoras lésbicas que contam com bolsa para pesquisa, apoio de parceiras e familiares, além do respaldo de universidades para se colocarem perante instituições de memória. Por compartilhar dessa perspectiva, as pesquisadoras do grupo e eu nos unimos para fundar o ALB. Feito, aliás, que teve o apoio das coordenadoras do grupo de Jornalismo e Gênero, Paula Melani e Karina Woitowicz, tanto financeiramente como em divulgação, quando fomos convidadas a falar no 7º Colóquio Mulher e Sociedade[4]

4. Mais informações em: Elos. (2021, junho 29). Segundo dia do Colóquio apresenta discussões sobre a importância da representação feminina. Recuperado de https://elos.sites.uepg.br/posts/segundo-dia-do-coloquio-apresenta-discussoes-sobre-a-importancia-da-representacao-feminina

e também com a reportagem do Elos, sobre a criação e campanha de financiamento do arquivo[5].

A fundação do ALB se insere num contexto maior de emergência de uma série de instituições ligadas à memória LGBTQIA+, impulsionada a partir da década de 2010 por marcos como a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, que pela primeira vez reconheceu a dimensão heteronormativa do regime militar, além da fundação do Museu da Diversidade Sexual, na capital paulista – o primeiro do país e da América Latina dedicado à temática (Silveira-Barbosa & Oliveira, 2023). Ao refletir sobre esse processo com Augusta da Silveira de Oliveira, cofundadora e atual diretora financeira da instituição, concluímos que:

> A maior visibilidade de acervos como o ALB dentro e além das comunidades às quais se destinam sugere que eles possuem a capacidade de manter-se para além de suas atuais lideranças, longevidade exigida para guarda e preservação dos documentos. Além disso, sua inserção num debate mais amplo sobre memória, fomentado por iniciativas similares no Brasil e no mundo, aponta que há espaço de discussão para o lugar da existência lésbica na história dos movimentos sociais, do período ditatorial e da redemocratização no Brasil, bem como para a complexificação do entendimento a respeito das categorias identitárias contemporâneas.
> A existência de um acervo como o ALB e de uma rede que se constitui a partir de sua fundação aponta, ainda, para a necessidade de preencher a lacuna historiográfica a respeito da lesbianidade no Brasil e para a reiteração do discurso que questiona a norma do sexo e gênero em favor de uma

5. O Elos é um projeto de extensão focado em direitos humanos, jornalismo e formação cidadã, vinculado à UEPG. Os estudantes que atuam nele produzem reportagens e conteúdos jornalísticos com perspectiva de gênero e raça. A reportagem sobre a campanha de financiamento do ALB pode ser consultada em: Elos (2021)

> perspectiva que entende a multiplicidade da palavra "lésbica". (Silveira-Barbosa & Oliveira, 2023, p. 22)

Os apontamentos acima aludem não apenas às nossas perspectivas teóricas e políticas, mas também à própria realidade do Arquivo Lésbico, que conta desde sua fundação com a colaboração de pessoas trans, bissexuais e de outras identidades de gênero e orientação sexual, para além da lesbianidade. Trata-se, também, de um posicionamento institucional frente à crescente onda de ataques a pessoas trans, da qual o próprio o ALB já foi alvo, ao tratar de temáticas que interseccionam lesbianidade e transgeneridade, fazer uso de linguagem não-binária ou mencionar referências da Teoria Queer, como Judith Butler, nas mídias sociais.

Esses eventos demonstram que a lesbianidade se tornou uma categoria incômoda de habitar para quem não compactua com perspectivas essencialistas de gênero. Por algum tempo, organizações lésbicas se mantiveram em silêncio em relação ao avanço da transfobia ou até falavam, mas para alimentar essa discriminação. Assim, o ALB se manteve um tanto solitário no âmbito das instituições lésbicas.

Somente em novembro de 2023, após selarmos uma parceria com o Grupo de Estudos em Lesbianidades da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), passamos a ter mais contato com pesquisadoras e ativistas com perspectivas similares às nossas. Tanto é que após o evento que organizamos juntas, passei a integrar o grupo, em fevereiro de 2024, sendo acompanhada, posteriormente, por outras pessoas filiadas ao ALB.

Retomar a rotina de estudos, com reuniões semanais para discussão de textos acadêmicos, fez reacender o desejo por retornar à

academia e concluir minha formação como pesquisadora. No entanto, as marcas deixadas pelos 'acidentes na pista', ocorridos durante o mestrado e detalhados na seção anterior, ainda me faziam ficar reticente quanto a possibilidade de fazer um doutorado sobre lesbianidades.

Dessa forma, escrevi um anteprojeto que tratava do público analfabeto dos telejornais. Antes mesmo de o edital ser publicado, minha proposta já estava pronta – desvelando minha avidez por retornar à universidade. Mas, quando consultei as colegas do GEL, elas foram unânimes em sugerir – e insistir – que eu continuasse a pesquisar lesbianidades. Havia o entendimento de que nossas trocas acadêmicas eram valorosas e que por mais que minha proposta original fosse relevante, o tema das lesbianidades persiste escanteado na academia e, particularmente, na Comunicação. Uma pesquisa recente feita pelo grupo em periódicos acadêmicos de nossa área indicou que:

> enquanto 97 artigos foram recuperados a partir das buscas por *gay*, 33 retornaram para *transgênero* e/ou *transexual*, 22 responderam a *lésbica*, 20 a *travesti*; e apenas 10 a *bissexual*. Ou seja, dentro das discussões sobre as pessoas LGBT, é quase 10 vezes mais comum tratar de gays do que de bissexuais; e entre quatro e cinco vezes mais frequente falar de gays do que de lésbicas e de travestis. O número de artigos recuperados com o termo *gay* é, também, quase três vezes maior do que com transexuais e transgêneros (Ziller et. al., 2023, p. 8, grifos das autoras).

Diante disso, em julho de 2024, quando a pesquisa de mestrado, publicada em forma de livro sob o título *Imprensa Lésbica: uma história possível* (2023) se tornou semifinalista do Prêmio Jabuti Acadêmico, recebi o impulso que faltava para seguir pesquisando lesbianidades. Assim, submeti um anteprojeto sobre os sentidos da

lesbianidade na Imprensa Lésbica para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Concluída a seleção, fui aprovada, tendo Joana Ziller, coordenadora do GEL, como orientadora.

Considerações finais: de volta à estrada

Feitos os alinhamentos necessários, foi possível retornar à universidade. Agora, mais consciente em relação à polissemia das lesbianidades, ao avanço de movimentos anti-gênero e anti-trans, posso observar a Imprensa Lésbica por outras perspectivas. No anteprojeto de doutorado, relembrei o fato de que a disputa pela popularização do termo 'lésbica' se devia ao contato das mulheres do chamado movimento homossexual com o feminismo. Na década de 1980, parte delas defendia que era necessário adotar uma nomenclatura que evidenciasse a sua 'dupla opressão', a saber de gênero e sexualidade (Fernandes, 2018).

Assim, quem partilhava desse entendimento optou por se organizar em grupos exclusivamente lésbicos, criando seus próprios eventos, assim como sua própria imprensa. No entanto, essa posição não impedia a reflexão e o engajamento das lésbicas sobre outras temáticas, inclusive a própria transexualidade.

Nesse sentido, Amara Moira (2023) foi precisa ao pontuar a abordagem da polêmica sobre o gênero ou sexo de Roberta Close, nas páginas do boletim *ChanaComChana*, na década de 1980. Nesse período, uma coluna de opinião sinalizava que, apesar de a figura de Roberta poder indicar um ideal feminino que muitas feministas gostariam de desnaturalizar, o direito de autodeterminação dela não deveria estar em questão. Na mesma reflexão, Moira (2023) aponta a

contradição observada no presente, já que a autora da referida coluna tem usado suas redes sociais para promover discursos transfóbicos.

Diante de situações como essas, tenho me questionado: o que teria acontecido da década de 1980 para cá? O que foi feito das perspectivas anti-essencialistas, tão caras às mais variadas formas de feminismo? Quando mulheres passaram a ser apenas 'fêmeas humanas' e as lésbicas 'fêmeas humanas homossexuais'?

As incoerências se tornam ainda mais graves quando reexaminamos a história de como o Movimento Homossexual se tornou LGBT. Afinal, partiu das lésbicas, num encontro em Cajamar (SP), em 1993, a proposta de modificação da sigla. À época, sob resistência, avançou-se apenas para movimento de "lésbicas e homossexuais". Somente em 1995, quando da fundação da ABGLT, é que as reivindicações lésbicas foram melhor recebidas e incorporadas à cena nacional do ativismo para evidenciar a diversidade de corpos, sujeitos e experiências (Simões & Facchini, 2009).

Também na Imprensa Lésbica, no início dos anos 2000, há marcas da aliança política entre lesbianas e pessoas trans. Num artigo da revista Lés (2005), sobre a Semana da Visibilidade Lésbica em São Paulo, aparece um comentário de Marisa Fernandes, do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL), a respeito da permanência da discriminação de pessoas trans e da dificuldade de superar essa questão.

> Segundo Marisa Fernandes, representante do Coletivo, hoje não são as lésbicas e as feministas o divisor de águas entre o povo brasileiro. São as pessoas que não se identificam com seus corpos. "Como para a sociedade só existe o corpo do homem ou da mulher, quem está fora disso acaba incomodando. Se você não está aqui ou ali não pode estar em lugar nenhum. Então, já que o tema incomoda, gostaríamos de aprender,

> ouvir, conversar", garantiu durante a abertura do evento (Lés, 2005, n. 3, p. 7).

Ainda que na atualidade a definição de transgeneridade já não se detenha tanto sobre a identificação ou não identificação de um indivíduo com seu corpo (Stryker, 2008), a posição do CFL e, particularmente, de Marisa Fernandes deve ser lida como um marco importante e pioneiro. Nesse sentido, acrescento que nos anos 1900 e 2000, o CFL desenvolveu trabalhos com a população encarcerada, atendendo não apenas lésbicas, mas também homens trans. E, no presente, Fernandes permanece como aliada do segmento.

Revisitar essas memórias indica que os sentidos da categoria lésbica, termos afins e as práticas sociais que deles decorrem encontram-se em constante disputa e reelaboração, além de desvelar um profícuo campo de investigação – o qual pretendo explorar. Dessa forma, adotei como pergunta de pesquisa a seguinte questão: "Quais são os sentidos da categoria lésbica e termos afins na Imprensa Lésbica e seus impactos na sociabilidade das sujeitas que os constroem?"

Diante do exposto, torna-se evidente que a história da Imprensa Lésbica e das articulações políticas das lésbicas no Brasil é marcada por tensionamentos, alianças e revisões constantes de sentidos. A defesa de uma identidade lésbica que não se limita a essencialismos, mas que se abre ao diálogo com outras experiências dissidentes de gênero e sexualidade, mostra-se como uma tradição crítica e reflexiva no interior do próprio movimento. Ao reexaminar materiais históricos, é possível reconhecer o esforço de muitas ativistas em construir espaços de escuta, aprendizado e acolhimento, mesmo em contextos marcados por disputas e retrocessos. Esses registros, longe de serem

apenas memórias afetivas, oferecem ferramentas importantes para refletir sobre os desafios do presente e reposicionar as lutas no campo das políticas de identidade.

Assim, retomar a trajetória da Imprensa Lésbica e das práticas políticas das lésbicas feministas é também um gesto de resistência frente à crescente onda de discursos anti-gênero e transfóbicos. Ao invés de encerrar debates, esses periódicos ensejam a reflexão crítica e o engajamento ético com as complexidades que perpassam os corpos e as subjetividades dissidentes. A proposta de investigar esse campo no doutorado não se dá apenas como uma busca por conhecimento e de conclusão de minha formação universitária, mas como uma aposta na memória como ferramenta política.

Referências

Barbosa, M. (2008). Por uma história cultural da imprensa brasileira. *Lumina, 2*(1), 1-8.

Corrêa, S., & Rodrigues, C. (2023). "Terfs, movimentos críticos do gênero e feminismos pós-fascistas". *Cadernos Pagu,68*(e236801), 1-25.

Elos. (2021, junho 24). Arquivo Lésbico Brasileiro lança financiamento coletivo para estruturar a preservação dos materiais. Recuperado de https://elos.sites.uepg.br/posts/arquivo-lesbica-brasileiro-lanca-financiamento-coletivo-para-estruturar-a-preservacao-dos-materiais

Fernandes, M. (2018). Ações lésbicas. In J. N. Green, M. Caetano, M. Fernandes, & R. Quinalha (Org.), *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 91-120). Alameda.

Lés. (2005). Azm Editorial, n. 3.

Maia, C. (2017a). *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Maia, C. (2017b). *Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira: uma discussão da revista Femme (1993-1995)* [Trabalho apresentado]. 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos, Florianópolis, SC, Brasil.

Moira, A. (2023, janeiro 15). Roberta Close e o transfeminismo no Brasil. *Folha de S. Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/01/primordios-do-transfeminismo-no-brasil.shtml

Péret, F. (2011). *Imprensa Gay no Brasil: entre a militância e o consumo.* Publifolha.

Peruzzo, C. M. K. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *ECO-Pós, 12*(2), 46-61.

Simões, J. A., & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.* Editora Fundação Perseu Abramo.

Silveira-Barbosa, P. (2019). *Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa].

Silveira-Barbosa, P. (2023). *Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil: uma história possível.* Dialética.

Silveira-Barbosa, P. (s.d.). *Iamuricumá: abre-caminhos da Imprensa Lésbica no Brasil* (no prelo).

Silveira-Barbosa, P., & Oliveira, A. da S. (2023). Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB): o "levante da memória" e a construção de uma rede dissidente. *Cadernos de Gênero e Diversidade, 9*(4), 2-31.

Stryker, S. (2008). *Transgender History.* Seal Studies.

Ziller, J., Barretos, D. do C., Xavier, K. do C., & Oliveira, L. G. C. de. (2023). Cartografia de dissidências: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação [Trabalho apresentado]. Anais do 32º Encontro Anual da Compós, São Paulo, SP, Brasil. https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/cartografia-de-dissidencias-tematicas-lgbt-nos-periodicos-brasileiros-de-comunic

Dinâmicas na feminização do jornalismo pela perspectiva de gênero: afrontamentos e enfrentamentos das jornalistas no exercício profissional

Alex Dolgan
Amanda Aparecida Grzebielucka
Paula Melani Rocha

O capítulo apresenta uma articulação entre os resultados de dois projetos de iniciação científica - *Mulheres jornalistas sob ataques: riscos, traumas e resiliências no exercício da profissão; e Ataques virtuais generificados, desinformação e censura: campanhas de ódio contra as jornalistas*-[1], desenvolvidos entre o período de 203 a 2025, os quais integram o projeto de pesquisa 'Riscos e traumas na prática

1. Os objetivos das pesquisas de iniciação científica são: discutir os ataques a jornalistas mulheres durante a atividade jornalística e os desdobramentos na saúde das profissionais; e observar ataques virtuais generificados contra jornalistas, propagação de fake news com ofensas misóginas, machistas e/ou lgbt+fóbicas.

do jornalismo, inovação tecnológica e a feminização da profissão', coordenado por Paula Melani Rocha e aprovado pelo CNPq. Tal projeto está sob a égide das discussões do *Journalism Education and Trauma Research Group* (JETREG)[2]. Esta discussão traz o recorte da violência judicial contra jornalistas e tem como objetivo compreender os desdobramentos da violência judicial na prática profissional e na qualidade de vida das jornalistas.

Tal discussão atende parte dos objetivos desenhados pelo projeto de pesquisa guarda-chuva que são: caracterizar os traumas e riscos aos quais as jornalistas são suscetíveis no exercício de suas atividades e os desdobramentos pessoais relacionados à saúde, família, qualidade de vida e profissão; e analisar a autonomia das jornalistas na prática profissional.

O contexto da pesquisa parte de dois fenômenos: a feminização do jornalismo e o contexto político ultra conservador instalado no Brasil. O recorte temporal compreende o período de 2020, início da pandemia de Covid-19, até 2023, marcado pelo crescimento significativo da violência contra profissionais da imprensa e à liberdade de imprensa, com ofensas instrumentalizadas por marcadores estigmatizados de gênero e raça, segundo os monitoramentos anuais da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

Em 2020, foram registrados 428 casos de violência contra jornalistas, um aumento de 105,77% em relação a 2019. A forma mais recorrente foi a descredibilização da imprensa — estratégia de

2. O Journalism Education and Trauma Research Group envolve mais de 60 pesquisadores do Sul e Norte Global. Mais detalhes no site do JETREG no https://jetreg.blogs.lincoln.ac.uk

silenciamento das profissionais, frequentemente impulsionada pela desinformação — que somou 152 ocorrências. O então presidente Jair Bolsonaro apareceu como principal agressor, sendo responsável por 175 episódios, o que representa 40,89% do total (FENAJ, 2021). Kraemer (2012) aponta que o Brasil carrega heranças da ditadura militar que violam os direitos, como as legislações autoritárias e instituições que mantêm uma cultura de violência e que afirmam as desigualdades. Essas heranças militares ficaram ainda mais evidenciadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), militar-reformado, em que as violências contra jornalistas aumentaram (Fenaj, 2023). O ano com maior registro foi em 2021 com 430 ocorrências, "ano recorde, desde o início da série histórica dos levantamentos" (Fenaj, 2023, p. 4).

Contudo, os ataques não se limitaram ao período da pandemia, estenderam-se em 2022 durante as eleições presidenciais, e continuaram até 2023, após a posse de Luís Inácio Lula da Silva. Tais eventos levaram à invasão golpista do 8 de janeiro, em Brasília. Nisso, o Relatório Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (FENAJ, 2024) revelou que, em 2023, nas manifestações antidemocráticas, apoiadores e lideranças políticas foram os agressores em 31 episódios de violência dos 181 registros do total do relatório. Destes casos, 29 (16,02%) ocorreram em acampamentos montados em frente ou próximos a áreas militares. Ainda em 2023, os dados da instituição mostraram uma queda de 51,86% em comparação com 2022, que registrou 376 casos. Contudo, o cerceamento à liberdade de imprensa por meio de ações judiciais cresceu 92,31% no último ano. Os números de ações ou inquéritos que se configuram como assédio judicial passaram de 13, em 2022, para 25, em 2023.

A feminização é compreendida como "uma categoria em movimento, em processo de construção" e o propósito da investigação é identificar e compreender os deslocamentos qualitativos ocasionados em determinada profissão a partir da participação de "elevada proporção de mulheres em processos capitalistas contemporâneos" (Yannoulas, 2011, p. 286), aqui representado pelo Jornalismo. A entrada acentuada das mulheres no jornalismo provoca movimentos estruturais que passam a absorver demarcações de gênero tradicionais no exercício da atividade. Essas demarcações atravessam, além da organização e da divisão social e sexual do trabalho, todas as etapas do processo de trabalho das jornalistas e as relações envolvendo fontes, pares profissionais, chefias e público (Hirata & Kergoat, 2007). Neste estudo em particular, apreendemos a perspectiva da feminização ao se debruçar sobre os ataques direcionados às profissionais mulheres e carregados de estereótipos de gênero e raça.

É necessário também expor o segundo fenômeno, o ambiente político. Ataques e violências contra jornalistas e a imprensa se intensificaram sob governos de orientação conservadora e ultraconservadora de direita, eleitos a partir de 2010, no contexto da chamada "Maré Azul". São exemplos o Brasil sob Jair Bolsonaro (2019), o Chile durante o governo Sebastián Piñera (2019), o Uruguai com Lacalle Pou (2020), a Argentina sob Javier Milei (2023) e o Equador sob Daniel Noboa (2023). Grzebielucka et al. (2025) constaram que em todos esses países, durante os respectivos mandatos, a classificação no Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) variou entre as categorias laranja-claro (problemática), laranja-escuro

(difícil) e vermelho-escuro (muito grave), que representam os níveis mais baixos de liberdade de imprensa.

Assim, os ataques generificados e a instrumentalização de ações judiciais são operacionalizados como estratégias e instrumentos para atingir as profissionais e desacreditar a cobertura jornalística que estão pautando (Rocha et al., 2025). Segundo Valença (2022), governos com posturas populistas, como o de Jair Bolsonaro, não fecham jornais e revistas por motivações ideológicas, porém, utilizam de instrumentos legais, por diversos meios, promovendo censura na atividade jornalística.

Contexto político da pesquisa

Manifestações que inicialmente eram de progressistas foram rapidamente adotadas pela direita em 2013. No final de 2014, dois grupos importantes identificados com a direita surgiram no cenário nacional: o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Acorda Brasil (Dieguez, 2022). O manifesto da fundação MBL listava cinco objetivos: imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação dos poderes, eleições livres e idôneas e fim dos subsídios diretos e indiretos a ditaduras (Dieguez, 2022). Esses movimentos que eram tratados com desdém por jornalistas encontram nas redes sociais, novidade do momento, espaço para divulgar suas ideias e atrair mais simpatizantes (Dieguez, 2022).

Depois da eleição de Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018, iniciou-se a articulação de ataques contra jornalistas e desinformação, descredibilizando a mídia por meio do "Gabinete do ódio" (Mello, 2020). O presidente Bolsonaro tentou, a partir de cortes de

financiamentos, sufocar economicamente os jornais que ele julgava opositores ao então governo (Mello, 2020). Seguiu práticas semelhantes às de Rodrigo Duterte, ex-presidente das Filipinas, e Viktor Orbán, primeiro Ministro da Hungria, na tentativa de deslegitimar jornalistas com campanhas de difamação e deslegitimação da imprensa, como a utilização do termo "fake news" para desqualificar reportagens críticas ao governo, dando início a uma narrativa de inimigo em comum.

A postura agressiva do presidente Bolsonaro gerou um ambiente hostil que incentivou ataques a jornalistas por seus apoiadores (Mello, 2020). "A retórica e as ações cada vez mais agressivas contra a imprensa, por parte do presidente, de seus filhos e alguns aliados, funcionam como um sinal verde para apoiadores passarem dos insultos às vias de fato" (Mello, 2020, p. 202). Iniciou uma narrativa em que a imprensa é a inimiga do povo, esse padrão de ataque se repete em outros países que tem como líderes populistas a frente no governo, como Trump, Duterte e Orbán. Essa estratégia é comumente relacionada ao populismo, postura diferente do facismo, pois não extingue completamente a democracia, apesar de guardar algumas posturas semelhantes (Valença, 2022).

> O populismo enquanto postura de Governo surge dentro de uma ordem democrática, mas busca enfraquecer as bases da democracia constitucional, subvertendo-a e utilizando esta democracia contra ela mesma, em um processo gradual de autocratização por meio da redução de garantias, provocando um retrocesso constitucional. (Valença, 2022, p. 20)

Desse modo, o populismo é separado do fascismo e outras posturas autocráticas por uma linha tênue que limita aquele ao

enfraquecimento do Estado Democrático Constitucional (Valença, 2022). Os líderes populistas atuam como engenheiros do caos, utilizando ferramentas digitais e redes sociais para manipular as massas e influenciar decisões políticas globais (Empoli, 2019). "Por trás do aparente absurdo das fake news e das teorias da conspiração, oculta-se uma lógica bastante sólida. Do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda" (Empoli, 2019). Jair Bolsonaro e seus operadores digitais utilizaram métodos de manipulação algorítmica e desinformação para manipular a opinião pública, corroendo instituições e minando a imprensa tradicional (Mello, 2020). E conseguiram instalar um novo ambiente no país que ainda se mantém, mesmo após perder as eleições presidenciais em 2022. Segundo Empoli (2019), o populismo digital explora a polarização digital para mobilizar eleitores, utilizando de big data para amplificar emoções negativas e espalhar desinformação e teorias das conspirações a favor dos interesses políticos. Tais mudanças também alteraram as práticas de liberdade de expressão estabelecidas até então.

É importante demarcar que a figura do censor não é a mesma da época da ditadura. As perseguições, intimidações e prisões foram substituídas pelo controle e vigilância do acesso à internet nas empresas, pela exclusão de conteúdo das redes sociais e pelo impedimento advindo de uma ação judicial (Fígaro & Nonato, 2016). Em meio ao caos da comunicação global e nacional compreendemos o papel da imprensa e dos jornalistas no combate das desinformações espalhadas por líderes populistas. "Apesar de todos esses obstáculos, neste momento a imprensa tem uma oportunidade única de renascer e

combater a manipulação global da opinião pública pelas redes sociais" (Mello, 2020, p. 246). Ainda que os jornalistas tenham a oportunidade de renascer e combater a manipulação global, a categoria precisa enfrentar a judicialização, uma nova estratégia de ataque contra os e as profissionais de exercerem o jornalismo, que vem como resposta desses movimentos de enfrentamento e censura.

Judicialização, trauma e autonomia profissional

Em 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o assédio judicial como prática abusiva e que compromete a liberdade de expressão. A judicialização contra jornalistas não é apenas uma particularidade do Brasil, mas um movimento no mundo inteiro.

> As ações judiciais com objetivo de minar iniciativas destinadas a revelar informações ou promover atos de amplo interesse público são reconhecidas mundialmente como SLAPPs, do Inglês *Strategic Lawsuit against public participation* ou, simplesmente, ações judiciais estratégicas contra a participação pública. (Rios, 2024, par. 7)

Na Europa os jornais, diante da perspectiva de serem processados e terem de se defender para não pagar multas caras, têm simplesmente acatado automaticamente pedidos de apagamento de dados pessoais, mutilando seus acervos e trazendo prejuízos ao registro de informações com potencial interesse público (Abraji, 2024). Na América Latina os dados de judicialização continuam a crescer. Por exemplo, no México, houve 1 caso em 2015; em 2017, foram 13; e em 2020, chegou a 39 casos registrados (Artículo19; Flip; JFJ, 2021, p. 8, como citado em Abraji, 2024, p. 20).

> Para que um processo judicial contra a atividade jornalística seja classificado como assédio, é necessário, conforme o conceito apresentado, que sejam ajuizados por pessoa ou instituição, ou em contexto, que gere desequilíbrio entre as partes, em desfavor do jornalista, e que os processos tenham capacidade de trazer consequências judiciais intimidatórias a quem é processado. Somado a isso, ainda é preciso que a ação seja evidentemente infundada ou que as estratégias processuais utilizadas sejam abusivas, causando exaustão à vítima e prejuízo do exercício do seu direito de defesa. (Abraji, 2024, pp. 24-25)

Como dito anteriormente, no Brasil os processos se dão em um contexto de mitigação e enfraquecimento gradual dos direitos e liberdade de imprensa, causando uma censura indireta (Bezerra, 2022). A censura judicial é um fenômeno que se estabeleceu no país após a redemocratização e cujos principais argumentos para ser posta em prática são direitos de personalidade como honra, imagem e privacidade (Farias, 2019). Os governantes tentam impor limites à atuação da imprensa para se vitimizar e reduzir críticas, como é o caso de Jair Bolsonaro e Donald Trump. "Frequentemente se diz vítima de mentiras e perseguição de veículos e profissionais. Não importa como seja exercida, a censura é sempre ilegítima" (Farias, 2019, p. 2). O abuso do sistema judiciário contra o jornalismo causa um efeito inibidor.

> No entanto, segundo adverte a Organização dos Estados Americanos (Violência contra Periodistas: *Relatoría Especial para la Libertad de Expresión de la CIDH*), quaisquer formas de ataques contra jornalistas geram uma tripla cadeia de efeitos: afetam o direito dos jornalistas de exercer a atividade jornalística em benefício do interesse público; promovem um efeito amedrontador, desencorajando e silenciando pares; e violam o direito de cada pessoa e da sociedade em geral de buscar e receber informações de qualquer tipo, inclusive, sobre direitos essenciais (Rios, 2024, par. 10).

Devido a ações judiciais, muitas vezes questionáveis, que forçam a interrupção do trabalho jornalístico, a sociedade fica privada de informações fundamentais para a manutenção da democracia, agravando desigualdades já existentes (Rios, 2024). O monitoramento realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2024, divide os casos de judicialização em quatro categorias que podem ser integradas entre si:

1) Como o desequilíbrio político que pode ser exercido através das audiências, telefonemas, pedidos ou pressão pública, realizado por políticos (deputados, ministros, senadores e etc) para alcançar objetivos na ação judicial.

2) O desequilíbrio econômico que tem a estratégia de pessoas com grande poder econômico acionar a justiça contra jornalistas.

3) O desequilíbrio jurídico é categorizado quando o autor da ação judicial ocupa um cargo no sistema judiciário.

4) E por fim, o desequilíbrio associativo integra a capacidade de associações, com o intuito de engajar múltiplas pessoas no processo judicial contra jornalistas, podendo combinar estratégias para ajuizar múltiplas ações contra um mesmo jornalista ou veículo (Abraji, 2024).

> Processos que têm um mesmo jornalista como vítima de ações coordenadas, processos ajuizados por um mesmo autor litigante contumaz, processos com pedidos de indenização exorbitantes ou processos que se valem do uso do sistema criminal. A partir da análise dos dados, o tipo de assédio mais frequente (450) foi o de processos que têm um mesmo jornalista como vítima de ações coordenadas. (Abraji, 2024, p. 7)

Novamente os dados do monitoramento (Abraji, 2024) chamam a atenção ao revelar que o assédio mais frequente foi o realizado contra

um mesmo profissional, somando uma série de ações coordenadas, caracterizando uma estratégia para abatê-lo ou abatê-la. Tais ações acarretam desdobramentos no trabalho e na qualidade de vida dessas/es profissionais.

A reflexão busca compreender como a judicialização impacta na qualidade de vida e na autonomia da profissional, visto que mesmo não trabalhando em contexto de violência como guerras e desastres naturais, as mulheres enfrentam obstáculos para lidar com traumas relacionados à violência de gênero (Kebian, 2025). Segundo Kebian (2025), as ações contra as jornalistas recaem na esfera privada, devido à falta de reconhecimento público de que foi uma violência de gênero e de apoio do entorno e criação de mecanismos e ações para restituir as vítimas de violência. Muitas têm utilizado estratégias depois da violência sofrida como a privação de seus perfis nas redes sociais, troca de editoria, função ou veículo, evitam abordar determinados assuntos e preferem não se expor no ambiente de trabalho (Kebian, 2025). Outra forma de lidar com o trauma consiste justamente na persistência em realizar o ofício jornalístico, encontrando na profissão uma estratégia de resistência frente à ofensiva contra o jornalismo, a democracia e, especialmente, contra as mulheres jornalistas (Kebian, 2025), encontrando no jornalismo uma forma de ressignificar a violência e enfrentar o ódio. A judicialização impacta jornalistas de exercer a atividade jornalística, promove um efeito amedrontador, desencorajando e silenciando pares (Rios, 2024).

No estudo, entendemos que em alguns casos esse efeito se caracteriza como adoecimento, levando as profissionais a traumas decorrentes com os processos de judicialização.

> O Transtorno de Estresse Pós-Traumático, de forma ampla, é definido como um conjunto de sensações físicas e emocionais que ocorrem depois da vivência ou testemunho, direta ou indiretamente, a eventos traumáticos e que provoca alterações consideráveis no funcionamento psíquico, no comportamento e na saúde física de quem o sofre. (Nogueira & Serva Neto, 2022, p. 3)

"Perante a ocorrência de um acontecimento traumático, o indivíduo reformula a sua maneira de estar e de ver o mundo que o rodeia, gerando uma mudança significativa nos seus padrões de funcionamento" (Pereira, 2012, p. 13). Observamos então a mudança das jornalistas em seu comportamento e em suas decisões após o assédio judicial sofrido.

As entrevistadas e o trauma

Desde 2020, os casos de assédio contra jornalistas estão mais altos do que nos anos anteriores, no ano foram registradas 261 ações. Em 2021 o número diminui para 54, porém ainda é considerado um número alto. No ano de 2022 diminuíram duas ações em relação ao ano anterior. Em 2023 foram registrados 49 casos (Abraji, 2024). O Monitor identificou que o destino da maior parte das ações de assédio é o fracasso, já que a maioria dos processos resulta como "Extinto sem resolução de mérito" e "Improcedente em todas as instâncias" (Abraji, 2024).

> O que reforça que a prática do assédio é indiferente ao resultado do processo. Assim como entendido internacionalmente no caso de SLAPP (Strategic Lawsuit Against Public Participation), o objetivo dessas ações não é a concessão judicial do seu

> pedido, mas o ônus que o simples fato de ser processado trará ao jornalista. (Abraji, 2024, p. 7)

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) registrou 16 casos em 2020, um aumento de 220% em relação ao ano anterior. Foram 14 casos em 2021. Em 2022, a FENAJ contabilizou a diminuição de assédios judiciais, que antes eram categorizados por "cerceamento à liberdade de imprensa". Em 2023, o número de casos aumentou 92,31% em relação ao ano anterior, chegando a 25 ações. No ano de 2024, foram 23 casos de assédio judicial, uma queda de duas ações, porém, a sua proporção em relação ao total de violências aumentou, passando de 13,81% para 15,97% (FENAJ, 2021 2023, 2024, 2025). Esse crescimento percentual reforça a permanência dessa prática como uma das mais utilizadas para silenciar jornalistas, com maior reconhecimento público de seu caráter abusivo (FENAJ, 2025). A censura, que segundo a Fenaj muitas vezes é impulsionada por decisões judiciais ou agentes públicos, registrou um aumento de 120%, de cinco casos em 2023 para 11 em 2024 (FENAJ, 2025).

A judicialização é apenas um dos recortes encontrados nas entrevistas semi-diretivas, nelas utilizamos o método de entrevista compreensiva descrita por Kaufmann (2013). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos e é garantido o anonimato das respondentes. Para compreender melhor as características de cada jornalista e o tipo de mídia em que trabalhavam, elaboramos o Quadro 1 com algumas informações das entrevistadas. Vale ressaltar que a verdadeira identidade delas é preservada. No entanto, criamos nomes fictícios baseados em jornalistas que já faleceram para obter uma facilidade maior de entendimento.

Quadro 1

Informações sobre as jornalistas entrevistadas

Entrevistada	Nome Fictício	Etnia/Raça	Identidade de gênero	Veículo jornalístico	Tipo de contrato
01	Claudia	Branca	Mulher cis	Jornalista ativista e servidora pública	site próprio/ concursada
02	Beatriz	Branca	Mulher cis	Mídia nativa digital	Freelancer
03	Sandra	Branca	Mulher cis	Radiojornalismo	Freelancer
04	Glória	Negra[3]	Mulher transsexual	Telejornalismo	Contrato formal

Elaboração das autoras.
*As regiões geográficas não foram divulgadas para não identificar as jornalistas.
*As informações sobre o tipo de veículo jornalístico e de contrato correspondem ao período em que as jornalistas sofreram o assédio judicial.

O assédio judicial funciona como uma estratégia para barrar a cobertura jornalística (Abraji, 2024; Kebian, 2025). Na sua dissertação, Kebian (2025) analisa os efeitos dos traumas na memória, no gênero e na prática jornalística a partir de entrevistas realizadas com oito jornalistas brasileiras e busca compreender se os traumas provocam mudanças no ethos da profissão, quando as próprias se limitam ao seu discurso como resposta às violências vividas. A pesquisa em tela analisou os desdobramentos das ações na prática profissional e na

3. Não utilizamos a classificação parda, por considerar pretas e pardas como negras, visto que carregam os mesmos marcadores sociais de opressão. Tal escolha segue as orientações do movimento negro brasileiro e da sociologia (Santana, 2024).

qualidade de vida das jornalistas, pela perspectiva da saúde mental. No relato de Claudia foi possível identificar como a judicialização faz com que as jornalistas depois de sofrer o assédio judicial se sintam fragilizadas e impotentes para resolver a situação.

> Eu vivo momentos em que sinto uma fragilidade absurda. Os momentos dos processos, acho que é uma questão chave, esses momentos em que os ataques ficam muito constantes são momentos em que eu também me fragilizo. E eu acho que muito por conta do não ter o que fazer, sabe? Se fosse algo que eu pudesse fazer alguma coisa para evitar que acontecesse, eu acho que eu ia me sentir mais tranquila. Mas como eu não posso fazer nada, eu fico com aquela sensação de impotência e isso vai me fragilizando e sugando um pouco as minhas energias até para trabalhar. Do ponto de vista da minha saúde emocional naquele momento, eu fiquei super abalada. (Claudia, 2025, comunicação pessoal)

Em outro trecho a jornalista afirma como o assédio judicial acontece de uma maneira orquestrada para silenciar jornalistas. Assim como Valença (2022) traz em sua dissertação, o resultado dessa judicialização traz uma barreira para a imprensa de oposição no Brasil.

> É um processo de intimidar o jornalista, de tentar silenciar o que ele está falando. Eu acho que é um ataque frontal à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão. Quando sofri foi horrível, porque eu nunca tinha sofrido nenhum processo. Quando trabalhei em redação anteriormente a gente tinha bastante cuidado com isso, tinha um jurídico que trabalhava ali dando assistência para os repórteres. E quando eu soube dos processos da (autora do processo) contra mim, eu só me perguntava meu Deus, como que ela tem coragem de me processar, sendo que o que eu divulguei é público, é um gasto público, um dado que está no Portal da Transparência (Claudia, 2025, comunicação pessoal).

A outra entrevistada, Beatriz, expõe como o assédio judicial afeta o cotidiano da produção jornalística. A jornalista perde a autonomia a partir do momento em que deixa de trabalhar pautas por medo de sofrer com a judicialização. Para Fígaro e Nonato (2016) o jornalista acaba se auto censurando para não correr certos riscos: "No atual ambiente democrático em que vivemos, a autocensura é geralmente aplicada para evitar demissões, processos judiciais ou por questões financeiras e éticas, principalmente entre os jornalistas" (Fígaro & Nonato, 2016, p. 74). No entanto, as reações vão além de uma auto censura, pois a interrupção por parte da profissional é motivada pelo medo, medo de não conseguir arcar com os custos de um processo e de enfrentar a justiça em uma posição de desequilíbrio, visto que as profissionais mulheres são as jornalistas mais precarizadas no trabalho, sem contrato formal. Entender como autocensura é culpabilizar a profissional compreendendo como um ato reativo apenas, desconsiderando todo o contexto que envolve questões de gênero, raça, classe e outras interseccionalidades que atravessam o mundo do jornalismo.

> Eu acho que diminui também a possibilidade, a capacidade que a gente tem de fazer cobertura sobre temas que são bem sensíveis. Porque as pessoas se sentem muito desprotegidas. *E eu me senti muitas vezes ao longo da minha trajetória desprotegida* [grifos adicionados]. É uma decisão também política trabalhar com certos temas. Agora recentemente eu fiz duas pautas para o (nome do portal) sobre um caso, e eu tenho uma terceira na manga que ainda não levei a cabo, porque eu acho que preciso ter uma capacidade psicológica de aguentar o tranco e porque eu percebi que *o Ministério Público estava muito em cima de mim* [grifos adicionados]. Eu não sinto que estou no momento de investir nisso, porque eu sinto que é um investimento psicológico grande. (Beatriz, 2025, comunicação pessoal)

Nos grifos acima, destacamos três momentos da fala de Beatriz em que ela remete ao sentimento de vulnerabilidade na prática profissional, em especial ao se sentir segura para executar determinadas pautas, sem se deparar com retaliações. O que chama a atenção também é que não são quaisquer pautas, mas sim coberturas que envolvem órgãos com detenção de poder. E o poder é estruturante nas relações de gênero (Scott, 1995) em qualquer instância, pública e privada. Ou seja, uma mulher jornalista enfrenta restrições no exercício do trabalho, por ser mulher, privando de atuar livremente.

Kebian (2025) encontrou em sua dissertação o mesmo resultado. Jornalistas mulheres que sofreram violências no exercício da profissão enfrentaram problemas para lidar com as violências e tiveram seus traumas negligenciados e diminuídos por parte de autoridades públicas, superiores hierárquicos e, em alguns casos, até colegas de trabalho. "Devido à falta de proteção e o medo de se tornarem vítimas novamente ou deixar família e pessoas próximas em risco, elas relataram uma série de mudanças tanto na vida pessoal quanto na vida profissional" (Kebian, 2025, p. 160). Em relação à prática jornalística, elas buscaram o silenciamento, como sair das redes sociais, não assinar suas reportagens, evitar certas pautas, trocar de funções, entre outras medidas (Kebian, 2025). O mesmo resultado encontrado nas entrevistas realizadas por nós, tratando o problema como algo individual e não coletivo e atravessado por marcadores de gênero.

> Embora aparente ser uma escolha individual, este fenômeno se inscreve dentro de um conjunto de práticas que buscam definir, controlar e normatizar o comportamento de mulheres em um sistema hierárquico de gênero, refletindo, portanto, os mecanismos de exclusão e silenciamento. (Kebian, 2025, p. 161)

A judicialização não tem como alvo somente jornalistas, mas também os portais jornalísticos de oposição aos movimentos conservadores e ultraconservadores, e, com isso, os jornais abdicam de certas pautas para não correr o risco de fechar em decorrência das sentenças judiciais com valores exorbitantes.

> O (nome), que foi meu chefe, é uma pessoa que sofreu vários processos articulados, em todo o (estado), ele tinha que ficar viajando para responder, não conseguia mais trabalhar. Era literalmente uma tentativa de silenciamento. O (nome do veículo), que é um veículo para o qual eu preço serviço, também tem uma pilha de processo lá. E eu percebo que isso influencia muito, nas decisões sobre dar alguma pauta ou não. Porque, em alguns momentos, a gente percebe que vai vir o processo. Eles precisam fazer essa consideração. No (nome do portal) eu sentia que havia essa fala algumas vezes. Que, dependendo do processo, ele acabaria com o jornal. Já houve casos em que teve ameaça de processo no (nome do veículo) e virou um caos. Porque a gente fica com muito medo mesmo, de conseguir manter o jornalismo com essa pressão que é muito financeira. Acho que para além da pressão psicológica que isso exerce, que é muito grande, tem essa pressão financeira (Beatriz, 2025, comunicação pessoal).

Não só os portais, mas também jornalistas são alvos desses processos judiciais, o que leva a um desequilíbrio econômico. Um exemplo de condenação com valor alto de indenização é o caso da jornalista Schirlei Alves, que foi condenada em novembro de 2023 a uma pena de um ano de prisão e uma multa de R$ 400 mil, pelo crime de difamação. A sentença decorreu de uma reportagem escrita pela jornalista sobre o caso da influenciadora digital Mariana Ferrer, que foi submetida a humilhação durante o seu depoimento como vítima no julgamento do indivíduo que a teria estuprado (Abraji, 2024).

Na matéria veiculada pelo Intercept Brasil, Schirlei Alves detalhou o constrangimento e a revitimização que a influenciadora enfrentou ao longo do processo (Abraji, 2024). As ações ajuizadas contra a jornalista alegam que a honra dos autores foi ofendida pela reportagem que expôs os áudios da audiência (Abraji, 2024).

Outro aspecto identificado nas entrevistas desta pesquisa é o assédio judicial contra a pessoa física daquela jornalista, justamente porque o respaldo é menor, além de ser freelancer, sem a proteção da empresa para arcar com os custos de um processo.

> O senhor (que a agrediu em uma situação de cobertura de pauta) advogado que é conhecedor de todas as leis, saiu direto do condomínio para uma delegacia e registrou uma queixa contra mim e contra a outra equipe de reportagem lá. Ele distorceu absolutamente tudo que agora ele está me processando, eu estou estou respondendo três processos. Ele me processou pessoa física não foi (nome) jornalista da rádio (nome) foi (nome) do CPF tal. Pessoa física, porque eu sou mais fraca. Né? Eu, pessoa física, sou mais fraca. E ele não está processando os outros dois jornalistas homens. (Sandra, 2023, comunicação pessoal)

A jornalista freelancer foi agredida enquanto cobria uma pauta. O advogado que a atacou ainda abriu um processo contra a pessoa física. Por ela ser freelancer, desobriga a empresa de representá-la. Assim, a jornalista em situação precarizada na relação de trabalho não recebeu apoio da empresa em que trabalhava. O desgaste mental e financeiro do assédio judicial contra jornalistas é significativo, pois é uma categoria que não tem recursos financeiros para arcar com advogados e com profissionais de saúde para tratar o próprio desgaste mental da insegurança no exercício da profissão e da violência sofrida.

> Eu considero o assédio judicial uma violência acho que das mais extremas. Porque o jornalista, ele perde muito rápido a proteção da sua empresa e pode ser demitido por conta de um assédio judicial. Ele é uma pessoa sem recursos, a gente não vê um jornalista de advocacia. Porque se ele for investir em uma defesa técnica, ele vai gastar o que ele não tem, às vezes vai ter que penhorar um bem, vai ter que vender um bem. Então ele pára de trabalhar, não vai querer fazer de novo. (Claudia, 2025, comunicação pessoal)

Outro exemplo de assédio judicial é o caso da Glória (2023) que sofreu quatro processos judiciais durante o período em que trabalhou em um telejornal em uma cidade no interior do país. Processos decorrentes de coberturas políticas e sobre irregularidades no atendimento público em saúde, envolvendo vereador e médico. "Estão me processando. (...) Vocês não fazem ideia. A moda agora é assédio judicial. Eu tenho sete (processos), três são meus contra as pessoas e quatro são das pessoas contra mim" (Glória, 2023, comunicação pessoal).

O assédio judicial provoca o medo sobre o exercício profissional, seja em decorrência da precarização do trabalho, seja pela perda da autonomia profissional ou por precisar arcar com os custos judiciais; ambos podem despertar sintomas de traumas. As entrevistadas relataram por exemplo esgotamento, flashbacks, medo, insegurança e exaustão. Sintomas em decorrência das violências sofridas no exercício da profissão.

Considerações: amparos e desamparos

A partir dos pontos apresentados podemos concluir que a judicialização impacta não só na vida financeira das jornalistas, mas também na autonomia jornalística e na saúde mental. O termo saúde

mental esteve presente nos depoimentos, expondo como depois do primeiro assédio judicial a profissional já compreende o desgaste emocional que irá vir posteriormente, e como uma maneira protetora acaba deixando de lado temas mais sucessíveis a judicialização. Duas das jornalistas entrevistadas receberam apoio ou orientação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicato dos Jornalistas (FENAJ). Com isso destacamos a importância dessas instituições na proteção de jornalistas que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência no exercício da profissão.

> Os meus advogados são financiados pela Abraji e pela Media Defence, que é uma ONG britânica que trabalha com defesa de jornalistas e de cidadãos que fazem controle social. Então, eu não tenho nenhum tipo de investimento financeiro na minha atividade. Eu não tenho recursos para isso. Se eu tivesse que pagar, eu nunca ia ter recursos para isso, ia estar muito encrencada. Também já teria parado certamente fazer o que eu faço se eu não tivesse essa parceria amiga. Continuo fazendo o que eu faço, também porque eu tenho esse suporte das organizações. Se eu tivesse que gastar um real para fazer o que eu faço, isso seria o suficiente para me intimidar. (Claudia, 2025, comunicação pessoal)

A jornalista também está sendo acompanhada pelo Observatório de Violência contra Jornalistas do Ministério da Justiça. Esses movimentos de organizações são os respaldos encontrados pelas jornalistas. Porém, mesmo assim, as profissionais ainda se sentem sozinhas quanto ao amparo para combater o assédio judicial no país, como Beatriz: “Eu me senti muitas vezes ao longo da minha trajetória desprotegida” (Beatriz, 2025, comunicação pessoal). Assim como

na dissertação de Kebian (2025), nosso estudo também destaca a necessidade de ampliação de medidas eficazes, por parte do Estado, dos veículos jornalísticos e da comunidade civil no apoio a jornalistas que sofrem ou já sofreram violência, fornecendo melhores condições de trabalho para essas profissionais e também amparo, apoio psicológico e jurídico.

As empresas jornalísticas não podem se abster da discussão. Outro ponto importante é cobrar políticas públicas de proteção à liberdade de imprensa e ao exercício profissional com enfrentamento às violências de gênero, raça, classe e outras interseccionalidades, pois verificou-se tensões sobre a autonomia das profissionais em exercer a profissão, sobretudo naquelas que estão nos grupos minorizados.

A discussão evidenciou que os ataques contra jornalistas, sobretudo mulheres e pessoas da comunidade LGBTI+, não se configuram como episódios isolados, mas como instrumentos de uma estratégia política e comunicacional que, amparada em bandeiras morais e associada à desinformação, busca silenciar as profissionais. A autocensura, embora muitas vezes relatada como escolha individual das jornalistas, aparece aqui como um mecanismo de silenciamento imposto, que ultrapassa a esfera pessoal e se conecta a um movimento coletivo e orquestrado de descredibilização da imprensa.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de enfrentar a violência não apenas no plano individual, mas estrutural. Os dados indicam que o enfrentamento aos ataques contra jornalistas exige a formulação e implementação de políticas públicas e empresariais voltadas tanto à proteção da liberdade de imprensa quanto ao cuidado integral das profissionais, garantindo suporte jurídico, médico e

psicológico. Da mesma forma, a educação para a cidadania midiática e para os direitos humanos deve ser compreendida como parte essencial das estratégias de combate à desinformação e ao discurso de ódio.

Nesse sentido, este projeto, desenvolvido no âmbito do *Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG)*, soma-se a um campo de investigações que apontam a urgência de medidas protetivas e reparatórias para jornalistas sob risco. A proposta consiste em incorporar à pedagogia do Jornalismo a discussão sobre trauma e adoecimento, a exemplo do que já ocorre no *Dart Center*, com o objetivo de formar profissionais mais resilientes. Esse movimento de análise não cessa aqui, é apenas o início e pretende-se avançar nas próximas discussões que envolvem a observação e a coleta dos dados da pesquisa.

Referências

Dieguez, C. (2022). *O Ovo da Serpente. Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder.* Companhia das Letras.

Empoli, G. da. (2019). *Os engenheiros do caos.* Vestígio.

Farias, F. C. de. (2019). *Censura judicial e liberdade de imprensa no Brasil: características e tramitação de processos protocolados no STF entre 2009 e 2019* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. (2025). Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2024. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-da-Violencia-2024.pdf

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. (2024). Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – Relatório 2023. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relatório-da-Violência-2023.pdf

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2022. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relatório-2022.pdf

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2020. Brasília: FENAJ, janeiro 2021. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf

Fígaro, R., & Nonato, C. (2016). A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas. *Líbero, 19*(37), 71-80.

Grzebielucka, A., Roloff, E., Bastos, M. E., & Rocha, P. M. (2025). *Judicialização, assédio judicial e a feminização do jornalismo: as ameaças à liberdade de imprensa e à autonomia profissional* [Trabalho apresentado]. 28º Seminário de Inverno, Ponta Grossa PR, Brasil.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa, 37*(132).

Kaufmann, J. C. (2013). *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.* Vozes.

Kebian, G. B. (2025). *Como a gente convive com isso?: efeitos da violência na vida de mulheres jornalistas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Mello, P. C. (2020). *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital.* Companhia das Letras.

Nogueira, P. S., & Serva Neto, L. R. P. (2022). Front digital: o trauma psicológico secundário nos editores de fotojornalismo. *Revista Foco, Curitiba, 15*(5), 1-15.

Pereira, A. R. G. M. F. (2012). *Trauma e Perturbação de Stress Pós-Traumático* [Dissertação de Mestrado, ISPA – Instituto Universitário].

Rocha, P. M., & Manrique-Villanueva, L. M., & Dolgan, A. (2025). Adoecimento e silenciamento: os impactos dos ataques contra as jornalistas mulheres brasileiras. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación,* (158), 189-202.

Rios, A. de O. (2024, junho 3). Assédio judicial, jornalismo e direito à informação: em que pé estamos e para onde vamos? *ObjETHOS*. https://objethos.wordpress.com/2024/06/03/assedio-judicial-jornalismo-e-direito-a-informacao-em-que-pe-estamos-e-para-onde-vamos/

Santana, B. (2024, novembro 25). Negras, no Brasil, são as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. *Portal Geledés.* https://www.geledes.org.br/negras-no-brasil-sao-as-pessoas-autodeclaradas-pretas-ou-pardas/

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade, 20*(2). https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721

Supremo Tribunal Federal. (2024, maio 22). *STF reconhece que uso abusivo de ações judiciais compromete liberdade da imprensa.*

Portal do STF. https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=539357&ori=1

Valença, N. B. (2022). *Autoritarismo e liberdade de expressão no Brasil: a censura à imprensa a partir de 2019* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco].

Yannoulas, S. C. (2011). Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis, 11*(22), 271-292.

Mulheres jornalistas sob ataques: violências de gênero e riscos na cobertura política brasileira durante o Governo Bolsonaro[1]

Catharina Iavorski

A presente pesquisa tem como foco compreender as consequências de violências sofridas por jornalistas mulheres que cobrem política no Brasil. O recorte temporal é o Governo Bolsonaro, que foi destaque no que diz respeito aos ataques contra os profissionais da imprensa, sobretudo no contexto da pandemia da Covid-19. Os dados que baseiam a pesquisa são dos relatórios de Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil, realizados pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

1. A pesquisa é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A pesquisa foi orientada por Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz.

A pesquisa entrevistou quatro jornalistas que atuam em política e que foram agredidas no período temporal estabelecido, buscando compreender o que os dados quantitativos de monitoramentos sobre violência contra jornalistas não respondem. É importante informar que o estudo integra a pesquisa 'Riscos e traumas no jornalismo: Inovação tecnológica e a feminização da profissão'[2] e que a realização de entrevistas foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (UEPG).

A análise conta com três eixos: perfil, utilizado para caracterizar a trajetória das profissionais; violência, para compreender como foi o ataque e a relação entre a violência e as jornalistas; e consequências, para perceber como a violência afetou as mulheres jornalistas no âmbito profissional e pessoal, considerando a produção jornalística e os desdobramentos físicos e psicológicos.

O objetivo geral da pesquisa é analisar impactos profissionais e pessoais na vida das jornalistas mulheres que sofreram ataques em decorrência da cobertura jornalística. Já os específicos são: (a) Caracterizar os tipos de violências, riscos e traumas que as jornalistas estão sujeitas pelo fato de serem mulheres e realizarem coberturas jornalísticas durante o Governo Bolsonaro e pandêmico, a partir dos depoimentos das profissionais; (b) Identificar marcadores sociais que atravessam as esferas pública e privada dos campos profissional e pessoal; (c) Analisar as manifestações de poder e opressão que

2. Pesquisa 'Riscos e traumas no jornalismo. Inovação tecnológica e a feminização da profissão, que está sob a égide do grupo de pesquisa Jornalismo de Trauma e Educação - JETREG (Journalism Education Trauma Research Group), coordenado pela professora Paula Melani Rocha (UEPG) no Brasil.

assombram e violam profissionais jornalistas mulheres, a partir dos estudos da interseccionalidade.

A pesquisa busca chamar a atenção para a seguridade no exercício do trabalho das jornalistas e a necessidade de discussões sobre o tema. Há uma percepção descrita pela Abraji e reforçada a partir dos resultados desta pesquisa sobre como as mulheres são agredidas. "No lugar de discutir os fatos noticiados, discutem-se a legitimidade e a autoridade da jornalista para apurá-los e divulgá-los. Não é coincidência que os termos mais utilizados nos insultos às profissionais façam referência a aspectos de gênero"(Abraji, 2021, p. 4).

Uma reflexão a se fazer na pesquisa é que as mulheres são maioria na profissão e ainda carregam os marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade, tornando-se mais vulneráveis a ataques generificados. Por outro lado, estão mais desprotegidas de seguridade profissional em um ambiente cercado por crises - do próprio jornalismo, pandêmica, política, econômica e social.

Gênero e interseccionalidade

Primeiramente, é necessário discutir conceitualmente as noções de violência, gênero, interseccionalidade e como todas essas definições se cruzam nas discussões propostas pela pesquisa. As definições de violência partem de um contexto macro, sem recorte de gênero, e após a conceituação de gênero, entende-se como a violência de gênero se dá socialmente e especificamente no jornalismo. Além disso, é necessário refletir sobre como a violência de gênero deve ser discutida a partir de uma perspectiva interseccional, articulando questões de gênero, raça, classe, etnia e sexualidade.

Assim, é compreendido o gênero enquanto uma categoria de análise, tendo disputas de poder como elemento fundamental nas relações sociais (Scott, 1995). A partir da ideia trabalhada por Scott, de que o gênero é elemento constitutivo das relações sociais e é uma forma de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86), também é possível relacionar com a reflexão de Saffioti (1996). A autora define que não é possível falar sobre gênero sem ter claro como o poder está intrínseco a essa discussão e nem sem compreender a categoria como relação social.

Outro ponto importante da pesquisa é que as discussões não podem se prender apenas às questões de gênero, mas também de classe, raça, etnia e sexualidade. Ou seja, de maneira interseccional, visto que há a presença de diversas violências imbricadas nos marcadores sociais citados. A pensadora que inicia as discussões sobre interseccionalidade é Crenshaw (2002). A autora define a interseccionalidade enquanto uma metáfora, em que há um cruzamento entre as opressões sociais. Crenshaw (2022) também destaca que diversas vezes há uma divisão dessas opressões que as diferencia, porém é comum a existência de cruzamento entre os sistemas de opressão.

Ao relacionar as teorias interseccionais e o jornalismo, Moura e Costa (2018) entendem que se estabelece um "teto de vidro" para as mulheres no jornalismo e nas relações de trabalho. A reflexão das autoras faz uma relação "teto de vidro gênero/raça/classe", em que quanto mais marcadores sociais a mulher carrega, mais camadas do teto de vidro são criadas sobre elas, afetando seu dia a dia e trabalho. O texto está dedicado a trabalhar a situação das mulheres negras. Porém, partindo desse ponto, é possível considerar outros marcadores sociais, como a identidade de gênero, por exemplo.

Violência e suas definições

Para contextualizar a definição de violência trabalhada na pesquisa, em uma perspectiva mais geral, utiliza-se o conceito estabelecido em World Report on Violence and Health (Krug et al., 2002) que seria a definição sem pensar exclusivamente em gênero, mas sim nas questões de poder que envolvem a violência. "O uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade" (Krug et al., 2002, p. 5).

Essa definição é importante, visto que os cenários de violência analisados estão diretamente ligados às questões de poder, presentes nas relações de gênero e nos aspectos da cobertura jornalística política. E elas não se resumem a um único tipo de violência. As jornalistas entrevistadas passaram por ameaças e agressões, e além disso tiveram que enfrentar consequências que envolvem danos psicológicos e privações, na vida pessoal e profissional.

Sendo assim, é possível relacionar a violência e as questões de gênero. Saffioti (2015) trabalha com a problemática sobre a violência não estar diretamente ligada com a organização social de gênero, mas sim relacionada a uma cultura histórica. A partir disso, a violência pode ser entendida nos diversos âmbitos, tanto verbal, física, sexual ou psicológica, porém a violência é de ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2015). De acordo com Lorente-Acosta (2020), o que diferencia a violência de gênero de outras violências são três elementos: componentes estruturais, objeto de controle e isolamento.

Compreende-se que a violência de gênero é algo presente nos mais diversos âmbitos e esferas, visto que é algo cultural, histórico e estrutural; assim, também há a possibilidade de ela ser vista em uma

perspectiva naturalizada. Oliveira et al. (2015) definem que a violência simbólica seria a naturalização da dominação masculina. Ou seja, a partir de uma cultura masculina e patriarcal de dominação, as violências de gênero são vistas historicamente e socialmente enquanto normais.

As agressões no campo do Jornalismo

Um ponto em comum, que será refletido na análise, é sobre como as jornalistas entrevistadas, por diversas vezes, não reconhecem que foram agredidas e violentadas. Assim, é possível estabelecer que a violência de gênero é algo normalizado e naturalizado socialmente, ou seja, também se apresenta no jornalismo. Rios (2021) descreve que a violência pode ser pensada enquanto uma manifestação específica da prática jornalística.

Jéssica Gustafson Costa (2023) inicia uma discussão a partir das teorias de Rita Segato, para quem o objetivo da violência e do assassinato das jornalistas tem como fim o silenciamento das profissionais e o controle da sua atuação. Ao criar uma ponte entre gênero, jornalismo e violência, a autora destaca que o jornalismo também está presente na construção do gênero, e essa construção ainda é estruturalmente masculina e não inclui de maneira prática e estrutural as mulheres, gerando assim diversas implicações.

Além disso, é possível pensar que as mulheres jornalistas são impactadas pelos ataques, atingindo as jornalistas na perspectiva profissional e pessoal, criando barreiras na produção jornalística, na relação com fontes e nas restrições impostas ao dia a dia das jornalistas. Gisele Barão et al. (2021) analisam como as mulheres jornalistas são impactadas por essas violências, resultando no desenvolvimento de autocensura, traumas e estresse.

Entende-se que o jornalismo afeta e é afetado pelas múltiplas violências que as mulheres jornalistas sofrem diariamente na profissão. Para entender as violências contra as profissionais jornalistas e ataques generificados trabalhados na pesquisa, é necessário trazer o contexto do jornalismo, a conceituação de cultura profissional e como ela se estabelece no jornalismo, visto que a violência perpassa e se cruza com o dia a dia profissional.

Traquina (2005) observa que o jornalismo, na sua construção profissional, criou um "campo" que define como pensar, como se comportar e como produzir materiais jornalísticos. O autor está interessado na produção jornalística e em como os profissionais, a partir desta cultura, produzem seus materiais. Porém, algo relevante para a discussão é que os jornalistas inseridos neste campo de trabalho participam de diversas interações enquanto criaturas sociais e reproduzem comportamentos e ações deste círculo.

Sendo assim, a prática profissional está permeada por diversas construções sociais e profissionais, onde são estabelecidos parâmetros para estar inserido na rotina e nas produções jornalísticas. Leite (2015) destaca como os profissionais são permeados pela prática cultural intrínseca à profissão. "A percepção da profissional sobre as mudanças em curso no mundo do trabalho do jornalismo, sobre a diferença na carreira e principalmente sobre a diferença de gênero no jornalismo se forma à medida que é culturalmente construída no interior da profissão" (Leite, 2015, p. 16). Pensando em como os valores e ações cruzam e permeiam o jornalismo, é possível refletir sobre como os processos e relações de gênero também interferem na profissão, dentro das redações e das relações entre os profissionais (Moura et al., 2018).

Reforçando a ideia de que o jornalista é atingido pela cultura, Veiga da Silva destaca que os profissionais estão propícios a ter uma visão de mundo voltada ao que os permeia culturalmente e socialmente. Ou seja, os valores e relações de poder presentes na sociedade também se fazem presentes nos ambientes jornalísticos.

No caso da pesquisa, identifica-se uma reprodução de uma sociedade machista e patriarcal. Além disso, é necessário refletir sobre como o campo profissional lida e recebe a inserção de mulheres nas redações e ambientes de produção jornalística, partindo para uma referência ao mercado de trabalho e às questões de gênero presentes neste recorte. Rocha (2021) destaca que "não tem como observar as relações do mercado de trabalho na nossa sociedade sem ancorar-se nos estudos de gênero para compreender a divisão sexual e sua extensão envolvendo trabalho profissional, doméstico, formal, informal, remunerado e não remunerado" (Rocha, 2021, p. 02).

Outra construção pertinente sobre a entrada de mulheres na redação e nos ambientes de produção jornalística é a identificação de diferenças entre a feminização e a feminilização. Yannoulas (2011) faz uma diferenciação entre feminização e feminilização da profissão, em que a primeira diz respeito às mudanças e transformações da profissão e a segunda tem um caráter quantitativo, representando a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. De acordo com o Perfil do Jornalismo Brasileiro (Mick et al., 2022), 58%[3] da classe são mulheres. Entretanto, o mesmo relatório mostra que o aumento

3. O relatório final da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 é baseado em 7.029 respostas, a partir das quais – após etapa de saneamento – foram consideradas 6.650, sendo 6.594 vindas de todas as unidades da federação e 56 de jornalistas que atuam no exterior.

se deu entre 2012 e 2021, visto que, na última pesquisa, é perceptível o retorno dos homens nas redações.

Além disso, é possível trazer uma síntese de onde as mulheres estão presentes no mercado de trabalho. Moura et al. (2018) concentram, a partir de uma coleta de dados e percepção da realidade brasileira, a posição das mulheres apesar da feminilização. As autoras identificam que as mulheres jornalistas estão mais concentradas nas áreas de docência e assessoria, os homens ainda estão mais presentes nos setores do jornalismo tradicional, há um cenário de informalidade maior para as mulheres e ainda a faixa salarial e os cargos de liderança não são compatíveis com a proporção de mulheres na profissão[4].

Entretanto, há um reforço, a partir dos dados, de quem são as mulheres que ocupam determinados lugares no jornalismo. Segundo dados da Abraji e do Perfil do Jornalismo Brasileiro, as mulheres que conseguem ocupar lugares dentro da editoria política ainda são brancas, entre 40 e 60 anos e residentes na região Sudeste do país.

Mapa das agressões contra mulheres jornalistas

A partir do mapeamento das violências contra os/as profissionais e do cenário brasileiro, destaca-se como as jornalistas que foram

4. Citação original: "i) women journalists are more present in sectors outside the media (such as press offices and teaching jobs) and, within the media, they stand out in television stations, news agencies and magazines (Mick & Lima, 2013; Rocha, 2004); ii) in the more traditional sectors such as print media and radio stations there is a male predominance (Leite, 2015; Rocha, 2004); iii) "a large proportion of women are involved in precarious working relationships in the informal sector of the profession" (Leite, 2015, p. 70), (iv) the proportion of women journalists within the highest salary range and occupying leadership positions does not match the proportion of women journalists in the national market (Mick & Lima, 2013; Rocha, 2004). (Moura et al., 2018).

entrevistadas pela pesquisa fazem parte dessa realidade, visto que há um ataque dos agentes estatais e aliados, diversos casos aconteceram pelas redes sociais, sem perder de vista, principalmente, que os ataques foram generificados e contra as jornalistas mulheres. Um ponto importante de destacar é que os dados de cada relatório e associação serão diferentes por conta das metodologias utilizadas por elas e também devido aos dados subnotificados de agressões.

A respeito dos agressores, segundo dados do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas, em 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi responsável por 147 de 430 casos de violência contra jornalistas. Além disso, diversas figuras ligadas ao ex-presidente e ao seu governo foram agressores, principalmente nas redes sociais. Segundo dados da Abraji, em 2021 e 2022, a maior parte dos agressores são autoridades do estado e trolls. Em 2021, 38,7% (29 casos) foram agressores trolls/trolls-centers e 21,3% (16 casos) foram autoridades do Estado. E em 2022, 41,2% (28 casos) foram originários de autoridades do Estado e 36,8% (25) foram trolls/trolls-centers. Além disso, a partir dos dados da Abraji, é perceptível que os internautas e apoiadores se destacam como agressores em 2021 e 2022.

Sobre o clima de ódio instaurado no Brasil com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, que gerou diversos ataques e agressões, Santana Neto (2023) descreve que, após a eleição de 2018, o país e a democracia estiveram sujeitos a múltiplos ataques. Neste cenário, qualquer pessoa com ideias opostas é vista enquanto um "inimigo da nação" e a pluralidade de ideias é atacada.

Como fator contextual, é importante destacar que as ações do governo Bolsonaro estiveram ligadas a políticas conservadoras que incentivaram e intensificaram as ações de descredibilização do(a) jornalista e corroboraram com a desinformação. Além disso, o governo incentivou ideias contrárias às minorias sociais do país e foi contra diversas políticas públicas. Sendo assim, é possível compreender que os ataques contra a imprensa e as mulheres jornalistas têm como objetivos, além de descredibilizar o jornalismo, direcionar o ódio e a violência para as mulheres pela questão de gênero (Rennó, 2022).

De acordo com os dados do monitoramento da Abraji ao trazer para a realidade brasileira as violências contra os profissionais, em 2021 foram registrados 453 ataques contra jornalistas e meios de comunicação. Desses, 69% dos casos foram agressões de agentes estatais. E ainda, 119 foram classificados como ataques contra mulheres jornalistas. E, em 2022, foram registrados 557 casos de violência, desses 145 foram ataques de gênero contra jornalistas mulheres. E ainda, 91 deles foram contra jornalistas que cobrem pautas sobre política, ou seja, 62,7% dos casos.

Procedimentos metodológicos

Para traçar o percurso da pesquisa é importante estabelecer que o trabalho é qualitativo, para que seja possível compreender melhor as relações e efeitos sociais que a pesquisa busca debater. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa pode abranger diversas possibilidades de estudar situações sociais, tendo uma perspectiva mais integrada dos contextos. Ou seja, demonstra melhor as relações de violência contra as jornalistas, enquanto um debate social e suas consequências em diferentes âmbitos.

As entrevistas estão estabelecidas neste trabalho como 'Entrevista Semi-estruturada' ou 'Semi-aberta' conforme definição de Laville e Dionne (1999), enquanto um método que gera "amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados" (Laville & Dionne, 1999, pp. 188-189). Ou seja, foi pensado um roteiro de perguntas prévio para realização das entrevistas, refletindo nos objetivos e materiais que a entrevista poderia gerar, porém houve um diálogo mais fluido com as entrevistadas.

Para a realização das entrevistas, foi feito um mapeamento das jornalistas mulheres que trabalham - ou trabalharam - com política e assuntos permeados e sofreram alguma violência no exercício profissional. A metodologia utilizada foi a amostragem 'Bola de Neve' (Vinuto, 2014). Dessa forma, a partir de contatos já existentes com pessoas da imprensa, jornalistas, associações e sindicatos dos jornalistas, foram estabelecidas redes de contatos, buscando encontrar profissionais mulheres dispostas a contar sobre sua rotina, suas vidas, as violências sofridas e suas consequências.

A análise das entrevistas foi estruturada com base em uma apresentação do perfil da entrevistada, sem identificá-la, com informações como idade, formação, meio de comunicação onde trabalha e região do país onde mora. Após esse breve perfil, a análise parte para a explicação do momento em que a jornalista foi agredida, buscando mapear tipos de violência, palavras utilizadas e formas de atingir a jornalista. O propósito também foi compreender se foi um ataque generificado e ainda reunir e identificar como aconteceram as agressões. O Quadro 1 traz o perfil das quatro entrevistadas com seus nomes fictícios e informações baseadas nas respostas das entrevistas.

Quadro 1

Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Mídia	Dependentes	Região	Agressores
Antonieta de Barros	36 anos	Televisão	Não	Sul	Manifestantes pró-bolsonaro (presencial)
Angela Davis	27 anos	Televisão	Não	Sul	Manifestantes pró-bolsonaro (presencial)
Bertha Lutz	33 anos	Impresso\ online	Não	Sudeste	Ex-ministro Weintraub (online)
Mietta Santiago	43 anos	Rádio	Sim	Nordeste	Ataque nas redes por opiniões política e transfobia (online)

Elaborado pela autora.

Depois disso, a análise parte para os desdobramentos do ataque na vida das jornalistas, no âmbito profissional e pessoal, compreendendo alterações no seu dia a dia, na forma de tratar e cobrir as pautas, nas relações com fontes e pessoas próximas e ainda, qual foi o impacto da violência na saúde da jornalista, seja física ou mental. As entrevistas foram realizadas entre abril e junho de 2023 via Google Meet[5]. As palavras e frases em itálico presentes na análise dizem respeito às falas diretas das entrevistadas.

5. É necessário destacar que duas entrevistas presentes no trabalho fazem parte do banco de dados da pesquisa 'Riscos e traumas no jornalismo Projeto Inovação tecnológica e feminização da profissão (CNPq – 2022-2024)' e foram realizadas por pesquisadoras do grupo. As outras duas entrevistas foram executadas pela autora.

Análise

A primeira entrevistada será identificada como Antonieta de Barros. Ela tem 36 anos [em 2023] e se formou aos 21 anos. Seu primeiro trabalho foi como estagiária em uma emissora de televisão local. Ela migrou da televisão para o rádio por um tempo, mas acabou voltando para a área que mais a atraía. Antonieta foi atacada cobrindo manifestações bolsonaristas, em 2022, logo após as eleições do segundo turno. Ela foi cercada e xingada verbalmente por manifestantes favoráveis ao então presidente, Jair Bolsonaro (PL). Posteriormente, recebeu mensagens pelas redes sociais, também com ofensas e ameaças.

A segunda entrevistada foi Angela Davis. Ela tem 27 anos [em 2023] e trabalha com comunicação desde os 15 anos em uma rádio como locutora. A profissionalização para o jornalismo aconteceu quando ela tinha 17 anos, em Cascavel (PR). Segundo a entrevistada, ela tem contato mais amplo e bem próximo com o público quando trabalha na rua. Na época em que foi entrevistada para a pesquisa, Angela estava em uma emissora de televisão, que ingressou em novembro de 2022. A jornalista foi agredida nas manifestações pró-Bolsonaro em 2022, na frente do Batalhão do Exército, em Cascavel. Ela foi cercada e agredida verbalmente por diversos manifestantes.

A terceira entrevistada é Bertha Lutz. Ela tem 33 anos [em 2023] e trabalha em uma redação de jornal impresso e online na capital paulista. Bertha mora sozinha em São Paulo e durante a pandemia de Covid-19 ficou em home office por um tempo, depois foi para as ruas "*por não ter filhos e por não ser do grupo de risco*" (fala da entrevistada). A violência sofrida pela jornalista aconteceu nas redes sociais.

Ela foi agredida pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub - ele foi ministro entre 2019 e 2020, no governo Bolsonaro.

A quarta, e última entrevistada, é Mietta Santiago. Ela tem 43 anos [em 2023] e trabalha em uma rádio no interior da Bahia. Segundo a entrevistada, ela foi "a *primeira jornalista transexual a ser repórter de um programa policial no Brasil*". A proximidade com a política se desenvolveu quando trabalhou na campanha política de um candidato local.

A entrevistada destacou que, para começar sua formação, foi necessário primeiro terminar o ensino médio, já que ela saiu na adolescência por conta da transfobia que sofria no colégio, assim ficando por cinco anos longe dos estudos. Entre 2009 e 2010, ela ingressou em uma universidade do estado, porém essa época um professor a tratou mal. Segundo Mietta, o professor "*não gostava de travestis e transexuais*" (fala da entrevistada). Mietta foi agredida por conta da sua identidade de gênero, por matérias que fez e por suas posições políticas. Além disso, sofreu perseguições, levou diversos processos e foi agredida pelas redes sociais. No início de 2023, a jornalista teve seu carro apedrejado.

Ao analisar as entrevistas e as violências sofridas de maneira mais aprofundada e analítica, percebe-se que Antonieta de Barros, Angela Davis e Betha Lutz foram atacadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e membros do governo. As duas primeiras foram agredidas em manifestações bolsonaristas que aconteceram entre novembro de 2022 e janeiro de 2023 - os ataques foram em momentos e situações diferentes, elas foram cercadas e atacadas verbalmente e moralmente pelos manifestantes. E a terceira foi atacada pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub no Twitter.

Nos três casos, compreende-se na prática os dados do Relatório 'Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil' (2022) realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Segundo o relatório, durante os anos do governo Bolsonaro, houve um aumento nas ocorrências de violência contra as jornalistas e o ex-presidente foi identificado enquanto o maior agressor, porém outro ponto de destaque são os ataques realizados por aliados - situação vivenciada pelas entrevistadas.

Iniciando o relato de violência sofrido por cada jornalista, Antonieta detalhou que durante manifestações bolsonaristas, em 2022, logo após as eleições do segundo turno, cerca de 50 manifestantes cercaram ela e seu cinegrafista e tentaram separar os dois. Quando questionada, a jornalista conta que chamaram ela e o cinegrafista de 'cachorrada'. Inicialmente, a jornalista não identificou o ataque enquanto generificado, porém em segunda instância ela comenta: *"Eu percebi que por ser mulher, muitos homens vinham mais para o meu lado e uma outra coisa que também senti foi a presença de muitas mulheres me atacando. Elas foram bastante agressivas comigo, enquanto mulher e enquanto jornalista. Eu percebi que existiu uma diferença com relação ao meu cinegrafista. Eles vinham mais ofensivos para o meu lado."* Além disso, em relação a ser um ataque generificado contra Antonieta, compreende-se que o xingamento 'cachorra', direcionado à jornalista, é utilizado enquanto sinônimo para 'puta' ou 'prostituta'.

Ou seja, entrando neste tópico de análise, percebe-se uma generificação na agressão e identifica-se que a jornalista foi isolada do seu cinegrafista, marcando mais uma característica de um ataque direcionado a ela. Além disso, é pertinente destacar que a jornalista

estava em um ambiente e um clima de ódio criado pelo ex-presidente e seus apoiadores. Antonieta e seu cinegrafista conseguiram sair da situação após auxílio de alguns manifestantes que compreenderam que eles estavam realizando seu trabalho. Entretanto, após o ataque na manifestação, a jornalista também recebeu mensagens de ódio nas redes sociais. *"Recebi, não sei se não foi uma ameaça, mas recebi mensagens de um homem no meu Instagram me intimidando. Não chegou a ser uma ameaça, mas intimidando. O meu cinegrafista não entendeu."* A fala da profissional e o fato de apenas ela ter sido atacada nas redes sociais demonstra como as mulheres no jornalismo são agredidas e também reforça o clima de ódio e a necessidade do ex-presidente e seus apoiadores de silenciar as jornalistas. Santana Neto (2023) reflete sobre como a intimidação e a utilização do poder são criadas para paralisar, silenciar e gerar apenas ideias alinhadas com os detentores do poder.

No segundo relato, Angela Davis conta que foi agredida em uma manifestação pró-Bolsonaro em 2022, na frente do Batalhão do Exército, em Cascavel, após uma das manifestantes sair do enquadramento da câmera e outra pessoa compreender, equivocadamente, que a jornalistas pediu para ela se retirar. Então, manifestantes bolsonaristas a cercaram e começaram a xingá-la. *"Eles [manifestantes] com o telefone ligado, eles falavam: 'Começa aí o teu ao vivo!'. E eu, implorando 'Gente, pelo amor de Deus, eu quero fazer ao vivo'. 'Não, você vai gravar com a gente, você vai falar com a gente, porque você é obrigada!'. Eles começaram a ligar, filmar. 'É essa aqui ó! É petista, está aqui no meio, mentindo. E eles verbalizando coisas mentirosas com xingamentos do tipo: 'Hã, você é burra! Se ela sabe que você*

está fazendo, começa aí, fala aí! Eu quero ver se você falar alguma coisa que não é do nosso agrado, você vai ver o que vai acontecer com você!'. Ele ameaçava."

As consequências dos casos de violência serão trabalhadas no decorrer do trabalho, porém neste caso vale apontar que juntamente à violência sofrida por Angela, mais um ataque foi realizado por parte das pessoas que trabalhavam com ela no momento da agressão. A jornalista destaca que, após a cena na manifestação, colegas contaram para ela que a fala vinda da direção foi: *"Ah, deixa aí, se bater, se bater nela, vai dar ibope, a gente coloca no ar."* Ou seja, além de enfrentar uma violência de gênero, moral e psicológica por parte dos apoiadores, a jornalista ainda foi agredida por parte da empresa.

Em contraponto, ao analisar a perspectiva de Angela, a jornalista não compreende que sua violência foi generificada, pois ela acredita que o caso aconteceu por conta da profissão. Porém, fica implícito nas falas dela que há uma diferença de tratamento entre ela e os outros profissionais. *"Eu não me senti agredida por ser mulher em si, mas acredito que a maioria dos agressores eram homens. No entanto, havia também mulheres no meio. Se fosse um homem no meu lugar, analisando a situação, talvez eles não agissem da mesma maneira."* Além disso, a jornalista descreve se sentir coagida no momento da agressão. Lello (2019) discorre que, dentro da cultura profissional do jornalismo, são perceptíveis os vetores que expressam as desigualdades de gênero na profissão. Ou seja, uma delas é a intimidação e a violência.

Além disso, nesta discussão, um ponto de destaque é que as violências podem ser vistas de formas subjetivas pelas mulheres

agredidas, visto que cada uma compreende e vivencia a violência de maneiras diferentes. Saffioti (2015) destaca "como o mesmo fato pode ser considerado normal por uma mulher e agressivo por outra".

No ponto da interseccionalidade, é possível discorrer de forma mais analítica a entrevista de Mietta Santiago. A jornalista é uma mulher transexual e na fala dela é perceptível como a violência é subjetiva e como os cruzamentos de outros marcadores sociais afetam as camadas de violência, visto que em todo o relato há uma violência velada desde o início da sua carreira, seja por conta do trabalho ou da vida pessoal. Na entrevista entende-se que as violências que ela sofre começam primeiro na sexualidade e se aprofundam posteriormente nas questões da profissão.

Ou seja, há um ponto de divergência entre as entrevistadas, já que Mietta Santiago carrega múltiplos marcadores. Uma característica clara é a necessidade de descredibilização e descaracterização dela enquanto mulher. Em uma situação de violência vinda da família, ela conta sobre a atitude de um advogado em audiência. *"Descredibilizando meu trabalho, me inferiorizando, como mulher, dando inclusive... as coisas da vida. Ele buscava me descaracterizar enquanto mulher"*.

A descredibilização do seu trabalho se arrasta para outros momentos da vida e da profissão. Passando por diversas tentativas de emprego na televisão, Mietta conta que sempre existiu o preconceito e a necessidade do meio televisivo contratar apenas pessoas consideradas dentro do padrão. "*Passei por algumas entrevistas e notei que por eu ser transexual também atrapalhava"*. Veiga da Silva (2010), dialogando com os ideais de Butler, discute sobre a necessidade de seguir padrões ditos hegemônicos para ser aceito socialmente e, consequentemente, na profissão, reforçando a ideia de padrão heteronormativo.

Para além das violências diárias, por conta do seu trabalho e por falar sobre pautas políticas e públicas, a jornalista foi perseguida por mandantes de políticos locais. Ela também foi ameaçada, quando estava na frente de casa. Um homem de moto chegou fingindo que estava armado e disse que ela deveria aprender como falar dos outros no rádio. Já em 2023, ela teve seu carro depredado na cidade onde mora. Além disso, Mietta perdeu oportunidades de emprego por conta de suas manifestações políticas nas redes sociais e seu posicionamento em relação ao ex-presidente Bolsonaro. A fala para a jornalista foi: *"Que pena, já estávamos com todas as documentações preparadas para você trabalhar aqui no jornal X, mas você fica falando mal do meu presidente. Quem fala mal do meu amigo fala mal de mim também. Se não gosta do meu amigo também não gosta de mim".*

Vislumbrando as violências a partir do ambiente digital, a jornalista Bertha Lutz também foi atacada nas redes sociais por apoiadores do ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL). Bertha foi agredida após fazer uma matéria sobre educação e quem a atacou, inicialmente, foi o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub. Após o ex-ministro *retweetar* uma matéria de sua autoria, diversos apoiadores a atacaram nos comentários. *"As pessoas começaram a me xingar nesse tweet dele e começaram a mandar uma série de mensagens por inbox, isso foi um dia à noite. Vários colegas começaram a me mandar mensagem, perguntando se eu tinha visto, e aí demorei umas duas horas até ver e quando fui ver, tinha uma enxurrada de mensagens, e os xingamentos não estavam questionando o meu trabalho, eles estavam me chamando de vagabunda, prostituta…"*

Bertha, quando entrevistada, reconheceu que os xingamentos e a violência que ela sofreu foram generificados. Segundo os dados de violência contra mulheres jornalistas, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2021, 78,7 % das agressões carregaram um discurso estigmatizante e em 2022, os dados da mesma categoria passaram para 82,4%. Além disso, é possível discutir sobre como a violência se dá em um ambiente digital. De acordo com os dados da Abraji, em 2021, 81,3% das violências são originárias do meio digital e, em 2022, 74% das violências são originárias do meio digital.

Sendo assim, compreende-se que nenhuma das jornalistas atacadas sofreu apenas um tipo de ataque. Em todas as entrevistas é perceptível o cruzamento entre os tipos de violência, por exemplo, a violência moral, institucional, psicológica e de gênero acabam se articulando; quando uma jornalista está em uma manifestação para entrar em um ao vivo, ela é impedida de trabalhar, se sente coagida e ainda é xingada de *'cachora'*, *'prostituta' ou 'burra'*. Ou seja, múltiplas violências recaem sobre as jornalistas.

Além disso, percebe-se uma naturalização da violência como algo intrínseco à profissão vinda da cultura profissional. Sobre essa naturalização, Brayne (2008) trabalha com a ideia de que profissionais do jornalismo enfrentam a violência enquanto um rito de passagem - a ideia dele está vinculada ao jovem jornalista, mas é perceptível na cultura profissional que esses acontecimentos não ficam presos ao início da carreira, como acontece nas entrevistas. Uma das falas da entrevistada, Betha Lutz, exemplifica essa normalização e naturalização dentro da prática profissional por parte dos colegas de profissão.

"Uma coisa que me pegou muito na época foi que os colegas homens, chefes homens, tratavam esses ataques como uma coisa menor. Então eu recebia parabéns por estar sendo atacada. A fala era 'Parabéns, isso significa que você está fazendo um bom trabalho, que você está incomodando'".

No que diz respeito às consequências da violência, a pesquisa está interessada em compreendê-la no âmbito profissional e pessoal, visto que as duas áreas se cruzam e permeiam. As quatro entrevistadas tiveram pontos comuns que as interligam enquanto vítimas da violência, e o que mais esteve presente nas falas das jornalistas foi a culpa e o medo. *"Me senti culpada porque eu ficava 'meu Deus eu devo ter falado alguma coisa errada, eu devo ter feito alguma coisa errada"' (Antonieta de Barros); "Eu tinha medo de ser reconhecida na rua. Na primeira semana eu evitei fazer coisas simples, como ir ao mercado"(Angela Davis); "Eu me perguntava, será que eu tô prejudicando ele de alguma forma, como o meu trabalho jornalístico" (Mietta Santiago).* De acordo com Saffioti (2015), a culpa está internalizada nas mulheres, visto que elas são treinadas para ter esse sentimento, mesmo sem razões aparentes.

Além disso, Antonieta de Barros evitou frequentar diversos ambientes por medo de ser atacada novamente. Ao relatar sua rotina pessoal, a jornalista descreve que parou de realizar publicações nas redes sociais após o ataque. Sem se prender em assuntos políticos, ela deixou de publicar qualquer tipo de material por medo de outros ataques. Como ela, as outras entrevistadas também relataram a mesma atitude de autocensura. Bertha Lutz e Mietta Santiago começaram a evitar o uso das redes sociais por medo de novos ataques. Segundo

Bertha, o medo de ter as contas invadidas ou de ter os dados expostos pelas mesmas pessoas que a atacaram inicialmente foi algo difícil de se enfrentar.

A respeito das consequências na saúde mental e física das jornalistas, Antonieta de Barros descreveu vivenciar flashbacks da situação, ansiedade, insônia, raiva e desamparo. A jornalista ainda relatou ter tido uma crise de choro após a agressão. Além disso, a jornalista Antonieta de Barros, profissionalmente, teve medo de retaliação por parte da emissora caso existisse algum processo. O único processo que tramitou foi por parte do Sindicato dos Jornalistas. Ademais, a jornalista pensou em desistir do seu trabalho após a agressão, por conta do medo pela sua atuação e pela desvalorização da profissão. *"Eu fiquei com medo e eu nunca me senti tão desvalorizada e tão humilhada enquanto mulher e enquanto mulher jornalista"*.

Assim como Antonieta, a jornalista Angela Davis também não recebeu um respaldo da emissora, e como citado anteriormente, a emissora estava interessada no Ibope e não na integridade psicológica e física da profissional. Além disso, Angela optou por não entrar com nenhum processo jurídico após a agressão. Quanto às consequências psicológicas, a jornalista relatou esgotamento, desamparo e flashbacks. Além disso, ela teve medo de sair para os lugares e ser reconhecida e também teve crises de choro após o ataque.

Diferentemente das outras jornalistas, Mietta vê a situação de uma maneira diferente, visto que a profissional entende os momentos que passou como uma *'munição'* para continuar. Porém, reconhece que após todas as agressões ela teve ataques de raiva e passou por cansaços físicos. Na entrevista, fica claro que os seus medos e receios

estão ligados à preocupação com a sua mãe, ou seja, ela teme que os agressores cheguem até a sua família. E no que diz respeito aos processos, Mietta foi a entrevistada que mais entrou com processos judiciais após as vezes em que foi atacada. Ela levou processos de familiares após falar sobre temas de assunto público no trabalho e também foi atrás da polícia depois de ser agredida e ameaçada na frente do trabalho e da sua casa.

Considerações finais

Considerando os tópicos centrais de análise, sendo eles perfil, violência e consequências, é possível concluir que cada uma das entrevistadas vivenciou a sua trajetória de formas diferentes, porém o que faz com que suas histórias se encontrem é a violência de gênero sofrida dentro da profissão jornalística. Entretanto, refletindo de maneira interseccional, a pesquisa trouxe apenas uma jornalista com um marcador social que a difere das demais, por conta da transsexualidade. E, ao considerar sua trajetória, fica claro como a violência está presente nas situações profissionais e no dia a dia. E que, além de enfrentar agressões isoladas por posicionamento político, ela também passa por violências diárias, como a busca por trabalho, por exemplo.

No que diz respeito às agressões, é perceptível que os agressores são parecidos e agem buscando descredibilizar e menosprezar as jornalistas, por seu marcador de gênero. Essa descredibilização é percebida em forma de xingamentos, de ameaças e de isolamento das profissionais. Os meios pelos quais as violências acontecem são diversos, mas é perceptível a ocorrência de violências contra as profissionais no ambiente digital e a mudança no uso das redes pelas

entrevistadas por conta das agressões, seja alterando nomes, privando as contas e evitando aparecer para que suas imagens não sejam usadas.

Quando a discussão passa para as questões psicológicas, é possível perceber que as jornalistas registraram um aumento da ansiedade e do estresse por conta das agressões e também devido ao contexto de crise política, social e sanitária que o Brasil enfrentou no período da pandemia e do governo do ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL). Outro tópico presente nas entrevistas é a vontade de sair da profissão em razão da violência e da precarização. A entrevistada que deixa isso mais incisivo é a Antonieta de Barros, quando cita que pretende se estabelecer em outra área. Essa fala indica o modo como o jornalismo e a carreira podem se mostrar instáveis e inseguros.

Por fim, conclui-se, a partir da perspectiva teórica e dos relatos, que as jornalistas mulheres ainda são atacadas por serem mulheres, ou seja, existe um trato de gênero e existe uma violência generificada. Mesmo existindo um certo apagamento e naturalização da violência contra as jornalistas, por conta da cultura profissional heteronormativa, fica evidente nos relatos a diferença quando o ataque é direcionado às mulheres. As próprias jornalistas entrevistadas falam que o trato com seus pares homens acontece de outra forma.

É necessário, portanto, pensar de que forma a violência e, em particular, a violência de gênero no jornalismo é encarada socialmente e de que maneira a cultura profissional também corrobora para este cenário. Ou seja, é necessária uma ruptura de ideias na profissão jornalística, nas instituições políticas - que detêm o poder e que foram os principais agressores - e na sociedade, que acaba por produzir e reproduzir diversas violências de gênero.

Referências

Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. (2021). Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil.

Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. (2022). Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil.

Barão, G., Fontes, G. S., & Marques, F. P. J. (2021). *Mulheres jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Como as relações de gênero interferem na produção jornalística?* [Trabalho apresentado]. VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo.

Bittencourt, M. C. A. (2021). Interseccionalidade como perspectiva de abordagem sobre violência de gênero durante a pandemia da covid-19. Em F. M. M. Mendes, F. A. T. Queirós, & W. da C. Silva (Orgs.), *Pesquisa em comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero.* Nepan Editora. https://www.academia.edu/45074266/Pesquisa_em_comunicação_jornalismo_raça_e_gênero

Costa, J. G. (2023). *Jornalistas em aliança: Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247752

Crenshaw, K. (2002). A intersecionalidade da discriminação de raça e gênero. https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. (2022). *Relatório Violência a contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE - Revista de Administração de Empresas, 35*(3), 20-29. https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200

Krug, E. G., Dahlber, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health.* Geneva. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf

Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.* Editora UFMG.

Leite, A. T. B. (2015). *Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/7087.

Lorente-Acosta, M. (2020). Violencia de género en tiempos de pandemia y confinamento. *Revista Española de Medicina Legal, 46*(3), 139-145. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-192315

Mick, J., Nicoletti, J., & Lima, S. P. (Coords.). (2022). Perfil do jornalista brasileiro 2021. Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Quorum Comunicação.

Moura, D. O., & Costa, H. M. (2018). Mulher jornalista e o "teto de vidro gênero/ raça/ classe" a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. Em L. Aguiar, M. P. da Silva, & M. Martinez (Orgs), *Desigualdade, relações de gênero e estudos de jornalismo.* Intercom.

Moura, D. O., Rocha, P. M., Damian-Gallard, B., & Le Cam, F. (2018). *Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration*

of women journalists in Brazil, France, and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question [Trabalho apresentado]. 1st Brazil-France-Francophone Belgium Journalism Research, São Paulo, SP, Brasil. https://sbpjor.org.br/congresso/index.php/BFFB/BFFB2018/paper/viewFile/1053/952

\Oliveira, A. C. G., Costa, M. J. S., & Sousa, E. S. S. (2015). Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. *Revista Tema, 16*(24/25). http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/236

Rennó, L. (2022). Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados, 36*(106), 147-163. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009.

Rios, A. de O. (). *Violência contra Jornalistas: características e manifestações a partir dos relatórios da FENAJ no período de 2012-2020* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3590/1/Aline%20de%20Oliveira%20Rios.pdf

Rocha, P. M. (2004). *As mulheres jornalistas no Estado de o processo de profissionalização e feminização da carreira* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. https://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-melani-mulheres-jornalistas.pdf

Santana Neto, P. A. (2023). *Violência contra jornalistas no Brasil: perfil das agressões, ameaça à democracia e à liberdade de imprensa* [Monografia, Universidade de Brasília}.

Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência.* Fundação Perseu Abramo.

Saffioti, H. (1996). *Violência de gênero no Brasil: conceitos versus dados. A onipresença do gênero nas relações humanas* [Trabalho apresentado]. 48ª reunião anual SBPC, São Paulo, SP, Brasil. https://drive.google.com/file/d/1qPYV1LtWIRaiWE4EnK0tQ4U20qq1yf9z/view?usp=sharing

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias* (Série Jornalismo a Rigor, Vol. 8). Insular.

Scott, J. (1995). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade, 16*(2).

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional.* Insular.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas, 22*(44), 203-220. https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977.

Yannoulas, S. (2011). Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Revista Temporalis. 11*(22). https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/191

Violências contra jornalistas mulheres: cartografia dos dados e estudos internacionais de 2020 a 2024

Ester Roloff
Paula Melani Rocha

O estudo exposto neste capítulo integra o projeto de pesquisa "Riscos e traumas no jornalismo: inovação tecnológica e feminização da profissão" (CNPq) coordenado pela professora Paula Melani Rocha e vinculado aos estudos globais do Grupo de Pesquisa em Educação e Trauma em Jornalismo (JETREG), desenvolvido pela equipe brasileira. A pesquisa brasileira analisa a feminização do jornalismo e os decorrentes ataques vindos desse fenômeno, destacando as violências generificadas contra as jornalistas no período de 2020 até 2023. O objetivo geral do subprojeto de pesquisa consistiu em levantar dados sobre monitoramento e pesquisas científicas internacionais sobre ataques contra jornalistas mulheres, publicados entre 2020 e 2024 e estudos

sobre traumas. Os objetivos específicos envolveram: entender as similaridades entre as pesquisas internacionais e o contexto nacional a partir da coleta e sistematização dos dados e trabalhos levantados; levantar os conhecimentos internacionais sobre os fenômenos da feminização e da judicialização da profissão de Jornalismo; analisar a participação das redes sociais e da Internet no processo de feminização da profissão. A pesquisa buscou também compreender os impactos sobre as profissionais, na profissão e na vida pessoal, em diálogo com estudos sobre traumas na profissão.

As percepções de "trauma" dentro do Jornalismo não se limitam a coberturas de catástrofes, como eventos relacionados a guerra, pandemias, desastres naturais e violações dos direitos humanos, mas também ao trabalho diário dos profissionais, em que percebem-se violações dos direitos humanos acontecendo em locais de convívio diário dos jornalistas e do público. Desde reportagens sobre violência, distúrbios sociais e acidentes rodoviários, até violações sexuais, assassinatos e abuso de crianças.

Uma repórter de uma cadeia televisiva de notícias locais é incumbida, pelo seu supervisor, de visitar uma família enlutada. Um adolescente morreu, juntamente com os amigos embriagados num acidente rodoviário, numa autoestrada próxima: "Arranja-me boas imagens e um bom depoimento", diz-lhe o supervisor. E acrescenta: "e certifica-te de que apanhas a mãe a chorar" (Brayne, 2008, p. 34).

Mark Brayne (2008) pontua que reportagens que geram trauma atingem o público, mas os principais afetados por estes eventos violentos são os e as jornalistas que diariamente realizam as coberturas traumáticas sem nenhuma preparação profissional ou psicológica.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) coleta anualmente dados sobre a liberdade de expressão e imprensa no Brasil, além de realizar relatórios sobre a violência contra jornalistas e comunicadores no país. Ao realizar a análise do material coletado, ela abre espaço para discussões sobre as causas e impactos desses fenômenos, tanto para os profissionais da área e empresas de comunicação, quanto para a população em geral.

> A síndrome do stress pós-traumático costuma afetar jornalistas que tenham sido expostos a cobertura de temas impactantes. É difícil medir, entretanto, o que seja um evento impactante. Algumas vezes, um simples acidente de carro pode provocar um trauma, enquanto cenas de franca desgraça não deixam nenhuma sequela. A medida do stress é bastante pessoal e os efeitos de um possível trauma podem se manifestar imediatamente ou muitos anos depois de vivenciado o episódio. (Abraji, 2011, par. 6)

Os ataques e riscos no exercício da profissão afetam a saúde dos e das profissionais, somado a um contexto de crise do próprio mercado de trabalho. Rocha e Manrique (2024) mostram o adoecimento de jornalistas mulheres brasileiras que sofreram ataques durante o exercício profissional, com desdobramentos na saúde física e mental, resultando em alguns casos o abandono da profissão. Fiorentin e Bertol (2016) analisaram situações de conflito, violência e tragédias vividas por jornalistas no exercício da profissão, os quais apresentaram problemas psicológicos. A pesquisa internacional Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG) entende que os jornalistas "correm riscos de lesões físicas, emocionais, morais e psicológicas devido à exposição a eventos traumáticos ao longo de suas carreiras"

(JETREG, s.d.), que trabalhar sobre ataques físicos, virtuais, morais e generificados se sobrepõem à situação de vulnerabilidade no exercício do trabalho e que situações estressantes vêm se intensificando na sociedade de riscos (Beck, 2011).

O relatório anual da Abraji publicado em 2024 trouxe os dados de 2023, revelando que houve, pela primeira vez desde o início das produções dos relatórios de monitoramento em 2019, uma queda nos números de ataques contra jornalistas. Com 330 ataques, 2023 apresentou uma redução de 40,7% em relação ao ano anterior. Contudo, houve um aumento de 7% no número de agressões graves a jornalistas, abrangendo questões como violência física e destruição de equipamentos, e um crescimento no número de processos civis e penais contra os profissionais, que chegou a 7,9% dos casos.

Tabela 1

Três principais tipos de agressões contra jornalistas nos anos de 2022 e 2023

	2022	**2023**
Discurso estigmatizante	61,2%	47,3%
Agressões e ataques	31,2%	38,2%
Processos civis e penais	2,1%	7,9%

Nota. Adaptado de Abraji (2023).

Desse modo, os ataques a jornalistas podem ser psicológico, físico, material e moral. As denúncias têm sido feitas por entidades nacionais e internacionais. Entre 2006 e 2020 mais de 1200 jornalistas

foram mortos no exercício da profissão (Posetti et al., 2020). No contexto da Covid-19, aumentaram os ataques à liberdade de imprensa e ao exercício do jornalismo. Ainda de acordo com os autores, os ataques online contra jornalistas mulheres aumentaram durante a pandemia, e não cessaram.

No contexto brasileiro, um estudo da organização Repórteres Sem Fronteiras e do Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS-Rio) registrou entre março e junho de 2021 meio milhão de *tweets* contendo *hashtags* atacando a imprensa (Repórteres sem fronteira, & Instituto de Tecnologia do Rio, 2021). O estudo mostrou que cerca de 20% desses ataques digitais apresentavam uma alta probabilidade de se metamorfosear em uma ação física violenta real, ou seja, não ser apenas virtual. Patrícia Campos Mello relaciona o ambiente de ódio instaurado na sociedade com o "gabinete de ódio", implementado durante o governo do então presidente Bolsonaro (Mello, 2020), objetivando manipular as redes sociais com propósitos políticos populistas e operando como uma "censura". A estratégia revelou-se eficiente, expandiu entre os simpatizantes e aliados políticos que utilizam *trolls* e robôs nas redes sociais e tem como principal alvo as jornalistas mulheres (Mello, 2020). A relação entre o aumento de processos judiciais e o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro parte da maneira como os jornalistas foram tratados durante o período (BBC News Brasil, 2020). O governo utilizou uma política anti mídia que unida à situação de insegurança global durante a pandemia de Covid-19 foram responsáveis pelo aumento de violações contra a liberdade de imprensa no país.

Contudo, esse fenômeno não ficou circunscrito à pandemia. Ele se intensificou em 2022, no período eleitoral, e se estendeu a 2023. O fenômeno da "judicialização" é estudado pela Abraji desde 2023, quando se percebeu o novo padrão de ataque. O processo pode ser entendido como quando "pessoas ou grupos com diferentes tipos de poder mobilizam recursos e tempo para gerar ônus financeiros, emocionais e profissionais contra jornalistas, por retaliação a sua atuação profissional" (Abraji, 2024, p. 9). O objetivo muitas vezes é silenciar os e as profissionais através de processos judiciais infundados para que não haja a difusão da notícia, ameaçando o livre exercício do Jornalismo.

Trata-se de uma estratégia indireta de ataque que busca constranger o trabalho jornalístico, muitas vezes sufocando profissionais com demandas abusivas e, em alguns casos, coordenadas. O monitoramento registrou episódios tanto de processos, quanto de condenações judiciais contra jornalistas e comunicadores que revelaram algum fato de interesse público. O efeito amedrontador dessas ações atinge não somente aquele que é demandado, mas o conjunto de jornalistas que trabalham na mesma cobertura e a população que vê seu direito de acesso à informação afetado (Abraji, 2024, p. 52).

Em 2020 houve um pico nos casos, chegando a 261 processos, nos três anos seguintes os números diminuíram, mas continuaram 47% mais elevados do que os dados que antecedem 2020, voltando a estabilidade apenas em 2024. Os principais mobilizadores dos casos são os poderes associativos, com 57,49%, e o poder político, com 19,87% dos processos. Os casos revelam táticas processuais abusivas que podem gerar graves consequências aos jornalistas,

principalmente em questões trabalhistas, financeiras, de segurança e mentais (Abraji, 2024).

Diante deste contexto, o projeto de pesquisa ao qual este subprojeto está ancorado buscou aferir a extensão dessas violações na vida profissional das jornalistas, na saúde e na vida pessoal, bem como a transposição de marcadores sociais (gênero, sexualidade, classe e raça) em violações para impedir o trabalho das profissionais. O recorte deste subprojeto tem por objetivo levantar o contexto internacional e suas abordagens, buscando uma maior compreensão dos fenômenos mundiais que abarcam o jornalismo e as profissionais mulheres.

Metodologia

A construção da pesquisa iniciou com a seleção das bases de dados de monitoramento internacional, em que foram selecionadas 10 instituições que se encaixavam em um dos padrões estabelecidos: produzir relatórios ou mapas que indiquem a incidência da violência na profissão de jornalistas; trazer dados ou estudos globais de casos específicos ou situação atual dos países analisados; ou relatar dados relevantes ao tema estudado mesmo não sendo da área de Jornalismo, como relatórios de liberdade de expressão e de gênero.

Para a Revisão Bibliográfica foi escolhido o Portal de Periódicos da CAPES com a busca pelas palavras-chave *Journalism, Trauma*, e, posteriormente, pela falta de resultados significativos, foi acrescentado na busca *Judicialization, Judicial harassment.* Os seguintes filtros foram aplicados nas buscas: ano de criação 2020 até 2024; produção internacional; revisado por pares e área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas.

Na coleta do material uma inconsistência nos filtros de busca foi percebida, trabalhos publicados dentro do recorte temporal estavam sendo excluídos dos resultados por conta da diferença de tempo entre a publicação da pesquisa e a sua aprovação no portal. Uma nova busca foi realizada, desta vez aplicando o filtro o ano de criação 2020 até 2025, e realizando a conferência da data de maneira manual e individual em cada um dos resultados. Os mesmos filtros de busca iniciais foram aplicados, porém com as palavras-chaves *Periodismo, Trauma*, *Judicialización, Acoso judicial* em uma tentativa de alcançar mais pesquisas de países que utilizam o espanhol como língua nativa e por incluir periódicos internacionais na língua espanhola, mas nenhum dos resultados se enquadrou no tema do subprojeto. Em seguida foi realizada a decupagem do material e, ao todo, foram selecionadas 12 pesquisas científicas. Os trabalhos foram sistematizados com as seguintes categorias: palavras-chave; objetivo; referências; método; país da pesquisa; conclusões.

Mesmo com o acréscimo de palavras-chave e a busca em espanhol os resultados obtidos apresentaram um padrão. Após a análise do material foi observado a prevalência de pesquisas norte-americanas, com apenas duas pesquisas sendo de outros países. A partir disso, um segundo momento de coleta de dados foi iniciado, agora mirando especificamente na busca por pesquisas de outras regiões do planeta. Para isso foram localizados os principais líderes e co-líderes do Regional Research Hub (RRH) da JETREG, que atualmente somam 15, e feita manualmente a busca por publicações de cada autor no google académico que, estando filtradas dentro do período de tempo analisado, estivessem de acordo com o tema estudado. A coleta resultou

em um adicional de oito pesquisas, sendo, deste modo, um total de 20 pesquisas científicas selecionadas.

Relatórios globais sobre violência contra jornalistas

Ao longo da pesquisa, iniciou-se a coleta de estudos, chegando a um total de dez instituições de monitoramento internacional que relatam o trauma e as violências vividas por jornalistas mulheres durante o exercício da profissão. Das instituições escolhidas, três são especificamente voltadas para a visão das mulheres dentro do Jornalismo, levantando dados sobre preconceitos de gênero, violências estereotipadas, segurança no trabalho e oportunidades profissionais. Apenas duas instituições são da América Latina, trazendo uma visão mais voltada para os países do hemisfério sul, dando enfoque nos problemas e questões específicas da região.

O registro dos homicídios de jornalistas é uma prática recorrente nos monitoramentos para exaltar a importância da proteção destes profissionais. Nos últimos anos houve uma crescente no número de mortes de jornalistas no geral, entre as mulheres os casos concentram-se no território Israelense e Ucraniano, acabando 2024 com o registro de 16 homicídios espalhados por todo o mundo (CPJ, Database Journalists Killed). Estudos mostram uma relação entre o aumento de violência sofrida por jornalistas com a quantidade de liberdade que é dada à imprensa. Analisando os países que mais controlam a mídia (Tabela 2) podemos descobrir padrões e condições que prejudicam o trabalho jornalístico.

Tabela 2

Países que apresentaram menor liberdade de imprensa no período analisado

Ano	2020	2021	2022	2023	2024
País	Coréia do Norte	Eritreia	Coréia do Norte	Coreia do Norte	Eritreia

Repórteres Sem Fronteiras (s.d. -b).

Eritrea é um país africano que vive uma ditadura de um só homem, sem legislação ou organização da sociedade civil. Há diversos relatos de prisões em massa que ocorreram em 2001 quando jornalistas questionaram a liderança do país, foram presos 16 profissionais que continuam detidos e incomunicáveis a mais de 23 anos. O país apresenta graves violações contra os direitos humanos, recusando-se a cooperar com a Organização das Nações Unidas (Human Right Watch, 2023).

A Eritreia é um estado autoritário militarizado que não realiza eleições nacionais desde sua independência da Etiópia em 1993. A Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ), liderada pelo presidente Isaias Afwerki, é o único partido político. Detenções arbitrárias são comuns, e os cidadãos são obrigados a prestar serviço militar, muitas vezes por toda a vida profissional. O governo fechou todos os meios de comunicação independentes em 2001 (Freedom House, 2024a, par. 1)[1].

1. Eritrea is a militarized authoritarian state that has not held a national election since independence from Ethiopia in 1993. The People's Front for Democracy and Justice (PFDJ), headed by President Isaias Afwerki, is the sole political party. Arbitrary detention is commonplace, and citizens are required to perform national service, often for their entire working lives. The government shut down all independent media in 2001. (Freedom House, 2024, par. 1)

A Coréia do Norte é um país asiático que vive um dos regimes mais autoritários do mundo, onde as notícias são rigidamente controladas e o jornalismo independente é proibido. Existe apenas uma agência de notícias no país, que se tornou a porta-voz oficial do governo. A censura, vigilância, propaganda e repressão são a base do poder do regime totalitário no país (RSF, s.d. -a).

A Coreia do Norte é um Estado unipartidário liderado por uma ditadura totalitária dinástica que comete regularmente graves violações dos direitos humanos. A vigilância é generalizada, prisões e detenções arbitrárias são comuns e as punições por crimes políticos são severas. O Estado mantém um sistema de campos para prisioneiros políticos, onde ocorrem tortura, trabalhos forçados, fome e outras atrocidades. (Freedom House, 2024b, par. 1)[2].

Os dois países apresentam regimes ditatoriais que violam impunemente os direitos e liberdades dos cidadãos. Deste modo, a democracia mostra-se necessária para garantir direitos igualitários para toda a população perante a lei, além da liberdade para todos os indivíduos (Freedom House, 2025). Países em guerra também representam riscos para os profissionais, que não apenas convivem junto da população civil em condições humanitárias prejudicadas, mas se arriscam para noticiar e denunciar ao mundo a situação do país. Entre os países que mais registraram homicídios dos

2. North Korea is a one-party state led by a dynastic totalitarian dictatorship that regularly engages in grave human rights abuses. Surveillance is pervasive, arbitrary arrests and detention are common, and punishments for political offenses are severe. The state maintains a system of camps for political prisoners where torture, forced labor, starvation, and other atrocities take place. (Freedom House, 2024, par. 1)

profissionais está a Palestina, que em 2024 atingiu o número de 81 jornalistas mortos (International News Safety Institute [INSI], 2024). Os conflitos armados destroem os fundamentos necessários à liberdade e aos direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão (Pen Internacional, 2025).

Tabela 3

Incidência das 5 violências mais frequentes contra jornalistas mulheres

Tipos de violência	Frequência das denúncias entre as entrevistadas
Abuso de poder e autoridade	36,3%
Intimidação verbal, escrita e física	34,1%
Tentativas de manchar reputação	30,3%
Insultos e críticas publicados online	23,1%
Xingamentos e insultos	20,7%

Barton e Storm (2014).

As redes sociais tornam-se ambientes de propagação de ódio, onde a ideia de anonimato dá coragem para pessoas distribuírem insultos e críticas contra as jornalistas mulheres. Aqui há destaque para as mulheres que produzem conteúdos relacionados à política e aos direitos das mulheres. Na Tabela 4 é possível observar uma pesquisa feita pela International Women's Media Foundation (IWMF), em que foram realizadas entrevistas com 977 mulheres jornalistas sobre o assédio que recebiam online:

Tabela 4

Frequência de assédio online entre jornalistas mulheres

Diariamente	Algumas vezes	Poucas vezes	Uma vez	Nunca	Não sabe
11%	16%	28%	8%	33%	4%

Barton e Storm (2014).

Outra violência que ganha destaque é o abuso de poder e de autoridade usado para diminuir ou descredibilizar as jornalistas mulheres. Os ataques podem vir: "Outros perpetradores incluíam colegas de trabalho, policiais, funcionários do governo e subordinados" (Barton & Storm, 2014, p. 11). O abuso é somado à humilhação, como tentativa de manchar a reputação, e, muitas vezes, a intimidação verbal.

Dezenas de entrevistados de diversas regiões afirmaram que seus supervisores ou colegas de trabalho usaram críticas públicas ao seu trabalho, personalidade ou competência geral como tática de humilhação e intimidação. Esse tipo de abuso ocorreu principalmente no escritório, na frente de outros funcionários da redação. Os exemplos apresentados variaram de "depreciação de caráter" a insultos diretos, incluindo uma mulher que era rotineiramente repreendida pelo chefe por se parecer com a ex-mulher dele (Barton & Storm, 2014, p. 11)[3]

Das entidades selecionadas neste estudo, seis delas produziram relatórios sobre as violências vividas por jornalistas ao redor do

3. Dozens of respondents from several different regions said their supervisors or co-workers had used public criticism of their work, personality or general competence as a humiliation and intimidation tactic. This kind of abuse largely occurred in the office, in front of other newsroom staff. Examples given ranged from "character assassination" to direct insults, including one woman who was routinely berated by her boss for resembling the boss' ex-wife. (Barton & Storm, 2014, p. 11)

mundo, sendo sobre liberdade de imprensa, registro de homicídios, desaparecimentos e prisões, igualdade e direito das mulheres e análises individuais de países com algum destaque positivo ou negativo.

Em relação ao assédio judicial que ocorre no Brasil, a partir do relatório *Identidade on Trial: Persecution and Resistance* (2025), da PEN Internacional, é possível observar o fenômeno também em países africanos, como Uganda, Mali e Eritrea, em países da América Latina, como Argentina, México e Peru, e, por fim, em países asiáticos, como Bangladesh, Índia e Filipinas. "[Jornalistas] foram sistematicamente alvo de táticas repressivas destinadas a silenciá-los, incluindo assédio judicial, campanhas de difamação, ameaças e intimidações, agressões físicas e proibições de viajar"[4] (Pen Internacional, 2025, p. 97). O relatório afirma que essas medidas acabam suprimindo a liberdade de expressão da região afetada.

Pesquisas analisadas

Inicialmente, houve um baixo número de pesquisas científicas selecionadas decorrente da escolha das palavras-chave, pois *trauma*, na maioria dos trabalhos filtrados, referia-se aos danos causados por reportagens jornalísticas, ao invés das consequências de reportagens traumáticas e das violências vividas por jornalistas durante a prática profissional. A tentativa de aumentar o número de pesquisas selecionadas adicionando as palavras-chave *judicialização* e *assédio judicial* ou procurando pelos resultados em espanhol, ou invés de apenas inglês,

4. Others were systematically targeted by repressive tactics aimed at silencing them, including judicial harassment, smear campaigns, threats and intimidation, physical assaults, and travel bans. (Pen Internacional, 2025, p. 97)

apresentou como resultado apenas mais uma pesquisa. Foi apenas a partir do segundo levantamento que um número mais diverso de países que estudam questões de trauma e de gênero foi incluído no subprojeto, mesmo que de maneira mais limitada, pois nem todos os pesquisadores líderes do RRH tinham como foco o estudo de traumas causados pela profissão de jornalismo.

Com relação a esses estudos, foi possível notar quatro metodologias diferentes aplicadas: estudo de caso comparativo; pesquisa e/ou entrevistas quantitativas; pesquisas e/ou entrevistas qualitativas; revisão e pesquisa bibliográfica. A frequência de cada tipo é notada na tabela 5:

Tabela 5

Incidência dos métodos de pesquisa utilizados nas pesquisas científicas analisadas

Estudo de caso comparativo	4
Revisão e pesquisa bibliográfica	4
Pesquisa quantitativa	7
Pesquisa qualitativa	16

Autoria própria.

Diversos trabalhos utilizaram mais de um método específico para a coleta dos materiais, sendo a mais frequente o uso de entrevistas qualitativas embasadas em revisões bibliográficas. Todas as pesquisas quantitativas foram feitas de maneira online, através de formulários para resposta, com algumas aprofundando o material

posteriormente com entrevistas qualitativas semiestruturadas, mas não necessariamente presenciais. O baixo número de estudos de caso comparativos revela uma visão mais específica nas pesquisas, em dois dos casos é feita a comparação dentro das condições do próprio país da pesquisa, enquanto nas outras duas é feita comparações entre dois países, uma entre o Brasil e os Estados Unidos, e outra entre a Austrália e a Nova Zelândia. Em relação aos países analisados nos estudos, foram identificados 12 no total. A relação de porcentagem de aparição de cada um pode ser vista na Tabela 6.

Tabela 6

Países analisados nas pesquisas científicas selecionadas

País	Quantas vezes apareceu	Porcentagem
Estados Unidos	10	42%
Austrália	3	12,5%
Macedônia do Norte	2	8,5%
Argélia	1	4,1%
Bangladesh	1	4,1%
Brasil	1	4,1%
Colômbia	1	4,1%
Índia	1	4,1%
Nigéria	1	4,1%
Nova Zelândia	1	4,1%
Palestina	1	4,1%
Sudão	1	4,1%

Autoria própria.

Percebe-se, visando a Tabela 6, que a coleta de dados conseguiu abranger pesquisas do mundo todo, sendo 3 delas africanas, 3 asiáticas, 2 oriundas da América Latina, 2 da Oceania, 1 europeia e 1 da América do Norte. Vale ressaltar que algumas pesquisas analisam mais de um país por vez, nos casos de estudos comparativos. A pesquisa nigeriana apresenta a palavra-chave *trauma* de maneira diferenciada, referindo-se aos traumas de guerra vividos pela população da região. Para falar especificamente de jornalistas, o trabalho utiliza a palavra *intimidação*, atribuindo e contextualizando-a de maneira similar ao que o restante das pesquisas fez com a palavra trauma. Esse dado revela que as palavras utilizadas na busca estão limitando os resultados, pois países diferentes têm maneiras específicas de chamar as violências vividas pelos jornalistas em seu território. Uma maior procura por estas palavras específicas mostra-se necessária para a expansão dos resultados de busca. Sobre os objetivos gerais e específicos propostos pelas pesquisas encontradas, é possível classificá-las em 5 subdivisões, como visto na tabela 7:

Tabela 7

Classificação das pesquisas científicas selecionadas

Estudos de caso histórico e temporal	7 pesquisas
Ensino sobre trauma na graduação	7 pesquisas
Traumas em coberturas de risco	3 pesquisas
Traumas em subgrupos da profissão	2 pesquisas
Precariedade do trabalho	1 pesquisa

Autoria própria.

O primeiro subgrupo, "Estudo de caso histórico e temporal", traz sete pesquisas que analisam um caso ou recorte de tempo específico. Cinco delas tratam sobre o trauma oriundo da pandemia do Covid-19, através da visão institucional e do apoio organizacional, analisando as experiências e impactos emocionais vivenciados por jornalistas durante o período. Questões como a felicidade no meio de trabalho e a cobertura de suicídios durante o período mostram preocupação com o bem-estar e a saúde mental dos profissionais, ao mesmo tempo que a pressão da situação era ampliada pela imprevisibilidade e estresse das coberturas.

As outras duas pesquisas do subgrupo estudam casos específicos e pontuais. O primeiro estuda sobre o atentado de Oklahoma City, EUA, evento que matou 168 pessoas em 1995, a partir do ponto de vista dos jornalistas locais que cobriram o caso. Os relatos falam sobre traumas relacionados à exposição aos eventos e ao estresse, percebendo as práticas jornalísticas, institucionais ou não, utilizadas pelos profissionais para conseguir seguir com a cobertura do evento. A outra é uma pesquisa colombiana que fala sobre as consequências da violência que jornalistas enfrentaram durante as mais de cinco décadas de guerrilhas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Os resultados mostraram que o trauma resultou na autocensura por parte dos profissionais, por conta do severo assédio judicial e online que impede as livres publicações.

As sete pesquisas que compõem o subgrupo "Ensino sobre trauma na graduação" abordam de maneiras diferentes como o trauma, seja o da cobertura de notícias sensíveis ou do estresse sistêmico das redações universitárias, impacta a vida dos estudantes e a continuidade

da graduação em Jornalismo, além de mostrarem os desafios e perspectivas na implementação do trauma dentro do currículo acadêmico. As pesquisas revelam a necessidade de mudança da cultura do jornalismo, com os educadores sendo responsáveis eticamente por construir um futuro emocionalmente saudável para os estudantes, e por conseguinte, para o futuro da profissão, entendendo o impacto que o trauma tem na saúde mental imediata e a longo prazo.

Três pesquisas compõem o subgrupo "Traumas em coberturas de risco", incluindo o trabalho nigeriano citado anteriormente. Buscando entender a posição dos jornalistas nigerianos, o primeiro trabalho analisa os riscos que a falta de segurança na cobertura de áreas de conflito geopolítico gera para os profissionais. Entrevistas revelam que as forças de segurança e a comunidade local são os principais agentes que geram traumas físicos e psicológicos nos jornalistas. O segundo trabalho foca nas normas de neutralidade profissional não verbal de jornalistas durante momentos de crise. Os resultados da pesquisa mostram que os profissionais não estão cientes das consequências da prática da neutralidade, principalmente do trauma, que acabam por "camuflar" como forma de proteção durante as coberturas de crises. A última pesquisa, que integra o subgrupo, estudou o impacto da pandemia nos jornalistas indianos, descobrindo de onde viveram os traumas e como os ´profissionais lidam com eles. Entre as reações pós-traumáticas destacadas no estudo estão a revivência do evento traumático em flashbacks, pesadelos recorrentes e memórias intrusivas, concentração prejudicada, depressão, distúrbios do sono, entre outras.

A subdivisão "Traumas em subgrupos da profissão" refere-se a dois trabalhos de estudos sobre traumas vivenciados por profissionais

específicos de áreas do Jornalismo, neste caso, líderes de redação e operadores de câmera. Ao estudar grupos específicos, as pesquisas buscam entender como o trauma afeta o ecossistema da redação partindo de um ponto inicial até alcançar a todos os envolvidos. A exposição repetida a eventos traumáticos está relacionada com o sofrimento emocional vivenciado por ambos os profissionais, contudo os líderes organizacionais apresentam um obstáculo a mais. De acordo com a pesquisa, enquanto encorajam a equipe a demonstrar emoções e a pedir ajuda, os que estão no comando tendem a se isolar emocionalmente para evitar a percepção de fraqueza.

O último subgrupo, "Precariedade do trabalho", contém apenas uma pesquisa que aborda a precarização da profissão como a causa responsável pelo aumento dos casos de estresse, trauma e esgotamento do trabalho. A pesquisa orienta sobre a necessidade de práticas profissionais sustentáveis, voltadas para a resiliência do jornalista, com ações que visam as condições e demandas locais, buscando evitar a longo prazo o desgaste emocional e o trauma.

Dentre todas as pesquisas científicas analisadas, apenas três trouxeram recorte voltado para as questões de gênero e direito das mulheres. A primeira trata do subgrupo dos líderes de redação, neste aspecto a pesquisa mostra que líderes mulheres são descredibilizadas apenas pela condição de serem mulheres, algo que não é visto pelos líderes masculinos. A segunda tem como foco a saúde mental, que é afetada pelo trauma gerado na profissão. No caso das jornalistas mulheres, elas frequentemente são vítimas de insultos e humilhações com base em preconceitos e estereótipos de gênero que afetam indiretamente as suas vidas profissionais e privadas. O último

trabalho trouxe a questão do gênero embasada em toda a pesquisa, não apenas em um subtítulo como os outros dois trabalhos citados acima. Durante a pandemia, as mulheres perceberam níveis mais altos de estresse e maiores obstáculos emocionais na cobertura jornalística, além de dificuldade em equilibrar casa e trabalho durante o período. Este estudo sugere que jornalistas mulheres podem estar particularmente em risco durante a cobertura de crises e desastres.

Considerações finais

Questões relacionadas a desigualdade de gênero e violências generificadas contra mulheres podem ser vistas frequentemente nos relatórios globais, contudo deixam a desejar na área de pesquisas científicas. Mesmo que alguns estudos tragam que o trauma tem impactos diferentes entre homens, mulheres, minorias, novatos, etc., eles carecem da pesquisa aprofundada sobre essas diferenças. Isso mostra que existe uma percepção internacional e nacional quanto à particularidade da relação entre traumas e mulheres jornalistas, mas que ainda não foi explorada nas pesquisas científicas.

Durante o trabalho foi possível perceber como o período pandêmico afetou a vida profissional e pessoal dos jornalistas ao redor de todo o mundo. Questões relacionadas à saúde mental e ao trauma vindo da cobertura de eventos emocionais tiveram impacto de longo prazo nos profissionais. A relação com o público e a redação como um todo foram afetadas, aumentando a descredibilidade da cobertura jornalística, que permanece elevada mesmo após o período pandêmico, e os ataques que jornalistas sofreram durante o período.

Existe uma preocupação global em incluir estudos sobre o trauma no currículo acadêmico, com iniciativas de implementação e denúncias sobre obstáculos contra sua efetivação. No geral, mesmo com a unanimidade em relação à importância do ensino sobre eventos traumáticos no jornalismo, as pesquisas trazidas neste trabalho não vêm este evento ocorrendo nos próximos anos, principalmente pela falta de tempo livre no currículo acadêmico para a estruturação da nova disciplina.

O estudo do trauma decorrendo das redes sociais na profissão foi bastante destacado em relação às mulheres, que acabam sendo mais suscetíveis a este tipo de violência por conta do preconceito e ódio contra o gênero feminino. Este tipo de violência está intrinsecamente ligado a tentativas de manchar a reputação e descredibilização das profissionais.

O trauma aparece como de grande interesse da sociedade jornalística global e o assédio judicial foi destacado em diversos países em continentes diferentes, contudo o fenômeno específico da judicialização que aconteceu no Brasil não foi abordado em nenhum dos trabalhos. Mais estudos nesta área precisam ser feitos para entender se o termo está limitando as buscas ou se o fenômeno recente carece de estudos na comunidade científica internacional.

Referências

Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2011, junho 07). Cobertura jornalística de conflitos armados: aspectos psicológicos e jurídicos. Recuperado de https://abraji.org.br/noticias/cobertura-jornalistica-de-conflitos-armados-aspectos-psicologicos-e-juridicos.

Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2023). Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil. Recuperado de https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/2da5b679-2702-4121-bce1-cd23cb962f06/Relatório_-_Ataques_contra_jonalistas_de_2023_FINAL_alta_resolução.pdf

Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2024). Monitor de Assédio Judicial Contra Jornalistas no Brasil. Recuperado de https://assediojudicial.abraji.org.br/wp-content/uploads/2024/04/abraji-relatorio-assedio-judicial-pt.Apdf

Barton, A., & Storm, H. (2014). Violence and Harassment Against Women in the News Media: a Global Picture. IWMF; International Womens Media Foundation. https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/06/Violence-and-Harassment-against-Women-in-the-News-Media.pdf

BBC News Brasil. (2020, maio 5). 9 ataques de Bolsonaro a jornalistas — e quais os temas que levaram presidente a perder a linha. Recuperado de https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647

Beck, U. (2011). *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade.* Ed.34.

Brayne, M. (2008). Emoções, trauma e bom jornalismo. *Cadernos de Estudos Africanos, 15*, 31-46.

Fiorentin, L, & Bertol, S. R. (2016). *Reação de jornalistas após situações traumáticas: estudo descritivo-analítico* [Trabalho apresentado]. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Curitiba, PR, Brasil.

Freedom House. (2024a). Freedom in the World 2024. Eritrea. Recuperado de https://freedomhouse.org/country/eritrea/freedom-world/2024

Freedom House. (2024b). Freedom in the World 2024. North Korea. Recuperado de https://freedomhouse.org/country/north-korea/freedom-world/2024

International News Safety Institute [INSI]. (2024). Killing the Messenger 2024. Recuperado de https://newssafety.org/media/resources/pdf/killing-the-messenger-2024pdf.pdf

Mello, P. C. (2020). *A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital.* Companhia das Letras.

Pen Internacional. (2025). Identidade on Trial: persecution and resistance. Pen Internacional Case List 2025. Recuperado de https://static1.squarespace.com/static/628f9ae10b12c8255bd8814d/t/6807a520b8de3645028ce467/17 45331493320/PEN+Case+List+2025+110425+2UP+%281%29.pdf

Posetti, J., Aboulez, N., Bontcheva, K., Harrison, J., Waisbord, S. (2020). *Violência online contra mulheres jornalistas: Um Quadro Mundial de Incidência e Impactos.* Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. https://www.icfj.org/sites/default/files/2020-12/UNESCO%20Online%20Violence%20Against%20Women%20Journalists%20-%20A%20Global%20Snapshot%20Dec9pm.pdf.

Repórteres sem fronteira, & Instituto de Tecnologia do Rio. (2021). Ataques ao jornalismo se alastram nas redes. RSF E ITS registraram meio milhão de tweets contendo hashtags ofensivas à imprensa em apenas 3 meses. Recuperado de https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_ataquesaojornalismo_rsf_3.pdf

Rocha, P. M., & Marinque, L. (2024). *Mujeres periodistas atacadas en su actividad profesional: trauma, enfermedad y resiliencia* [Trabalho apresentado]. World Press Freedom Day 2024, realizado pela UNESCO em Santiago do Chile. https://www.unesco.org/en/articles/world-press-freedom-day-global-conference

Repórteres Sem Fronteiras [RSF]. (s.d. -a). Coréia do Norte. Recuperado de https://rsf.org/pt-br/pais/coreia-do-norte

Repórteres Sem Fronteiras [RSF]. (s.d. -b). Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa. Recuperado de https://rsf.org/pt-br/ranking?year=2024

Mulheres à Parte: experiências de jornalistas que abandonam a profissão no Brasil entre 2012 e 2017

Anna Vitória Cuimachowicz Vieira

O esforço de análise deste capítulo é direcionado à identificação de fatores que incidem na vida de mulheres jornalistas, lapidando suas trajetórias profissionais. Para isso seleciona-se a fala de duas entrevistadas da dissertação – *Mulheres à parte: A trajetória das jornalistas que saem da profissão no Brasil (2012-2017)* (Vieira, 2023)[1]. As selecionadas demonstram um contraponto entre as expectativas patriarcais que recaem sobre a mulher jornalista. De um lado, uma mulher que alcançou posições de chefia e carrega atributos valorizados pelo olhar masculino, como força, liderança e distanciamento afetivo; de outro, aquela que, sob essa mesma perspectiva, precisa moldar-se

1. Dissertação defendida em 2021 sob orientação do professor Dr. Felipe Simão Pontes.

a exigências mais femininas para corresponder à imagem da mulher idealizada pelos homens de seu ambiente de trabalho.

Atrela-se um olhar a fatores sociais, históricos, de gênero e de mercado a fim de conectar essas estruturas à produção de dados sobre esse fenômeno. Os resultados ora apresentados correspondem à análise desenvolvida na dissertação, constituindo a base empírica e conceitual deste capítulo. Revisita-se então a sociologia das profissões, voltando o olhar para a mulher e o cenário precarizado onde ela historicamente adentra o mercado de trabalho e como isso se perpetua nas trajetórias profissionais traçadas posteriormente.

A condição da mulher inserida em um contexto de trabalho remunerado emerge na Revolução Industrial, acumulando inúmeros papéis sociais. Permanecem, desde esse primeiro momento, questões de dupla jornada, diferenças salariais e assédio, que impactam a permanência ou saída de mulheres de suas profissões. Essas questões estão presentes na consolidação do capitalismo e salientadas na sociedade neoliberal. Engels (1984) defendeu que para o sistema econômico completar-se era preciso conectar as esferas familiares, de Estado e de propriedade privada, destacando a produção da vida imediata e do homem como elementos centrais. Modelos antigos de conexão entre vida familiar, trabalho e prestação de serviços domésticos realizados pela mulher vêm se alterando, mas o capitalismo liberal cria falsa sensação de simetria entre gêneros (Milanovic, 2020).

Observa-se que mulheres, em geral, possuem nível de escolaridade superior ao dos homens, e padrões históricos de casamento refletem essas mudanças (Milanovic, 2020, p. 29). As entrevistas em profundidade que aparecem no capítulo foram realizadas online,

durante a pandemia em 2020 e são apoiadas por duas pesquisas empíricas: Perfil do Jornalista Brasileiro (2012), com 2.731 profissionais, que mostrou maioria feminina (64%), branca (72%) e jovem (59%), salários inferiores a cinco salários mínimos e 45% trabalhando acima de oito horas por dia (Mick & Lima, 2013); e Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2017), que obteve 1.233 respostas e evidenciou aumento de saída da profissão (de 22% em 2012 para 38% em 2017), especialmente entre mulheres da mídia (Pontes & Mick, 2018).

Aqui obtivemos alguns marcadores sobre: por que mulheres jornalistas saem da profissão no Brasil? O objetivo geral é demarcar fatores que impedem sua continuidade, observando como estruturas patriarcais e a crise contemporânea do jornalismo afetam suas trajetórias.

Foram analisadas - para a dissertação que serve de base para esta análise - entrevistas semi-estruturadas com 86 mulheres que saíram da mídia, considerando idade, estado civil, qualificação acadêmica, salário e situação laboral. A pesquisa organiza-se em três eixos: inicia com o debate entre contextos que englobam as noções teóricas de contrato sexual, feminização e crise do jornalismo, em um segundo momento uma interpretação quanto às trajetórias das jornalistas entre 2012 e 2017, e finalizando com a complexificação das vivências sob desigualdades de gênero, incluindo análise de quatro entrevistas, com estratégias de coleta e discussão sobre precarização e estrutura patriarcal que reforçaram a saída do campo profissional do jornalismo das entrevistadas.

Neste recorte atual, no entanto, aparecem duas entrevistadas que se encontram em pontos opostos da expectativa masculina da mulher circunscrita no ambiente de uma redação jornalística.

Entre contratos, feminização e crise: a experiência das jornalistas brasileiras

Carole Pateman (1993) relaciona o contrato sexual aos contratos de trabalho, argumentando que assim como os capitalistas exploram os trabalhadores, os maridos exploram as esposas, complexificando a dominação dos homens sobre as mulheres. A autora critica contratualistas clássicos como Locke e Rousseau, por não incluir a mulher no pacto original, base para a integração do indivíduo à sociedade civil, revelando a dominação sexual naturalizada nas estruturas políticas. Pateman indica ainda que o patriarcado deriva da ordem de sujeição anterior ao contrato civil, sustentando a desigualdade nas instituições sociais.

Autoras e autores demonstram como, historicamente, contratos e normas moldaram relações de dominação de gênero. Pateman (1976) analisa a dicotomia esfera pública e privada para mulheres, mostrando como a maternidade é tratada como desejo intrínseco feminino, reforçando a feminização compulsória e a subordinação. Friedan (1971) expõe o "problema sem nome", sentimento de vazio e frustração das mulheres que seguem padrões impostos de esposa e mãe, apesar da formação acadêmica e aspirações profissionais, levando a neuroses e insatisfação profunda. Lerner (1986) evidencia que a maternidade e funções reprodutivas reforçam o papel social da mulher, naturalizando sua subordinação. Bourdieu (1999) argumenta que a dominação

masculina é institucionalizada, reproduzida pela família, escola e igreja, perpetuando a visão de inferioridade feminina.

As atribuições binárias impostas a partir das diferenças de gênero delimitavam papéis específicos para mulheres e homens, reservando às primeiras determinadas tarefas e às segundas as demais esferas participativas. É nesse contexto que surge o "problema sem nome", compartilhado por muitas mulheres, caracterizado por um sentimento de vazio e inquietude, descrito em entrevistas conduzidas por Friedan (1971, p. 13):

> Por vezes uma mulher dizia-me que a sensação tornava-se tão opressiva que ela saía de casa e punha-se a caminhar a esmo pelas ruas. Ou então desatava a chorar. Ou então as crianças contavam uma anedota e ela não ria simplesmente porque nem a ouvira. Conversei com mulheres que haviam passado anos em sofás de analistas, procurando "ajustar-se ao papel feminino", tentando resolver bloqueios para "sentir-se realizada como esposa e mãe". Mas o olhar e o tom desesperado dessas vozes eram o mesmo tom e olhar de outras mulheres que estavam certas de não ter problema algum, embora sentissem aquele mesmo estranho desespero. Uma mãe de quatro filhos, que deixara a universidade aos dezenove anos para casar, disse-me: "Experimentei tudo o que se espera das mulheres — hobbies, jardinagem, preparação de conservas, contacto social com os vizinhos, participação em comités, chás de Pais e Mestres. Sei fazer tudo isso e até gosto, mas nada me dá algo para pensar. Nada me diz quem eu sou. Nunca tive ambições de seguir uma carreira. Só queria casar e ter quatro filhos. Adoro as crianças, Bob e minha casa. Não tenho problemas que valha mencionar. Mas vivo desesperada. Começo a achar que não tenho personalidade. Sou uma copeira, babá, arrumadeira, a pessoa requisitada para qualquer coisa. Mas quem sou eu?".

Aliando tais perspectivas precedentes ao jornalismo, o discurso feminino é historicamente reprimido (Oliveira & Castro, 2006), e

a imagem da mulher multitarefa reforça a sobrecarga e subversão da identidade real, algo reservado aos homens. A dupla jornada e a pressão da maternidade tornam a trajetória profissional ainda mais difícil (Bergamo et al. 2012; Fernandes, 2015), especialmente se considerarmos os contextos de monoparentalidade feminina, crescente no Brasil (IBGE, 2007; IPEA, 2010; Santana, 2009).

Reforça-se neste cenário, longamente pavimentado na construção da civilização como ela o é hoje, que discursos essencialmente patriarcais são perceptíveis na vida privada e nas trajetórias profissionais femininas, materializadas, inclusive, nas manifestações discursivas. Analisando os primórdios do jornalismo feminino, identificamos a forma com que a voz feminina foi reprimida, tanto no conteúdo quanto nos processos de produção. De acordo com Oliveira e Castro (2006), o discurso feminino imbuído no jornalismo é uma "expressão do sujeito, atrelado a uma memória discursiva que remete à condição de submissão feminina".

Assim, diante destas construções identitárias impostas às mulheres que compõem tal campo profissional, a mulher jornalista, ainda que maioria dentro da profissão, se vê imersa em uma instituição do masculino. A dominação as expele, as reduz, fazendo com que elas se sintam inferiores, instaurando uma força invisível que as marca e cansa. Questões como dupla jornada ainda se contrapõem à divisão do trabalho, como fica explícito nos dados resultantes da pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro (Bergamo et al., 2012). A discriminação, velada ou não, é parte essencial para compreender tendência de juvenilização nas redações, pois mulheres solteiras possuem um perfil mais interessante perante as empresas.

A pandemia de 2020 evidenciou a desigualdade, com demissões de mães e queda da participação feminina no mercado de trabalho, atingindo o menor nível em 30 anos (IBGE, 2020). Dados do IBGE mostram aumento da idade média ao casar e queda no número de nascimentos, reforçando o papel estruturante da maternidade nas escolhas e exclusões profissionais das mulheres, incluindo jornalistas, que enfrentam pressões familiares, sociais e institucionais em suas carreiras.

Fernandes (2015) aborda a jornada de mães jornalistas, demonstrando como ocorre a conciliação entre carreira e maternidade. A autora entrevista diversas profissionais a fim de identificar que fatores recaem de forma recorrente sobre elas:

> Ao falarem sobre uma possível desistência da maternidade ou da carreira por conta da incompatibilidade das duas condições, apenas uma delas acha que as mulheres tendem a desistir do sonho de ter filhos, e não o contrário. Para as demais, as mulheres, em geral, preferem seguir com o desejo da maternidade. Ademais, a visão a respeito de ser mãe em outras carreiras também varia. Enquanto umas acham que é mais difícil ser mãe-jornalista, independentemente da mídia, outras consideram que é algo inerente às mulheres, não importa onde elas trabalhem. (Fernandes, 2015, p. 11)

Trazer estes dados para o contexto de pandemia que vivenciamos em 2020 também é extremamente interessante, funcionando como demonstrativos das expectativas que recaem sobre as mulheres dentro do mercado de trabalho. Foram amplamente divulgados na imprensa, ao longo de todo o ano de 2020, casos de mulheres que foram demitidas diante de um contexto de home-office com crianças em casa.

O CEPAL revela em reportagem que o Instituto de Pesquisa para Políticas de Mulheres estima que mulheres perderão 10 anos de avanços no mercado de trabalho devido à pandemia, evidenciando que mulheres sem filhos estão muito mais próximas da paridade com os homens no que diz respeito a salários e promoções no mercado de trabalho, mas as mães são fortemente penalizadas quando o assunto é carreira.

O contexto pandêmico propiciou ainda que empresas fechassem milhares de postos de trabalho, modificou o funcionamento de escolas e assim, segundo dados do IBGE disponibilizados pela Infomoney, a participação feminina atingiu o mais baixo patamar em 30 anos, atingindo 46,3% no segundo trimestre de 2020. Os índices não ficavam abaixo de 50% desde 1990, de acordo com os dados revelados.

A manutenção deste sistema, na atualidade, é circunscrito na crescente onda conservadora visualizada nos últimos anos - "onde o mundo privado continua sendo preferencialmente o ambiente destinado às mulheres, enquanto o mundo público é destinado aos homens" (Mariano, 2016, p. 430). Estes regimes disciplinares determinam margens, ou seja, pontos de incidência com particularidades específicas. Mariano (2016) demonstra que no Brasil o núcleo familiar possui particularidades, como fatores econômicos, políticos e culturais que acarretam na diferenciação, criação de fronteiras entre papéis sociais entre os gêneros. Damatta (2010) reflete sobre a organização destas estruturas: "esquematicamente, diria que, no caso brasileiro há sempre uma superestrutura ideológica e jurídica plenamente coerente e oficial, interpretada por uma infra-estrutura formada pela teia de relações pessoais interpretativas que, na prática, modificam muito os termos do problema" (Damatta, 2010, p. 73).

Além das questões estruturantes pautadas no contrato sexual e na constituição de papéis familiares que atuam como pilar da sociedade patriarcal, o trabalho debruçou-se sobre o perfil da profissional precarizada. Em termos de Economia Política existe uma problemática que relaciona a mulher como alvo de dominação/exploração no capitalismo-patriarcal, principalmente ao atribuir sua imagem a um pilar essencial para o funcionamento de uma casa dentro do sistema financeiro imposto pelo capitalismo.

De acordo com Alves et al. (2021) o sistema capitalista patriarcal engloba questões relativas à apropriação da vida e do corpo das mulheres, afetando ainda mais a vida de estratificações sociais, como raça/etnia indispensáveis para entender a exploração das esferas trabalhista, principalmente diante do histórico brasileiro, que ainda normatiza princípios escravocratas.

Essa divisão altera, inclusive, a inserção na vida profissional. Diferenciamos aqui, no entanto, a genericidade de uma atividade profissional perante a real manifestação de privilégios e possibilidades de crescimento de determinado gênero imerso no contexto de uma profissão. Teorizar cientificamente a vivência humana pela perspectiva de gênero permite uma imersão na desnaturalização de aceitações gerais quanto aos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino. A construção social de nossa realidade é permeada por assunções refletidas nas representações sociais, objetivadas por nossa vivência, sendo repassadas de geração em geração. Assim, reproduzimos as estruturas sociais que nos foram repassadas, enraizando ainda mais as definições patriarcais, ou seja, pelo viés do masculino. Como Frederici (2004) complementa na introdução de *Calibã e a Bruxa:*

> Devo acrescentar que Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. "Mulheres", então, no contexto deste livro, significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas. (Federici, 2004, p. 17)

Ao trazer o debate quanto às relações capitalistas, fortemente enraizadas nas estruturas patriarcais, para a realidade atual das profissionais jornalistas, percebemos o processo de feminização do jornalismo envolto em uma complexa articulação de fatores pessoais - primordialmente enraizados nas estruturas familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família, complemento da renda mensal - são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Essa última decisão, certamente, é mais premente para as chefes de família - mães solo ou mães com salário maior do que o do companheiro. Em uma contrapartida, fica evidente nos relatos que posteriormente emergem do processo de entrevistas, que a ausência dessa mulher profissional em um contexto familiar composto por um parceiro heterossexual e filhos, causa cobrança e estranheza sobre a completude e competência dessa mulher como profissional e pessoa.

O jornalismo carrega em si estas marcas. Veiga da Silva (2010) inicia uma linha de raciocínio neste sentido, exemplificando as

atribuições sociais ocidentais - homens como fortes e as mulheres, sensíveis. Estes padrões refletem posições no mercado de trabalho, atribuindo assim a posição de determinado gênero dentro da redação. Além disso, para a manutenção de sua posição dentro deste ambiente, visualiza-se uma necessidade contínua de adequação. Uma heteronormatividade compulsória (Veiga da Silva, 2010, p. 53) pode conformar parâmetros de atuação dentro da profissão, afinal constata-se que o jornalismo é, em essência, masculino, e exige-se dele as atribuições que a sociedade espera dos homens - força, praticidade e objetividade.

Mesmo quando na escala hierárquica as mulheres ocupam cargos superiores ao masculino, o que exige-se delas enquadra-se socialmente nas características atreladas ao masculino. No entanto, mesmo quando mulheres chegam nestas posições o mercado as trata de forma diferente. De acordo com Pontes (2017) as mulheres em geral, não somente no campo do Jornalismo, ganharam em média 20% menos do que os homens em 2014:

> Dois grandes veículos jornalísticos brasileiros divulgaram, com um misto de críticas e ponderações, os dados do Cadastro Central das Empresas (vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), que apontavam que as mulheres ganharam em média 20% menos do que os homens em 2014 (CAOLI, 2016; MULHERES..., 2016). Outra notícia, de Klein e Guimarães (2015) pelo Valor Econômico, destacou a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), a qual constatou que o salário das mulheres representava 74,5% do dos homens. A notícia publicada no Estado de S. Paulo por Alemi (2016) apresentou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) com a informação de que as mulheres mais escolarizadas ganhavam menos 32% do que os homens ocupando o mesmo posto de trabalho. (Pontes, 2017, p. 1)

Como síntese das teorias articuladas até então, este capítulo traz parte das entrevistas de duas jornalistas que figuraram originalmente na dissertação *Mulheres à parte: a trajetória das jornalistas que saem da profissão no Brasil (2012-2017)*, com falas que evidenciam o momento de crise do jornalismo em nosso país e como a experiência das jornalistas brasileiras pode ser ampla, ainda que marcada por violências de gênero.

Mulheres jornalistas sob lentes distintas: autoridade e submissão simbólica

A condição humana é inserida na Vita Activa, que atua perante os eixos - labor, trabalho e ação (Arendt, 2000). Assim, constituímos uma engrenagem onde o labor é impulsionado pela força biológica - do corpo humano, o trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana e a ação, que articula a condição humana com as demais esferas da vida. As articulações regulam a forma como o sujeito é gerido, revelando também a ignorância que atravessa os participantes da sociedade de mercado, que entram e saem incessantemente desse processo.

Voltando essa perspectiva para o Jornalismo, mesmo que a maioria de profissionais do cenário seja feminina existe uma diferença entre feminização e feminilização - "o estudo da feminização e da masculinização das profissões é chave para imaginar o desmonte das políticas e micropolíticas de poder que condenam homens e mulheres a determinados tipos de tripalium" (Yannoulas, 2011, p. 24). A feminização apontada por esta análise refere-se a um aspecto quantitativo, evidenciando o aumento do número de mulheres na profissão.

No entanto, não indica um avanço equivalente em termos discursivos e identitários que efetivamente supere questões de representatividade, tampouco uma redução das desigualdades no tratamento entre os profissionais.

Exige-se da mulher jornalista uma faceta dual, sobretudo daquelas que alcançaram posições mais altas na hierarquia da redação. No âmbito privado, espera-se que desempenhem papéis socialmente atribuídos às mulheres; já no exercício profissional, cobra-se que incorporem atributos tradicionalmente associados aos homens - mas uma questão aparece para complexificar ainda mais essa equação, da mulher solteira se espera uma submissão ainda maior até mesmo no ambiente da redação, onde as leituras teóricas nos levam a pensar o oposto. Essa ambivalência atravessa o processo de consolidação profissional e permanece perceptível nas entrevistas analisadas.

Uma das entrevistadas emerge nessa análise sob o codinome de Simone de Beauvoir. Sua minibiografia, realizada a partir dos resultados possibilitados pelos *web surveys previamente mencionados, revela uma carreira de ascensão e sucesso.* Tal fato contrapõe-se a um trecho de sua entrevista qualitativa bastante sinalizador sobre as dinâmicas de substituições profissionais vigentes, apoiadas em um silêncio velado dentro das redações - o tom que fica é: A mulher jornalista de sucesso precisa saber a hora de se retirar.

Logo no início da entrevista tal marca se torna evidente. Quando perguntada: *Como você imaginou sua carreira quando optou por cursar Jornalismo?* Simone responde:

> "A carreira imaginada foi, por uma conjunção de fatores, a carreira que eu acabei realizando. Ascendi, ocupei uma série de

> cargos importantes, fiz trabalhos dos quais me orgulho muito, conheci (e entrevistei) gente que admirava. E em determinado momento, como eu também havia imaginado, achei que era o momento de mudar. Explicando: desde meu início de carreira sempre me chamou a atenção o fato de praticamente não haver jornalistas mais velhos nas redações. Eles eram poucos (e hoje são menos ainda...), ocupavam os poucos cargos elevados existentes (colunistas, diretores de redação, etc); ou (o mais triste e que me chamava mais atenção) tinham funções menores (e salários baixos), como por exemplo os plantões da madrugada ou (uma coisa que existia antigamente, hoje não há mais) a rádio escuta (uma sala fechada, com um rádio que seguia a frequência das comunicações policiais; o pobre do jornalista mais velho passava o dia ouvindo aquilo para informar à chefia onde havia alguma ocorrência policial digna de registro). Então, desde cedo, tinha em mente que seria preciso um plano B para quando ficasse mais velha (os bons cargos, como já disse, eram poucos, e não podia contar que um deles fosse meu no futuro). Uma das coisas que me interessava era o direito. Tinha muitas fontes na área, via que, ao contrário do que acontece com jornalistas, advogados mais velhos são bastante respeitados. Fiz então o curso de Direito (já tenho 11 anos de formada). E enquanto estive na redação, ser advogada foi excelente para minha atuação como jornalista e como chefe de equipe (sempre dizia para meus repórteres que o meu lado jornalista cobrava apuração, correção, isenção, etc; e que meu lado advogada evitava que eles fossem processados...) Em 2016, depois de 31 anos na redação, eu tinha um bom cargo, ganhava um bom salário, mas estava cansada daquela vida. Os cortes generalizados, as equipes extremamente reduzidas, faziam com que aqueles que ainda estavam em redação tivessem que trabalhar muito mais, em jornadas insanas. Foi nesse momento que decidi que estava na hora de virar advogada. Esperei realizar um dos meus sonhos de jornalista -- cobrir uma Olimpíada! Logo depois da Rio 2016, sai e abri meu escritório."

Até mesmo jornalistas bem sucedidas articulam um "plano B" quando o assunto é estabilidade ocupacional. Lelo (2019) aponta,

no entanto, que o perfil de um profissional mais velho detém certas vantagens, um tema analisado a partir do jornalismo como instituição, em que prevalece o gênero masculino:

> na interação com jornalistas mais velhos os novatos se envolveriam em um processo de acumulação de saberes acerca da profissão e de maturação do news judgement adequado ao veículo. Na medida em que se aprende o 'jornalês' e seus valores, os iniciantes são moldados conforme a lógica da redação e são valorizados segundo esta competência linguística dominante, que é o principal capital neste mercado particular, 'capaz de impor a lei de formação de preços mais favorável aos seus produtos e de propiciar o lucro simbólico correspondente' (Bourdieu, 1996, p. 57; Lelo, 2019. p. 95)

Os dados gerais disponibilizados pelo *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (Pontes & Mick, 2018), obteve 1.233 respostas de todos os estados, do Distrito Federal e de fora do país. Tais dados trazem a perspectiva de 754 mulheres jornalistas, sendo estas majoritariamente brancas (74,4%) e 23,8% afro-brasileiras (pardas e pretas), com a média de idade próxima aos 34 anos (60% tinham 34 anos ou menos) (Pontes & Mick, 2018). Visualiza-se ainda que, em 2012, 37,1% das mulheres entrevistadas estavam trabalhando na mídia, em empregos reconhecidos internacionalmente como jornalísticos. Por sua vez, 36,1% estavam em empregos de assessorias de imprensa e 3,7% trabalhavam como professoras de jornalismo. 23,1% das mulheres vivenciavam o desemprego, somente estudavam ou trabalhavam em outras ocupações (Pontes & Mick, 2018). Em 2017, registraram-se mudanças nessa composição, pois apenas 22,7% das entrevistadas estavam trabalhando como jornalistas, 32% como assessoras de imprensa, 5,4% na docência

e 39,9% estavam fora do campo jornalístico brasileiro (trabalhavam em outras ocupações, estavam desempregadas ou somente estudavam).

O estudo de Pontes e Mick (2018) aponta que os dados revelam ainda que em 2012, dos 517 jornalistas entrevistados, 280 eram mulheres (54,2%). Ao considerar o total de 754 mulheres, vê-se que apenas 37,1% delas estavam em empregos tradicionalmente considerados jornalísticos (não eram assessoras ou professoras de jornalismo, nem atuavam em áreas que utilizam das multifuncionalidades atribuídas ao profissional jornalista). Observa-se ainda que 57,9% das mulheres que trabalhavam como jornalistas de mídia em 2012 não estavam mais em 2017. Dentre as 280 mulheres que estavam no jornalismo em 2012, 22,5% migraram para as assessorias, 2,9% para a docência e 32,5% estavam completamente fora do jornalismo. Ou seja, 91 profissionais que trabalhavam como jornalistas em 2012 estavam completamente fora do campo em 2017. Quatro dessas mulheres se aposentaram e uma indicou na entrevista de 2017 que não tinha experiência como jornalista (diferente da resposta dada em 2012). O que ofereceu um corpus de análise para esta dissertação de 86 mulheres. Observa-se então que:

- 66 das mulheres que integram este corpus são brancas (76,7%), 14 pardas (16,3%) e 6 pretas (7%); poucas se mudaram no território brasileiro, no entanto oito delas estavam fora do Brasil (9,3%);
- 16 mulheres voltaram a estudar (18,6%);
- 16 estavam desempregadas (18,6%);
- 54 destas mulheres trabalhavam em outra profissão (62,8%), primordialmente em áreas que se apropriam de competências do Jornalismo;

- 68 têm até 35 anos de idade em 2017 (79,1%); é maior o contingente de mulheres que estão apenas estudando, desempregadas ou em outras ocupações entre as mais jovens (com menos de 30 anos);
- e 37 estão na região Sudeste, região que mais possui profissionais na mídia (43%);
- Em 2012, 63 (73.3%) jornalistas estavam solteiras, 22 (25.6%) casadas ou em união estável e 1 divorciada. Já em 2017, 42 eram solteiras (48,8%), 42 casadas ou em união estável (48,8%) e duas divorciadas;
- Ao abordar a forma de ingresso no trabalho jornalístico em 2012: 3,5%abriram empresa, 1,2 estavam em um cargo de confiança em uma repartição pública, 2,3% estavam em um cargo proveniente de concurso público, 4,7% estavam contratadas como prestadoras de serviço, 15,1% estavam em continuação de estágio ou trainee, 15,1% foram convidadas, 27,9% foram indicadas por amigos, 26,7% entraram mediante processo seletivo e 3,5 afirmam que entraram de outra forma.

Algumas informações comparativas permitem perceber características desse grupo de 86 mulheres que prevalecem diante de todas as mulheres que trabalhavam na mídia em 2012. Enquanto 16,5% do grupo de mulheres geral ganhava até 2 salários mínimos e 55% ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, 23,3% das 86 que saíram do jornalismo ganhavam até 2 mínimos e 61,6% ganhavam de 2 a 5 mínimos. Isso significa que 84.9% das 86 mulheres ganhavam menos de 5 mínimos, enquanto 66,5% de todas as que trabalhavam na mídia tinham a mesma média salarial.

Para uma comparação mais aguda, 58,7% dos homens jornalistas que trabalhavam na mídia em 2012 ganhavam até 5 mínimos. Obter tais dados nos possibilita desenhar um modelo de entrevista em

profundidade que identifique os porquês, motivações, que permeiam a saída destas mulheres do jornalismo. Assim, define-se uma estrutura que contempla as frentes de investigação, como: imaginário quanto às possibilidades de sua trajetória no jornalismo, iniquidade de gênero neste meio, precarização e crise no jornalismo.

Perceber, nas falas das entrevistadas, o panorama aberto por esse conjunto de pesquisas anteriores evidencia como aqueles dados, antes apresentados de forma isolada, transformam-se em marcas constitutivas da trajetória profissional dessas mulheres. Em contraposição à trajetória profissional construída pela jornalista identificada neste estudo sob o codinome Simone de Beauvoir, uma segunda entrevistada - aqui nomeada Judith Butler - apresenta um percurso distinto.

Na rotina da redação, ela inicialmente percebeu pequenas depreciações, que, com o tempo, se intensificaram e acabaram por delimitar o curso de suas possibilidades profissionais naquele ambiente. Tanto emocionalmente, quanto fisicamente, tais insinuações ditaram - posteriormente - todo o rumo de sua carreira:

> Bom deixa eu pensar... como a gente tá falando mais no contexto de Jornalismo eu to pensando bastante nos meus 5 anos de redação da [nome de empresa jornalística] né. Eu acho que, bom tem a questão de mulheres entendem mais de moda, ou de elas tem mais jeito pra falar disso, dessas coisas né...então isso explica o porque na soft news tem mais mulheres. A questão do chefe né, do chefe ser um homem, eu acho que existe ou existia eu não sei essa ideia de que o homem ele é mais rígido, ele é mais rigoroso, ele é mais criterioso, ele edita melhor, tem uma visão mais crítica, gosta de política. está mais alinhado ao negócio..tipo ahh ele não tá escrevendo o que ele quer por estar mais aliada à diretoria, aos negócios, aos objetivos então tinha um pouco isso, quando eu fui realocada eu sai de férias, eu vi várias movimentações e aí me ligaram que eu

iria pro esportes. E assim eu já fazia esportes, meu plantão no [nome de quadro] era no esportes e eu tive uma afinidade com essa área. Eu gosto bastante de futebol, acompanho, já tinha uma afinidade até com a equipe e aí fui pro esportes, ai show de horror né, a equipe totalmente masculina, tinha eu e mais uma repórter só contra dez homens, todos os editores homens. Enfim, aí acho que sempre tinha um piadinha, eu ficava com as matérias mais simples, tipo ahhhh o atleta da natação...olimpíada sei lá da onde, eu não de fato falava do futebol tinha um pouco isso, é tinha muito uma questão de piadinha, do tipo você precisa de ajuda, precisa de alguma coisa, saber nome de fulano...ahh a Judith Butler nem sabe o que que é, e uma coisa que me marcou muito foi quando eu saí, quando eu saí da [nome de empresa jornalística] eu tava no esportes e um dos chefes lá que depois virou super chefão e agora nem ta mais lá, ele era bem de tirar sarro assim dessas piadinhas sabe, eu lembro que quando a gente foi se despedir do pessoal ele olhou pra mim e falou bem assim - Foi difícil né? - algo do tipo "eu sabia que você não ia dar conta né?", sabia que você ia pedir pra sair, tipo ah foi difícil né, "ah eu sei que foi difícil pra você Judith Butler mas bola pra frente a gente se vê em outra, eu fiquei muito com essa sensação de que ele estava reforçando que eu pedi pra sair por o esportes ter sido demais sabe? Ou que ficar no meio de um monte de homem me tinha sido um pouco demais, e isso foi no esportes, quando eu ainda tava no [veículo] eu tinha muita piadinha desse meu chefe por ser solteira. Eu era a solteirona, então assim aí, tinha alguma matéria que era sobre o comportamento de casais, sexo, qualquer coisa do tipo já não era pra mim por eu ser a solteirona. Quando era alguma coisa de moda, meu chefe falava assim: vai lá, vai.."vai nesse evento pra ver se você encontrar alguém", vai lá dar uma voltinha no shopping ver se você se sente melhor pra desencalhar, tinha essas piadas com "ser encalhada", e acho que só acho que em outros lugares eu realmente não vi tanto, e agora pensando em retrospectiva eu fiquei pensando, será que a redação é um ambiente hostil pra se trabalhar? Especificamente a redação sabe, eu acho que sim e ai é muito doido pensar que não tem motivo pra isso né? Mas assim, foram esses casos, não sei se eu respondi. [...]
> Entrevistadora - Pela sua fala eu interpreto assim: o Jornalismo está ainda muito ancorado na estrutura patriarcal,

> *então é como se fosse a casa de uma família tradicional na distribuição ali dos afazeres.*. < Judith Butler - Sim, eu acho que sim por me parecer que os homens ganham mais confiança, os homens são mais confiáveis do que as mulheres, então.. projetos maiores, pautas de investigação, algo um pouco mais sigiloso, até questões um pouco mais perigosas, essas coisas são mais confiadas aos homens. Então eu acho que existe um pouco de que a mulher é muito sensível, fica muito abalada, ela não vai conseguir escrever, não sei muito ao certo. Me parece que de certa forma os homens inspiram mais confiança nessas coisas mais delicadas.

Essas ações, sutis em sua forma, mas enraizadas na lógica de chefes e homens alinhados a uma hierarquia patriarcal, refletem-se em decisões que vão desde cortes de funcionários até um ostracismo silencioso. Este, por sua vez, encontra eco em um termo mais atual — amplamente difundido entre a geração Z em 2024 — o chamado *quiet quitting. Diferente de Simone de Beauvoir, que pôde programar sua* saída do jornalismo, Judith Butler atravessou os percalços descritos acima, evidenciados em sua fala durante a entrevista. Quando questionada se já havia passado por uma situação de demissão motivada por cortes de custos ou outro motivo semelhante, sua resposta trouxe à tona as marcas desse processo:

> Então, é meio delicado, eu não sei nem como falar..a minha saída da redação ela pode ser meio polêmica, meio sei lá... Como todos os meses tinha uma leva de demissões na [nome de empresa jornalística]e isso era assim, todo mês, e todo começo de mês a gente sabia que ia sair alguém, e eu já estava na [nome de empresa jornalística]já há 4 anos, então foi meu primeiro super trabalho depois que eu me formei, eu comecei a repensar, "poxa vale a pena estar aqui no esportes, fazendo lance a lance, fazendo essas matérias tão sem graça, sendo que eu sou tão nova, sou tão capaz, e aí eu tomei a decisão de falar

> com o meu chefe e eu falei [jornalista em posição de chefia neste caso], seguinte, se no próximo mês vai mais uma leva de demissão, você precisar escolher alguém, éé...e tenha que escolher a fulana e po, tem filhos ou fulano que tem um tempão de casa, pode me colocar na lista, eu acho que eu gostaria de já sair, é meu momento de sair da redação, se você precisar escolher alguém pode me escolher, pode me mandar embora, então foi meio um pedido acordo assim né. Demorou ainda uns três meses depois dessa conversa e aí eu fui desligada.

Antagonizar as entrevistadas mostra, numa interpretação geral, que não existe um momento perfeito para ser jornalista. A entrevistada de codinome Simone de Beauvoir suscita, ao ser questionada sobre se o fato de ser mulher dificulta a permanência no jornalismo, pontos que Judith Butler refutou acima:

> Não é possível uma única resposta. Sob a ótica da vida particular, depende de seu projeto de vida. Se a intenção é formar uma família, ter filhos, etc, pode ser mais difícil, mas não é impossível. Eu casei, tive filho e isso não "atrapalhou" minha carreira, mas eu sempre tive uma estrutura de apoio que me permitia, por exemplo, viajar de um dia para o outro porque contava com meus pais para cuidar do meu filho quando eu estava fora. Se não tivesse esse apoio, com certeza seria mais difícil. Mas se o projeto de vida não é esse, manter-se na carreira é menos complicado.

Mesmo quando a entrevistada Judith Butler revelou que era solteira, sua fala é marcada pela hostilidade de chefes que a categorizavam como "solteirona". É nítido que, citando Lelo (2019):

> há um expressivo volume de arbitrariedades que impacta negativamente as carreiras das comunicadoras e que não são detectáveis em investigações sociodemográficas porque dizem respeito à experiência qualitativa do gênero em uma sociedade

> marcadamente sexista - a exemplo da discriminação sofrida por mulheres casadas e com filhos em empresas de mídia, a idealização da masculinidade nas culturas organizacional e profissional, a segregação horizontal, a avaliação de desempenho calcada em padrões estéticos, além da intimidação, do assédio e da violência sexual.

Os apontamentos de Lelo (2019) se fazem evidentes nas falas das entrevistadas, mas algo além também emerge - a dificuldade enfrentada ao se deparar com as injustiças na própria vivência. Em específico, as entrevistadas não estabelecem uma relação pacífica com a noção de vítima. Reconhecer-se como vítima do sistema perdura ao longo da análise como uma dificuldade para as entrevistadas se reconhecerem como injustiçadas, e também como uma ferramenta interpretativa, à disposição da pesquisa. Por outro lado, abusar de tal ferramenta no momento de análise pode restringir os resultados a uma perspectiva extremamente subjetiva. Ao entrelaçar as falas e equilibrar-se entre essas dificuldades metodológicas e demandadas pelo objeto, com o amparo de uma ampla literatura feminista, amarrando e contrapondo as vivências, reconheceu-se então o quão subjugada foram as mulheres entrevistadas que saíram do jornalismo.

Fechando o Ciclo: considerações sobre Mulheres no Jornalismo

Ao longo deste capítulo, relembramos como a trajetória das mulheres jornalistas no Brasil não é apenas uma questão de escolha individual, e sim um resultado complexo de fatores estruturais, sociais e culturais que atravessam gerações de profissionais. O estudo das entrevistas e dos dados empíricos revela que, mesmo em um campo cada vez mais feminino, o jornalismo continua enraizado em lógicas

patriarcais, impondo exigências desiguais entre os gêneros, como a assimetria da dupla jornada e limites silenciosos que determinam o que é "aceitável" para a identidade da mulher profissional.

Enquanto algumas jornalistas, como a primeira entrevistada citada - Simone de Beauvoir - conseguem planejar estratégias de saída ou adaptação, outras, como a segunda entrevistada mencionada no texto, Judith Butler, enfrentam barreiras sutis mas poderosas como a discriminação velada, segregação de tarefas e expectativas sobre o comportamento e a vida pessoal, questões essas que tornam sua permanência insustentável no ambiente de redação.

Essa análise reforça a premissa de que a feminização numérica não se traduz em igualdade real. Permanecem barreiras como as de desigualdades salariais, estruturas hierárquicas masculinas e padrões comportamentais esperados pela sociedade patriarcal que condicionam decisões profissionais, muitas vezes fazendo com que a saída do jornalismo seja não apenas compreensível, mas uma escolha de sobrevivência e bem-estar pessoal.

As histórias reunidas neste capítulo evidenciam a necessidade de repensar não apenas práticas internas e políticas institucionais, mas também a cultura que sustenta desigualdades silenciosas. Reconhecer esses obstáculos é o primeiro passo para transformar o jornalismo em um espaço onde mulheres possam permanecer e ocupar cargos de protagonismo. Compreender as sutilezas de cada uma dessas trajetórias devolve contexto aos dados obtidos no *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros entre 2012 e 2017, oferecendo elementos essenciais para refletir sobre caminhos possíveis de mudança e construção de uma profissão com maior equidade de gênero.

Referências

Alves, L. N., Nascimento, M. S., & Queirós, T. D. de. (2021). *A relação de dominação/exploração no capitalismo-patriarcal: apropriação da vida das mulheres.* Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Arendt, H. (2000). *A condição humana.* Forense Universitária.

Bergamo, A., Mick, J., & Lima, S. (2012). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.* Insular.

Bourdieu, P. (1983). Esboço de uma teoria da prática. In R. Ortiz (Org.), Pierre Bourdieu: sociologia (pp. 46-81). Ática.

Damatta, R. (1997). *A casa e a rua.* Travessa.

Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan.* Bertrand Brasil.

Federici, S. (2019). *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.* Elefante.

Fernandes, S. G. (2015). *Mulheres em tempo real: questões sobre a dupla jornada feminina entre o trabalho de webjornalista e a maternidade* [Trabalho apresentado]. VII Enpecom, Brasília, DF, Brasil. https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/91837/63.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Friedan, B. (1971). *Mística feminina.* Vozes.

IBGE. (2018). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: estudos e pesquisas informação demográfica e socioeconômica, n. 41. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Lerner, G. (1990). *La creación del patriarcado.* Crítica.

Lelo, T. V. (2019). A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 27*(2), 1-14.

Mariano, F. P. (2016). *A família patriarcal contemporânea.* Ufes.

Mick, J., & Lima, S. P. (2013). Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros. *Estudos em Jornalismo e Mídia, 10*(1).

Milanovic, B. (2020). *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo.* Todavia.

Pontes, F. S. (2017). *Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras* [Trabalho apresentado] E-compós**.**

Pontes, F. S., & Mick, J. (2018). *Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017)* [Trabalho apresentado]. XXVII Encontro Anual da Compós, PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual.* Paz e Terra.

Vieira, A. V. C. (2023). *Mulheres à parte: a trajetória das jornalistas que saem da profissão no Brasil (2012-2017)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa].

Yannoulas, S. (2011). Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Revista Temporalis*. *11*(22). https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/191

Parte 2

Jornalismo, resistência feminista e discursos de gênero

Comunicar desde la resistencia: el rol político del periodismo feminista en Colombia

Lina Maria Patricia Manrique Villanueva
Catalina Restrepo Diaz

Este capítulo analiza el periodismo feminista en Colombia como una práctica de comunicación política que surge desde la resistencia frente a los marcos hegemónicos de representación de género en los medios tradicionales. Es necesario mencionar entonces que "el feminismo ha sido y sigue siendo un movimiento de resistencia" (hooks, 2023, p. 135).

Esta forma de periodismo se distingue por su capacidad de interpelar las estructuras patriarcales (Segato, 2023) y de promover nuevas formas de narrar lo social, desde una ética del cuidado, la escucha activa y el compromiso con la justicia social, es claro que:

> Este particular oficio implica hoy reconocimientos de carácter social y cultural vinculados a la relevancia adjudicada a la comunicación como campo de intervención cultural y política, de producción y de disputas constantes de sentidos que se ubican en el centro de los debates públicos. (Rovetto & Figueroa, 2019, p. 10)

A través del uso estratégico de plataformas digitales y narrativas contrahegemónicas, los medios feministas no solo informan sobre violencias de género y desigualdades estructurales, sino que también se configuran como actores políticos con capacidad de incidencia en la agenda pública (Restrepo, 2024a).

Es clave mencionar que "compartir el pensamiento y la práctica feminista sostiene al movimiento feminista. Los saberes feministas son para todo el mundo" (hooks, 2023, p. 46). Este enfoque ha permitido tanto la circulación de lenguajes comunes —como los hashtags y las campañas digitales— como la construcción de una memoria política colectiva que conecta lo local con lo global. Hoy "el éxito del feminismo reside precisamente en su capacidad de motivar a personas a afirmarse como feministas en diversos tipos de contextos" (Menon, 2020, p. 187).

El periodismo feminista busca promover debates públicos sobre igualdad de género mediante contenidos que combinan denuncia, testimonio y pedagogía social (Rovira, 2016). Estas prácticas permiten crear puentes entre lo personal y lo político, situando las experiencias subjetivas en el centro de la interpretación social y del debate público. Como señala Adichie (2015), las luchas feministas han logrado visibilizar temas históricamente ignorados, enriqueciendo el debate público desde una perspectiva interseccional.

Uno de los núcleos fundamentales de esta práctica es la producción de contra-narrativas frente a los discursos del miedo, la desinformación y el odio, pilares del discurso anti-woke que circula globalmente. Estas contra-narrativas transforman el lugar de las audiencias, que dejan de ser receptoras pasivas para convertirse en participantes activos de una conversación transnacional sobre derechos, justicia y democracia (Kippin, 2025).

En este contexto, el periodismo feminista cumple un papel clave no solo como respuesta ante el avance de las derechas, sino como propuesta de una comunicación plural, democrática y feminista, que defiende los derechos humanos. Una autora de esta vertiente afirma que "la mayoría de la gente aprende sobre el feminismo a través de los medios de comunicación de masas patriarcales" (hooks, 2023, pp. 21-22).

Entonces el periodismo feminista hace una narración detallada de los feminicidios, configurando herramientas de comunicación política que transforman el sentido común y disputan el espacio simbólico (Benítez, 2019; Gamson & Modigliani, 1989). Estas prácticas construyen contra esferas públicas (Fraser, 2021) donde se amplifican voces marginadas y se proponen horizontes políticos basados en la equidad, los derechos humanos y la dignidad de los cuerpos y territorios subalternizados.

Desde el punto de vista metodológico, este estudio se apoya en un enfoque cualitativo que combina una cartografía de medios digitales feministas activos en Colombia con entrevistas estructuradas a periodistas feministas, lideresas feministas y académicas especializadas (ver tabla 1).

Una vez las entrevistas fueron desgrabadas se utilizó el software ATLAS.ti para hacer el proceso de codificación y generación de mapas semánticos. Esta aproximación permite comprender cómo estas iniciativas disputan sentidos y configuran comunidades discursivas en el entorno digital, gracias al proceso de categorización inductiva (Hernández-Sampieri & Mendoza, 2020).

Tabla 1

Miradas con lente morado: las entrevistadas y sus roles

Entrevistada	**Rol**
Catalina Martínez Coral	Lideresa feminista del movimiento Causa Justa por el aborto legal en Colombia y Directora regional del *Center for Reproductive Rights.*
Gina Rojas Hoyos	Periodista feminista vinculada a la Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género.
Lina Manrique Villanueva	Periodista y académica feminista vinculada a la Universidad Nacional de Colombia.
Matilde de los Milagros García	Periodista feminista, escritora, editora y activista, Cofundadora de *Volcánicas* y de los colectivos *Las Escribidoras* y *Viejas Verdes.*
Mildreth Ladino Gama	Periodista feminista vinculada a la Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género.
Victoria Raquel Alean Cárdenas	Periodista feminista vinculada a la Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género.

Elaboración propia.

Las entrevistas destacan el potencial transformador y la capacidad de incidencia del periodismo feminista, así como los desafíos que enfrentan, entre ellos, la desinformación y los discursos de odio que navegan y se propagan por la web (Calvo & Aruguete, 2020).

Más que una opción informativa, el periodismo feminista se consolida como una forma ética y política de comunicar desde la

resistencia, desafiando estructuras de poder, creando comunidad y promoviendo la justicia social (Peñaranda, 2019). Hoy el periodismo feminista, se posiciona como un actor clave en la comunicación política contemporánea, democratizando el espacio mediático (Celecia & González, 2024).

Cartografías de resistencia: Medios de comunicación feministas

En la última década, el ecosistema digital colombiano ha sido escenario del surgimiento y consolidación de un conjunto diverso de medios feministas (Restrepo, 2024a). Estas iniciativas han contribuido a reconfigurar el paisaje mediático al incorporar una mirada crítica y situada sobre los derechos de las mujeres.

> También es importante mencionar iniciativas digitales como "Las Igualadas", que, si bien es un espacio, una sección del periódico El Espectador, ha pasado a lo digital y se ha posicionado muy bien con su canal de YouTube y redes sociales. También medios de comunicación digitales enfocados en la realidad de las mujeres colombianas como Manifiesta, o la campaña "No es hora de callar", liderada por Jineth Bedoya, que se ha vuelto no solo una campaña digital, sino también una marca. Iniciativas como Volcánicas, que es un periodismo feminista desde Latinoamérica. (Mildreth Ladino, comunicación personal, 21 de marzo de 2025)

A continuación, se verán los logos de los medios feministas que actualmente hay en Colombia (ver figura 1). Volcánicas y La Manifiesta, ambos medios nativos digitales, "No es Hora de Callar" de la Casa editorial El Tiempo, y Las Igualadas de El Espectador (periódico más antiguo del país – 138 años), que corresponden a las secciones de género y diversidad de estos medios migrantes digitales.

Figura 1

Medios feministas en Colombia



Elaboración propia.

Estos medios han logrado construir comunidades de sentido a través de sus lentes morados, disputar la agenda pública e introducir prácticas narrativas alternativas que desbordan los marcos tradicionales del periodismo informativo (Restrepo, 2024a). Su crecimiento está asociado al uso intensivo de las redes sociales como espacios de circulación e interacción.

> Las plataformas digitales han tenido, pues, un rol fundamental en la expansión y visibilidad del movimiento feminista —y de los movimientos feministas— porque yo creo que si hay algo muy bonito también que nos ha mostrado la democratización de las redes sociales es que los feminismos se ven diferentes, las posiciones feministas son diferentes, y esa diversidad la podemos encontrar en las redes sociales. (Catalina Martínez Coral, comunicación personal, 24 de abril de 2025)

Además de su propuesta editorial, estos medios se caracterizan por su vinculación con las luchas sociales, su apuesta estética diferenciada.

> El periodismo feminista ha tenido muchos encontrones con el periodismo convencional, porque sugieren que no es objetivo

> y sugieren que una mujer que es feminista es activista, y que por eso no podría ser periodismo. Y la realidad es que el periodismo feminista está hecho para devolverle la razón de ser al periodismo convencional, y es darle la voz a esas mujeres que se requieren escuchar por sus experiencias, por su punto de vista, pero además por el derecho a ser mencionadas, a ser nombradas y a alzar su voz. (Gina Rojas, comunicación personal, 11 de marzo de 2025)

Muchas periodistas feministas han sido blanco de campañas de desprestigio, amenazas digitales e incluso agresiones sexuales utilizadas como forma extrema de censura. Estas violencias no solo buscan silenciar sus voces, sino también desarticular las redes de apoyo que sostienen sus prácticas comunicativas.

Como afirma Menon (2020, p. 120), "las feministas denuncian la violación porque es un crimen contra la autonomía y la integridad física de una mujer". Un doloroso caso que ha sido emblemático es el de Jineth Bedoya, periodista colombiana y actual líder de la iniciativa "No es Hora de Callar", quien fue víctima de violencia sexual en el ejercicio de su labor periodística.

A continuación, se describen las preguntas objeto del presente análisis.

Tabla 2

Categorías de análisis y preguntas centrales sobre la comunicación política detrás del periodismo feminista en Colombia

Pregunta de investigación	Categorías de análisis
¿De qué manera han influido las plataformas digitales en la expansión y visibilidad del movimiento feminista en Colombia?	Plataformas digitales y visibilidad del feminismo

¿De qué manera ha interactuado el periodismo feminista en Colombia con las narrativas globales del nuevo orden mundial y la corriente *anti-woke*, en particular frente a la retórica de figuras como Donald Trump? Y, ¿Cómo ha influido esta interacción en el cubrimiento mediático y en la configuración del discurso público?	Disputas narrativas, cubrimiento mediático y comunicación política global

Elaboración propia.

Se identificaron dos dimensiones clave en el análisis del periodismo feminista en Colombia (ver figura 2), por un lado, el papel de las plataformas digitales en la visibilidad y democratización del discurso feminista; y por otro, las disputas narrativas que se desarrollan en el marco de la comunicación política global, especialmente frente a la proliferación de discursos *anti-derechos*.

Figura 2

Categorías y subcategorías emergentes del análisis



Elaboración propia.

Estas tensiones configuran un campo de batalla simbólico en el que el periodismo feminista actúa como agente de transformación social y defensa democrática (Rovira, 2016).

En este contexto, las tecnologías digitales—cuando son apropiadas desde una perspectiva crítica y ética— (Boix, 2020) ofrecen posibilidades inéditas para construir contra esferas públicas globales, archivar resistencias y multiplicar voces que históricamente han sido silenciadas (Fraser, 2021).

Plataformas digitales y visibilidad del feminismo

El uso estratégico de las plataformas digitales ha sido decisivo en la ampliación de la visibilidad del feminismo en Colombia. Estas herramientas no solo han permitido democratizar el discurso feminista, sino también diversificar sus formas de expresión, ampliando el alcance y resonancia del mensaje en múltiples sectores sociales.

> Hoy ha cambiado la posibilidad de amplificar el mensaje para crear alianzas y hemos olvidado que las tecnologías no son un fin en sí mismas, son herramientas que poco nos van a servir sin responder con claridad a las preguntas fundamentales: ¿quién la está diseñando y construyendo? Y, sobre todo, ¿para qué las vamos a usar?. (Boix, 2020, p. 36)

En este entorno digital, los feminismos —en su pluralidad de voces y perspectivas— han encontrado en la web, un espacio clave para posicionarse, disputar sentidos y acercarse cada vez más a nuevas audiencias.

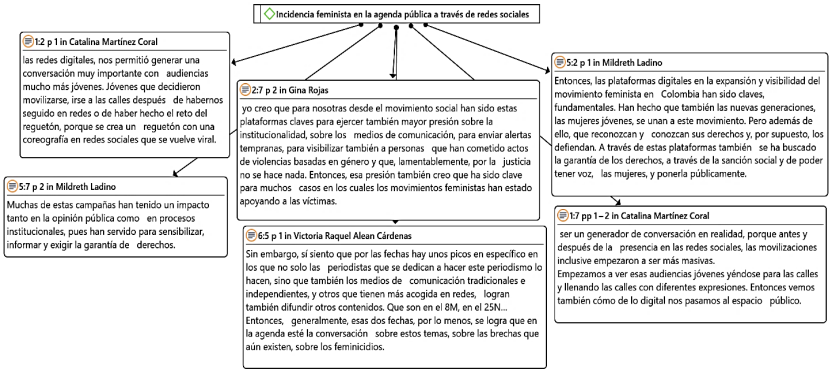
> Yo creo que el momento en que las feministas colombianas, especialmente las feministas colombianas jóvenes, comprendimos que una de las mejores maneras para que nuestro mensaje llegará a más mujeres y a mayor diversidad de mujeres era haciendo uso no solamente del internet, sino de la cultura popular como un medio a través del cual podíamos dar mensajes

> de una manera menos académica y más comprensible para la audiencia. (Matilde de los Milagros García, comunicación personal, 19 de mayo de 2025)

La digitalización de los entornos comunicativos ha facilitado la democratización del discurso feminista, al permitir que múltiples voces y experiencias, antes relegadas de los espacios mediáticos tradicionales, accedan a plataformas de producción y circulación de contenido (ver figura 3).

Figura 3

Incidencia feminista en la agenda pública a través de redes sociales



Elaboración propia.

Las redes sociales, en particular, han abierto escenarios donde periodistas, activistas, colectivos y ciudadanas comunes pueden enunciar sus luchas, compartir conocimientos y construir comunidad desde enfoques diversos del feminismo, "mostrando una diversidad de voces que antes no se veía tanto, precisamente porque hoy todas

tenemos acceso a poner nuestra voz en las redes" (Catalina Martínez Coral, comunicación personal, 24 de abril de 2025).

Sin embargo, es necesario mencionar que en esta esfera pública global llamada web, las narrativas hegemónicas están logrando cada vez mayor visibilidad (ver figura 5). Al respecto la académica feminista Lina Manrique afirma que "hay una amenaza real a las conquistas logradas hasta la fecha" (Lina Manrique, comunicación personal, 22 de abril de 2025).

Feminicidios y periodismo feminista: narrar para hacer justicia simbólica, construir memoria y resistir el olvido

El feminicidio — el asesinato de una mujer por razones asociadas a su género— constituye una forma de violencia patriarcal. Infortunadamente, "la mayoría de las mujeres padecen cotidianamente violencia en forma de objetualización, dependencia, control, maltrato y hasta la muerte" (Roldán, 2020, p. 23).

En Colombia, este fenómeno se ha intensificado en las últimas décadas. De acuerdo con cifras del Observatorio Colombiano de Feminicidios, solo en lo que va de 2025 se han reportado 361 feminicidios y 10 transfeminicidios. Es claro que "los feminicidios constituyen un mensaje de soberanía territorial, es decir, de control jurisdiccional. La discrecionalidad del tratamiento dado a las víctimas y la impunidad no son otra cosa que el mensaje mismo que se desea propagar" (Segato, 2023, p. 22)

Sin embargo, es clave mencionar que existen aún graves fallas en la tipificación penal, continua la carencia de enfoque de género en las investigaciones y la persistencia de imaginarios patriarcales en

el sistema judicial. Actualmente y "de manera rutinaria, se absuelve a los acusados de violación por "falta de pruebas" y los violadores condenados reciben empáticas reducciones de sentencias, en las que los magistrados citan su juventud y las vidas prometedoras que tienen por delante" (Menon, 2020, p. 123).

Frente a esta realidad, el periodismo feminista surge como una herramienta clave para visibilizar las violencias feminicidas, la construcción de memoria política y la exigencia de justicia. Se hace entonces evidente que "el enfoque feminista sobre la violencia patriarcal contra las mujeres debería seguir siendo la preocupación fundamental" (hooks, 2023, p. 88).

Narrar un feminicidio desde una perspectiva feminista no es únicamente informar: es disputar los relatos tradicionales. Se debe mencionar entonces que " el patriarcado es un orden político, el orden político más arcaico, que se presenta enmascarado bajo un discurso moral y religioso" (Segato, 2023, p. 35)

A través de diversos formatos narrativos, investigaciones en profundidad, crónicas, columnas de opinión y trabajo en redes sociales, las periodistas feministas han construido un archivo vivo de la impunidad y una pedagogía crítica del duelo colectivo.

> A pesar de que estamos en una generación, en una etapa en la que es más fácil acceder a mucha información, pues, digamos, el acceso a la justicia de muchas mujeres sigue siendo muy precario. Entonces yo creo que es algo de lo que nos hemos alertado. A pesar de que se siga informando acerca de los feminicidios, de las rutas de atención, de los mecanismos de defensa, pues, siguen pasando cosas. Siguen desapareciendo mujeres. (Victoria Raquel Alean Cárdenas, comunicación personal, 19 de mayo de 2025)

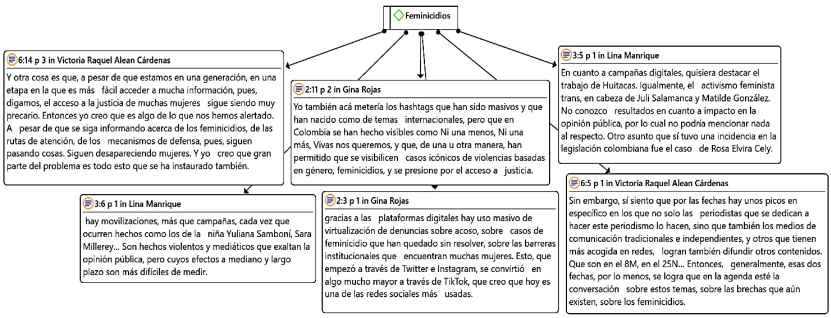
Casos paradigmáticos de feminicidios y transfeminicidios en Colombia

El análisis de casos paradigmáticos permite comprender cómo el periodismo feminista ha configurado una narrativa contrahegemónica que interpela las estructuras de poder, visibiliza violencias sistemáticamente silenciadas y construye memoria desde una perspectiva interseccional (Restrepo, 2024b).

Lejos de limitarse a la denuncia factual de crímenes atroces —cometidos contra niñas, mujeres, mujeres trans y personas mayores, en su mayoría aún impunes—, estas prácticas periodísticas operan como dispositivos políticos que desnaturalizan la violencia de género, exigen justicia y promueven formas de reparación colectiva (véase figura 4). Como lo afirma Segato (2023, p. 22), "son crímenes típicos del poder, de la forma en que el poder hace saber que existe, habla su lenguaje de discrecionalidad y violencia. De ahí la imposibilidad de resolverlos".

Figura 4

Los feminicidios y transfeminicidios en Colombia



Elaboración propia.

El periodismo feminista ha desempeñado un papel fundamental en la visibilidad de los transfeminicidios, como es el caso del brutal caso de Sara Millerey, mujer trans de 32 años asesinada en Colombia, cuyo nombre y memoria fueron reivindicados por activistas LGBTI y medios independientes. Hay que resaltar que "la mayor parte de la violaciones y agresiones contra el cuerpo femenino no se hacen en soledad", lo que evidencia el carácter estructural de estas violencias. (Segato, 2023, pp. 18-19).

En este sentido, el periodismo feminista cumple una función reparadora y política: brinda justicia simbólica y propone una pedagogía del recuerdo que desnaturaliza la violencia de género. Se trata de nombrar a las víctimas, reconstruir sus historias, acompañar a sus familias y exigir que cada feminicidio sea no solo investigado y sancionado, sino también comprendido en su dimensión estructural (Restrepo, 2024b).

Un caso paradigmático fue el de Rosa Elvira Cely, quien en 2012 fue violada, torturada y asesinada por un conocido en un parque de Bogotá, Colombia. Cada feminicidio o transfeminicidio no es un hecho aislado, sino la manifestación extrema de un orden social que desvaloriza ciertos cuerpos, identidades y formas de vida (Segato, 2023)

La brutalidad del crimen y la movilización que generó por parte de organizaciones de mujeres, colectivos feministas y periodistas, llevo a la promulgación de la Ley 1761 de 2015, conocida como la Ley Rosa Elvira Cely, que tipificó el feminicidio como un delito autónomo en el Código Penal colombiano. De acuerdo con el Artículo 104 A. *Feminicidio*. La norma define este como "causare la muerte a una mujer, por su condición de ser mujer o por motivos de su identidad de género".

Disputas narrativas y comunicación política global: el periodismo feminista en Colombia frente al orden *anti-woke* y sus retóricas hegemónicas

En el actual escenario geopolítico y comunicacional, se ha consolidado lo que puede denominarse un nuevo orden mundial *anti-woke* (Kippin, 2025), caracterizado por la ofensiva discursiva y política contra los avances en derechos de género, diversidad sexual, antirracismo y justicia social.

Así lo sostiene (Menon, 2020) quien afirma que:

> Nuestro feminismo requiere que planteemos la agenda feminista en todos los espacios, pero también que reconozcamos cuando las fuerzas más patriarcales se proponen apropiarse de dicha agenda. Necesitamos insistir en que las batallas feministas las libren las feministas, no aquellos que usan el feminismo con fines antifeministas. (Menon, 2020, p. 147)

Este tipo de retórica no solo se expresa en decisiones políticas, sino que opera como una estrategia de comunicación política global, orientada a deslegitimar los movimientos emancipatorios y restaurar marcos conservadores.

> Esto se da con el agravante de un retroceso global, a partir de las ideas republicanas y de partidos extremistas en la región, que se propagan desde la segunda llegada de Trump al poder en los Estados Unidos. La persecución en las calles estadounidenses ahora es directa y las prohibiciones están a la orden del día. Parece un retroceso de la democracia y el debilitamiento de algunos derechos que se habían adquirido. (Lina Manrique, comunicación personal, 22 de abril de 2025)

Uno de los núcleos fundamentales de la acción del periodismo feminista es la producción de contra-narrativas frente a los discursos

del miedo, la desinformación y el odio, que constituyen pilares centrales del discurso *anti-woke* promovido por sectores conservadores a nivel global (Kippin, 2025).

Estas contra-narrativas no solo desestabilizan los marcos dominantes, sino que ofrecen horizontes alternativos de sentido basados en la justicia social, los derechos humanos y la inclusión. Es clave entender que:

> El feminismo es necesario para sentar las bases sobre las que construir un discurso realmente universal, para interpretar los problemas que afectan a las mujeres desde el marco global de la desigualdad sexual que sigue atravesando las sociedades democráticas y para promover medidas políticas que los erradiquen. (Madruga Bajo, & Perales Blanco, 2020, pp. 18-19).

Estas prácticas no solo resignifican el modo en que se narran los hechos, sino que también transforman el lugar de las audiencias, que dejan de ser receptoras pasivas para convertirse en participantes activas de una conversación transnacional sobre derechos, justicia y democracia (Boix, 2020).

En este contexto, el periodismo feminista colombiano convierte la producción informativa en una forma de intervención democrática. Así lo afirma Catalina Martínez Coral (2025), lideresa feminista del Movimiento Causa Justa:

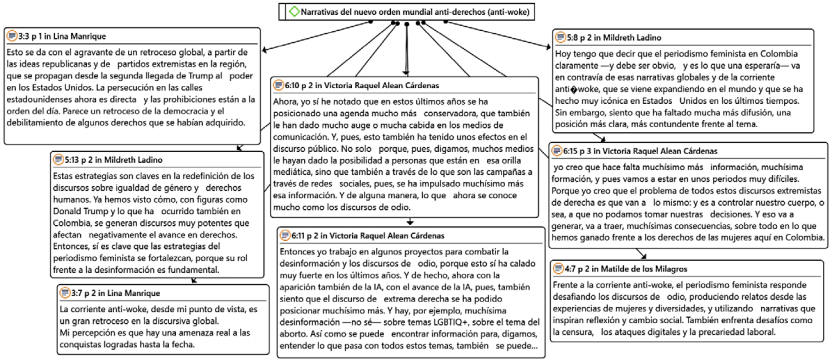
> Yo me salgo un poco del tema del feminismo y del aborto y digo: el gran desafío, en realidad, es mantener la legitimidad de las instituciones democráticas, en una era donde pareciera que hay líderes que buscan que esa legitimidad se pierda, o hacernos descreer de la institucionalidad democrática. Cuando al final es la que nos ha permitido, en Colombia, tener una Corte independiente que avanza en el reconocimiento de los

> derechos, tener una división de poderes, hacer contrapesos y, pues, sin lugar a duda, ir avanzando en el reconocimiento de muchísimas libertades. (Catalina Martínez Coral, comunicación personal, 24 de abril de 2025).

En este marco, el periodismo feminista se consolida como una herramienta clave para incidir en el debate público y fortalecer una esfera democrática orientada por los principios de igualdad, y justicia social (Zeller, 2001). (Ver figura 5).

Figura 5

Narrativas del nuevo orden mundial anti-derechos (anti-woke)



Elaboración propia.

Desinformación, noticias falsas y discursos de odio

En el escenario contemporáneo de la comunicación política global, el periodismo feminista se enfrenta a crecientes disputas narrativas marcadas por la circulación de desinformación, noticias falsas y discursos de odio que navegan en línea (Calvo & Aruguete, 2020).

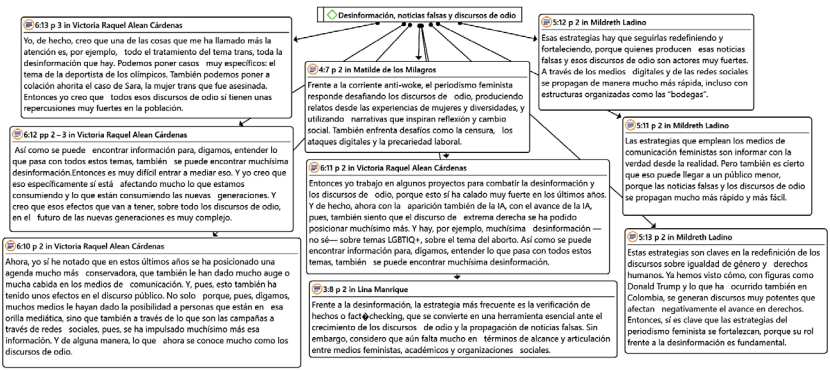
Estas narrativas anti-derechos, buscan deslegitimar los avances en igualdad de género y restringir el debate público (ver figura 6). Al respecto, Mildreth Ladino (2025), periodista feminista de la Red de Periodistas con visión de Género, afirma que:

> Las estrategias que emplean los medios de comunicación feministas son informar con la verdad desde la realidad. Pero también es cierto que eso puede llegar a un público menor, porque las noticias falsas y los discursos de odio se propagan mucho más rápido y más fácil. (Mildreth Ladino, comunicación personal, 21 de marzo de 2025).

En este contexto, los medios feministas aún no alcanzan las audiencias de los medios tradicionales, al respecto Lina Manrique, periodista y académica feminista afirma que le parece "una preocupación de nicho" (Lina Manrique, comunicación personal, 22 de abril de 2025).

Figura 6

La desinformación, las noticias falsas y los discursos de odio



Elaboración propia.

El periodismo feminista como práctica política de transformación

El análisis desarrollado a lo largo de este trabajo permite afirmar que el periodismo feminista, en tanto práctica política, busca transformar las estructuras de dominación y promover formas de vida más justas y libres, orientadas por principios de equidad y paz. Como lo plantea hooks, "la política feminista pretende acabar con la dominación para que podamos ser libres para ser quienes somos, para vivir vidas en las que abracemos la justicia, en las que podamos vivir en paz" (hooks, 2023, p. 149).

A través de narrativas situadas, interseccionales y éticamente comprometidas, estas formas de periodismo visibilizan violencias estructurales, acompañan procesos de "duelo colectivo" y promueven una relectura crítica de los marcos interpretativos dominantes. Rovetto y Figueroa (2019), afirman que:

> Tejer redes de intercambio, establecer nuevos pactos sectoriales basados en vínculos solidarios con otras colegas mujeres que están atravesando situaciones similares, es parte de las estrategias de supervivencia cotidianas que estas perio-feministas llevan adelante en un contexto cada vez más adverso para el ejercicio profesional. (Rovetto & Figueroa, 2019, p. 9)

Asimismo, los aportes de estas prácticas se inscriben en un horizonte más amplio de justicia social y reparación histórica, al posicionar la comunicación no solo como herramienta, sino como campo de lucha.

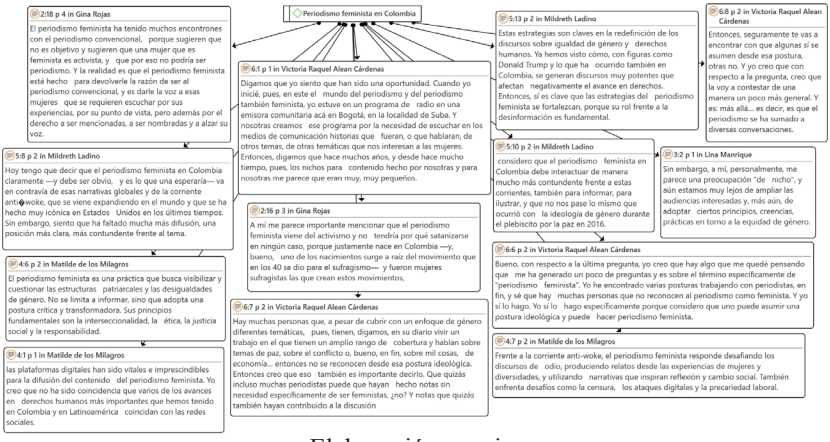
> El periodismo feminista es una práctica que busca visibilizar y cuestionar las estructuras patriarcales y las desigualdades

> de género. No se limita a informar, sino que adopta una postura crítica y transformadora. Sus principios fundamentales son la interseccionalidad, la ética, la justicia social y la responsabilidad. (Matilde de los Milagros García, comunicación personal, 19 de mayo de 2025)

En este sentido, el periodismo feminista se sitúa en el corazón de las disputas políticas contemporáneas, en diálogo con movimientos sociales (Castells, 2012) que enfrentan el avance del conservadurismo, la criminalización de la protesta (ver figura 7).

Figura 7

Miradas el periodismo feminista en Colombia



Elaboración propia.

Para concluir, es claro que el periodismo feminista se proyecta como un espacio fértil para la articulación con otras luchas emancipatorias. Hoy "se necesita una educación feminista de masas para la toma de conciencia crítica" (hooks, 2023, p.144).

Hoy, el periodismo feminista en Colombia no solo narra la compleja realidad social, sino que busca transformarla y por eso toma postura a favor de las mujeres y de las disidencias. En este propósito, reafirma su vocación política y emancipadora, orientada por la convicción de que "el feminismo es para todo el mundo" (hooks, 2023, p. 149).

Referencia

Adichie, C. N. (2015). *Todos deberíamos ser feministas*. Random House.

Benítez-Eyzaguirre, L. (2019). Ciberfeminismo y apropiación tecnológica en América Latina. *Virtualis, 10*(18), 1-15. https://doi.org/10.2123/virtualis.v10i18.264

Boix, M. (2020). Brecha digital. En A. H. Puleo (Ed.), *Ser feministas. Pensamiento y acción* (pp. 35-38).. Ediciones Cátedra.

Calvo, E., & Aruguete, N. (2020). *Fake news, trolls y otros encantos: cómo funcionan (para bien y para mal) las redes sociales*. Siglo XXI Editores.

Castells, M. (2012). *Redes de indignación y esperanza: movimientos sociales en la era de Internet*. Polity Press.

Celecia Pérez, C., & González Victoria, R. M. (2024). El periodismo feminista en la reconfiguración de los roles profesionales: militancia y rigor informativo en experiencias situadas en México. *Question, 3*(77). https://doi.org/10.24215/16696581e871

Fraser, N. (2021). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. En S. Low, & N. Smith (Orgs.), *Public Space Reader* (pp. 34-41). Routledge.

Hernández-Sampieri, R., & Mendoza, C. (2020). *Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta*. McGraw-Hill.

hooks, B. (2023). *El feminismo es para todo el mundo.* Traficantes de sueños y Tinta Limón Eds.

Kippin, S. (2025). *Public Policy and Democratic Backsliding in the UK: The Conservatives' Illiberal Turn*. Springer Nature Switzerland.

Madruga Bajo, M., & Perales Blanco, V. Androcentrismo. (2020). En A. H. Puleo (Ed.), *Ser feministas. Pensamiento y acción* (pp. 17-19). Ediciones Cátedra.

Menon, N. (2020). *Ver como feminista*. Consonni.

Peñaranda Veizaga, I. (2019). Ciberfeminismo: sobre el uso de la tecnología para la acción política de las mujeres. *Punto Cero, 24*(39), 39-50. https://doi.org/10.35319/puntocero.20193922

Restrepo Díaz, C. (2024a). Perspectivas y desafíos del periodismo feminista en Colombia en 2023: un estudio exploratorio. *Cuestiones de Género: de la igualdad y la diferencia*, (19), 496-530. https://doi.org/10.18002/cg.i19.8260

Restrepo Díaz, C. (2024b). Una aproximación al periodismo feminista en Colombia: escenarios, roles y perspectivas. *Comunicación y Género, 7*(2), e94732. https://doi.org/10.5209/cgen.94732

Roldán, C. (2020). Autonomía. En A. H. Puleo (Ed.), *Ser feministas. Pensamiento y acción* (pp. 23-26). Ediciones Cátedra.

Rovetto, F. L., & Figueroa, L. A. (2019). “Minoría bulliciosa”: periodismo feminista en tiempos de precarización laboral y reacción patriarcal. *Descentrada, 3*(2), e090. https://doi.org/10.24215/25457284e090

Rovira, G. (2016). *Activismo en red y multitudes conectadas: comunicación y acción en la era de Internet*. Icaria Editorial.

Segato, R. (2023). *Escenas de un pensamiento incómodo: género, violencia y cultura en una óptica decolonial*. Prometeo Editorial.

Zeller, C. (2001). Los medios y la formación de la voz en una sociedad democrática. *Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura,* (26), 121-144.

Jornalismo feminista e independente no Cone Sul: olhares de gênero nas práticas de ativismo na web

Maria Vitória Carollo Ritter
Karina Janz Woitowicz

Este capítulo apresenta a pesquisa de iniciação científica que analisou os portais independentes de jornalismo alternativo e feminista do Cone Sul - *LatFem*, *Cotidiano Mujer*, *Informativo Mujer* e *La Otra diaria.* O estudo, vinculado ao projeto de pesquisa "Jornalismo e ativismo feminista: Direitos das mulheres nos portais com enfoque de gênero do Cone Sul"[1], coordenado por Karina Janz Woitowicz, buscou compreender a atuação e a experiência desses veículos enquanto ativistas em favor dos direitos das mulheres e na luta contra o conservadorismo na América Latina.

1. Projeto desenvolvido com apoio do CNPq por meio de Bolsa Produtividade em Pesquisa (2024-2027).

A análise, baseada em pesquisa empírica, perpassa conceitos essenciais para o seu desenvolvimento, como jornalismo alternativo, de gênero e midialivrista; teorias feministas e abordagem interseccional; e práticas na web, como o ciberativismo e o ciberfeminismo.

Depois de uma pré-observação, que resultou na sistematização das principais características de cada um dos portais selecionados, que compreende aspectos em comum e também singulares, foram definidos critérios de análise para o material informativo publicado em cada um dos portais no período entre o último trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024.

Os resultados envolvem a compreensão de como aspectos tais como os temas, a abrangência e os conteúdos desses portais atuam enquanto ativistas pelos direitos das mulheres, a partir de formas distintas desenvolvidas pelas organizações feministas a que estão vinculados. A pré-observação, como recurso metodológico necessário para a definição das etapas seguintes da pesquisa, apontou uma média de periodicidade mensal em todos os portais, mas com grande variação no volume de publicações, além de equipes majoritariamente femininas e pautas similares, em torno de debates políticos, direitos trabalhistas e reprodutivos, atos de movimentos feministas, enfrentamento da violência, entre outros.

Os portais também apresentam características únicas, como monitoramentos do sistema legislativo e de casos de violência (*Informativo Mujer*), espaço de publicações sobre mulheres e a educação de filhos (*La Otra diaria*), cartilhas e informativos (*Cotidiano Mujer*), entre outros tipos de conteúdo. Mesmo diante da identificação de características particulares, os portais apresentam similaridades nos

objetivos e ideais, que remetem aos princípios e causas que defendem. Eles acompanham a agenda dos movimentos feministas dos seus respectivos países, sistematizam informações e, no geral, abordam temas de interesse às mulheres e aos seus direitos.

Metodologia

Em um primeiro momento, a pesquisa envolveu revisão bibliográfica sobre jornalismo alternativo e com perspectiva de gênero, apresentando noções básicas de conceitos como interseccionalidade, transversalidade, jornalismo midialivrista, ciberativismo e ciberfeminismo, além de características do jornalismo feminista em contraste com o jornalismo hegemônico.

No primeiro bimestre de 2024, foi realizada a pré-observação dos sites e a identificação das características comuns entre os portais *LatFem* (Argentina), *Cotidiano Mujer* (Uruguai), *Informativo Mujer* (Paraguai) e *La Otra diaria* (Chile), a partir de critérios como periodicidade, orientação editorial, temáticas predominantes, vínculo com outras instituições, composição da equipe etc. Esses dados foram sistematizados, de modo a identificar e ordenar as principais características de cada um dos portais, para posterior análise do material publicado.

A partir da percepção de que os portais têm características diferentes entre si, principalmente em aspectos como os formatos de publicação e a periodicidade, se tornou necessário delimitar o material de análise de acordo com as especificidades de cada portal. O volume de conteúdos noticiosos e informativos, que é o principal ponto dessa análise, apresenta variações entre os portais, além dos seus formatos e temáticas.

Foram selecionados conteúdos do portal *LatFem* a partir das pautas de interesse da pesquisa e das editorias com maior quantidade de publicação e relevância, como política e sociedade, considerando que são feitas publicações semanalmente. Já em portais como o *Cotidiano Mujer* e o *Informativo Mujer*, que apresentam características mais documentais e de ações formadoras, foi necessário coletar todo o material disponível entre as notícias do período de outubro de 2023 até março de 2024, e mesmo assim não foi possível reunir a mesma quantidade de material empírico registrada nos outros dois portais. Já o *La Otra diaria* tem o seu foco nos conteúdos opinativos e, assim, sua análise será baseada em crônicas, entrevistas e publicações opinativas.

A partir dessas considerações, foi necessário elaborar categorias de análise que compreendem todos os conteúdos selecionados. No total foram 32 registros, variando de quantidade entre o *LatFem* (10), *Cotidiano Mujer* (8), *Informativo Mujer* (5) e *La Otra diaria* (9). Assim, foram estabelecidas quatro categorias de análise: formato, conteúdo, tema e abrangência.

O formato classifica o material em informativo (notícias, reportagens, entrevistas, notas), opinião (editoriais, artigos, etc), notas/manifestações e documentos/pesquisas. O tema busca classificar as publicações a partir dos conteúdos que foram encontrados em todo o *corpus* de pesquisa. São eles: meio ambiente, política, cultura, movimentos sociais/feminista, violência contra as mulheres, direitos das mulheres, desigualdade e ações de formação e mobilização. Também foram indicadas as ocorrências em categorias voltadas a temas específicos, quando retratam temas de gênero, e gerais, sobre direitos humanos e movimentos sociais no geral. Por fim, a abrangência se refere à dimensão local, nacional ou internacional dos conteúdos analisados.

Referencial teórico: interfaces entre jornalismo, gênero e ativismo

A partir da proposta de trabalho, se tornou necessária a aproximação e domínio de determinados conceitos. O primeiro e mais abrangente deles é o do jornalismo alternativo, que permeia e caracteriza a produção dos portais selecionados. Este é apresentado por Dennis de Oliveira (2019, p. 03) como "um campo de mediações jornalísticas de oposição à ditadura do capital". O autor aborda a ideia de que esse jornalismo cumpre o papel de fomentar um debate público não mediado pela sociedade do consumo e pelos interesses econômicos de grupos midiáticos. Dessa maneira, o jornalismo alternativo se sustenta e busca propostas diferentes do jornalismo tradicional.

No mesmo viés, o jornalismo com perspectiva de gênero, ou feminista, é definido como "feito por mulheres, a respeito das mulheres e para as mulheres" (Borges, 1982 como citado em Freitas & Oliveira, 2018, p. 74). Esse jornalismo busca mostrar suas lutas e conquistas, pautando temas diversos como saúde, educação, trabalho, sexualidade e política em perspectiva transversal (Woitowicz, 2019).

O livro "Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género", organizado por Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007), perpassa a chegada dos estudos de gênero na América Latina e Central e reflete como, a partir da análise das representações midiáticas das mulheres, surge a necessidade de representações próprias e livres de estereótipos sexistas. A partir disso, "a agenda feminista incluiu entre seus objetivos a igualdade nos cargos de direção dos meios de comunicação em massa como elemento imprescindível para alcançar a igualdade de gênero na sociedade"

(Chaher & Santoro, 2007). O texto também relaciona o surgimento da comunicação alternativa feminina com o movimento feminista, atuando como expressão das suas propostas e colaborando com a sua consolidação. Além disso, Chaher e Santoro aborda o conceito de transversalidade no jornalismo de gênero como "la consideración y evaluación del impacto, para mujeres y hombres, de los temas políticos y sociales que son objeto de cobertura" (Gothmann, 2001 como citado em Chaher & Santoro, 2007, p. 133).

Os conceitos de midialivrismo e ciberativismo são apresentados por Katarini Miguel e Letícia de Faria Ávila Santos (2018) a partir da análise dos portais brasileiros *AzMina* e *ThinkOlga*. O midialivrismo está relacionado com mobilizações e protestos, buscando reivindicações de direitos e pautando temas de interesse coletivo, desconsiderando interesses corporativistas (Miguel & Santos, 2018). O ciberativismo também segue esses objetivos, utilizando as ferramentas e a visibilidade da internet para a difusão de discursos contra hegemônicos (Miguel & Santos, 2018).

Outra definição essencial para os estudos de gênero é da interseccionalidade, definida por Carla Akotirene, em seu livro homônimo ao conceito, como "uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais" (Akotirene, 2019, p. 63). Essa relação se dá entre o sexismo e o racismo sofrido pelas mulheres negras; essas violências se sobrepõem e geram maior vulnerabilidade para essas mulheres. É essencial considerar recortes interseccionais de gênero, raça e classe pois "quando ausentes […] reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos" (Akotirene, 2019, p. 65).

Os conceitos e perspectivas aqui apresentados constituem a base para a observação dos portais feministas latino-americamos selecionados para a pesquisa, uma vez que se caracterizam como veículos alternativos ou independentes ligados ao movimento feminista que atuam na promoção de temas voltados à defesa dos direitos das mulheres e grupos minorizados. A seguir, apresentamos um breve perfil de cada um deles para, em momento posterior, expor os resultados principais da pesquisa, em que foram analisados os formatos, os temas e a abrangência dos conteúdos publicados pelo jornalismo feminista.

Apresentação dos portais

Com base nas referências conceituais e metodológica apresentadas, foi realizada a observação dos portais *LatFem* (https://latfem.org), *Cotidiano Mujer* (https://cotidianomujer.org.uy), *Informativo Mujer* (https://informativomujer.org.py) e *La Otra diaria* (https://laotradiaria.cl). O quadro a seguir (Quadro 1) mostra as principais características identificadas ao longo da pesquisa.

Quadro 1

Características dos portais

Nome	Periodicidade	Associação	Equipe	Principais pautas	Presença nas redes sociais
LatFem	Mensal	Oxfam	23 mulheres; incluindo jornalistas e comunicadoras	Políticas, ativistas, temas sociais, direitos indígenas	Sim
Cotidiano Mujer	Mensal	Articulación Feminista Mercosur	Sem especificação e número, gênero e profissionalização	Ambientais, direitos das mulheres, atos feministas e pandemia	Sim

Informativo Mujer	Mensal	Centro de Documentación y Estudios (CDE)	Sem especificação de número, gênero e profissionalização	Divulgação de eventos e datas importantes, demandas, atos do movimento	Não
La Otra diaria	Mensal	Revista Anfibia e Cosecha Roja	Mulheres jornalistas e comunicadoras, sem especificação de número[2]	Direitos trabalhistas, humanos, da comunidade LGBTQIAP+	Sim

Elaboração própria.

As informações sobre associação e equipe foram retiradas das abas "Quem somos" de cada um dos sites. A periodicidade média considerou, em fevereiro de 2024, as 12 publicações mais recentes dos portais. Há variação no volume de publicações em determinados períodos de tempo, como nos meses de março e novembro, que concentram maior número de postagens. As principais pautas foram verificadas a partir das propostas dos portais e também da observação das notícias mais recentes. A procura de perfis em redes sociais se deu no Instagram, X e Facebook. Todos os sites marcados com "sim" nesse campo têm perfil (página) nas três redes citadas acima.

1. LatFem

O portal argentino *LatFem* se intitula como um meio de comunicação feminista nativo digital e um serviço de informação de acesso gratuito com foco na América Latina e no Caribe. A equipe é formada por um coletivo político e editorial, composto por ativistas feministas e diversas profissionais da comunicação, incluindo jornalistas, e se

2. Segundo o site, a equipe do La Otra diaria é composta por mulheres, mas sua aba colaborativa possibilita a publicação de conteúdos produzidos por homens.

propõe a fazer um jornalismo com perspectiva transfeminista, interseccional e ecofeminista. Suas pautas seguem a agenda do movimento feminista, e têm foco nas desigualdades de gênero, classe e raça e defesa da democracia.

É perceptível o esforço do portal na educação e formação de 'jornalistas de gênero'. O site possui uma aba intitulada "LatFemLab", que segue a ideia de um laboratório de jornalismo feminista; nele, são ensinadas técnicas e recursos para a produção de conteúdos com perspectiva de gênero. São cinco cursos disponíveis, divididos em módulos que contam com textos, vídeos e um laboratório para a integração de conteúdos. Comunicação feminista para adolescentes e jovens, ecofeminismo, ferramentas de comunicação para jovens ativistas, introdução a comunicação feminista e aborto são temas de cursos ofertados pelo portal. Todos são gratuitos e requerem somente inscrição.

Assim como na descrição, as pautas mais recentes (observação em junho de 2024) abordam, principalmente, assuntos políticos, considerando o contexto sociopolítico atual do país após a eleição do atual presidente Javier Milei, "anarcocapitalista" e de ultra direita. Fome, violência de gênero, lesbicídio, o trabalho para as mulheres e ativismos são algumas das pautas mais recentes. As notícias são divididas em editorias: violência, sociedade, economia, política, ativismo, cultura e esportes. O maior volume de publicações recentes se classifica como sociedade e política. Um assunto recorrente que chama atenção no portal são as pautas ambientais, presentes em notícias e reportagens, sempre associadas a um recorte de gênero.

A periodicidade de publicações é semanal; elas apresentam um volume considerável, principalmente quando comparado com os outros portais, contando inclusive com mais de uma publicação por semana. O *LatFem* está presente nas redes sociais Facebook, Instagram e X.

2. Cotidiano Mujer

Trata-se de um coletivo feminista uruguaio que atua desde 1985 no acompanhamento do desenvolvimento da agenda política e cultural das mulheres uruguaias e latino-americanas. É sede da Articulação Feminista Marcosur (AFM), que coordena organizações feministas da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Sua atuação tem foco no desenvolvimento de ações comunicativas de promoção dos direitos das mulheres; principalmente das mudanças culturais para gerar novos sentidos e incorporar a perspectiva feminista em questões de agenda pública, como aborto, violência sexual, direitos reprodutivos, participação política das mulheres etc.

Segundo a página, o coletivo organiza anualmente as Conferências de Debate Feminista, com o objetivo de articular e promover a produção acadêmica e aquela gerada a partir do ativismo feminista. Também realiza o festival de cinema e direitos humanos "Tenemos que ver", que já tem 10 edições.

O *Cotidiano Mujer* tem seu foco em publicações mais extensas, como artigos, relatórios e crônicas, como exemplos: Relatório A pandemia no Uruguai: qual foi o custo para as mulheres?; Relatório SAR (sistema de alerta regional) direitos reprodutivos e sexuais, sobre aborto na América Latina; Relatório CEDAW 2022 - protocolo

facultativo e as dívidas do Estado uruguaio; livro "Invisíveis, memórias de mulheres que amam outras mulheres"; divulgação da revista BRAVAS (revista da AFM). Os exemplos citados não são de autoria exclusiva do grupo, mas há publicações autorais.

A aba "Memoria" do site faz a recuperação e exibição de trabalhos publicados pelo coletivo desde 1985. Livros como "Notas para la memoria feminista. Uruguay 1983-1995", "Mi habitación, mi celda" e "Yo aborto, tú abortas, todos callamos" de 1989 estão disponíveis para download em pdf. Também, as revistas do *Cotidiano Mujer* publicadas entre 1985 e 2013 estão disponíveis para visualização, desde a primeira edição até as mais recentes.

A periodicidade de notícias é mensal, mas o volume de publicações é baixo e, por vezes, há meses inteiros sem publicações. Na observação das notícias mais recentes, maio e janeiro não tiveram publicações. A organização está presente nas redes sociais, mas de maneira pouco ativa.

3. Informativo Mujer

Autointitulado como um portal especializado em informações sobre as condições das mulheres e de gênero no Paraguai e na região, surge como iniciativa para a recuperação do trabalho do Centro de Documentação e Estudos do país, que coordenou a publicação do periódico homônimo de primeira publicação em 1989. A partir de 2006, tornou-se um veículo online de informações sistematizadas e analíticas sobre a situação das mulheres paraguaias. Com o passar dos anos, passou a ser um blog informativo, antes de se tornar um portal temático e especializado em gênero. Seu objetivo é ser um

ponto de encontro, referência e contribuição para o desenvolvimento dos feminismos paraguaios e regionais.

O foco do site, assim como na sua origem, é a sistematização de informações. Logo na página inicial é possível encontrar publicações diversas além das notícias, como Especial COVID-19, monitoramento de violência e outro do legislativo, observatórios de vários tipos de desigualdades. Ambos os monitoramentos são abas interativas, nas quais é possível alterar variáveis e obter informações de diferentes períodos e tipos. Além disso, há diversas publicações como artigos, guias e livros de potencial educativo destacados, como "Guía para la igualdad de género en las políticas públicas municipales del Paraguay" e "Conocer, prevenir y actuar". Adolescentes ante la salud y los derechos sexuales y reproductivos en Paraguay".

Os observatórios de igualdade dos temas participação política das mulheres e violência de gênero fazem compilados de informações, últimas notícias, dados e artigos sobre seus temas. Já os outros dois (direitos sexuais e reprodutivos e autonomia econômica) aparentam não estar em funcionamento, porque seus links não são direcionados.

O portal faz um trabalho de registro de mais de 270 arquivos de publicações de diversos tipos, como artigos, trabalhos, investigações, livros, revistas etc, que datam desde 1970. Também há mais de dez páginas de documentos, entre eles comunicados e documentos institucionais e nacionais; eles são divididos em categorias que levam os mesmos nomes/temas dos quatro observatórios de igualdade.

Ainda na informação sistematizada, também há o monitoramento da imprensa, cronologias (registro mensal resumido de eventos, atividades, publicações e declarações relevantes para a defesa, proteção

e reivindicação dos direitos das mulheres), diretório com os contatos de instituições estatais e não governamentais, páginas de interesse etc.

As notícias mais recentes têm foco em eventos, cursos e reivindicações de organizações e grupos, possivelmente para dar visibilidade e registrar esses acontecimentos. O conteúdo noticioso não é o foco do site, uma vez que não há aba própria para ele, somente o ícone na página inicial. É imperativo pontuar que algumas notícias não tem data de publicação e, por isso, a análise precisou se basear em datas inseridas no texto ou nas datas das publicações próximas em temporalidade, para garantir que elas haviam sido publicadas no período entre outubro de 2023 e março de 2024, período estabelecido pela pesquisa.

4. La Otra diaria

La Otra diaria se define como um meio digital de jornalismo independente com perspectiva de gênero criado por mulheres. Para elas, é essencial que os meios de comunicação se tornem parte da luta contra a violência de gênero. O portal surge também da necessidade de integrar a rede latino-americana de jornalismo judicial Cosecha Roja, que reúne jornalistas feministas de toda a América Latina. A chefia é composta por duas jornalistas e uma psicóloga, relacionadas aos estudos de gênero.

Seus conteúdos são divididos em crônicas e reportagens, entrevistas, especial "yo crío" e opinião. Assim como esperado, as crônicas e reportagens são materiais mais longos e densos, com intertítulos e apurações mais complexas. Seus temas mais recentes foram casos de feminicídio, 8 de março, as mulheres Mapuche, vítimas da

ditadura militar etc. O especial narra diversas vivências e dificuldades enfrentadas por mães, durante a gravidez, no parto e na educação dos seus filhos. A maioria das publicações é de opinião.

É notável a atenção que o portal direciona ao feminicídio, dando visibilidade para casos que não tiveram justiça e às mães e familiares que lutam pelas memórias das suas filhas. Também narra injustiças sofridas por vítimas masculinas em casos de abuso de força policial e no período da ditadura militar chilena.

Resultados: aspectos do jornalismo alternativo feminista

Ao aplicar as quatro categorias de análise (formato, conteúdo, tema e abrangência) no material empírico selecionado, composto por 32 publicações dos quatro portais mencionados, foi possível perceber semelhanças e diferenças quantitativas, além das qualitativas previamente observadas.

Quadro 2

Formatos das publicações dos portais

Formato	Número de registros
Informativo	19
Opinativo	6
Manifestações/notas	4
Documentos/pesquisas	3

Elaboração própria.

Em relação ao formato, considerando que a seleção deu prioridade aos conteúdos informativos, 19 publicações foram classificadas

entre notícias, reportagens e entrevistas, mas este formato não é o principal em todos os portais analisados. Seis são conteúdos opinativos, que evidenciam a defesa de causas ligadas ao feminismo, e quatro foram identificados como manifestações de opiniões, pronunciamentos e denúncias. Além disso, três são a divulgação de informativos, relatórios e pesquisas, em uma perspectiva documental e memorialística.

Em relação ao tema, a grande maioria é específica de assuntos de gênero e da pauta feminista, totalizando 26. Somente seis publicações são de caráter geral, retratando pautas sociais e de direitos humanos, o que permite estabelecer a relação dos portais com outros temas de interesse, de forma transversal.

Os temas das publicações dos quatro portais analisados apresentam relativa variedade. Dentre os oito localizados nas publicações, quatro apresentam maior recorrência: movimento feminista, violência contra as mulheres, direitos das mulheres/reprodutivos e ações de formação e mobilização. Este aspecto evidencia a vinculação dos portais com as pautas feministas e a coincidência de temáticas comuns aos países do Cone Sul.

Quadro 3

Temas presentes nos portais analisados

Temas	Número de registros
Direitos das mulheres/reprodutivos	7
Ações de formação/mobilização	6
Movimentos sociais/feminista	6
Violência	5

Meio ambiente	3
Política	3
Cultura	1
Desigualdade	1

Elaboração própria.

A abrangência dos conteúdos publicados nos portais que compreendem o corpus da pesquisa apresenta maior foco nacional dos seus respectivos países. A abrangência local faz menção a comunidades específicas, como a Mapuche (aparece duas vezes, em portais diferentes). Também foram identificados conteúdos internacionais, que remetem a questões envolvendo países da América Latina ou outros contextos, como os conflitos na Palestina.

Quadro 4

Abrangência dos conteúdos publicados nos portais

Abrangência	**Número de registros**
Nacional	18
Internacional	11
Local	3

Elaboração própria.

Após a apresentação dos principais resultados registrados no processo de investigação, alguns aspectos sobre o modo de produção jornalística referente a cada portal analisado podem ser considerados. O *Latfem*, com todos os seus conteúdos informativos, teve maior variedade de temas, incluindo 7 dos 8 analisados. Ele foi o portal

com maior abrangência internacional, citando duas vezes o Brasil e, inclusive, fazendo um paralelo da ultra direita do governo Bolsonaro com as possíveis consequências do atual governo de Javier Milei. O *Cotidiano Mujer* de destaca por ter a maior variedade de formatos, com três diferentes – informativo, documentos/pesquisas e manifestações.

Metade das publicações analisadas abordam os direitos das mulheres em sua centralidade. O *Informativo Mujer* é o de menor conteúdo noticioso, mas tem maioria das suas pautas nas ações de formação e nos conteúdos nacionais. O *La Otra diaria* tem todos os conteúdos voltados especificamente a temas de gênero, além do maior volume de publicações de abrangência local. Os temas mais recorrentes são a violência, incluindo o feminicídio e ações do movimento feminista, assunto que tem ganhado expressão na América Latina.

Considerações finais

Mesmo apresentando características diversas entre si, os portais registram similaridades, principalmente em se tratando dos objetivos e ideais, que perpassam sua atuação em defesa dos direitos das mulheres e demais demandas sociais. Acompanhar a agenda dos movimentos feministas dos seus respectivos países, sistematizar informações e, ainda, abordar temas de interesse para as mulheres acerca de direitos, se mostram como fatores comuns entre o *LatFem*, o *Cotidiano Mujer*, o *Informativo Mujer* e o *La Otra diaria*.

Ao dar foco para pautas como direitos das mulheres, ações de formação, violência de gênero e o movimento feminista, esses portais se apresentam como viabilizadores de informações essenciais

à conscientização e à luta das mulheres por igualdade e segurança. Ao dar visibilidade para temas que não recebem a devida atenção e abordagem na mídia hegemônica, o jornalismo com perspectiva de gênero, assim como na sua caracterização, é feito e pensado para as mulheres.

O enfrentamento ao conservadorismo na América Latina aparece, além da prática do jornalismo alternativo, na abordagem de temas cerceados pelas políticas conservadoras e de extrema direita, como o aborto e outros direitos reprodutivos. A preocupação com a extrema direita, por exemplo, surge em especial no veículo argentino *LatFem*, fazendo um paralelo entre o governo de Jair Bolsonaro e as preocupações com o atual governo de Javier Milei. Meio ambiente, desigualdade e as ações de formação também são algumas das pautas que costumam ser esvaziadas ou mesmo atacadas pelo movimento conservador, mas que aparecem com evidência nos portais observados.

Desse modo, a partir da identificação dos modos próprios de produzir conteúdos realizados pelos quatro portais que integram o estudo, em que se destacam aspectos como formatos, temas e abrangência, a pesquisa possibilitou conhecer experiências de jornalismo alternativo ou independente, situadas em distintos países do Cone Sul, que evidenciam práticas emergentes de ativismo no ambiente digital.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade.* Sueli Carneiro; Pólen.

Chaher, S., & Santoro, S. (Orgs.). (2007). *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género.* Artemisa Comunicación Ediciones.

Oliveira, D. (2019).Breves Reflexões Sobre Jornalismo Alternativo. *Revista Alterjor, 20*(2). https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/159938

Freitas, V. G., & Oliveira, L. (2018). Agenda da imprensa feminista: rupturas e continuidades. In L. Aguiar, M. P. da Silva, & M. Martinez (Orgs.), *Desigualdades, Relações de gênero e estudos de Jornalismo* (pp. 69-88). Life Editora.

Miguel, K., & Santos, L. de F. Á. (2018). Transformações do jornalismo e relações de gênero: análise do ciberfeminismo midialivrista dos portais AzMina e ThinkOlga. In L. Aguiar, M. P. da Silva, & M. Martinez (Orgs.), *Desigualdades, Relações de gênero e estudos de Jornalismo* (pp. 89-104). Life Editora.

Woitowicz, K. J. (2019). *Periodismo alternativo y militancia feminista: experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador.* CIESPAL.

O DISCURSO TRANSFORMADOR DO JORNALISMO FEMINISTA NA DEFESA DO ABORTO LEGAL

Enaira Schoemberger

Esta pesquisa surgiu a partir da dissertação de mestrado[1] que investiga o papel do jornalismo independente feminista na defesa do direito ao aborto legal no Brasil e na Colômbia. A escolha deste tema é, ao mesmo tempo, acadêmica e pessoal, ao buscar compreender como narrativas alternativas no jornalismo contribuem para dar visibilidade às questões reprodutivas das mulheres.

Neste capítulo comemorativo dos 15 anos do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero (GPJG) da UEPG, foco na reportagem "'Suportaria mais um pouquinho?' Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de

1. Dissertação defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sob orientação da professora Dra. Paula Melani Rocha e coorientação da professora Dra. Lina Maria Patricia Manrique Villanueva.

aborto", publicada em 2022 pelo Portal Catarinas em parceria com o The Intercept Brasil (Guimarães et al., 2022). O caso analisado, que envolve a tentativa da juíza de retardar o aborto legal de uma criança vítima de violência sexual, é o foco desta pesquisa. A partir dele, investigamos o papel do jornalismo investigativo na transformação de realidades vulneráveis, na fiscalização das políticas públicas e na garantia de direitos frequentemente negligenciados.

Embora o aborto seja legal no Brasil em três situações específicas – quando a gestação representa risco à vida da mulher, quando ocorre anencefalia do feto, e quando é resultado de violência sexual (Código Penal Brasileiro, artigos 128, incisos I e II, *Decreto-Lei nº 2.848*) — sua prática ainda enfrenta resistência. O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, reconheceu o direito ao aborto em casos de anencefalia, mas a aplicação da lei frequentemente encontra obstáculos judiciais e sociais.

A presente pesquisa utiliza como metodologia a Análise Crítica do Discurso Feminista (ACDF), proposta por Michelle Lazar (2007). Essa abordagem entende a linguagem como prática social e investiga como as relações de poder se manifestam no discurso, com ênfase nas desigualdades de gênero. A ACDF considera que o discurso contribui para a construção e a sustentação de estruturas sociais desiguais, sendo, por isso, um instrumento relevante para a análise de formas institucionalizadas e naturalizadas de dominação.

Tradicionalmente, essa metodologia é empregada para analisar criticamente o discurso da mídia hegemônica, revelando como ele contribui para a reprodução de ideologias patriarcais e eurocêntricas, Lazar (2007). No entanto, este trabalho propõe um deslocamento dessa perspectiva: em vez de observar como veículos tradicionais abordam questões

de gênero, o foco recai sobre o discurso de um portal independente — o Portal Catarinas — visando verificar em que medida suas reportagens incorporam as categorias analíticas formuladas por Lazar (2007).

A escolha de uma perspectiva decolonial se alinha à reflexão de Woitowicz (2019), para quem os meios de comunicação alternativos operam como espaços de resistência simbólica, ao desafiar a centralidade de discursos normativos na cobertura jornalística de temas sensíveis, como os direitos reprodutivos. Nesse contexto, o jornalismo independente, feminista e decolonial é compreendido como um agente potencial de transformação, capaz de disputar sentidos e de intervir nos modos de representação social.

O objetivo deste capítulo é identificar as estratégias discursivas e os enquadramentos presentes nas reportagens do Portal Catarinas sobre o aborto legal, buscando avaliar sua capacidade de tensionar a cobertura normativa predominante e de influenciar instâncias judiciais e a opinião pública. Para tanto, a análise será orientada pelas categorias propostas por Lazar (2007): **1) o ativismo analítico feminista**, que considera o engajamento crítico na produção do discurso jornalístico; **2) o gênero como estrutura ideológica**, que entende o gênero como construção discursiva sustentada por sistemas de dominação; **3) a complexidade de gênero e relações de poder**, que aborda a interseccionalidade entre gênero, raça, classe e outras formas de opressão; **4) o discurso na (des)construção do gênero**, que examina como o discurso pode reproduzir ou subverter normas de gênero; e **5) a reflexividade crítica como práxis**, que se refere à consciência das produtoras de conteúdo sobre suas posições sociais e escolhas discursivas.

Desde os primórdios da imprensa brasileira, veículos de grupos marginalizados têm funcionado como espaços de luta coletiva. Pinto (2010, p. 19) mostra que a imprensa negra, operária e feminista do século XIX buscava autoria e público próprios para resistir às narrativas dominantes.

Na atual conjuntura político-social, a atuação da imprensa racial é frequentemente apagada, enquanto a imprensa hegemônica falha em incluir grupos minorizados tanto em suas coberturas quanto em seus quadros de funcionários. Similarmente, a imprensa feminista e LGBTQI+ muitas vezes é minimizada, descontextualizada ou até mesmo desconsiderada na construção oficial da narrativa histórica do jornalismo brasileiro (Rocha & Woitowicz, 2018). As autoras observam uma assimetria de gênero na ocupação jornalística nos veículos tradicionais, evidenciada pela histórica exclusão das mulheres na profissão, pela diferenciação de gênero na distribuição dos cargos e funções, e pelo predomínio de uma cultura profissional ainda predominantemente masculina e hierarquizada (Veiga, 2010).

O portal Catarinas foi selecionado como objeto desta análise em virtude de sua projeção nacional e internacional na cobertura de casos envolvendo direitos reprodutivos e de seu posicionamento editorial independente. A reportagem intitulada "'Suportaria mais um pouquinho?': em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto", assinada por Guimarães et al. (2022)[2], documenta

2. A reportagem é assinada por **Paula Guimarães**, jornalista e cofundadora do Portal Catarinas, cuja atuação é voltada aos direitos humanos de meninas e mulheres, com ênfase em direitos sexuais e reprodutivos. **Bruna de Lara** é jornalista formada pela UFRJ e editora do Intercept Brasil, com trabalhos premiados nas áreas de direitos das mulheres, meio ambiente e saúde. **Tatiana Dias** é editora executiva do Intercept, com passagem por grandes veículos e trajetória marcada por reportagens de impacto sobre direitos humanos e justiça ambiental.

a audiência de 9 de maio de 2022, na qual a juíza Joana Ribeiro Zimmer atuou no sentido de retardar a realização de um aborto legal requisitado por uma criança vítima de estupro, contrariando o Código Penal (art. 128, incisos I e II) e os princípios constitucionais de 1988.

O impacto imediato da investigação jornalística teve desdobramentos no Ministério Público Federal (MPF), que assegurou a realização do aborto em 23 de junho de 2022, três dias após a publicação da matéria. A cobertura obteve ampla difusão, sendo replicada por veículos de comunicação nacionais, como G1 (Borges, 2025), Folha de S. Paulo e Carta Capital (2022), e internacionais, como New York Post e Daily Mail, todos em 2022. A rápida disseminação da reportagem e sua incorporação por múltiplos meios evidenciam seu caráter de furo jornalístico, especialmente por revisitar, de forma inédita e documentada, os elementos da audiência judicial, e por contribuir para a mobilização institucional em torno da garantia de direitos legais da vítima.

Em 2025, ano de produção deste volume comemorativo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aplicou, por unanimidade, a pena de censura à juíza Joana Ribeiro Zimmer. Segundo reportagem do G1, o CNJ entendeu que, ao tentar persuadir a criança a manter a gestação e ao determinar sua internação em um abrigo, a magistrada retardou indevidamente a realização do procedimento legal. Conforme dispõe a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (*Lei Complementar nº 35/1979*), a penalidade de censura veda a inclusão da juíza em listas de promoção por merecimento pelo período de um ano a partir da sanção (Borges, 2025).

Segundo a Diretriz sobre cuidados no aborto (OMS, 2022), o acesso ao aborto seguro contribui para o planejamento familiar,

previne procedimentos inseguros e garante os direitos reprodutivos das mulheres. O documento afirma ainda que, quando legal e acessível, o aborto atua positivamente na promoção do bem-estar feminino e na construção de sociedades mais igualitárias. A OMS também destaca que a restrição ao aborto não leva à redução do número de procedimentos, mas sim ao aumento de práticas inseguras, responsáveis por cerca de 39 mil mortes de mulheres anualmente (Jordão, 2023; OMS, 2022).

Desde 1998, o Center for Reproductive Rights compila dados legislativos de todo o mundo por meio da plataforma The World's Abortion Laws. Conforme o levantamento, cerca de 90 milhões de mulheres em idade reprodutiva vivem em 26 países onde o aborto é totalmente proibido, inclusive quando há risco à vida da gestante. A maioria desses países está situada na África, no Oriente Médio e no Sudeste Asiático. Em contrapartida, aproximadamente 359 milhões de mulheres residem em 39 países onde o aborto é permitido em situações específicas, como risco de vida, estupro ou anencefalia — como ocorre no Brasil. Além disso, 56 países permitem a interrupção da gravidez mediante solicitação da mulher, ainda que com restrições legais e prazos definidos, como na Colômbia, que descriminalizou o aborto até a 24ª semana em 2022. Outros 14 países adotam legislações que consideram fatores sociais e econômicos que afetam o bem-estar das gestantes (Center for Reproductive Rights, s.d.).

O documento também evidencia que a criminalização do aborto contribui para a perda de oportunidades educacionais e econômicas, além de aprofundar a marginalização histórica de mulheres. Órgãos internacionais de direitos humanos vêm condenando reiteradamente as leis restritivas e recomendando que os Estados garantam o acesso a

serviços seguros, descriminalizando a prática e promovendo políticas públicas que assegurem os direitos reprodutivos. O mapa global reforça que mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam maiores barreiras para acessar serviços adequados, seja por limitações financeiras, ausência de oferta pública ou necessidade de deslocamento a regiões onde o aborto é legal (Center for Reproductive Rights, s.d.).

O debate sobre o aborto no Brasil conta com a contribuição da antropóloga Débora Diniz, reconhecida pela participação nas três Pesquisas Nacionais de Aborto (PNA), realizadas em 2010, 2016 e 2021 (Diniz et al., 2010, 2017, 2023), que apresentam dados importantes sobre a prática do aborto no país. Diniz também é fundadora da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, organização que esteve envolvida na articulação de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para pleitear a legalização do aborto no Brasil (De Souza, 2021).

A reportagem intitulada "Abortos caem, mas ainda levam 2 a cada 5 mulheres ao hospital", publicada em março de 2023 no portal Gênero e Número e escrita por Schirlei Alves e Marcella Semente, baseia-se na PNA de 2021 e apresenta dados sobre o aborto no Brasil, destacando que, entre as mulheres que afirmam já ter realizado o aborto, 52% fizeram isso com 19 anos ou menos. Além disso, 43% das mulheres foram hospitalizadas devido ao procedimento, e 39% utilizaram medicamentos para abortar. Esses dados demonstram que, apesar da queda nos índices de aborto, práticas inseguras continuam a ser comuns, indicando a falta de políticas públicas adequadas para a saúde reprodutiva e a educação sexual (Alves & Semente, 2023).

A pesquisa também revela que, embora a taxa de internações hospitalares por complicações seja baixa em termos gerais,

aproximadamente meio milhão de internações por complicações obstétricas acontecem anualmente no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um quarto delas decorrente de abortos. Esses dados indicam a necessidade de políticas de saúde reprodutiva mais eficazes e acessíveis, além de uma revisão das legislações relacionadas ao aborto no Brasil (Alves & Semente, 2023). Especialistas apontam que a falta de infraestrutura nos serviços de saúde, a escassez de educação sexual nas escolas e as dificuldades no acesso a métodos contraceptivos são fatores que contribuem para essa realidade (Alves & Semente, 2023).

Portal Catarinas

Conforme informa o próprio site, o Portal Catarinas foi idealizado em 2015 por Paula Guimarães, Clarissa Peixoto e Kelly Vieira — três comunicadoras envolvidas no movimento feminista — para criar uma plataforma dedicada às pautas de gênero. Para viabilizar o projeto, foi realizada em 8 de março de 2016 uma campanha de financiamento coletivo, culminando no lançamento oficial do portal em 28 de julho de 2016, em Florianópolis (SC). A partir daí, formou-se uma equipe executiva e um conselho editorial plural para produzir conteúdo jornalístico profissional focalizado nos direitos das mulheres e em temas feministas (Portal Catarinas, s.d. -a). De acordo com sua linha editorial, o Catarinas se define como "um veículo de jornalismo independente, constituído legalmente como uma organização sem fins lucrativos" (Portal Catarinas, s.d. -b, par. 1), sediado na capital catarinense desde 2016. O site afirma praticar "jornalismo de causa, com atuação feminista e antirracista" (Portal Catarinas, s.d. -b, par. 2), voltado à afirmação dos direitos humanos para a construção de uma

sociedade mais justa e plural. Em sua abordagem, o portal "reporta e interpreta os fatos de maneira crítica, por meio da lente do feminismo interseccional", considerando as intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade e etnia nas relações sociais. A linha editorial enfatiza ainda que o Catarinas orienta-se por coalizões "antirracista, transafirmativa, anticapacitista e anticapitalista" (Portal Catarinas, s.d. -b, par. 5), evidenciando seu compromisso explícito com valores progressistas do feminismo latino-americano e a luta contra opressões múltiplas.

Figura 1

Homepage Portal Catarinas



https://catarinas.info (abril de 2025).

O Portal Catarinas encara o jornalismo como ferramenta de transformação social. Em suas palavras, interessa-lhe sobretudo a "pedagogia da pergunta" (inspirada em Paulo Freire), mantendo a conscientização e o diálogo no centro da produção jornalística (Portal Catarinas, s.d. -a, par. 10). O próprio portal declara que cabe a seus jornalistas "compreender esses tempos, questioná-los, reportá-los e

registrar a memória dos modos de vida que resistem" (Portal Catarinas, s.d. -b, par. 9). Nesse sentido, afirma também que "denuncia as injustiças, combate a cultura da violência e luta pela garantia de direitos para uma sociedade mais justa e equânime" (Portal Catarinas, s.d. -b, par. 9). Em resumo, o posicionamento editorial do Catarinas se configura como um jornalismo militante e engajado: suas reportagens buscam denunciar a violência contra as mulheres e outras violações de direitos humanos e defender pautas como o aborto legal, reafirmando seu papel como mídia independente de jornalismo feminista no Brasil (Portal Catarinas, s.d. -b).

Referencial teórico

A análise da reportagem do Portal Catarinas adota uma abordagem crítica, decolonial e feminista para compreender os processos comunicativos na América Latina, fundamentada nos estudos de Martín-Barbero (2014). Essa perspectiva parte do reconhecimento de que a modernidade eurocêntrica estabeleceu um modelo hegemônico de saber racional e universal, que frequentemente desconsidera saberes populares e subalternos, em especial aqueles vinculados às mulheres. Martín-Barbero destaca que a perseguição às bruxas, historicamente, constituiu uma tentativa sistemática de silenciamento dos saberes ancestrais e femininos, transmitidos principalmente por mulheres e relacionados à memória popular, ao corpo e às práticas de cura. Esse apagamento simbólico reverbera nas formas como o jornalismo dominante retrata e, muitas vezes, marginaliza os direitos reprodutivos das mulheres, perpetuando estruturas de exclusão e invisibilização.

Além disso, a pesquisa se ancora na teoria feminista crítica, dialogando com autoras como Simone de Beauvoir (1949), Angela Davis (1981), Donna Haraway (1995), Silvia Federici (2023) e também com o feminismo decolonial na perspectiva latino-americana, representado por Espinosa-Miñoso (2014) e González (2020). Essas autoras ressaltam a importância de compreender os entrecruzamentos de gênero, raça e classe nas experiências femininas, evidenciando os impactos históricos e estruturais do patriarcado e do colonialismo sobre os corpos e as vidas das mulheres. Essa interseccionalidade auxilia a analisar como as opressões se manifestam de maneira diferenciada, configurando realidades específicas de violência e exclusão.

A atuação do Portal Catarinas no ambiente digital está inserida na chamada quarta onda do feminismo (Da Silva et al., 2021), caracterizada pelo ativismo online e pela construção de narrativas que desafiam e buscam desestabilizar as estruturas coloniais e patriarcais vigentes. Por meio da escuta ativa das mulheres e da valorização de suas experiências, o portal contribui para a formulação de contra-narrativas que questionam as hegemonias discursivas tradicionais, promovendo a ampliação de vozes historicamente silenciadas e a defesa dos direitos reprodutivos e humanos das mulheres.

Com a consolidação da internet, o modelo de negócios do jornalismo passou por transformações profundas, favorecendo o surgimento de iniciativas independentes, entre elas portais feministas dedicados às questões de gênero. Distanciando-se da lógica comercial que domina as grandes mídias tradicionais, esses veículos se organizam a partir de práticas colaborativas e do engajamento ativo do público, configurando-se como espaços de resistência e inovação

na prática jornalística. Kikuti e Rocha (2017) destacam que tais iniciativas emergem como resposta à sub-representação das mulheres na mídia convencional e estabelecem uma nova forma de consumo cultural feminista, especialmente nas redes sociais.

Sob uma perspectiva decolonial, Ruíz-Moreno e Manrique--Villanueva (2022) apontam que o jornalismo feminista busca romper com estereótipos e promover representações plurais das mulheres, ampliando a diversidade de vozes e narrativas. Rocha (2019), ao examinar o crescimento dos meios digitais liderados por mulheres na América Latina, evidencia que esse movimento desafia a hegemonia da cultura profissional masculina ainda predominante nas redações tradicionais. Ademais, destaca que esses veículos são impulsionados por coletivos e jornalistas que abordam pautas interseccionais relacionadas a raça, gênero e diversidade.

A Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG) (https://redinternacionaldeperiodistas.org) tem concentrado esforços na proteção dessas profissionais, diante do aumento de agressões físicas, assédios e ameaças, sobretudo em contextos marcados por governos autoritários e conservadores. No Brasil, a jornalista Leila relata que os ataques no ambiente digital vêm se intensificando, afetando particularmente jornalistas e pesquisadoras que atuam na área de gênero. Veiga e Moraes (2020) analisam essas estruturas de violência como decorrentes de um histórico colonial e capitalista que perpetua desigualdades, especialmente nos países do Sul Global. A intersecção entre gênero, raça e território permite compreender melhor os desafios enfrentados pelas jornalistas feministas na América Latina.

Análise

A análise aborda a reportagem intitulada "Suportaria mais um pouquinho? Vídeo: Em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto", produzida pelo Portal Catarinas, com autoria de Guimarães, De Lara e Dias (2022). Para este capítulo, escolhi a segunda reportagem a ser analisada em minha dissertação. Nela, fiz uma análise de cada parágrafo do texto jornalístico, mas como não cabe neste capítulo apresentar a análise detalhada, optei por trazer uma tabela geral com as principais Sequências Discursivas (SD) que exemplificam os princípios de Lazar (2007).

Categoria de Análise	Sequência discursiva
Ativismo analítico feminista	SD 61 - *Além dos riscos à vida da menina, médicos também questionaram a proposta de parto antecipado. "Levar algumas semanas adiante, para nós não é uma coisa que a gente pode dizer: 'vai ser bom para os dois'. Porque, assim, [para] uma criança [de] até 27, 28 semanas de gestação, o risco é 50% de mortalidade", afirmou a médica Emarise Medeiros Paes de Andrade na audiência de 17 de maio, frisando o grande risco que criança e feto correriam."É muito menos danoso que fosse um abortamento nessa fase do que um parto [normal] ou cesárea para a idade dessa menina".* SD 64 - *O fato de a mãe e a menina reiterarem o desejo de fazer o aborto aumentou a resistência da juíza em tirar a menina do abrigo. "A situação é clara: há o risco para o bebê em gestação, como bem acentuou o curador nomeado para o bebê em gestação, e há o risco de violência psicológica com a menina", argumentou Ribeiro em um despacho de 1º de junho.*

Gênero como estrutura ideológica	SD 45 - *A ex-subprocuradora-geral da República Deborah Duprat também analisou o vídeo e destacou o fato de que a audiência se desenvolve sem a garantia de que a criança está entendendo o que se passa. "É tudo muito desconforme daquilo que se presume ser uma proteção integral à criança", disse Duprat, que classifica a audiência como "violência". "Uma criança pedindo um socorro judicial, e o socorro não veio. Veio a culpa, a criminalização, porque ela vai cometer 'um homicídio'".* SD 48 - *Em nova audiência, em 23 de maio, a juíza Ribeiro chegou a nomear um advogado como curador do feto, de modo a garantir que a criança que o carregava não acessasse o direito ao aborto legal. "Isso de curador do feto é um absurdo, não tem pé nem cabeça, não sei de onde ela tirou isso", criticou José Henrique Torres, juiz titular da 1ª Vara do Júri de Campinas.* SD 56 - *"Em um caso tão grave quanto esse, tanto faria se ela estivesse com 24 semanas. Quando a gente trata de risco de morte, não há que se falar em idade gestacional", avaliou o médico Jefferson Drezett, que por mais de 20 anos esteve à frente do serviço de aborto legal do Hospital Pérola Byington, em São Paulo. Segundo ele, a gravidez nessa idade é "sabidamente de muito alto risco", e é preciso lembrar que o risco de morte não é necessariamente iminente – ou seja, não significa que a criança esteja prestes a morrer.*
Complexidade de gênero e relações de poder	SD 02 - *Uma criança de 11 anos, grávida após ser vítima de um estupro, está sendo mantida pela justiça de Santa Catarina em um abrigo há mais de um mês para evitar que faça um aborto legal. Dois dias após a descoberta da gravidez, a menina foi levada ao hospital pela mãe para realizar o procedimento. O Código Penal permite o aborto em caso de violência sexual, sem impor qualquer limitação de semanas da gravidez e sem exigir autorização judicial. A equipe médica, no entanto, se recusou a realizar o abortamento, permitido pelas normas do hospital só até as 20 semanas. A menina estava com 22 semanas e dois dias. Foi então que o caso chegou à juíza Joana Ribeiro Zimmer.* SD 03 - *A criança, que tinha 10 anos quando foi ao hospital, corre risco a cada semana que é obrigada a levar a gestação adiante devido à sua idade, segundo laudos da equipe médica anexados ao processo e especialistas consultados pelo Intercept. Ribeiro afirmou, em despacho de 1º de junho, que a ida ao abrigo foi ordenada inicialmente para proteger a criança do agressor, mas agora havia outro motivo. "O fato é que, doravante, o risco é que a mãe efetue algum procedimento para operar a morte do bebê"*

Discurso na (des)construção do gênero	SD 09 - *As imagens dessa audiência permanecem sob sigilo judicial, mas foram enviadas ao Intercept por uma fonte anônima. Os vídeos são um raro registro da conduta de autoridades nesse tipo de audiência e mostram que, apesar de ser mencionada a possibilidade do aborto legal, prevalece a defesa da manutenção da gravidez e do parto antecipado. Os rostos da menina e da mãe, assim como suas vozes, foram alterados para preservar suas identidades.* SD 15 - *"Isso não é verdade", disse ao Intercept a jurista Deborah Duprat, ex-subprocuradora da República, que estudou a fundo o tema na época do julgamento do STF sobre o aborto em caso de anencefalia do feto. "O Código Penal permite [o aborto] em qualquer época, ainda mais em uma criança. Além do impacto psicológico, tem a questão da integridade física. É um corpo que não está preparado para gravidez", explicou a jurista.*
Reflexividade crítica como práxis	SD 69 - *Em 8 de março deste ano, a Organização Mundial de Saúde, a OMS, publicou o documento Abortion Care Guideline – em português, Diretrizes de Atenção ao Aborto –, que atualiza as recomendações para protocolos de abortamento. O órgão enfatiza que os limites gestacionais não são baseados em evidências científicas e estão associados ao aumento das taxas de mortalidade materna e a maus resultados de saúde. "Embora os métodos de aborto possam variar de acordo com a idade gestacional, a gravidez pode ser interrompida com segurança, independentemente da idade gestacional", diz o documento.* SD 73 - *Desde 2016, o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher denuncia que a gravidez infantil forçada* é um tratamento cruel e degradante, equivalente à tortura. "O estado retarda o dever legal de prestar o serviço de saúde, a ponto que não haja mais tempo para o aborto, obrigando crianças a serem mães. Mesmo que ela doe, ela vai ter parido", argumentou a advogada Sandra Lia Bazzo. "E aí vem a tortura, porque esse foi um ato que ela não procurou, que está sendo imposto ilegalmente a ela e que vai ter repercussão para o resto da vida, nos casos em que elas [as meninas grávidas] sobrevivem".

Elaboração própria.

A produção jornalística em questão assume um caráter de denúncia em formato investigativo, ao apresentar um vídeo de uma audiência na qual uma juíza de Santa Catarina é vista persuadindo uma criança vítima de violência sexual a não realizar o procedimento

de aborto legal. A reportagem é uma parceria entre o portal Catarinas, um veículo independente fundado em 2016 com viés feminista e decolonial, e outras fontes comprometidas com o jornalismo com perspectiva de gênero, que foca nos direitos das mulheres. Esse compromisso editorial alinha-se com a postura engajada de transformação social da reportagem.

Para sistematizar a análise crítica do texto, adotamos as cinco categorias definidas por Lazar (2007) para a Análise Crítica de Discurso feminista: ativismo analítico feminista, gênero como estrutura ideológica, complexidade de gênero e relações de poder, discurso na (des)construção do gênero e reflexividade crítica como práxis.

A análise busca evidenciar como a reportagem exemplifica práticas do jornalismo feminista, crítico e decolonial, conforme a fundamentação teórica já apresentada. No princípio do ativismo analítico feminista, Lazar (2007) afirma que a pesquisa feminista não busca neutralidade: ela denuncia discursos que sustentam a ordem patriarcal e visa à transformação social. A reportagem ilustra isso ao assumir um tom assumidamente contestatório. Desde o título – que chama atenção para a pergunta da juíza "Você suportaria mais um pouquinho?" – até o desenvolvimento da matéria, percebe-se um propósito claro de expor as estruturas de poder que impedem o acesso da menina a um aborto legal.

Em alinhamento com a visão editorial do portal, as autoras deixam implícito que não há neutralidade inocente: "um jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba… contribuindo com a manutenção das relações de poder já existentes e das violências geradas por elas". Tal posicionamento ativista é coerente com Lazar (2007),

para quem o trabalho acadêmico feminista deve ser visto como uma forma de ativismo intelectual. Assim, a reportagem não trata o caso passivamente nem meramente descritiva; ao contrário, engaja-se em crítica explícita das ações da magistrada e do poder judiciário, reivindicando direitos reprodutivos e pressionando por mudanças nas práticas institucionais.

Quanto ao gênero como estrutura ideológica, Lazar (2007) ressalta que o gênero funciona como um sistema hierárquico e ideológico que permeia instituições sociais. A reportagem evidencia essa dimensão ao revelar como normas patriarcais informam o caso em pauta: a justiça e a área médica reorganizam as tensões geradas pela gravidez da menina de 11 anos em função de valores ideológicos sobre maternidade e autoridade. A matéria contrasta o código penal brasileiro – que permite aborto em caso de estupro sem limite de tempo – com a decisão judicial que, sob pretexto de proteger a criança, antecipa a "morte do bebê" por meio da coação para que a mãe (na verdade, a criança grávida) desista do procedimento. Essa narrativa sublinha como discursos institucionais (judicial, médico) reapresentam relações de dominação de gênero como naturais, tal qual prevê Lazar (2007). O relato traz depoimentos e documentos que desconstroem a naturalização desse viés: ao problematizar a fala da juíza — que atribui mais valor à vida do feto do que à saúde da menina – a reportagem mostra em que medida o poder ideológico do gênero se reproduz através da linguagem oficial.

Na perspectiva da complexidade de gênero e das relações de poder, Lazar (2007) destaca que as opressões de gênero variam conforme contextos socioculturais. A reportagem incorpora essa

visão ao focalizar um caso específico: não se trata de "uma mulher qualquer", mas de uma menina em situação de extrema vulnerabilidade. A autora evidencia que a garota foi retirada de sua família e isolada em abrigo — ação que, embora justificada como proteção, reflete um exercício concentrado de poder sobre o corpo feminino e infantil. Essa abordagem comparativa reconhece que a opressão não ocorre de forma homogênea para todas as mulheres. Deste modo, a reportagem dá conta do caráter interseccional da opressão: também indica, implicitamente, que violências contra mulheres jovens e/ou de comunidades periféricas recebem tratamento diferenciado (e injusto) pelo sistema.

Além disso, a própria localização editorial do portal reforça essa complexidade de cunho decolonial: Portal Catarinas é uma mídia situada fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, que privilegia fontes locais e tem como público-alvo a região de Santa Catarina. Desse modo, a reportagem contribui para dar visibilidade a perspectivas frequentemente silenciadas, rompendo com a homogeneidade de narrativas produzidas nos centros hegemônicos.

No que tange ao discurso na (des)construção do gênero, Lazar (2007) enfatiza que o discurso é elemento-chave na manutenção ou transformação da ordem social. A reportagem explora esse potencial crítico do discurso ao conferir à narrativa um ritmo e um tom que questionam as construções tradicionais de gênero. Por exemplo, são destacadas declarações de especialistas e da equipe médica que apontam o risco à menina e criticam a postura da juíza, colocando em xeque o discurso oficial. A reportagem usa as falas institucionais de modo irônico – ao transcrever a pergunta da juíza, faz o leitor

perceber seu teor opressor – enquanto privilegia a voz das defensoras do direito ao aborto.

Por fim, na categoria da reflexividade crítica como práxis, Lazar (2007) defende que as analistas feministas devem utilizar o conhecimento adquirido para orientar ações posteriores, visando à emancipação radical. As jornalistas do portal demonstram essa postura reflexiva ao reconhecerem explicitamente seu posicionamento e objetivos. A própria reportagem indica parceria com o The Intercept Brasil, mostrando consciência de rede e o potencial mobilizador do trabalho. Ademais, o fato de o portal atualizar periodicamente o caso e evidenciar os desdobramentos legais revela uma intenção emancipatória: não basta relatar o fato, é preciso acompanhar suas consequências e pressionar por mudanças. Essa conduta coaduna-se com Lazar (2007), que associa a análise feminista a um projeto de transformação social radical, baseado em justiça e ampliação de possibilidades para todas as pessoas.

Ao final, a reportagem não se limita a fazer a crônica de um episódio, mas assume um papel de denúncia contínua das estruturas restritivas em vigor, justamente o passo discursivo que Lazar (2007) identifica como essencial para a mudança. Em conjunto, essas categorias demonstram que a reportagem se insere plenamente nas práticas do jornalismo feminista, crítico e decolonial. A reportagem revela, a partir de uma perspectiva de gênero e de classes marginalizadas, os mecanismos de opressão e estimula a ação social.

Além disso, ao operar fora do eixo tradicional da mídia brasileira e enfatizar vozes locais, a reportagem segue uma abordagem decolonial, contextualizando o problema social amplamente e questionando

hierarquias regionais. Assim, conclui-se que o portal Catarinas, por meio dessa reportagem, cumpre o papel de espaço estratégico de ação política, ao visibilizar direitos reprodutivos e confrontar as lógicas patriarcais. Em síntese crítica, o caso analisado reforça a importância do jornalismo independente feminista para ampliar pautas como o direito ao aborto e para desafiar as estruturas de poder estabelecidas, contribuindo, no Brasil e na América Latina, para a construção de narrativas mais inclusivas e emancipadoras (Lazar, 2007).

Conclusão

A análise do caso demonstra o papel do jornalismo feminista, crítico e decolonial como prática que expõe as relações de poder presentes nos fatos noticiados. A reportagem do Portal Catarinas se distancia do modelo tradicional de neutralidade ao revelar situações frequentemente ocultadas por instituições, apontando os limites da imparcialidade diante de violações de direitos fundamentais.

O posicionamento adotado na narrativa se orienta pela defesa de direitos relacionados ao corpo, à infância, à saúde e à justiça. Essa abordagem mantém a credibilidade jornalística ao alinhar a comunicação com princípios éticos e sociais.

A repercussão da denúncia ultrapassou o âmbito da opinião pública, gerando respostas institucionais, como ofícios e recomendações dirigidas ao Judiciário e ao Executivo por organizações voltadas à proteção dos direitos de mulheres e crianças. O caso também foi abordado por veículos internacionais, devido à sua relevância e aos fatos apresentados.

Esse impacto revela como o jornalismo, quando alinhado à justiça social, pode promover mudanças concretas. A reportagem analisada não apela ao sensacionalismo; sua força reside no rigor documental, na escuta qualificada e na articulação com especialistas e movimentos sociais. Trata-se de uma forma de narrar que vai além da simples descrição, convocando à ação.

Ao atuar fora dos grandes centros e dar voz a personagens que vivem nas margens das estruturas institucionais, a reportagem amplia o leque de narrativas possíveis sobre o Brasil. A territorialização do jornalismo — fundamentada nas especificidades locais — configura também um gesto político, ao revelar as variadas formas de violência institucional em contextos frequentemente invisibilizados.

O engajamento na produção e divulgação desse tipo de conteúdo expande os limites do que é entendido como notícia e do que se considera justo. O jornalismo atua aqui como instrumento de denúncia, memória e mobilização social. Não como espectador, mas como agente ativo.

É nesse contexto que se consolida um jornalismo que desafia as estruturas, disputa sentidos e transforma narrativas. A linguagem, nesse caso, não é neutra: constitui um espaço de resistência. A reportagem estudada exemplifica claramente como a comunicação pode se articular a um projeto emancipatório, com efeitos que ultrapassam o simbólico e alcançam o campo do real.

Agradecimentos

Agradeço a oportunidade de contribuir com este capítulo. De forma especial, registro minha profunda gratidão à Profa. Paula

Melani Rocha, orientadora desta pesquisa, e à Profa. Lina Manrique Villanueva, coorientadora, professora da Pontificia Universidad Javeriana e da Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto na Colômbia. Sob a orientação generosa e crítica de ambas, este trabalho alcançou solidez teórica e coerência política. Que este texto possa se somar à celebração reflexiva de uma trajetória jornalística que ousa denunciar, propor e transformar.

Referências

Alves, S., & Semente, M. (2023, março 31.). Abortos caem mas ainda levam 2 a cada 5 mulheres ao hospital. *Gênero e Número*. https://www.generonumero.media/reportagens/pesquisa-nacional-aborto-2023

Beauvoir, S. de. (1949). *Woman as other.* Social theory.

Borges, C. (2025, fevereiro 19). Juíza que tentou convencer menina de 11 anos a não abortar após estupro recebe pena de censura do CNJ. *G1*. https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/02/19/juiza-aborto-crianca-vitima-estupro-pena-censura-cnj.ghtml

Carta Capital. (2022, junho 20). Em Santa Catarina, juíza encoraja menina de 11 anos estuprada a desistir de aborto. Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/justica/em-santa-catarina-juiza-encoraja-menina-de-11-anos-estuprada-a-desistir-de-aborto

Center For Reproductive Rights. (s.d.). The world's abortion laws. Recuperado de https://reproductiverights.org/maps/worlds-abortion-laws

Crane, E. (2022, junho 21). Brazilian judge refuses abortion for 11-year-old rape victim. *New York Post*. https://nypost.com/2022/06/21/brazilian-judge-refuses-abortion-for-11-year-old-rape-victim

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

Diniz, D., Medeiros, M., & Madeiro, A. (2010). Pesquisa Nacional de Aborto. *Revista Ciência e Saúde Coletiva, 1*(15), 959-966.

Diniz, D., Medeiros, M., & Madeiro, A. (2017). Pesquisa nacional de aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva, 22*, 653-660.

Diniz, D., Medeiros, M., & Madeiro, A. (2023). Aborto e raça no Brasil, Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. *Ciência & Saúde Coletiva, 28*, 3085-3092.

De Souza, S. A. (2021). Leis de combate a violência contra a mulher na América Latina: uma breve abordagem histórica. *XXVII Simpósio Nacional de História, 22*.

Espinosa-Miñoso, Y. (2014). Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El cotidiano*, (184).

Federici, S. (2023). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.* Editora Elefante.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

Guimarães, P., Alves, T., & Dias, J. (2022). "Suportaria mais um pouquinho?" Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto. *Portal Catarinas; The Intercept Brasil*.

Jordão, P. (2023, setembro 22). Aborto é legalizado em 77 países mediante apenas solicitação; confira quais. CNN. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aborto-e-legalizado-em-77-paises-mediante-apenas-solicitacao-confira-quais

Haraway, D. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza.* Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer.

Kikuti, A., & Rocha, P. M. (2018). *Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil* [Trabalho apresentado]. 16º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, SP, Brasil.

Lazar, M. M. (2007). Feminist critical discourse analysis: Articulating a feminist discourse praxis. *Critical Discourse Studies, 4*(2), 141-164.

Martín-Barbero, J. (2014). Diversidade em convergência. *Revista Matrizes, 2*(8).

Organização Mundial da Saúde. (2022). Diretriz sobre cuidados no aborto: resumo. Recuperado de https://iris.who.int/handle/10665/355465

Pinto, A. F. M. (2014). *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. Selo Negro. Summus.

Portal Catarinas. (s.d. -a). Sobre nós. Recuperado de https://catarinas.info/sobre-nos/

Portal Catarinas. (s.d. - b). *Jornalismo que mete a colher.* Linha Editorial. Recuperado de https://catarinas.info/linha-editorial

Rocha, P. M. (2019). *A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção: as transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas* [Monografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)].

Rocha, P. M., & Woitowicz, K. J. (2018). As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão. In G. S. Bianchi, P. M. Rocha, & K. J. Woitowicz (Orgs.), *Gênero, Mídia & Lutas Sociais*. Editora UEPG.

Ruíz-Moreno, S. L., & Manrique-Villanueva, L. M. (2022). *Mujeres, comunicación y cambio social*. Editoras académicas.

Veiga, M., & Moraes, F. (2020). *Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo* [Trabalho apresentado]. XXIX Encontro Anual da Compós, Campo Grande, MS, Brasil.

Woitowicz, K. J. (2019). Direito à comunicação e ativismo feminista: A construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica. *Alceu, 39*(39).

As epistemologias feministas no jornalismo: um olhar sobre três portais na Cobertura Eleitoral de 2022[1]

Jaqueline Andriolli Silva

As epistemologias feministas têm desafiado, por muitos anos, os métodos tradicionais de conhecimento, especialmente aqueles que se apresentam como neutros, objetivos e universais. Na esfera do jornalismo, essa crítica se torna ainda mais evidente ao expor como os discursos da mídia estão imersos em relações de poder que organizam a sociedade — como patriarcado, racismo, capitalismo e colonialismo. Neste capítulo, proponho uma reflexão sobre de que maneira as perspectivas epistemológicas feministas, particularmente aquelas baseadas em experiências negras e interseccionais, podem orientar uma análise crítica da cobertura jornalística acerca de mulheres na

1. Pesquisa de Mestrado defendida em 2024, sob orientação da Profª Drª Karina Janz Woitowicz e linha de pesquisa Processos Jornalísticos e Práticas Sociais.

política. A discussão começa com a compreensão de que o jornalismo, ao contrário de ser apenas um reflexo da realidade, está envolvido na construção de significados sobre o mundo social, influenciando as visões sobre quem são os verdadeiros sujeitos políticos.

A análise apresentada neste capítulo inicia com uma crítica à branquitude como a voz dominante no jornalismo, o que historicamente resultou na invisibilidade ou distorção das experiências de mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+. A epistemologia feminista negra, ao enfatizar a importância da experiência localizada e das vozes marginalizadas como fontes de conhecimento, oferece um instrumento teórico poderoso para questionar as hierarquias dentro do jornalismo e para conceber práticas de produção de informação que desafiem a hegemonia. Nesse contexto, entender como o jornalismo feminista tem abordado a política de mulheres é essencial para examinar os limites do campo e identificar oportunidades de mudança.

Este capítulo apresenta uma síntese da minha dissertação de mestrado, intitulada *"Mulheres na Política: os enquadramentos da cobertura alternativa jornalística feminista sobre as eleições de 2022"*, defendida no início de 2024, além de atualizações teóricas desenvolvidas ao longo da minha pesquisa de doutorado. O trabalho consistiu em uma análise de enquadramento das publicações produzidas durante o período eleitoral de 2022 por três portais de jornalismo feminista no Brasil: *Catarinas* (https://catarinas.info), *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia* (https://nosmulheresdaperiferia.com.br). A escolha desses veículos foi orientada por sua identificação pública com os princípios do feminismo interseccional, sua atuação comprometida com os direitos humanos e sua busca por tensionar os paradigmas tradicionais do jornalismo hegemônico. Foram

analisadas 49 publicações, entre reportagens e entrevistas com foco na representação de mulheres como candidatas, militantes, eleitoras ou lideranças políticas.

A interseccionalidade, nesta análise, é utilizada como uma ferramenta teórica e metodológica crucial para identificar como as coberturas jornalísticas criam ou contestam representações simplistas e universalizantes acerca de "as mulheres". Mais do que um conceito meramente descritivo, a interseccionalidade é vista como uma abordagem epistêmica que demanda atenção às maneiras como raça, classe, gênero, sexualidade e território se entrelaçam na formação do discurso. Ao aplicar essa estrutura analítica à avaliação de enquadramentos jornalísticos, é possível identificar quais vozes são enfatizadas, silenciadas ou marginalizadas nas narrativas sobre a política institucional.

A análise identificou três enquadramentos centrais mobilizados pelas reportagens: (1) "Mulheres são o futuro na política", (2) "A falha é do sistema político", e (3) "Ele não: contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro". Esses enquadramentos revelam como os portais buscaram visibilizar a presença e a diversidade das mulheres na política, ao mesmo tempo em que denunciaram as barreiras estruturais à sua participação e se posicionaram criticamente frente ao contexto político marcado pelo avanço da extrema direita. Ao discutir essas estratégias narrativas, este capítulo argumenta que os portais analisados constroem não apenas uma cobertura jornalística, mas também uma proposta epistêmica que disputa os sentidos do próprio fazer jornalístico.

Ao longo da análise, sustento que esses veículos operam a partir de uma postura epistemológica situada, que reconhece a política do

conhecimento e o lugar de fala como elementos constitutivos da prática jornalística. Com isso, contribuem para a ampliação das fronteiras do campo e para a construção de novas formas de narrar o político. Este capítulo, portanto, se inscreve no esforço de consolidar metodologias de pesquisa jornalística alinhadas aos princípios das epistemologias feministas e interseccionais, reafirmando o potencial transformador de um jornalismo comprometido.

Os estudos de gênero acompanham minha trajetória desde a graduação em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O feminismo, entendido como teoria crítica e prática libertadora, representa também o acúmulo de saberes construídos por mulheres que desafiaram a aparente normalidade do mundo, assumindo o gesto corajoso de pensar contra as estruturas estabelecidas. Essa perspectiva também está presente no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Gênero da UEPG, por meio da atuação comprometida de professoras, alunas e pesquisadoras ao longo dos anos. Trata-se de uma história marcada por pesquisa, extensão e formação que contribuiu — e continua contribuindo — para a construção de trajetórias intelectuais, éticas e profissionais. Foi nesse espaço que me formei enquanto jornalista e pesquisadora, o que me impulsionou ao doutorado. Durante o Mestrado em Jornalismo, tive a oportunidade de acompanhar e participar mais de perto das atividades do grupo, e hoje me orgulho em afirmar que fiz parte dessa caminhada coletiva.

Como nos ensinam os estudos feministas, tudo é político: as oportunidades, os acessos, os recursos e também os silêncios. A máxima de que o pessoal é político não se esgota em denunciar, mas exige olhar para quem ocupa os espaços de poder – quem legisla,

quem decide, quem projeta o futuro. Esses espaços, historicamente, são ocupados por homens, brancos, heterossexuais, casados. A política institucional, portanto, é moldada para eles e por eles. É a partir dessa compreensão – de que a conta não fecha para as mulheres num sistema político ainda hegemonicamente masculino e branco – que se estrutura esta pesquisa. Mais do que apontar desigualdades, trata-se de refletir sobre iniciativas jornalísticas comprometidas em visibilizar sujeitos e grupos historicamente marginalizados pela grande mídia, e, com isso, também pensar a cobertura jornalística feminista como potência de transformação.

Epistemologias feministas e o jornalismo como prática situada

As epistemologias feministas têm como uma de suas principais contribuições a crítica ao modelo tradicional de produção de conhecimento, historicamente legitimado como neutro, objetivo e universal. Nesse contexto, a crítica à ciência ocupa lugar central (Sardenberg, 1999), ao questionar os pressupostos da ciência moderna ocidental — sobretudo sua pretensão de universalidade e imparcialidade. As feministas denunciam a exclusão histórica das mulheres nos processos de produção científica, criticando tanto suas bases teóricas quanto os objetos de investigação e os critérios de validação do saber (Sardenberg, 1999). As ciências feministas, ao se constituírem como práxis, mantêm vínculos estreitos com os movimentos sociais e políticos, buscando legitimidade epistêmica por meio de saberes corporificados e politizados.

Contudo, o acesso a esse saber feminista, seja como sujeito epistêmico ou como objeto de estudo, foi inicialmente restrito às

mulheres brancas. Essa exclusão foi denunciada por pensadoras negras, que, a partir do feminismo negro, questionaram a noção de uma "mulher universal" – conceito este que reproduz a mesma lógica da ciência moderna ao silenciar diferenças estruturais entre as mulheres. Como observa Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. 111), "o feminismo teve que recorrer a certas formas de validação de conhecimentos, aceitando e sendo parte do dispositivo saber/poder através do qual se estabelece uma fronteira entre o que é um saber legítimo e o que não é".

As feministas negras apontam a importância de integrar os marcadores de raça e classe às análises de gênero, desafiando o privilégio epistêmico das mulheres brancas no campo feminista e científico (Miñoso, 2020). No contexto estadunidense, Sojourner Truth[2] já denunciava essa exclusão desde o século XIX, no âmbito dos movimentos abolicionistas e pelos direitos civis, ao evidenciar que mulheres negras vivenciam de forma entrecruzada as opressões de raça e gênero, o que dificulta sua separação analítica. Carla Akotirene (2019) destaca a perspicácia crítica do pensamento de Truth, que antecipou em décadas as críticas ao racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo.

Teóricas como Sandra Harding (1987), Patricia Hill Collins (1999) e bell hooks (2019) sustentam que o conhecimento criado sob a pretensão de ser imparcial, na verdade, reflete as perspectivas dos grupos no poder — homens brancos, heterossexuais e da classe média ou alta —, levando a uma invisibilidade de outros modos de saber.

2. Considerada pioneira do feminismo negro, Sojouner Truth, nasceu acorrentada pela escravidão, foi importante ativista abolicionista e lutou direitos das mulheres negras no século XIX. O discurso "Eu não sou uma mulher", foi proferido por ela durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, em 1851 (Akotirene, 2019).

Em contrapartida, as epistemologias feministas introduzem a ideia de "conhecimento situado" (Haraway, 1995), que considera os contextos sociais, históricos e políticos de quem gera esse conhecimento. Esse ponto de vista valoriza vivências como fontes legítimas de conhecimento, especialmente quando vêm de indivíduos historicamente excluídos, como mulheres negras, indígenas, de áreas periféricas e da comunidade LGBTQIAPN+. Ao invés de desmerecer a parcialidade, essas abordagens defendem o situamento como uma ferramenta de crítica e resistência.

Donna Haraway (1995), uma das autoras feministas mais referenciadas em estudos sobre jornalismo no Brasil[3], propõe uma nova interpretação de objetividade, subvertendo as ideias convencionais ligadas à ciência positivista. Segundo Haraway, o conhecimento é sempre uma construção parcial, contextual e corporal, ou seja, moldado pela vivência e pela posição social do sujeito que produz o saber. Sua ideia de "objetividade corporificada" desafia a concepção de uma perspectiva objetiva e distanciada, reconhecendo como questões como gênero, raça, classe e linguagem influenciam a formação do conhecimento. Essa visão é essencial para refletir sobre o jornalismo, cuja objetividade continua intimamente ligada à tradição positivista, que prioriza o distanciamento, a neutralidade e a técnica como critérios de legitimidade (Sponholz, 2009).

No campo da comunicação, pensar a partir das epistemologias feministas implica questionar as formas hegemônicas de narrar

3. Pesquisa realizada pela própria autora em 2024, com o objetivo de investigar teses e dissertações (2013-2023) que exploram portais jornalísticos feministas brasileiros. O corpus de análise foi composto por 16 dissertações e 2 teses, também foi objetivo coletar a sistematizar autoras e principais reflexões sobre gênero e feminismo que apareciam no resumo e na introdução dos trabalhos.

o mundo. Exige, ainda, refletir sobre o lugar da pesquisadora e os efeitos políticos de sua análise. Esta pesquisa, portanto, não busca uma pretensa neutralidade metodológica, mas se orienta por uma ética comprometida com a justiça social, a equidade e a ampliação de vozes no debate público. Considera, inclusive, o silenciamento sistemático das epistemologias negras no jornalismo, reforçado por um padrão de produção de conhecimento colonizado, fundado em estruturas racistas, capitalistas, patriarcais e eurocentradas. O jornalismo, assim como a ciência, não está imune a valores e subjetividades — o que demonstra que a linguagem neutra e o distanciamento do objeto não garantem a isenção das práticas jornalísticas frente aos vícios coloniais.

Grada Kilomba (2019) descreve como a marginalidade e o silêncio são impostos aos grupos subalternizados. Ainda que mulheres negras produzam saberes complexos e profundos, esses conhecimentos não são reconhecidos como legítimos. A crítica de Kilomba evidencia que o silenciamento não se dá pela interdição da fala, mas pela ausência de escuta, pelo deslegitimar sistemático de suas vozes, frequentemente reduzidas à militância e não reconhecidas como epistemologia. Ela também destaca o preconceito contra saberes produzidos fora da academia, reforçando a lógica colonial que separa ciência de experiência vivida: "Fazer essas perguntas é importante porque o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras" (Kilomba, 2019, p. 50).

A "Outridade" imposta às mulheres negras opera por meio da desvalorização de suas produções, da apropriação indevida de discursos e da usurpação do lugar de fala por sujeitos brancos. O conhecimento

não europeu é frequentemente desqualificado como prática alternativa, destituído do mesmo status das formas tradicionais de produção científica. Como escreve Kilomba:

> Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico. [...] Essas não são simples categorizações semânticas; elas possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e preserva a supremacia branca. (Kilomba, 2019, p. 52)

Essas limitações têm efeitos diretos na cobertura midiática. Ainda que temas como assédio sexual, desigualdade salarial ou violência doméstica estejam mais presentes na agenda pública, a violência racializada, o genocídio da juventude negra e o encarceramento em massa permanecem em segundo plano. Exemplo disso é o recorte racial invisibilizado em matérias sobre feminicídio: embora mulheres negras representem 62% das vítimas (Bom Dia Brasil, 2023), essa informação raramente é destacada, apagando os atravessamentos entre raça, classe e gênero.

A sociedade brasileira, influenciada pela ilusão da democracia racial e pela ideia de miscigenação, sofre as consequências de um esforço de embranquecimento que resulta na eliminação da ancestralidade, da cultura e do saber negro — que são continuamente desvalorizados pela branquitude. Dessa forma, é essencial um feminismo que leve em consideração a história do Brasil e as necessidades específicas das mulheres negras — tanto na atuação política como na produção acadêmica e na prática jornalística. Conforme Gonzalez (2020, p. 68) menciona, as mulheres negras sentem a urgência de criar análises, ao invés de apenas reproduzir os modelos e discursos predominantes das ciências.

Gonzalez sugere um feminismo afro-latino-americano, que emerge das contradições que coexistem nos movimentos negro e feminista, que muitas vezes não conseguem abordar questões que são simultaneamente negras e feministas. “Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde [...] a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (Gonzalez, 2020, p. 129).

A partir do feminismo negro, torna-se possível interrogar as limitações raciais do jornalismo feminista e do jornalismo em geral. Como analisa Maria Aparecida Bento (2022), a branquitude funciona como um sistema de poder que define quais narrativas têm legitimidade e quais serão silenciadas: “Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

A branquitude, portanto, limita a presença de mulheres negras nos meios jornalísticos e define quais temas serão abordados, como serão contados e por quem. Assim, mesmo pautas essenciais como violência doméstica, feminicídio, divisão sexual do trabalho e aborto são frequentemente tratadas sem considerar as desigualdades de raça e classe. O acesso à informação — inclusive em portais jornalísticos feministas — ainda é desigual. O jornalismo feminista, apesar de sua importância, precisa ampliar seu escopo e se comprometer com epistemologias negras para realmente representar a diversidade das experiências femininas.

A partir dessas contribuições teóricas, torna-se possível deslocar o olhar sobre o jornalismo para além de suas supostas neutralidade e

universalidade, reconhecendo-o como prática situada e atravessada por relações de poder. Essa perspectiva orientou também a escolha metodológica deste trabalho, que busca articular análise de enquadramento com uma abordagem fundamentada nas epistemologias feministas e interseccionais.

Interseccionalidade como lente analítica

A interseccionalidade é uma lente analítica que evidencia a imbricação entre raça, gênero, classe, sexualidade e outros marcadores sociais, reconhecendo que esses eixos não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam nas experiências sociais e estruturas de poder. O termo foi cunhado pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, no ensaio "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics" (1989). Crenshaw argumenta que os sistemas jurídicos, teóricos e políticos frequentemente negligenciam as experiências das mulheres negras ao tratarem raça e gênero como categorias separadas, ignorando as interações entre diferentes formas de subordinação.

No contexto brasileiro, autoras como Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019) e Carla Akotirene (2019) apontam que pensar interseccionalmente implica, sobretudo, centralizar as experiências das mulheres negras como sujeitos epistêmicos e não apenas como objetos de análise. Esse gesto rompe com a perspectiva universalizante da categoria "mulher", frequentemente restrita às vivências de mulheres brancas de classe média. Gonzalez, por exemplo, já articulava, desde os anos 1980, os efeitos combinados do racismo, do sexismo

e da exploração capitalista. Suas contribuições, embora anteriores à nomeação do conceito, são fundamentais para a genealogia da interseccionalidade em território latino-americano.

Carla Akotirene (2019), ao sistematizar o conceito em sua obra *Interseccionalidade*, destaca sua potência teórico-metodológica e sua relevância no enfrentamento à colonialidade do saber. Para a autora, a interseccionalidade oferece uma crítica política fundamental ao revelar a colisão entre estruturas de dominação que operam de forma simultânea e interdependente. Trata-se, assim, de uma ferramenta analítica que permite desvelar como sistemas de opressão constroem desigualdades e moldam posições sociais específicas (Crenshaw, 2002). Ao refletir sobre a aplicação do conceito no Brasil, Akotirene também ressalta a importância de uma orientação geopolítica que reconheça os efeitos da colonialidade nas Américas, afirmando que "a interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem" (2019, p. 24).

Apesar da apropriação crescente do termo em diversos espaços acadêmicos e institucionais, Akotirene (2019) alerta que sua potência crítica só se mantém quando articulada à radicalidade do feminismo negro decolonial. Caso contrário, há o risco de a interseccionalidade ser esvaziada, apoiando contradições históricas e silenciando pontos de vista subalternos. Nesse sentido, compreendê-la apenas como um "somatório de marcadores" compromete sua capacidade de produzir deslocamentos epistêmicos e políticos.

No jornalismo, a interseccionalidade se apresenta como um instrumento crítico para analisar as representações midiáticas e as assimetrias de poder que as atravessam. Ela possibilita não apenas identificar se as mulheres estão presentes nas narrativas jornalísticas, mas também questionar quais mulheres são visibilizadas, de que maneira são retratadas e quais vozes permanecem ausentes. Nesta pesquisa, a interseccionalidade foi mobilizada como lente transversal à análise, articulando-se com os enquadramentos jornalísticos e com os pressupostos das epistemologias feministas para evidenciar silêncios, resistências e estratégias discursivas.

Enquadramentos jornalísticos: definição e operacionalização

A análise de enquadramentos (*framing*) foi escolhida como ferramenta metodológica para investigar como os portais de jornalismo feminista abordaram a participação política de mulheres nas eleições de 2022. O conceito, conforme formulado por Robert Entman (1994), refere-se ao processo de seleção e ênfase de certos aspectos da realidade, com o objetivo de promover interpretações específicas. Enquadrar, nesse sentido, significa organizar o discurso de modo a oferecer definições de problemas, diagnósticos de causas, julgamentos morais e proposições de soluções. Trata-se, portanto, de um mecanismo central para a construção de sentido no jornalismo.

Erving Goffman (2012) foi um dos primeiros a sistematizar a noção de enquadramento ao afirmar que todos os indivíduos recorrem a "quadros" para interpretar o mundo ao seu redor. Esses quadros não são neutros: ao selecionar e organizar a realidade, refletem perspectivas específicas, que podem variar conforme o ponto de vista, os interesses

ou a posição social dos sujeitos envolvidos. Assim, os enquadramentos operam como estruturas cognitivas e simbólicas que organizam a percepção social e moldam a recepção das mensagens jornalísticas.

Na pesquisa em questão, a análise de enquadramentos permitiu identificar tanto os quadros temáticos — como aqueles centrados na violência política de gênero, na representatividade ou nas propostas de campanha — quanto os enquadramentos interseccionais, que tensionam abordagens universalizantes ao evidenciar marcadores como raça, classe, gênero e território. Nesse sentido, buscou-se compreender como as reportagens constroem sentidos sobre as mulheres na política, e que vozes ou experiências são destacadas ou omitidas.

Autores como William Gamson (2011), ao estudar os efeitos dos enquadramentos na mídia de massa, enfatizam o papel da cultura e das lutas políticas na produção dos significados. A mídia, segundo Gamson (2011), organiza seus discursos por meio de "pacotes interpretativos" que orientam a leitura dos fatos e dialogam com valores compartilhados socialmente. A contribuição de Gamson é retomada por Porto (2004), que destaca a importância de considerar a conjuntura política e cultural na análise dos quadros noticiosos, assim como sua relação com disputas ideológicas. Pesquisas brasileiras também têm demonstrado o vínculo entre enquadramentos e os processos de construção da esfera pública (Gomes, 2008; Vimieiro, 2010). Para esses autores, os enquadramentos são formas simbólicas de poder e podem ser utilizados estrategicamente por atores sociais e políticos. Quadros, portanto, não são estruturas estáticas: eles podem ser transformados ao longo do tempo e nos embates entre diferentes vozes.

No âmbito político, a análise de enquadramentos está diretamente relacionada à deliberação pública — compreendida como espaço coletivo de debate e tomada de decisões (Pan & Kosicki, 2001). Esses autores afirmam que os enquadramentos exercem papel central na formulação das questões e nos modos como os problemas públicos são representados na arena midiática e política. Essa abordagem contribui para compreender o jornalismo não apenas como veículo de informação, mas como ator na disputa por sentidos na esfera pública.

Nesta pesquisa, os enquadramentos foram analisados em articulação com as epistemologias feministas, a fim de identificar silenciamentos, apagamentos e resistências nas narrativas midiáticas. A perspectiva interseccional, nesse contexto, permitiu problematizar a produção jornalística que se apresenta como neutra e universal, mas que frequentemente invisibiliza as múltiplas experiências de mulheres negras, periféricas, indígenas ou LGBTQIA+. A análise, assim, buscou evidenciar como o jornalismo feminista pode construir enquadramentos que valorizam outras vozes, saberes e modos de existir.

Critérios de seleção dos portais, das matérias analisadas e resultados

A escolha dos três portais de jornalismo feminista analisados nesta pesquisa — *Portal Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia* — foi orientada por critérios que dialogam diretamente com os pressupostos teóricos e a centralidade das epistemologias feministas e da interseccionalidade. Tais veículos foram selecionados por se posicionarem publicamente como iniciativas comprometidas com perspectivas críticas de gênero, raça e classe, e por atuarem

com foco em direitos humanos, participação política e produção de narrativas a partir de olhares não hegemônicos. Apesar de apresentarem perfis distintos — quanto à estrutura organizacional, modelos de financiamento e estratégias comunicacionais —, compartilham o objetivo comum de tensionar as formas tradicionais de produção jornalística e oferecer alternativas ao discurso dominante veiculado pela grande mídia.

A presença de um compromisso explícito com o feminismo interseccional foi decisiva para a seleção. O *Portal Catarinas*, criado em 2016, atua como uma plataforma de jornalismo especializado em gênero e direitos humanos, com forte presença regional em Florianópolis e municípios do entorno, em Santa Catarina. O *Gênero e Número* (https://www.generonumero.media), também fundado em 2016, adota uma abordagem baseada na interpretação de dados e investigações jornalísticas em escala nacional, com foco na intersecção entre gênero, raça e produção de informação qualificada. Já o *Nós, Mulheres da Periferia*, criado em 2014, surgiu como um coletivo e consolidou-se como uma empresa jornalística baseada em São Paulo, pautando-se por uma proposta de jornalismo periférico e engajado com as discussões sobre classe, raça, gênero e território.

A amostra de matérias foi definida com base em dois critérios principais: temporal e temático. O recorte temporal considerou o período das eleições de 2022, com ênfase nos meses de agosto a outubro, etapa mais intensa da cobertura eleitoral. Já o critério temático priorizou publicações que abordassem diretamente a participação de mulheres na política institucional, seja na condição de candidatas, militantes, eleitoras ou apoiadoras. No total, foram encontradas

72 publicações no *Portal Catarinas*, das quais 24 abordavam o tema das eleições. O *Nós, Mulheres da Periferia* publicou 27 conteúdos no período, sendo 15 diretamente relacionados às eleições. O *Gênero e Número* apresentou 15 reportagens, das quais 10 foram selecionadas por sua aderência temática. Dessa forma, o corpus final de análise foi composto por 49 publicações. Após a coleta, o material foi agrupado em três eixos temáticos, a fim de identificar tendências de cobertura e aproximações entre os portais: divulgação de candidaturas ou sobre candidaturas (24); oposição ao governo Bolsonaro ou à pessoa Bolsonaro (16); e informações sobre sistema e contexto político eleitoral (9).

A seleção do material levou ainda em consideração a diversidade dos sujeitos representados nas publicações — especialmente em termos de raça, identidade de gênero, orientação sexual e localização geográfica — em consonância com o compromisso da pesquisa com uma leitura interseccional. A análise buscou mapear não apenas o que foi dito sobre as mulheres na política, mas também quais mulheres foram visibilizadas pelas narrativas jornalísticas. Assim, o foco não esteve em alcançar uma representação estatística da cobertura eleitoral, mas em identificar práticas discursivas e editoriais que reproduzam ou desafiem os enquadramentos hegemônicos sobre gênero, raça e poder.

A escolha dos portais e das matérias analisadas, portanto, foi orientada por uma postura epistemológica situada, que reconhece o lugar social da pesquisadora na construção do objeto e reafirma o compromisso com a produção de conhecimento crítico, engajado e transformador. Essa perspectiva guiou não apenas a definição do corpus, mas também a interpretação dos dados, permitindo observar como os

veículos analisados contribuíram para reposicionar as mulheres como sujeitos políticos legítimos.

A análise identificou três enquadramentos adotados pelos portais, nomeados nesta pesquisa como:

1. **"Mulheres são o futuro na política"** – que destaca candidaturas femininas e aposta na renovação política a partir da presença de mulheres;
2. **"A falha é do sistema político"** – que denuncia as barreiras estruturais à participação feminina e os entraves institucionais à representatividade;
3. **"Ele não: contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro"** – que articula críticas ao autoritarismo e à misoginia presentes no discurso bolsonarista, evidenciando o posicionamento político dos veículos.

Embora esses enquadramentos estejam vinculados à divisão dos eixos temáticos mencionados anteriormente, muitas reportagens migraram para outros enquadramentos à medida que a problemática e o sentido de cada publicação foram identificados. A análise revelou o empenho dos três portais em visibilizar as mulheres nas eleições de 2022 e em tensionar os limites do discurso político tradicional, oferecendo outras formas de narrar, interpretar e disputar os sentidos da presença feminina na política institucional.

Apesar das semelhanças de cobertura, é possível identificar que o enquadramento 1 foi o principal viés de cobertura sobre as eleições de 2022 para o *Portal Catarinas*. A maior quantidade de publicações também indicou maior variedade de temáticas trazidas principalmente pelas candidatas entrevistadas durante a campanha do primeiro turno. Mesmo com menor número de publicações, o *Gênero e Número* e

o *Nós, Mulheres da Periferia,* se assemelham no entendimento da importância da divulgação e defesa da representação de mais mulheres na política, sejam elas negras, indígenas, trans e defensoras das pautas feministas e de gênero. O enquadramento 2 surgiu a partir da identificação das reportagens mais abrangentes sobre o contexto das eleições. O *Gênero e Número*, por trabalhar mais com pautas frias e dados de pesquisas e do TSE, se destacou no enquadramento. Apesar da quantidade de reportagens não ser representativa, o total de cinco publicações se destacou para o portal na comparação com os outros enquadramentos. Já o *Nós* se destaca pela maneira direta como o portal se posicionou, colocando o candidato do PL como "anticristão" e "autocrático" (*Nós, Mulheres da Periferia*, 2022). O governo Bolsonaro e o bolsonarismo foram problematizados diversas vezes e colocados como causa para os problemas no contexto político eleitoral de 2022.

A partir dos dados e das interpretações expostas por este trabalho, foi possível identificar o viés político presente em todas as publicações feitas pelos três portais durante a campanha eleitoral de 2022 e sobre as eleições que ocorreram naquele período. Além disso, foi possível perceber suas semelhanças, no uso quase exclusivo de fontes mulheres especializadas, enquanto referências do fato e notáveis. Durante o processo de coleta foi possível verificar a diversidade de fontes, temáticas e problematizações. Ficou claro que as análises de enquadramento convencionais, que aplicam a categoria "personagem" para entender as fontes, não seriam suficientes. Por isso, foi necessário buscar outras formas de olhar para essa diversidade de fontes.

Nessa etapa, o enquadramento cruzou-se com as teorias feministas e de gênero, com a interseccionalidade, permitindo uma

compreensão mais profunda dos cruzamentos e estruturas que identificam o porquê determinadas pessoas ocupam o papel de fonte em uma reportagem específica, dentro de um assunto determinado. Isso reflete o enquadramento nas escolhas que os portais tomam a cada etapa do processo de construção da notícia, desde a seleção do título até a escolha das vozes que serão incluídas na reportagem. Um exemplo claro disso é a escolha dos portais de mobilizar com menor frequência fontes empresariais, institucionais e oficiais, como evidenciado no detalhamento sobre os eixos temáticos desta dissertação.

A identificação da interseccionalidade como um objetivo específico partiu da necessidade de compreender a categoria analítica gênero e mulheres como experiências atravessadas por raça, classe, etnia e outros marcadores da vida social de cada uma. Foi possível determinar que essa preocupação é compartilhada pelos três portais, ao identificar os locais de fala de cada fonte. Seja na apresentação das candidatas, na introdução de cada fonte especializada ou na própria problematização da pauta, incluindo o uso de infográficos e subtópicos dentro do texto.

No caso do portal *Nós, Mulheres da Periferia*, o cruzamento entre gênero, raça e classe é considerado premissa fundamental, pois o ponto de vista, a atuação e o ativismo provêm de mulheres negras da periferia. Isso significa que a construção da imagem feminina na política para esses portais perpassa preocupações que vão além de dados estatísticos sobre homens e mulheres, no sentido binário. Os veículos também transcendem a exclusiva divulgação de propostas e promessas de campanha de cada candidato e de competição entre eles, comum no jornalismo político tradicional. Além disso, foi observado que a

imparcialidade não faz parte da atuação desses jornalismos e nem é uma preocupação. Os enquadramentos demonstraram um claro posicionamento político, entendendo que cumprir a função social de informar requer considerar estruturas racistas e capitalistas, além dos contextos políticos de cada ano eleitoral.

Considerações finais

Os resultados da investigação ressaltaram o impacto significativo do jornalismo feminista na promoção das candidaturas femininas e no fortalecimento democrático através da representação ativa das mulheres. A análise das reportagens publicadas nos portais concentrou-se em descrever como essas fontes de informação buscaram influenciar e destacar o papel das mulheres durante as Eleições de 2022. Ao examinar os dados, tornou-se evidente a missão dos veículos em não apenas destacar a presença de candidatas femininas, mas também em questionar as desigualdades subjacentes na participação política das mulheres. Apesar das propostas distintas, das diferentes localidades e origens das produtoras, é evidente que as temáticas abordadas nos três veículos são transversais, demonstrando um entendimento comum das demandas tanto da cobertura política quanto ativista. As similaridades aparecem na recusa aos consensos, na ampliação de vozes, até mesmo no tratamento das fontes, refletindo também a função social jornalística de informar e formar mentes, direcionar ações, inserir demandas e construir representações sociais.

Refletir sobre o jornalismo ativista e feminista dentro desse cenário brasileiro é identificar seu papel na amplificação de vozes e na identificação das desigualdades sociais. Considerando que a

reivindicação de direitos constitui a principal motivação para a criação desses periódicos, as jornalistas direcionaram questões para as entrevistadas que abordaram temáticas, assim como na identificação de políticas de permanência e ações afirmativas para mulheres dentro da política. É crucial destacar o papel da mídia na criação efetiva de espaços de poder, bem como seu potencial na construção de representatividade pelos movimentos sociais e na apropriação das tecnologias. O jornalismo participa do processo de construção das representações que é diretamente influenciado pela cultura social, nesse sentido, ele pode ajudar na manutenção das estruturas ou questioná-las, apontando tensionamentos.

O posicionamento político dos portais também é evidenciado através de realces em frases, uso de intertítulos e adjetivos. Como aponta as teorias sobre o enquadramento, a mídia e o jornalismo possuem pacotes de interpretação da realidade, que indicam símbolos e direcionam interpretações. Eles participam da construção do senso comum, nesse sentido, a isenção, a imparcialidade e a neutralidade são critérios que mais ajudam a manter as desigualdades do que evidenciá-las e contribuir para combatê-las. Com esse entendimento, os portais alternativos analisados neste trabalho já possuem o princípio de se posicionar na realidade social e a partir disso trabalhar na divulgação de informações.

Esta pesquisa, de natureza experimental, representa a primeira aplicação da metodologia de enquadramento no jornalismo feminista. Durante esse processo, foram implementados passos iniciais, bem como adaptações e transposições de metodologias de outras pesquisas de enquadramento. As literaturas sobre enquadramento apontam sobre

a necessidade encontrar dentro da mídia os posicionamentos diante da realidade noticiada. Esse foi um ponto de partida para entender o diferencial dos portais feministas e para estabelecer diferenças dentro do processo metodológico.

Percebe-se as relações entre os portais, especialmente suas abordagens ao trazer temáticas, passando pelos três eixos temáticos identificados e pelos três enquadramentos. Os resultados revelam a valiosa contribuição do jornalismo ao elevar as candidaturas femininas como uma questão de relevância na esfera pública. O esforço foi direcionado para considerar a possibilidade de integrar o ativismo à atividade jornalística. Investigar como portais jornalísticos abordaram a presença de mulheres na política é também um exercício de compreender uma vertente do jornalismo que, ao longo da última década, ganhou fôlego e visibilidade. É uma forma de olhar para a profissão em sua dimensão engajada, comprometida com a transformação social. Assim, esta pesquisa busca contribuir para o fortalecimento do diálogo entre jornalismo, gênero e política, oferecendo um olhar analítico sobre práticas jornalísticas alternativas feministas por meio de um trabalho empírico ancorado em referenciais teóricos críticos.

É importante também reforçar a base de construção dos estudos de gênero no jornalismo, fortalecido pela prática alternativa em colaboração com as universidades do país por meio de pesquisas de gênero. Os portais demonstraram um comprometimento sólido com os preceitos éticos do campo jornalístico, unindo forças para desafiar os padrões estabelecidos por meio da perspectiva feminista, antirracista e interseccional. Acredito que esta pesquisa tem o potencial de abrir caminhos para a redefinição das práticas jornalísticas, transcendendo

o que foi convencionalmente estabelecido como o único e legítimo modelo.

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação pessoal e política: como o jornalismo, prática historicamente comprometida com a mediação da realidade, representa — ou deixa de representar — as mulheres na política? Ao longo do processo, o encontro com os estudos feministas e a epistemologia feminista transformou essa inquietação em um compromisso investigativo que buscou deslocar o olhar do que falta na cobertura tradicional para o que é possível nas práticas contra-hegemônicas de narrar o mundo. Por fim, encerrar esta pesquisa é também reconhecer os atravessamentos que ela mobilizou. Agradeço profundamente ao grupo de pesquisa pelo qual tive a honra de transitar durante tantos anos, espaço que foi essencial para a maturação desta investigação e para o meu crescimento como pesquisadora. A convivência com colegas e orientadoras(es) nesse coletivo foi não apenas formativa, mas também afetiva e política — uma verdadeira experiência de produção de conhecimento compartilhado.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade* (Série Feminismos Plurais, Coord. Djamila Ribeiro). Sueli Carneiro; Pólen.

Bento, M. A. S. (2022). *O pacto da branquitude.* Companhia das Letras.

Bom Dia Brasil, no G1. (2023, março, 29). Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta Anistia Internacional. *Geledés*. https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-representam-62-das-vitimas-de-feminicidio-no-brasil-aponta-anistia-internacional

Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Bazar do Tempo.

Collins, P. H. (1999). *Fighting words. Black women and the search for justice.* University of Minnesota Press.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas, 10*(1), 175, 2002. https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0

Crenshaw, K. (2006). Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Kvinder, Køn & Forskning,* (2-3). https://doi.org/10.7146/kkf.v0i2-3.28090

Entman, R. M. (1994). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication, 43*(4), 51-58.

Espinosa-Miñoso, Y. (2020). Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Bazar do Tempo.

Gamson, W. (2011). *Falando de política.* Autêntica Editora.

Gomes, W. (2008). Da discussão à visibilidade. In W. Gomes, & R. C. M. Maia (Eds.), *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas* (pp.117-162). Paulus.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.* Zahar.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* (5).

Harding, S. (1987). *Feminism and methodology: social science issues.* Indiana University Press.

hooks, b. (2019). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.* WMF Martins Fontes.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: episódios de racismo quotidiano.* Ed Cobogó.

Pan, Z., & Kosicki, G. M. (2001). Framing as a Strategic Action in Public Deliberation. In S. D. Reese, O. H. Gandy, & A. Grant (Orgs.), *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life.* Lawrence Erlbaum Publishers.

Porto, M. (2004). *Comunicação e política: conceitos e abordagens.* Edufba.

Sardenberg, C. (1999). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista**?** *Revista Estudos Feministas, 7*(2), 381-395. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20FInal%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf

Sponholz, L. (2009). *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: além do espelho e das construções.* Insular.

Vimieiro, A. C. S. C. (2010). *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira* (1960-2008). UFMG.

Fortalecimento comunitário, direitos das mulheres e comunicação popular: um relato das ações extensionistas do projeto Alô, Mulheres! na Ocupação Ericson John Duarte

Amanda Lima Crissi
Elaine Barcellos de Araújo
Indianara Priscila dos Santos
Karina Janz Woitowicz

A extensão universitária, entendida como um dos pilares da universidade pública brasileira, constitui-se como espaço privilegiado para a construção de saberes que articulam teoria e prática, aproximando instituições acadêmicas e comunidades vulnerabilizadas. Neste contexto, o projeto de extensão "Alô, Mulheres!: O empoderamento de mulheres da ocupação Ericson Duarte em Ponta Grossa via práticas sociais de comunicação na instrumentalização da garantia aos direitos

humanos e do cumprimento de políticas públicas"[1] desenvolveu, ao longo dos anos de 2023 e 2024, uma série de atividades na Ocupação Ericson John Duarte, com o objetivo de fortalecer o protagonismo das mulheres, promover ações de comunicação comunitária[2] e contribuir para a ampliação dos direitos sociais e culturais das moradoras.

É importante considerar que o projeto Alô Mulheres surge de iniciativas de aproximação com a comunidade Ericson John Duarte desenvolvidas no curso de Jornalismo da UEPG por meio do projeto Elos – Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã e do programa Agência de Jornalismo desde que teve início a ocupação, em dezembro de 2021. A comunidade abriga cerca de 350 famílias no Parque Andorinhas e conta com a organização do Movimento Popular de Luta (MPL) Ponta Grossa[3].

A partir da constatação da participação efetiva das mulheres em todo o processo organizativo da luta pela moradia, surge a proposta de desenvolver um projeto voltado a atuar junto às mulheres na proposição de espaços de formação e de diálogo, fortalecendo os vínculos comunitários e o acesso a direitos.

---

1. O projeto contou com apoio de bolsistas da Fundação Araucária para a sua realização ao longo de dois anos (2023 a 2025) por meio do edital Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança da Fundação Araucária (SETI/ Governo do Paraná).
2. Cicilia Peruzzo apresenta o seguinte conceito de comunicação comunitária: "A comunicação comunitária é uma das formas de exercitar o direito à comunicação. Pode ser denominada também de comunicação participativa, popular, horizontal ou alternativa, entre outras expressões, para se referir ao processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil" (2008, p. 02).
3. A trajetória de luta da comunidade está registrada no documentário Ocupa Ponta Grossa: direito à moradia na ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa/PR (Elos UEPG, 2023), produzido pelos projetos Elos – Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã e Alô Mulheres.

Este texto, em forma de relato de experiência, busca apresentar a trajetória do projeto no período, evidenciando os principais desafios, conquistas e metodologias aplicadas. A análise parte da descrição das ações realizadas e propõe uma reflexão sobre a importância da comunicação comunitária como ferramenta emancipatória em contextos de vulnerabilidade social.

1. Noções de comunicação comunitária no contexto da sociedade em rede

A experiência extensionista aqui relatada pressupõe o reconhecimento de alguns conceitos que constituem a base das ações desenvolvidas junto à comunidade. Para tanto, recuperamos a concepção de Peruzzo acerca da cidadania, que sob o olhar do direito internacional,

> diz respeito à nacionalidade: o direito de pertencer a uma nação. Para além dessa noção, cidadania incorpora a garantia de se ter:
> a) proteção legal - na perspectiva da igualdade, como a de que todos são iguais perante a lei;
> b) o direito de locomover-se - ir de um lugar para o outro livremente;
> c) participação política - votar e ser votado, interferir na vida política;
> d) direito de expressão. (Peruzzo, 2013, p. 207)

De acordo com a concepção liberal do conceito, existe uma individualização contextualizada, principalmente quando a autora constata uma separação entre as esferas pública e privada. Há uma valorização ao indivíduo em detrimento ao coletivo, resultando na concentração nos direitos da pessoa individualmente e, consequentemente, desmobilizando o agrupamento e a ação social e política.

Interessa entender a cidadania como um direito coletivo que, favorecendo o desenvolvimento da individualidade, pressupõe a ação política e sua socialização. Tendo como suporte uma legislação que procura levar em conta os princípios de igualdade e de liberdade, ela implica não só em direitos do indivíduo, mas também seus deveres na sociedade (Peruzzo, 2013).

Assim, com base na defesa de direitos da coletividade, constrói-se a relação entre os movimentos sociais e a comunicação popular entre os séculos XX e XXI como espaços de fortalecimento das lutas por direitos. As minorias têm se manifestado ao longo do tempo por melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que ocupam espaços de participação democrática para ancorar a luta coletiva.

Cicilia Peruzzo assegura que "a comunicação popular e comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas sempre denota uma comunicação que tem o povo como protagonista principal e como destinatário" (2008, p. 375). Ou seja, um modo de expressão de uma comunidade, cujos sujeitos se articulam em torno de suas necessidades e manifestam seus interesses.

Neste cenário de lutas, a comunicação popular e comunitária se estabelece e se desenvolve por meio da participação cidadã, criando conteúdos que denunciam, reivindicam e criticam, fazendo dos movimentos de cidadania palcos que expressam os sentimentos, angústias, sonhos e opiniões de organizações populares, que buscam por uma sociedade plural e justa.

O princípio da democratização do acesso e das condições de produção em comunicação está associado também ao processo de apropriação tecnológica, sobretudo na atualidade, quando se constata

a ampliação de canais no ambiente das redes. Entende-se que o reconhecimento das potencialidades midiáticas e a capacitação para o desenvolvimento de produção de conteúdos de interesse coletivo possam viabilizar a aproximação entre as demandas da ocupação e conhecimento sobre a realidade vivenciada pelos(as) moradores(as). O exemplo a seguir ilustra o uso das redes sociais pelo movimento de moradia em Ponta Grossa:

Figura 1

Print do perfil MPL-PG com registro de conquista da comunidade



MPL Movimento Popular de Luta - PG (2025).

Pelas redes sociais, o Movimento Popular de Luta (MPL-PG), organização política e representativa dos moradores da ocupação, divulgou uma conquista importante da comunidade: investimento federal na ordem de R$ 15 milhões para o Plano de Desenvolvimento

Comunitário, garantidos dentro do projeto Novo PAC da União, que deve ser implantado e desenvolvido pelos órgãos públicos parceiros dos(as) moradores(as) da Ocupação Ericson John Duarte. Na imagem acima, o MPL-PG registra a presença massiva da comunidade na sede da associação para o anúncio dos recursos que devem viabilizar parte da infraestrutura urbana no loteamento: "Essa vitória é resultado da luta coletiva e da parceria entre o poder público, a Prefeitura, o Judiciário, a Universidade e o Movimento Popular de Luta (MPL). Juntos, mostramos que quando o povo se organiza, conquista!" (MPL, 2025).

Manuel Castells (2005), em seus estudos sobre sociedade em rede, desperta para a apropriação dos instrumentos de comunicação pelos(as) agentes. A organização social nas últimas décadas, articulada com base em redes sociais e plataformas digitais, que operam por meio de tecnologias da informação e da comunicação, acaba por criar ou encontrar caminhos flexíveis, adaptáveis e descentralizados para os ativismos. O interessante neste processo é que cada grupo minorizado acaba se conectando em redes, transformando os modelos verticais tradicionais. Esses nós interconectados, que podem ser pessoas, instituições ou sistemas, trazem em sua lógica a possibilidade de incluir ou excluir, principalmente quem não está orientado sob a mesma lógica.

O Movimento Popular de Luta em Ponta Grossa, por consequência de suas lutas e articulações, colhe atualmente os resultados do movimento por habitação digna, na área urbana, priorizando os laços comunitários entre moradores(as) da ocupação na identificação de demandas e no processo de organização interno, ao mesmo tempo que estabelece conexões em rede com instituições parceiras e aliados(as) das causas coletivas.

Nesse sentido, a publicidade sobre as vitórias da comunidade é acolhida por espaços online mantidos pelas lideranças. A comunicação desses agentes sociais não depende dos meios de comunicação tradicionais. Hoje, com o acréscimo tecnológico, as ferramentas midiáticas da sociedade em rede reconfiguraram processos de participação. Ao alcance das mãos, pelo uso de celulares, tablets e computadores, cada integrante tem acesso a blogs, redes sociais e plataformas digitais que permitem que esses indivíduos se comuniquem diretamente com o seu público-alvo. Isso é parte da transformação que os diversos processos envolvidos estão vivendo, sejam eles político, econômico ou social.

Ainda segundo Castells (2013), "em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço físico". É a partir deste processo que se constituem comunidades instantâneas, cujas práticas são transformadoras. Este novo espaço público, em rede, entre tantos outros, também é um espaço de comunicação autônomo. E a autonomia se torna a essência dos movimentos sociais, pois permite ao movimento que se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder em todas as esferas da sociedade. Essas transformações que os ativistas fazem no ecossistema midiático, ao se apropriarem de ferramentas de comunicação para propagarem seus conteúdos (Salaverría et al., 2010), remete ao fenômeno da convergência midiática como processo tecnológico e também ideológico.

Pelo exposto, considera-se que as experiências de atuação junto à comunidade, a partir de iniciativas variadas, têm os parâmetros

da comunicação comunitária e popular e o contexto de apropriação tecnológica em tempos de convergência como cenário para a participação social, conforme descrito a seguir.

2. Ações do projeto Alô, Mulheres!

Este texto caracteriza-se como um relato de experiência do projeto Alô, Mulheres, com viés descritivo baseado na sistematização das atividades realizadas na Ocupação Ericson John Duarte entre os anos de 2023 e 2024. Os dados foram coletados por meio do registro sistemático das ações, incluindo relatórios, fotografias, vídeos e atas de reuniões, além do acompanhamento direto da equipe extensionista. A análise fundamenta-se na perspectiva da comunicação popular e comunitária (Peruzzo, 2009) e na concepção freireana de educação emancipatória (Freire, 1996).

As ações desenvolvidas, que envolvem rodas de mulheres, oficinas, oferta de serviços, campanhas e atividades culturais, estão registradas no Instagram do projeto Alô Mulheres (Projeto Alô Mulheres — UEPG, s.d.).

2.1 Articulação inicial e inserção na comunidade

Nas primeiras reuniões do projeto, a equipe extensionista deparou-se com o desafio de identificar estratégias adequadas para adentrar a Ocupação Ericson John Duarte, de forma respeitosa e efetiva, garantindo que a aproximação inicial fosse pautada pelo diálogo. Conforme destaca Freire (1996), o processo educativo emancipatório pressupõe a construção de relações horizontais, nas quais a escuta ativa

e o reconhecimento das necessidades reais do grupo são fundamentais para estabelecer vínculos sólidos.

Diante dessa compreensão, optou-se por iniciar as ações a partir de uma demanda concreta apontada pelos próprios moradores: a elaboração e impressão de currículos. Muitos relataram não possuir computador, desconhecer o processo de criação do documento ou não dispor de recursos financeiros para impressão, o que dificultava o acesso a oportunidades de trabalho. Assim, a proposta atendeu simultaneamente a uma necessidade prática da comunidade e à estratégia do projeto de conhecer os moradores individualmente.

A ação consistiu em percorrer as casas da ocupação, coletando dados e dialogando com as famílias, para posteriormente digitar e entregar os currículos impressos. Esse contato porta a porta possibilitou não apenas a prestação de um serviço imediato, mas também o estabelecimento de uma relação de confiança e proximidade, constituindo o pontapé inicial para a inserção efetiva do projeto na comunidade. Essa etapa de aproximação abriu caminho para que, nos meses seguintes, fossem desenvolvidas ações formativas e culturais mais amplas, consolidando a presença do projeto na comunidade.

Neste mesmo caminho foram dados os primeiros passos para a formação sociopolítica e cidadã das(os) moradoras(os) da Ocupação Ericson John Duarte, em Ponta Grossa (PR). Um estímulo à adoção dos processos de comunicação e educação de cada participante do projeto extensionista, cujos atores fomentavam as relações e as inter-relações entre estes dois campos do conhecimento. Em seus estudos sobre comunicação comunitária e educação para a cidadania, Cicilia Peruzzo (2013) destaca alguns conceitos sobre cidadania, que facilitam

a compreensão sobre a prática dos movimentos sociais, em especial a qual nos referenciamos neste trabalho. A Associação Ericson John Duarte luta por moradia urbana com acesso a serviços básicos como saúde, saneamento básico, iluminação pública, transporte coletivo e educação, demandas que foram reconhecidas durante as visitas regulares à comunidade para a aproximação com as mulheres da comunidade e o planejamento das ações.

2.2 Círculos de cuidado: rodas de gestantes e rodas de mulheres

As rodas de gestantes surgiram como uma das primeiras ações voltadas especificamente para mulheres da comunidade, motivadas tanto pela demanda identificada nas conversas iniciais com as moradoras quanto por uma percepção feita durante o trabalho de elaboração de currículos. Enquanto a equipe percorria as casas para coletar dados e conversar com os(as) moradores(as), tornou-se evidente a presença significativa de gestantes na Ocupação, o que reforçou a ideia de criar um espaço direcionado para esse público. Acreditávamos que, além de responder a uma necessidade concreta, esse espaço teria potencial para reunir um número expressivo de mulheres e fortalecer os vínculos entre elas e o projeto.

Ao longo desse processo, criamos também o grupo de WhatsApp "Mulheres Ocupação – Alô Mulheres", que hoje (2025) conta com 64 membros. Sempre que novas participantes chegavam, anotávamos seus contatos e as adicionávamos ao grupo. O que começou como um canal para divulgação dos encontros e oficinas acabou se tornando um espaço de comunicação cotidiana entre as próprias mulheres, fortalecendo vínculos e redes de apoio. Mesmo após o encerramento

do projeto, o grupo permaneceu ativo e segue como um ponto dos de referência para a comunidade, servindo para compartilhar informações sobre cadastros de serviços sociais, oportunidades de emprego, compra e venda de produtos, castração de animais e notícias locais. O grupo virtual foi fundamental para que o trabalho continuasse e serviu como ponte entre a equipe e as mulheres da comunidade.

As rodas de mulheres promoveram trocas sobre temas próprios da gestação como cuidados com a saúde, direitos reprodutivos, maternidade e bem-estar, mas também funcionaram como porta de entrada para outras experiências coletivas de diálogo. O apoio de parcerias como o Coletivo de Doulas e o Hospital Universitário Materno-Infantil (HUMAI) de Ponta Grossa foram fundamentais para oferecer informações qualificadas e acessíveis que viabilizaram a participação efetiva das mulheres nos encontros.

A fim de potencializar o alcance e a participação, foi organizada uma campanha para arrecadação de itens destinados a bebês e gestantes, que, ao serem entregues durante os encontros, contribuíram para criar um ambiente acolhedor e solidário. Contudo, mais do que a entrega de itens materiais, o que se construiu foi um espaço simbólico de partilha, no qual cada mulher pôde narrar sua própria trajetória e encontrar ressonância nas histórias das demais.

Inspiradas nas metodologias de círculos de leitura e conversa, as atividades incorporaram a literatura como elemento disparador de reflexões, aproximando-se da perspectiva de Colomer (2007) sobre a passagem do individual ao coletivo pela leitura compartilhada. Textos de autoria feminina, como os de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo foram lidos e discutidos, estabelecendo pontes entre as

vivências das participantes e narrativas que abordam ancestralidade, ciclos de vida, alegrias e desafios de ser mulher. Essa combinação entre literatura e maternidade mostrou-se um recurso potente para conectar mulheres da comunidade, valorizar seus saberes e reforçar a noção de que suas histórias merecem ser contadas e preservadas.

Com o tempo, as rodas de gestantes evoluíram para rodas de mulheres, ampliando o escopo temático e integrando debates sobre saúde, direitos, autocuidado, sororidade e memória coletiva. Nessas novas configurações, a metodologia manteve o caráter horizontal e participativo, com momentos de diálogos, atividades artísticas e produção de textos.

2.3 Produção e lançamento livro Fiandeiras

O livro *Fiandeiras* nasceu como resultado de uma série de encontros formativos realizados com as mulheres em maio de 2024, tendo como suporte a Cartonera, uma técnica de produção editorial artesanal que utiliza papelão reciclado como capa, pintada e montada manualmente. Antes de começarmos a produção, conversamos sobre a história das editoras cartoneras no mundo e no Brasil, explicando como surgiram como uma forma independente e coletiva de publicar, dando voz a quem muitas vezes fica fora do mercado editorial tradicional.

Foi assim que, em parceria com o Coletivo Fiandeiras, que atua com literatura feita por e para mulheres, iniciamos o processo de escrita. Primeiro, escutamos o que cada uma queria contar; ouvimos memórias, dores e conquistas. Depois orientamos no processo de escrita; o resultado foi a criação de narrativas preciosas, como "Maria", por exemplo, que conta da distância forçada entre pai e filha, fruto

de conflitos familiares, mas que mantém viva a presença do afeto; "A Sobrevivente", de Sabrine Foclis Machado, transforma dez anos de violência doméstica em um manifesto de resistência; e "Chegando a Felicidade" reflete sobre a busca incessante por acolhimento e cura.

A experiência materializa o que Antonio Candido defende em *O direito à literatura* (2004): o acesso à produção e fruição literária não é luxo, mas um direito humano fundamental, tão necessário quanto o direito à alimentação ou à moradia, pois amplia nossa percepção de mundo e nossa capacidade de imaginar outros futuros. É a mesma convicção que atravessa a obra e a vida de Carolina Maria de Jesus, que mesmo em condições de pobreza extrema via na literatura um espaço de liberdade, autoconhecimento e denúncia, escrevendo para registrar a própria existência e resistência.

Realizamos um encontro de lançamento do livro com as autoras, preparamos lanches e entregamos um exemplar a cada participante; todas as histórias foram digitadas, revisadas e reunidas em um volume cartonera, preservando o caráter único de cada capa e de cada texto.

As mulheres da Ocupação Ericson John Duarte, mesmo diante de tantas dificuldades, assim como Carolina Maria de Jesus, produziram literatura. Cada texto e cada página cartonera carregam não apenas histórias pessoais, mas a prova de que a criação artística floresce mesmo em territórios marcados pelas ausências e que, quando encontra espaço, se torna um ato de resistência e de afirmação de vida.

2.4 Oficinas de Comunicação Comunitária: projeto Luz, Câmera, Ocupação!

Em maio de 2024, teve início o projeto *Luz, Câmera, Ocupação!*, composto por quatro oficinas voltadas à capacitação das

moradoras em técnicas de fotografia, produção audiovisual, gravação de áudio e uso de redes sociais. As oficinas buscaram instrumentalizar as mulheres para que pudessem narrar e documentar suas próprias histórias, fortalecendo o protagonismo comunitário e ampliando sua presença no espaço público (Crissi & Woitowicz, 2024).

Ao longo das quatro oficinas — fotografia, áudio, audiovisual e redes sociais —, a metodologia foi gradativamente ajustada para potencializar a interação e a autonomia das participantes. Inicialmente, na oficina de fotografia, observou-se uma dinâmica mais expositiva, com a equipe apresentando conceitos técnicos como enquadramento, iluminação e composição. Ainda que as mulheres tenham demonstrado interesse, ficou evidente certo distanciamento entre a equipe e o grupo. Esse aspecto foi fundamental para repensar a condução das atividades, dando origem a uma abordagem mais horizontal e dialógica nas oficinas subsequentes.

A partir da oficina de áudio, percebeu-se uma mudança significativa: a disposição em círculo e a valorização da troca oral de experiências possibilitaram um ambiente mais acolhedor e participativo. Esse formato não apenas aproximou as mulheres da equipe, mas também fortaleceu o protagonismo das participantes, que se sentiram estimuladas a discutir os usos cotidianos da comunicação, identificar problemas locais e pensar soluções coletivas. O surgimento espontâneo do Ocupacast, um podcast criado pelas mulheres para abordar a questão do acúmulo de lixo na comunidade, exemplifica como a oficina extrapolou o caráter técnico para se transformar em uma ferramenta concreta de mobilização social e fortalecimento da comunicação popular.

Nas oficinas seguintes, a prática da troca de saberes consolidou-se como elemento central da metodologia. A oficina de audiovisual, por exemplo, estimulou a reflexão sobre o uso cotidiano dos vídeos, ao mesmo tempo que apresentou técnicas básicas de cinematografia. O exercício coletivo de conceber e produzir um vídeo para divulgar a própria oficina demonstra o fortalecimento da autonomia comunicacional das mulheres, que passaram a se ver não apenas como receptoras, mas como produtoras ativas de conteúdo para as redes.

Esse processo culminou na oficina sobre redes sociais, que registrou a maior participação de mulheres e revelou, de forma concreta, os impactos das oficinas na vida comunitária. O uso das técnicas aprendidas para documentar e divulgar o evento de assinatura do termo de cessão do terreno — um marco histórico para a Ocupação — é emblemático do empoderamento comunicacional das participantes. O registro da fala da prefeita e a cobertura do evento, feitas pelas próprias moradoras, demonstram uma apropriação estratégica das ferramentas de mídia como instrumentos de resistência, memória e luta social, conforme assinala Peruzzo (2004). As mulheres que participaram das oficinas aplicaram, na prática, os conhecimentos adquiridos, registrando o evento e compartilhando-o nas redes sociais, evidenciando a potência das formações realizadas.

Além do desenvolvimento de habilidades técnicas, as oficinas promoveram um processo de fortalecimento das relações interpessoais e do sentimento de pertencimento à comunidade. A colaboração entre as mulheres, que se apoiaram mutuamente na aprendizagem e na execução das atividades, reforça a perspectiva da comunicação comunitária como prática de transformação social e de valorização das vozes historicamente silenciadas.

Assim, a experiência das oficinas revela que a comunicação, quando apropriada de maneira crítica e participativa, pode funcionar como uma poderosa ferramenta de fortalecimento comunitário, contribuindo para o protagonismo das mulheres da Ocupação e para a visibilidade de suas lutas e conquistas.

Em todas as oficinas, as crianças da Ocupação foram envolvidas em atividades recreativas, o que possibilitou às mulheres maior tranquilidade e dedicação durante as formações.

2.5 Planejamento contínuo, ações interdisciplinares e parcerias

O projeto pautou-se por uma lógica de planejamento e avaliação contínuos, com reuniões periódicas após cada atividade. Esses momentos permitiram ajustar estratégias, considerar as demandas expressas pela comunidade e identificar novas possibilidades de atuação. Entre as demandas levantadas, destacaram-se a necessidade de mutirões de cidadania, atendimento jurídico e a retomada das rodas de gestantes.

No segundo semestre de 2024, o projeto intensificou suas ações interdisciplinares, realizando parcerias com os cursos de Serviço Social, Direito e Medicina da UEPG. Destacam-se o apoio a mutirões de cidadania e saúde, oficinas promovidas pelo Serviço Social, oferta de assistência jurídica e assistencial e ações conjuntas no âmbito da campanha Setembro Amarelo.

O Núcleo Maria da Penha, o Núcleo de Estudos em Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) e o Núcleo de Prática Jurídica estiveram presentes na comunidade em duas tardes para orientar a população. Na mesma ocasião, o projeto viabilizou a parceria com o curso de Medicina, o CRAS móvel e o ônibus da

Vacina para oferecer serviços de saúde e assistência. Os(as) moradores(as) e as crianças foram acolhidos com atividades como rodas de conversa e brincadeiras.

2.6 Cultura, lazer e educação: o CineDuarte

O projeto também investiu em atividades culturais, como o *CineDuarte*, sessões de cinema comunitário voltadas a crianças e adolescentes da Ocupação. As exibições de filmes como *Vida de Inseto*, que fala sobre desigualdade, trabalho em grupo e mostra o valor de uma amizade*; Divertidamente*, que faz uma reflexão de como os sentimentos interferem em cada fase da vida; e *Os Croods*, que traz assuntos como família e união, foram acompanhadas de rodas de conversa sobre emoções, vínculos familiares e resiliência, constituindo-se como espaços de reflexão e fortalecimento dos laços comunitários.

O Cine DuArte teve uma média de 30 crianças em cada sessão e todos os filmes foram acompanhados de lanche (pipoca ou cachorro-quente, doces e refrigerantes), proporcionando uma experiência agradável e interativa, além de um espaço de integração entre as crianças e as mulheres da comunidade.

2.7 Mobilização social e campanhas solidárias

Ao longo do ano, o projeto organizou e apoiou campanhas solidárias, como a arrecadação de itens de inverno, de brinquedos para o Dia das Crianças e para o Natal, chocolates para a Páscoa e, regularmente, arrecadações de itens de higiene pessoal para as mulheres da ocupação. As ações festivas realizadas na comunidade, e que

acompanhavam as campanhas solidárias, foram fundamentais para fortalecer o vínculo com as pessoas e afirmar a presença da universidade pública como parceira na promoção da cidadania.

O projeto também foi um apoiador do Dia de Autocuidado para as mulheres da comunidade (ação pelo Dia das Mulheres com oferta de serviços como manicure, maquiagem, design de sobrancelha, tranças, etc). A equipe do Alô Mulheres foi responsável pela coleta das doações e pela compra de itens, bem como pelo apoio aos eventos realizados na comunidade, parceria que se mantém mesmo após o encerramento do projeto.

3. Considerações finais

A trajetória do projeto Alô, Mulheres! ao longo dos anos de 2023 e 2024 na Ocupação Ericson John Duarte demonstra a potência da extensão universitária como instrumento de transformação social e fortalecimento comunitário. Trabalhando com metodologias participativas, o projeto contribuiu para o empoderamento das mulheres, ampliou o acesso à informação e promoveu a apropriação das tecnologias de comunicação pela comunidade.

As ações desenvolvidas evidenciam a centralidade da comunicação comunitária como ferramenta de resistência e afirmação de direitos, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e vulnerabilidades habitacionais. Além disso, o trabalho conjunto com outras áreas reforçou a importância da interdisciplinaridade nas ações extensionistas como uma forma de suprir demandas da comunidade de forma holística. Marca do projeto desde o início – com a participação de docentes e estudantes dos cursos de Jornalismo, Direito,

Serviço Social e Letras –, a articulação entre saberes, bem como o estabelecimento de parcerias com agentes e instituições sociais, foram desafios que, no Alô Mulheres, operaram como elemento agregador para uma relação dialógica e propositiva.

Por fim, destaca-se que o compromisso ético-político da extensão universitária, materializado nas ações do Alô, Mulheres!, reafirma a função social da universidade pública na sociedade. Entende-se que, guardadas as dificuldades, o projeto proporcionou a aproximação com a comunidade local e resultou em ações efetivas de melhoria das condições de vida das mulheres, estimulando seu protagonismo e acesso a informações sobre direitos. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que são muitas as demandas de uma comunidade, sobretudo quando se trata de uma população em condição de vulnerabilidade social, o que escancara os limites do trabalho realizado e projeta a necessidade de uma maior presença da Universidade neste local.

Do ponto de vista da participação da equipe, fica o aprendizado decorrente do contato com uma realidade diversa, do exercício do diálogo e da alteridade, fundamentais para romper com determinados preconceitos. Além disso, o reconhecimento de que a universidade deve contribuir de maneira afetiva com a sociedade, numa relação de igualdade e troca de experiências. Considera-se, portanto, que as informações e serviços construídos junto às mulheres contribuíram, em alguma medida, para viabilizar o acesso a direitos, fortalecer os vínculos entre a comunidade e reivindicar melhores condições de vida para aqueles e aquelas que lutam por moradia e dignidade.

Referências

Candido, A. (2004). *Vários escritos.* Duas cidades.

Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à Política. In M. Castells, & G. Cardoso (Orgs.), *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política* (pp. 17-30). Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.* Zahar.

Colomer, T. (2007). *Andar entre livros: a leitura literária na escola.* Global.

Crissi, A. C. L., & Woitowicz, K. J. (2024). *Comunicação popular e apropriação tecnológica: A experiência do projeto Alô Mulheres sob a perspectiva da folkcomunicação* [Trabalho apresentado]. 47o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Balneário Camboriú, SC, Brasilhttps://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/0724202416391866a15866b1bce.pdf

Elos UEPG. (2023, agosto 28). *Ocupa Ponta Grossa. Direito à moradia na Ocupação Ericson John Duarte* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=QbMvcpMKInI

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* Paz e Terra.

Jesus, C. M. de. (2014). *Quarto de despejo: diário de uma favelada.* Ática.

MPL Movimento Popular de Luta - PG [@mpl-pg]. (2025, julho 27). *Ontem foi dia de celebrar mais uma grande conquista da nossa comunidade!* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/DMoVwD1xP3d/

Peruzzo, C. M. K. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Palabra Clave, 11*(2).

Peruzzo, C. M. K. (2013). Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. *Comunicação & Informação, 2*(2), 205-228, 2013. https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22855

Projeto Alô Mulheres — UEPG [@alomulheres.uepg]. (s.d.). *Posts* [Instagram profile]. Instagram. Recuperado em 2025, março 12 de https://www.instagram.com/alomulheres.uepg

Salaverría, R., García-Avilés, J. A., & Masip, P. (2010). Concepto de convergencia periodística. In X. L. García, & X. Pereira (Orgs.), *Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España* (pp. 41-64). Universidad de Santiago, Servicio de Publicaciones.

Quem fala sobre o feminicídio na Revista Donna? Uma análise de sujeitos e temas a partir da Lei nº 13.104/2015 com base no GMMP[1]

Carina dos Reis

Para quem uma revista feminina é escrita? Qual seu público? Historicamente, um veículo jornalístico direcionado às mulheres é compreendido como um instrumento de manutenção e reforço do comportamento social esperado para as mulheres, sobretudo aquelas que ocupavam espaços correspondentes ao lar, como donas de casa, mães e esposas, por meio de dicas e manuais que as instruíam a "aperfeiçoar-se" para os outros. No entanto, ao longo de sua modernização com alto volume de páginas e fotografias que incentivam além do consumo e beleza, houve pequenas rupturas num sistema que seguia,

1. Pesquisa referente à dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) na linha Processos Jornalísticos e Práticas Sociais sob orientação da Profª Drª Paula Melani Rocha.

no século XX, padrões da mídia tradicional ambientando pelo conservadorismo e machismo.

Um desses esforços para a quebra de estigmas aos temas tratados para as mulheres parte da Revista Claudia com a jornalista e psicóloga Carmen da Silva, que em 1963 começa a escrever para a coluna "A Arte de Ser Mulher", na qual abordou solidão, machismo, relacionamento e divórcio, trabalho feminino, entre outras temáticas até então invisibilizadas em suplementos para o público feminino (Scalzo, 2003). Na década de 1970, o sexo – até então ausente entre as páginas – passou a integrar as pautas da Revista Nova para ser atrelado à saúde, à liberdade do corpo e aos desejos, de acordo com levantamentos históricos de Dulcídia Buitoni (2009). A pesquisadora, ao apresentar dados sobre a criação das revistas femininas e os avanços ocorridos pelos veículos no Brasil, afirma que os suplementos servem para a construção das identidades das mulheres, por isso baseados em formatos que corroboram na manutenção social.

Diante disso, lanço a seguinte pergunta: Uma revista feminina pode ser considerada ainda influente no comportamento das mulheres? Aqui entendo que todo veículo jornalístico possui um potencial de influenciar e pautar temas e debates, uma vez que o jornalismo integra e retrata o conhecimento social. Outra ressalva é que as mulheres são múltiplas e não correspondem a um sujeito universal. Nesse sentido, o jornalismo, por meio dos seus produtos e formatos, pode desempenhar tanto um papel educativo, quanto reforçar e reproduzir a ordem social, suas ideias e ideologias (Genro Filho, 2007).

Partindo dessa compreensão, realizei um estudo sobre o tratamento jornalístico da Revista Donna a partir da implementação da

Lei nº 13.104/2015[2], nomeada como Lei do Feminicídio. Com problema de pesquisa proposto, busquei compreender como um suplemento feminino, pertencente a um grupo tradicional de mídia, trata o feminicídio. Segundo a antropóloga feminista Rita Laura Segato (2006), o termo figura-se como um crime de ódio e misoginia, pois demonstra a aversão a tudo que pertence ao feminino, sendo um crime de poder que busca a manutenção da reprodução de poder e domínio. Por isso, há o intuito nesta pesquisa de contribuir para o debate sobre quais temas e sujeitos são contemplados nessas narrativas, para além das notícias *hardnews* e factuais geralmente restritas às editorias policiais.

No Rio Grande do Sul, estado onde está situada a Revista Donna - objeto da pesquisa - no ano de 2023 foram cometidos 87 homicídios de mulheres registrados em 62 municípios. Os dados são do Mapa dos Feminicídios divulgado pela Polícia Civil gaúcha[3]. Conforme o site Lupa Feminista4, desde o ano de 2012, o estado registra uma média de 94,8 feminicídios ao ano. Com base nas informações disponibilizadas pela Polícia Civil do estado, a maioria dos crimes de feminicídio (74,7%) foi cometida dentro das próprias residências, sendo que 86,2% tiveram como autoria companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Outros dados importantes são relacionados às denúncias

2. A Lei nº 14.994/2024 tornou o feminicídio um crime autônomo no Brasil, com pena de reclusão de 20 a 40 anos, e alterou dispositivos do Código Penal e do Código de Processo Penal para fortalecer o enfrentamento da violência contra a mulher, entrando em vigor em outubro de 2024 (Agência Senado, 2025).
3. Dados divulgados pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul (PCRS, 2024).
4. O site Lupa Feminista tem como intuito denunciar a misoginia como uma política de morte das mulheres. Por isso, mobiliza e divulga informações sobre políticas públicas eficazes contra o feminicídio e a violência contra as mulheres. A campanha reúne coletivos do Rio Grande do Sul, bem como do país. Informações disponibilizadas no site: https://lupafeminista.org.br/quem-somos/.

realizadas anteriormente. Ou seja, 18,4% das mulheres tinham medidas protetivas e 42,5% já haviam feito boletim de ocorrência contra os autores dos crimes.

Sobre o perfil das mulheres assassinadas no Rio Grande do Sul, a faixa etária média é de 36 anos, com ensino fundamental completo (63,2%); ensino médio (19,5%); e ensino superior (4,6%). Do total, 73,6% eram mulheres brancas, 13,8% mulheres pardas e 10,3% mulheres negras. Em relação à maternidade, 64 mulheres eram mães, sendo que 32 delas tinham filhos com os autores dos feminicídios. Por isso, é essencial fomentar espaços de diálogo e conscientização sobre políticas públicas, direitos e garantias sociais para as mulheres.

Para codificação dos 15 textos jornalísticos que formaram o *corpus* da dissertação, a metodologia aplicada foi o Projeto Mundial de Monitoramento da Mídia (GMMP). Esse é o maior e mais longo estudo longitudinal sobre gênero nas notícias, com coletas de dados a cada cinco anos desde 1995. Por meio desse protocolo de mídia, foram elaborados quadros e questões que permitiram observar quem foram os sujeitos ouvidos como fontes, de quais lugares sociais falavam e quais funções ocupavam. Também foi possível identificar os temas destacados e verificar se a revista dimensionava o feminicídio como problema social, fornecendo informações de utilidade pública.

A Revista Donna: suplemento feminino no jornalismo gaúcho

Por que a Revista Donna como objeto de estudo? Primeiramente, o estado da arte levantado em 2024 para a pesquisa apontou que revistas femininas tradicionais e de nível nacional, como Marie Claire, TPM, Elle Brasil e Boa Forma, foram mais utilizadas para

tratar das representações das mulheres na mídia. A Revista Donna, que é um suplemento semanal e regional pertencente a Brasil Sul de Comunicações (Grupo RBS), do Rio Grande do Sul, foi escolhida por ser pouco explorada em relação ao tratamento jornalístico em pesquisas de dissertação e tese, principalmente pelo atravessamento de gênero sobre o feminicídio como problema social.

Produto jornalístico vinculado ao Grupo RBS, existente há 68 anos e considerado como o maior conglomerado de mídia do estado, a Revista Donna integra a plataforma digital GaúchaZH, que une as redações do Jornal Zero Hora, da Rádio Gaúcha e dos demais produtos do grupo midiático por meio do site *gauchazh.clicrbs.com.br*. Isso possibilita sua circulação nacional, mas mantendo um recorte dirigido, sobretudo às mulheres gaúchas. Criada em maio de 1993, a revista teve como objetivo inicial produzir conteúdos relacionados à moda e comportamento, recebendo alterações com o passar dos anos (Barcellos, 2019) para inspirar mulheres no cotidiano5. As edições impressas são publicadas aos finais de semana, junto ao Jornal Zero Hora, contando com a versão digital que possibilita folheamento das páginas.

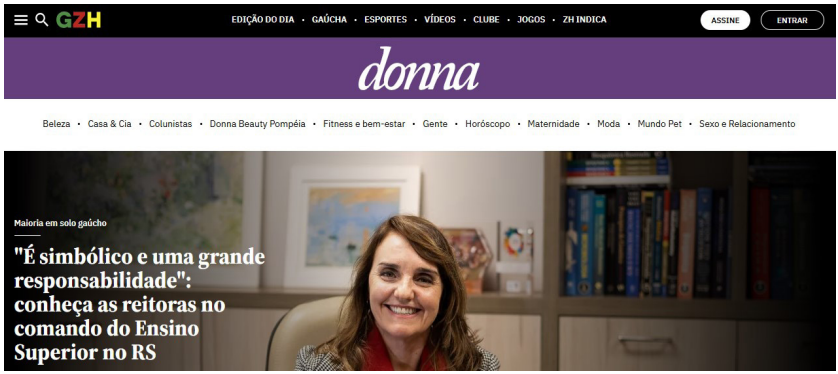
De acordo com Carolina Roveda Pilger (2019), o suplemento ocupa o terceiro lugar em termos de circulação desse nicho no Brasil,

5. No Instagram, a Revista Donna tem a seguinte descrição: "Queremos inspirar a mulher a ser a melhor versão de si mesma, provocando reflexões e traduzindo tendências e possibilidades do universo feminino" (Revista Donna, s/p). Porém, a expressão "universo feminino" é problemática por sugerir homogeneidade entre mulheres, invisibilizando diferenças sociais, culturais e identitárias, como apontam os estudos de Joan Scott (1995). Esse apontamento é relevante, pois evidencia como a revista pode, ainda que de forma sutil, retroalimentar desigualdades de gênero e limitar o reconhecimento das múltiplas experiências das mulheres devido à naturalização do termo.

sendo a mais lida no Rio Grande do Sul. Para identificar o público consumidor do conteúdo da revista, a pesquisadora, em um estudo elaborado no ano de 2021, afirma que 75% do público leitor é formado por mulheres, com permanência de classes A e B como maiores consumidores do suplemento. A faixa etária principal está entre pessoas de 25 anos a 34 anos, ou seja, concentrado em um público adulto mais jovem.

Figura 1

Home da Revista Donna no site GZH



Site do grupo Zero Hora.

Em 2025, de acordo com o site[6], as editorias disponíveis são: Beleza, Casa e Cia, Colunistas, Donna Beauty Pompéia, Fitness e bem-estar, Gente, Horóscopo, Maternidade, Moda, Mundo Pet e Sexo e Relacionamento. Em um primeiro momento, em qual dessas editorias o feminicídio ou outro tema fora de consumo, beleza e comportamento poderiam ser adicionados? Apesar da revista trazer

6. Site disponível para acesso: https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/ultimas-noticias/.

pautas sobre os avanços das mulheres em um contexto social, ainda são perceptíveis as marcas históricas da construção das revistas femininas como dicas e manuais. Ainda que permaneçam como eixos centrais, o suplemento busca em alguma escala dialogar com as transformações culturais. Por isso, ao tratar de uma revista feminina inserida em um grupo midiático tradicional, a Donna ocupa uma posição interessante de investigação que oscila: reflete as mudanças sociais, ao mesmo tempo em que carrega traços conservadores oriundos da criação dos veículos jornalísticos femininos.

Para evidenciar essa oscilação, a dissertação contou com aportes relacionados aos avanços do grupo midiático com ênfase no objeto de estudo. Além disso, os espaços publicitários nas revistas femininas e a transição para o digital também são apresentados para compreender a dinâmica da Donna considerando a convergência sofrida pelo objeto. No entanto, para contextualizar a revista de maneira sucinta neste capítulo, são trazidos dados históricos acerca das mudanças para o digital e os tipos de pautas promovidos.

Apesar do cenário digital prevalente, é importante destacar o contexto geral sobre o mercado de revista. Nesse sentido, Elcias Lustosa (1996), ao criar um livro sobre o que considera como notícia e quais são os tipos de textos para diferentes meios de comunicação, levando em consideração o modelo mercadológico do jornalismo, indaga sobre os motivos que levam leitores a consumirem os conteúdos de uma revista no final dos anos 1990.

Para Lustosa (1996), a revista produz um texto interpretativo, recuperativo, que permite ir além da abertura de um lead, com intuito de entender fatos e falar sobre suas consequências. Considera um

texto redondo, pois concentra todas as informações precisas para que o leitor entenda o conteúdo. Apesar de hoje estar no digital, o texto de revista não perde a característica de ser contextual e ir além do factual. Além disso, as revistas enfatizam o poder de consumo e promovem dicas e manuais sobre relacionamentos e comportamentos, o que pode reproduzir estereótipos[7] (Rocha & Woitowicz, 2013) e causar a naturalização de assuntos dedicados "apenas" às mulheres, como aqueles que retratam beleza, família e consumo.

O jornalismo tem um papel importante na superação dos estereótipos porque no momento que desafia a naturalização e reprodução dos mesmos, impacta na representação social (Biroli, 2011). Diante dos estudos que refletem as dinâmicas de reprodução de estereótipos e discussões para alternativas que rompam com esse cenário, existe uma relação essencial para o fomento do debate envolvendo pesquisas de gênero: as mídias sociais. Por isso, outro impacto levantado na pesquisa é a força das redes sociais digitais, que são utilizadas como ferramentas de mobilização e debate promovidos por movimentos feministas. Esses debates reverberaram numa lógica de mercado, por isso aqui vista como um feminismo liberal para alcançar públicos. Um exemplo é que a Revista Donna adotou como posicionamento a

7. Baseado no artigo Flávia Biroli (2011) sobre mídia e reprodução de estereótipos no discurso jornalístico, a definição de estereótipo refere-se aos padrões normativos que baseiam identidades e papéis sociais individuais e de grupos, ocasionando a naturalização e realizando valores e julgamentos a partir de uma visão geral. Nos estudos de gênero, por exemplo, uma das críticas sobre a estereotipização é sobre vincular a "natureza" da mulher a determinados espaços, sendo a mulher cuidadora, maternal e esposa, que deve seguir um padrão de beleza, não apresentando suas singularidades e potenciais.

aceitação pessoal, valorização da diversidade e incentivar a sororidade por meio da campanha #soudonnademim em 2017[8].

Na pesquisa sobre a Revista Donna em um viés de representações de corpos gordos, Pilger (2021) retrata que a partir do novo posicionamento de marca, a logo "Donna" perde a identidade referente ao lar, mas recebe um novo significado atrelado à pessoalidade, algo particular:

> Em seu início remetia a significações com a mulher "donna de casa", "donna da família". Hoje, com o reposicionamento editorial, essa mulher de Donna vinculada ao logo é outra. Sendo ressignificada, hoje ela é "donna de si", "donna das suas escolhas" e "donna do seu corpo", demonstrando a transformação da publicação que não tem mais sua identidade vinculada ao espaço da "família", como em seu início, mas sim ao espaço "da mulher", assim mesmo, no singular, como a revista identifica. (Pilger, 2021, p. 159)

Segunda Pilger (2021), após essas mudanças, a revista pautou temas relacionados à homoafetividade, transexuais e corpos livres, porém com conteúdo publicitário tradicional que não representava a diversificação dos corpos. Também afirma que a Donna reconhece identidades femininas periféricas e marginalizadas, porém diante de um processo excludente. Ou seja, apresenta essas identidades como "diferentes ou excêntricas", e desta maneira, ela problematiza

8. Neste ano, ocorrem as mobilizações e campanhas como #MeToo, que lutavam contra assédio sexual e a cultura de estupro; #NiUnaMenos, contra o feminicídio na Argentina e em outros países da América do Sul; #NãoéNão contra o assédio sexual no Carnaval. No entanto, ressalto que outras ações foram realizadas a partir de 2015 contra a cultura do estupro e ganharam visibilidade devido às redes sociais digitais, como #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto.

a valorização das empresas pela diversidade como uma perspectiva mercadológica.

A característica de apresentar, de forma simultânea, um espaço de reafirmação de padrões e tensionamento de estigmas, mostra a relevância da revista e dos processos como pesquisa acadêmica. Nesse sentido, entender como a Revista Donna trata o feminicídio após a implementação da *Lei nº 13.104/2015* significa olhar para a produção jornalística com suas técnicas objetivas e, mais além, trazê-la para o contexto do jornalismo como ferramenta de conhecimento sem perder a subjetividade para escolher os elementos narrativos. Por isso, a revista deve ser vista ainda como um espaço que reproduz discursos e valores sociais acerca das mulheres.

GMMP: metodologia para análise de sujeitos e temas no jornalismo

Para compreender como a Revista Donna trata o feminicídio, a pesquisa recorreu ao Projeto Mundial de Monitoramento da Mídia (GMMP), reconhecido como o maior estudo longitudinal sobre gênero nas notícias em atividade. Desde sua criação em 1995, o GMMP faz coletas de dados a cada cinco anos para mapear a presença de mulheres e homens na produção e nos conteúdos jornalísticos no mundo. A sétima edição ocorreu em 2025 e foi promovida em diversos países, inclusive com a participação do Brasil.

O GMMP oferece um protocolo de análise estruturado que permite identificar quem são os sujeitos ouvidos nas notícias, quais funções e lugares sociais ocupam e quais temas são tratados. Dessa forma, possibilita a observação da presença quantitativa de mulheres,

como também analisar a qualidade da representação de gênero, evidenciando padrões de (in)visibilidade e poder. Para pesquisadores, é um método relevante devido aos critérios sistemáticos para codificação das noticiais e, assim, avaliar a contribuição do jornalismo para a manutenção de estereótipos ou promoção da igualdade.

> A metodologia, ainda que bastante focada nas desigualdades de gênero na mídia, aborda um detalhamento de fontes, suas posições/funções na notícia, localização (na página impressa, no noticiário transmitido em áudio/vídeo, na camada do site), caracterização tanto de quem reporta quanto de quem é ou não foco da reportagem. (Côelho & Machado, 2023, p. 4)

No caso da pesquisa de mestrado realizada que contempla esse capítulo, o GMMP foi aplicado à codificação de 15 textos jornalísticos da Revista Donna publicados entre 2015, período que compreende a implementação da Lei do Feminicídio, até 2023. O protocolo permitiu analisar o *corpus* de forma individual por meio dos quadros de categorias dos sujeitos, aqui também entendidos como fontes, e temas. A escolha do projeto como metodologia também se justifica por sua capacidade de integrar perspectivas qualitativas e quantitativas para mensurar a presença e a participação dos sujeitos femininos e masculinos, enquanto a abordagem qualitativa possibilitou uma leitura crítica sobre como os temas para concluir se a revista tratava o feminicídio como problema social. Ao investigar a Revista Donna por meio do GMMP, foi possível identificar tanto os avanços, quanto os limites que a revista carrega diante de suas marcas históricas.

Entre os quadros de referência do GMMP, o quadro de temas compreende oito temas gerais sobre Política e Governo, Economia,

Ciência e Saúde, Social e Legal, Crime e Violência, Gênero e Relacionado, Celebridades, Arte, Mídia e Esportes, e Outros e 58 temáticas específicas destinadas à categorização dos assuntos nos quais homens e mulheres figuram como sujeitos da notícia. Esse dado revela-se relevante porque permite identificar, de forma sistemática, os campos de visibilidade atribuídos a cada gênero no jornalismo, evidenciando tanto a visibilidade quanto a ausência na representação jornalística.

Além disso, considerando a necessidade de adaptar as questões propostas nos manuais do GMMP ao objeto desta pesquisa, formularam-se os seguintes questionamentos: **a)** referencia orientações e declarações de organizações e entidades que representam os direitos das mulheres?; **b)** o texto é sobre uma mulher específica ou um grupo de mulheres?; **c)** o texto destaca estereótipos de gênero?; **d)** o texto desafia estereótipos de gênero?; e **e)** o texto menciona a Lei do Feminicídio ou leis/projetos em defesa das mulheres?. Os questionamentos foram adaptados para entender se a Revista Donna contextualizava o feminicídio além dos levantamentos referentes aos assassinatos. Assim, identificar elementos sobre como denunciar crimes, divulgar órgãos que atendem mulheres que sofrem violência, visibilizar organizações e entidades que atuam em prol das mulheres, informar sobre as leis em defesa das mulheres, entender se a mulher que atua como sujeito no texto tem a função de especialista, porta-voz ou que ocupa um espaço representativo.

> É uma metodologia adaptável e um instrumento de pesquisa que foi posteriormente usado para outros propósitos por outras organizações, tanto em nível local quanto internacional. Por exemplo, em 2001, a RED-ADA, a rede de comunicação feminina mais importante da Bolívia, monitorou a representação

> de mulheres em anúncios na TV, rádio e imprensa usando a metodologia desenvolvida para o GMMP 2000. Um segundo exemplo é o caso do Southern African Media and Gender Institute (SAMGI) que em 2007 adaptou a metodologia do GMMP para monitorar reportagens sobre HIV/AIDS a partir de uma lente de gênero na mídia de notícias sul-africana. (GMMP, s.d. -b, par. 10)

Referente aos sujeitos da notícia, foram aplicados dois quadros de referência: um acerca da ocupação como profissional e outro como função de fonte. Esses dados também são reveladores para entender de quais lugares os sujeitos falam, principalmente para observar como as mulheres e os homens são mobilizados nas narrativas jornalísticas. Ou seja, se aparecem como especialistas, testemunhas, representantes institucionais ou personagens comuns. Tal análise contribui para evidenciar assimetrias de poder e credibilidade de gênero nas narrativas jornalísticas.

O tratamento do feminicídio na Revista Donna: resultados da pesquisa

Para analisar o tratamento jornalístico do feminicídio na Revista Donna e apresentar os resultados da pesquisa, foram coletados manualmente 15 textos jornalísticos disponíveis no site. A busca foi realizada por meio da palavra-chave "feminicídio", gerando uma página com todos os textos que continham o termo. Contudo, os resultados abrangiam materiais de diferentes produtos do Grupo RBS, sem oferecer filtros que possibilitassem a seleção exclusiva do suplemento. Assim, cada notícia precisou ser verificada individualmente quanto ao cabeçalho, título e linha de apoio. Destaco, ainda,

que o site não disponibiliza métricas para mensurar o volume de publicações sobre o tema.

Após essa primeira varredura, foi adotada uma segunda etapa de conferência, consistente em verificar se cada publicação apresentava a marca Donna no cabeçalho e a cor roxa no layout da página, elementos que permitem identificar se o conteúdo pertencia ao suplemento. Essa estratégia buscou minimizar o risco de seleção incorreta. Depois desse processo, foi delimitado o *corpus* em 15 textos jornalísticos veiculados na revista.

Quadro 1

Corpus da pesquisa - textos produzidos pela Revista Donna

Data	Título
04 de março de 2015	1. Lei do Feminicídio: Câmara aprova projeto que torna assassinato de mulher crime hediondo
09 de março de 2015	2. Dilma sanciona Lei do Feminicídio: o que muda a partir de agora?
19 de outubro de 2016	3. #NiUnaMenos: nas redes sociais, mulheres manifestam apoio ao movimento contra o feminicídio na Argentina
12 de janeiro de 2017	4. Uma vítima a cada uma hora e meia: feminicídio é um dos grandes problemas do Brasil
27 de julho de 2018	5. Igualdade de gênero, aborto, feminicídio: o que têm a dizer as mulheres à frente das associações de juízes do Rio Grande do Sul
28 de agosto de 2018	6. Será que você está em um relacionamento abusivo? Saiba quais atitudes do parceiro são sinais de alerta
18 de janeiro de 2019	7. O estilo Nadine Anflor: conheça a mulher pulso firme que chefia a Polícia Civil
08 de fevereiro de 2019	8. Mulher se torna ativista depois de ficar paraplégica ao levar um tiro do ex aos 17 anos

05 de junho de 2019	9. Por que a palavra da mulher tem relevância diferenciada em casos de crimes sexuais
12 de junho de 2020	10. Violência doméstica na pandemia: mulheres contam o que passaram com o agressor em casa
26 de agosto de 2020	11. Violência de gênero, desigualdade salarial e mais: por que o Dia da Igualdade da Mulher é tão importante
25 de novembro de 2020	12. Violência doméstica: que ações deveríamos cobrar do poder público para reduzir os casos
06 de agosto de 2021	13. Lei Maria da Penha completa 16 anos: confira as mudanças no combate à violência contra a mulher
14 de setembro de 2021	14. Como provar que você é vítima de violência psicológica? Entenda a nova lei
05 de maio de 2023	15. "Precisamos investir na prevenção do feminicídio", diz fundadora da ONG Themis

A autora.

O Quadro 1 contempla o *corpus* para visualizar as datas de publicação e os títulos. Do total de textos, seis apresentaram a palavra "feminicídio" nos títulos. Em sua maioria, as matérias abordaram violência contra a mulher e trataram de relacionamentos abusivos, violência de gênero, violência psicológica, violência doméstica e crimes sexuais. Além de uma notícia factual sobre o movimento Ni Uma Menos, o *corpus* também incluiu dois textos referentes à aprovação e ao sancionamento da Lei do Feminicídio. Também conta com duas entrevistas: uma com a primeira delegada da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, outra referente às mulheres à frente das associações de juízes do Rio Grande do Sul. Há um formato presente no *corpus* semelhante ao espaço do leitor, onde uma mulher que sobreviveu a uma tentativa de feminicídio contou sua história de forma direta.

Os 15 textos analisados mobilizaram 27 sujeitos, dos quais foram 25 mulheres e dois homens. Estes últimos aparecem no texto

sobre a delegada (*O estilo Nadine Anflor: conheça a mulher pulso firme que chefia a Polícia Civil*), figurando como marido da mesma e subchefe do departamento. As mulheres, por sua vez, são mobilizadas principalmente em razão de suas funções profissionais ou de sua atuação em defesa dos direitos das mulheres, aparecendo como advogadas, delegadas, promotoras, diretoras, professoras, representantes de organizações, atendendo também função de relatos de experiência pessoal. Observa-se, portanto, que a revista recorre majoritariamente a vozes jurídicas para discutir a violência contra as mulheres ocupadas por mulheres, com menor presença de fontes relacionadas a políticas públicas ou segurança.

Seguindo as categorias analíticas do GMMP, as ocupações identificadas incluem profissionais do Direito, ativistas, representantes de organizações da sociedade civil, além de sujeitos que falaram a partir da experiência pessoal ou de vínculos com protagonistas das notícias. Assim, pode-se afirmar que a Revista Donna enfatizou uma perspectiva jurídica da violência contra a mulher, frequentemente por meio de depoimentos de especialistas. Outro aspecto relevante é a predominância de fontes localizadas em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, evidenciando a dimensão regional do suplemento.

Outro dado relevante refere-se às datas de publicação dos textos jornalísticos. As notícias referentes à lei e ao movimento Ni Uma Menos possuem características do meio digital para um texto factual. Outras reportagens foram publicadas em datas comemorativas relacionadas aos dias de igualdade de gênero e o fim da violência, bem como o aniversário da Lei Maria da Penha. A reportagem sobre a atuação da ONG Themis foi pautada num período de comemoração

de aniversário da revista, para falar sobre a história e serviços prestados no Rio Grande do Sul. Ao associar os textos analisados a marcos simbólicos e comemorativos, a Donna reforça a ideia de que o debate se intensifica em momentos específicos, ainda que a temática seja vivida por muitas mulheres, mas pouco visibilizada no cotidiano fora dos contextos policiais.

Quanto à autoria, cinco textos foram publicados sob a assinatura "Donna" ou "Redação Donna", impossibilitando a identificação individual dos jornalistas. Considerando o protocolo metodológico do GMMP, tais casos não foram contabilizados na análise. Dos dez textos com autoria identificada, apenas um foi assinado por um homem, enquanto os demais nove foram escritos por mulheres. Apesar da pouca produção jornalística, esses dados evidenciam uma predominância feminina na revista, reforçando a perspectiva de que o conteúdo veiculado é majoritariamente construído por mulheres, mesmo quando a autoria não é divulgada.

Considerações finais

Diante da análise do *corpus* da Revista Donna sobre feminicídio, os resultados indicam que as mulheres aparecem como sujeitos da notícia, atuando como especialistas ou em outras funções que contribuem para a conscientização do feminicídio enquanto problema social. Entretanto, observa-se que a abordagem do tema ocorre majoritariamente no âmbito de uma categoria mais ampla: a violência contra a mulher.

Apesar de ser um suplemento regional, a análise realizada indica que, para pesquisas futuras, o GMMP pode ser uma ferramenta

valiosa para compreender como revistas femininas atuam na construção de identidades e na representação de gênero. A partir de suas narrativas, é possível observar tanto a reprodução de padrões quanto o tensionamento de estigmas e estereótipos, contribuindo para um entendimento mais amplo sobre os papéis de gênero no jornalismo.

Ao longo do recorte temporal de oito anos, foram produzidos apenas 15 textos jornalísticos sobre feminicídio na revista, evidenciando a baixa visibilidade do tema pelo suplemento de nicho, considerado historicamente como amigo da mulher por trazer temáticas que fazem parte do dia a dia. A escolha da Revista Donna como objeto de estudo foi motivada justamente por seu caráter feminino e segmentado, possibilitando investigar como um suplemento direcionado a mulheres trata de um tema sensível e socialmente relevante como o feminicídio. Pois entende-se que o jornalismo não apenas relata fatos, mas qualifica e constrói o conhecimento acerca da realidade.

A Revista Donna se apresenta como uma publicação feminina, orientando-se por pautas de comportamento e temas tradicionalmente associados ao chamado "universo feminino". Ao abordar o feminicídio e a violência contra a mulher, o suplemento adota uma postura consciente e combativa, incentivando a identificação, o enfrentamento e a denúncia das violências. No entanto, nota-se que o tratamento jornalístico permanece limitado em termos de interseccionalidade, sem aprofundar as diversas formas pelas quais raça, classe e gênero podem impactar acerca da violência. Também há textos que reproduzem estereótipos de gênero, evidenciando as oscilações na produção jornalística da revista ao evidenciar mulheres em cargos anteriormente

ocupados por homens, mas relacionar temas sobre família e a naturalização da pouca ocupação das mulheres nesses espaços.

Portanto, conclui-se que a Revista Donna exerce um papel duplo: por um lado, fortalece a conscientização sobre a violência de gênero e promove vozes femininas; por outro, ainda reproduz limitações estruturais do jornalismo de revistas femininas, sobretudo no que se refere à profundidade analítica e à diversificação das perspectivas de gênero. Esses resultados reforçam a importância de estudos contínuos sobre a representação de temas sociais sensíveis em veículos jornalísticos direcionados a públicos específicos, especialmente com enfoque em gênero e violência.

Referências

Agência Senado. (2025, março 07). Lei do Feminicídio completa 10 anos como marco de proteção à mulher. Recuperado de https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/03/07/lei-do-feminicidio-completa-10-anos-como-marco-de-protecao-a-mulher

Barcellos, P. G. (2019). *Um estudo de caso sobre a Revista Donna* [Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Biroli, F. (2011). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, 6*, 11-33.

Buitoni, D. S. (2009). *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira.* Summus.

Coêlho, T. F., & Machado, N. V. (2023). *Potencialidades e limitações metodológicas do protocolo GMMP para analisar*

interseccionalmente o jornalismo [Trabalho apresentado]. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide. Por uma teoria marxista do jornalismo.* Editora Tchê. http://www.adelmo.com.br/index1.htm

GMMP. (s.d. -a). 6th Global Media Monitoring Project. HIGHLIGHT of FINDINGS. Recuperado de https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/08/GMMP-2020.Highlights_FINAL.pdf

GMMP. (s.d. -b). GMMP Background. Recuperado de https://whomakesthenews.org/gmmp-background

GMMP. (s.d. -c). Relatório Brasil 2020. Recuperado de https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf

GMMP. (s.d. -c). Quadros da metodologia. Recuperado de https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/03/GMMP-2020-FULL-MONITORING-quick-reference-coding-system-summary.pdf

GMMP. (s.d. -c). 6to Proyecto de Monitoreo Global de Medios. PRINCIPALES HALLAZGOS. Recuperado de https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/08/GMMP-2020.Highlights.spa_.FINAL_.pdf

Lustosa, E. (1996). *O texto da notícia.* Editora Universidade de Brasília.

PCRS (2024, fevereiro 29). Polícia Civil lança o Mapa dos Feminicídios 2023. Recuperado de https://www.pc.rs.gov.br/policia-civil-lanca-

o-mapa-do-feminicidio-2023#:~:text=A%20Pol%C3%ADcia%20Civil%20ga%C3%BAcha%20divulgou,foram%20registradas%20em%2062%20munic%C3%ADpios

Pilger, C. R. (2021). *As gordas saem do armário… e entram no closet: interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento na configuração das mulheres gordas pela revista Donna* [Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Pilger, C. R. (2021).*#SouDonnadeMim e as "mulheres reais" na pauta: diversidade feminina e feminismo em reposicionamento editorial e mercadológico da Revista Donna* [Trabalho apresentado]. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, SC, Brasil. https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1611970816_ARQUIVO_88aeb2f3b67e382927c09e6e3a1ff804.pdf

Rocha, P. M., & Woitowicz, K. j. (2013). *Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas* [Trabalho apresentado]. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386779939_ARQUIVO_PaulaMelaniRocha.pdf

Scalzo, M. (20003). *Jornalismo de revista.* Contexto.

Segato, R. L. (2010). Que és un feminicídio. Notas para un debate emergente. https://www.nodo50.org/codoacodo/enero2010/segato.pdf

Quando a imagem encontra estereótipos de gênero: caso Daniel

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Quando a morte do jogador de futebol Daniel Correia foi noticiada no dia 27 de outubro de 2018, havia, num primeiro momento, poucos indícios que poderiam esclarecer o crime. Com o desenrolar das investigações, a morte de Daniel, aos 24 anos de idade, estava relacionada a um homicídio brutal que aconteceu em demonstração de covardia e em defesa da honra masculina de Edison Brittes. Para contextualizar: Daniel era uma das pessoas que fizeram parte da festa de aniversário de 18 anos de Allana Brittes, filha de Edison e Cristiana Brittes, comemoração que aconteceu em uma boate em Curitiba. Daniel teve passagens por times como Coritiba, São Paulo e, até sua morte, foi emprestado ao São Bento, de Sorocaba.

Após o fim da celebração na boate, parte dos convidados foram à casa da família Brittes. A residência está localizada na região

metropolitana de Curitiba, São José dos Pinhais, e Daniel estava no grupo que se direcionou àquela residência. Quando o grupo chegou, Cristiana, alcoolizada, optou por dormir enquanto o marido saiu para comprar mais bebidas e os demais permaneceram na casa. Dada certa hora, Daniel entrou no quarto em que Cristiana estava, deitou-se ao lado dela, produziu imagens dela dormindo e enviou a um grupo que participava no WhatsApp. Além disso, Daniel afirmou naquele momento aos demais participantes daquele grupo que transou com Cristiana sem o consentimento dela, segundo ela mesma relata em depoimentos à Justiça.

Ao se deparar com aquela cena, Edison e mais três homens espancaram Daniel, colocaram-no dentro do porta-malas de um carro e levaram-no a uma área erma que ficava a cerca de 20 quilômetros de onde estavam. Naquele local, o grupo de homens o degolam parcialmente e o emasculam, ou seja, extirpam seu pênis. O fato de que Daniel adentrou ao quarto sem a permissão de Cristiana Brittes foi utilizado pela defesa do casal para incriminar o jogador por importunação sexual, medida que não foi acatada pela Promotoria do caso e nem pelo delegado, a despeito das imagens de Cristiana dormindo terem sido divulgadas a desconhecidos. Depois de negar a autoria, Edison Brittes assume a responsabilidade de execução do jogador.

A partir das investigações, sete pessoas foram indiciadas em variados crimes que vão desde ocultação de provas, coação de testemunhas, homicídio triplamente qualificado até incitação ao homicídio. Mesmo o delegado do caso não tendo indiciado Cristiana Brittes pelo crime de homicídio, a Promotoria do caso o fez afirmando que o comportamento dela foi decisivo para a morte de Daniel.

A partir deste cenário, o artigo trabalha a hipótese de reconhecer pelas imagens veiculadas pelo portal GE Esportes[1], pertencente à Rede Globo de Comunicações, que as representações de Cristiana ficaram refratadas a códigos estereotipados sobre a condição do gênero feminino enquanto uma mulher perigosa à moral e à libido masculina. A partilha desses sentidos não se limitou apenas ao jornalismo, mas mostrou-se presente também nas práticas jurídicas. Para isso, a pesquisa se apoia no entendimento de representações sociais desenvolvido por Denise Jodelet (2001) em diálogo com as contribuições de teorias feministas (Rubin, 2017; Saffiotti, 2001; Scott, 1995) que sinalizam para violência vivida por mulheres, ainda mais associada à ocorrência de crimes.

A pesquisa também apresenta reflexões sobre a noção de poder com base nas considerações feitas por Michel Foucault (2002, 2014) acerca das práticas de biopoder. De acordo com o autor, o poder é compreendido enquanto relações que são estabelecidas e o jornalismo pode ser uma demonstração de poder (Gomes, 2003) quando se propõe a naturalizar e normatizar sentidos e representações que possam interferir na permanência e vigor de determinados discursos.

Uma das premissas utilizadas pela Promotoria para indiciar Cristiana de homicídio, apesar dela não estar presente no local em que Daniel foi executado, foi o comportamento dela na boate: imagens mostram que ela tentou beijar outro homem, que não era seu marido, na festa da filha. Entretanto, Cristiana não espancou ou degolou Daniel, nem ocultou o corpo. Sua parcela de culpa no crime, ao que tudo

1. O caso Daniel não é exatamente uma pauta tradicional dentro da rotina do jornalismo esportivo, entretanto, como o acontecimento envolve um atleta, é um assunto interessante para esta qualidade de jornalismo.

indica, foi de fraude processual, isto é, ocultar provas e coagir testemunhas, incluindo até mesmo uma menor de idade que estava entre as testemunhas do crime. Além disso, durante o espancamento contra Daniel, ela teria gritado para que "não fizessem aquilo aqui", ou seja, não agredindo o jogador dentro de casa, mas dando a liberdade para que o agredissem em outro local. A fala de Cristiana foi interpretada pela Promotoria como sendo estímulo ao homicídio.

Discutir especificamente sobre as representações de Cristiana elaboradas pelo jornalismo não se articula à intenção de amenizar ou refutar qualquer responsabilidade dela dentro do contexto do crime. A intenção do texto é de analisar a manutenção de valores e sentidos acerca da mulher enquanto signos cristalizados que não avançam para além de ideias estabelecidas sobre gênero, como fundamentos que promovem estereótipos, distinções e violência.

Percurso teórico-metodológico

A proposta de analisar a representação de Cristiana Brittes a partir de imagens produzidas e veiculadas pelo jornalismo pretende refletir acerca das estratégias da linguagem iconográfica que são elencadas para compor a representação do gênero feminino. Como aponta Scott (1995), o gênero é uma categoria de análise, uma vez que sinaliza para demonstração de violências e modos de representação para "encontrar qual era o seu sentido e como ele funcionava para manter a ordem social ou para mudá-la" (Scott, 1995, p. 72).

Para desenvolver a hipótese levantada, foram coletadas as reportagens produzidas pelo portal GE a partir da busca com o comando "Cristiana Brittes". A pesquisa realizada no dia 27 de abril de 2021

apontou a ocorrência de 63 matérias que foram veiculadas entre os dias 1º de novembro de 2018 e 07 de fevereiro de 2021. A escolha do portal se deu em razão de pertencer a um grande conglomerado de comunicação e pela ênfase dada à cobertura do homicídio por se tratar de um caso que envolvia o jogador de futebol que gozou de visibilidade no meio em que atuava.

Todas as matérias apresentam ao menos uma imagem de alguma personagem envolvida no caso ou de cenas e objetos referentes ao crime. As matérias veicularam 158 imagens entre fotografias e fotoimagens (composição de fotografias e outros recursos iconográficos) e, além desses recursos, a cobertura publicou 19 vídeos. Das imagens coletadas, 37 apresentam em algum momento Cristiana Brittes; 43 apresentam Edison Brittes, 31 delas estampam Allana Brittes e 56 mostram o jogador Daniel. As imagens de Daniel são naturalmente as mais reproduzidas por se tratar da vítima e atender a critérios de noticiabilidade por impacto e repercussão (Erbolato, 1991). Entretanto, a diferença da quantidade de imagens entre os demais personagens é pouca e a quantidade de imagens entre Cristiana e Edison é menor ainda, mesmo sendo Edison o autor do homicídio.

Deste universo de 37 inserções de imagens de Cristiana, há, na verdade, apenas 09 imagens que se repetem e se revezam para ilustrar as matérias e em nenhuma delas Cristiana aparece sozinha. Das 37 inserções de imagens coletadas, 21 delas retratam o corpo, o rosto maquiado e os longos cabelos loiros de Cristiana, sendo que estas imagens foram retiradas do perfil em redes socais dela ou da filha. As demais inserções são: 06 de capturas de imagens de câmeras de segurança, 07 inserções de fotoimagens produzidas a partir de

capturas de telas e 03 inserções da única fotografia inédita sobre o caso em que Cristiana é retratada em um dos dias de audiência jurídica.

Assim, foi percebida a intensa repetição das imagens de todos os personagens citados, não apenas de Cristiana. Além de apontar a pobreza de repertórios imagéticos para a cobertura do acontecimento de envergadura nacional, o uso recorrente das imagens apresentadas sinaliza para a construção de representações limitadas a escassos sentidos. Se por um lado a imprensa construiu uma persona viçosa pela garbosidade do corpo, por outro traz à tona estereótipos das fantasias elucubradas ao longo de séculos de cooptar a sensualidade feminina às artimanhas e discursos de ser uma pessoa perigosa e sedutora.

A fotografia, como sinaliza Kossoy (2001), possibilitou o contato maior da sociedade consigo mesma a partir do momento em que as produções passaram a ser reproduzidas e publicadas, não apenas em livros, mas também em veículos de comunicação de massa. Para o autor, a análise da fotografia deve levar em consideração dois processos: iconografia e iconologia. O primeiro diz respeito a elementos constitutivos da imagem fotográfica, ou seja, está associado a questões gráficas como, por exemplo, os elementos contidos na imagem, a autoria da fotografia, os equipamentos utilizados na produção, o período de produção e circulação da imagem. A iconologia diz respeito à interpretação da imagem e, por esta qualidade, o sentido da fotografia pode suplantar a intenção de quem a produziu, porém, a despeito disso, ainda é dotada de sentidos.

Destarte, as imagens também são discursos (Pinto, 2002) por haver traços semelhantes aos discursos verbais como a presença de enunciadores e intertextualidade, por exemplo. O autor ainda informa

que há modulações que produzem sentidos às imagens, tal como a utilização de tratamentos de imagens e a diagramação, além da "caracterização de personagens públicos, obtida por meio da escolha da foto, recorte, escolha de bordas coloridas, coloração de textos e legendas com determinadas características tipográficas" (Pinto, 2002, p. 38). Por esse caminho, a fotografia é um discurso dotado de sentido e, dentro das práticas do jornalismo, é elaborada de acordo com as linhas editoriais de cada veículo em consonância com os afetos esperados pelos consumidores da notícia.

A pesquisa também se apoia no conceito de representação social desenvolvido por Denise Jodelet (2001). De acordo com a autora, as representações sociais guiam os mecanismos de nomear e interpretar os acontecimentos enquanto processos de produções de sentidos até mesmo nos gestos mais simples do cotidiano havendo, inclusive, a participação de discursos e práticas midiáticas na composição das representações. Para a autora, a representação social é estabelecida como uma relação de simbolização e de interpretação:

> uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e *partilhada*, com um objeto prático, e que contribui para a construção de uma *realidade comum* a um conjunto nacional. (...) as representações sociais – enquanto sistemas de intepretação que regem nossa relação com o mundo e com outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação de conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, *a definição das identidades pessoais e sociais*, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (...) a representação será apresentada como uma *modelização do objeto* diretamente legível em (ou em inferida de) diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais. (Jodelet, 2001, pp. 22-28, grifos nossos)

Para Jodelet (2001), as representações sociais constituem discursos que são produzidos a partir de ideias que são partilhadas e que se encontram em circulação, entretanto, elas não são permanentes, mas podem ser elaboradas como sintoma de poder e interferência midiática. Segundo Machado (2004), as práticas e discursos midiáticos, por estarem imbricadas em processos industriais, compõem redes complexas de conflitos para representações e negociações dos sujeitos e acontecimentos.

A proposta de compreender as mídias como produções industriais, especificamente o jornalismo, vai ao encontro das concepções de Tuchman (1999) que, além deste entendimento, afirma que o jornalismo constrói realidades a partir das rotinas que envolvem a produção da notícia. A ideia de *newsmaking*, proposta pela autora, desenvolve que o jornalismo é uma narrativa que elabora a realidade ao envolver desde as hierarquias e as dinâmicas até as rotinas dentro das redações jornalísticas ligadas aos processos de seleção dos acontecimentos que serão narrados.

As rotinas e itinerários jornalísticos pela visão de Silva (2010) apresentam um gênero predominante: o masculino. Para a autora:

> Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o processo de (re) produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. (pp. 102-103)

Segundo a autora, a reprodução de valores hegemônicos e heteronormativos apresenta reflexos nos discursos que são produzidos e veiculados nas matérias e favorecem as hierarquizações e a

formação de estereótipos acerca do gênero feminino tanto no exercício da profissão como na composição discursiva dos conteúdos. Por outro lado, o discurso jornalístico não é uma condição de real intocável, mas uma construção da realidade que se edifica por relações de poder que envolvem, além das questões de ordem capitalista, referências simbólicas de gênero e que constroem a "verdade". A par da ideia de Tuchman, Bird e Dardenne (1999) afirmam que ao:

> Considerar as notícias como narrativas, não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior. As notícias enquanto abordagens narrativas não negam que informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os "fatos", "nomes" e "números" que os jornalistas tentam apresentar com tanta exatidão. Estes pormenores – significantes e insignificantes – contribuem todos para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem. (Bird & Dardenne, 1999, p. 265)

Pela ótica dos autores, em grande medida, as notícias oferecem aos leitores tranquilidade e familiaridade nas narrativas e imagens construídas por haver afetos e relações previamente estabelecidas na produção de sentidos. Se a rotina jornalística se apresenta associada a signos masculinos, é porque esta referência se faz presente enquanto sensibilidade partilhada e, como apresentam os autores, há a possibilidade de demonstrações de violência.

Saffioti (2001) afirma que a violência sofrida pelas mulheres não ocorre apenas pelas questões de gênero, a despeito deste elemento ser fundamental para a análise. A contrapelo das concepções de Pierre Bourdieu, Saffioti acredita na produção de violência simbólica, porém não responsabiliza ou culpabiliza as mulheres pela sua ocorrência.

De acordo com autora, há elementos que são articulados no tecido social que compõem signos culturais que propiciam o desenvolvimento da violência. Assim, Saffioti acredita que a violência a que mulheres são submetidas atravessam, obviamente, as questões de gênero, mas também outras referências que estruturam as vivências dessas mulheres.

Como apontado por Silva (2010) e Tuchman (1999), as práticas do jornalismo sinalizam para a produção e reprodução de valores que podem ser violentos. É importante ressaltar que o desenvolvimento de violência contempla movimentos que são articulados em diferentes processos e que selecionam, por exemplo, quais discursos são autorizados a serem partilhados ou renegados à invisibilidade. Esses códigos apartam sujeitos de representação e visibilidade, bem como estabelece a distinção e hierarquização de grupos e sujeitos no espaço público. É importante pontuar que o caso em tela não se limita apenas às práticas do jornalismo, mas contempla também os discursos e práticas jurídicas que também se debruçam na análise e formação dos estereótipos. Amaral e Rocha (2021) se debruçaram sobre a representação de Cristiana Brittes na cobertura jornalística e nos discursos jurídicos ao desenvolver sentidos refratários às mulheres, ainda mais no cenário de crime, ao dialogar com a formação de estereótipos.

Elaborar o sentido e atribui-lo por estereótipos não expande a pluralidade e os códigos de representação, segundo Burke (2004). Enquanto este autor relata o fascínio e o perigo promovido de povos orientais no Ocidente, a ideia dele pode ser apropriada para acreditar que a imagem de Cristiana também fascina e encanta, mas, por um lado, pode compreendida como nociva ou perigosa. Rubin (2017)

aponta que há uma cultura de desqualificação de mulheres ainda mais acerca da erotização:

> A grande mídia alimenta essas atitudes com uma propaganda incessante. (...) esse sistema de estigmatização erótica é a última forma de preconceito socialmente respeitável, se não fosse pelas formas mais antigas mostrarem uma vitalidade tão obstinada e pelas mais novas continuarem a se manifestar tanto. (Rubin, 2017, p. 85)

A composição e partilha de sentidos previamente estabelecidos e de estereótipos são arquitetados pelas artimanhas do poder em consonância com o propósito de desenvolver uma "verdade". Foucault (2014) traz à luz também referências de poder muito singularizadas. O autor acredita que poder, propriamente dito, não existe, ele propõe que existem, na verdade, relações de poder que são tramadas em constantes embates e disputas. Para além disso, segundo o autor, a existência do poder está condicionada ao oferecimento de resistência, à relação desigual e imprevisível entre os discursos vigentes e aos discursos de resistência fortalecem os mecanismos de construção de poder.

Uma demonstração de poder foi a relação entre verdade e conhecimento desenvolvida a partir da ciência, que regeu desde a vida cotidiana de populações até práticas de sociabilidade, convivência e comunicação para constituir, forjar e formatar corpos, mentes e subjetividades. A compreensão que Foucault estabelece sobre poder aponta que este não deve ser apenas punitivo porque, assim, perderia força de atuação, mas que deve fazer parte da vida da população de tal forma que a reprodução das suas intenções seja partilhada de modo

naturalizado e normatizado. Destarte, Foucault (2014, p. 45) sinalizou que o poder dever ser considerado "como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir".

Enquanto demonstração de poder, Foucault desenvolveu a noção de biopoder e de biopolítica. Para ele, as estratégias de disciplina que vigoraram até meados do século XVII não poderiam prevalecer por uma questão econômica produtiva e foram substituídas por ações de controle. É importante apontar que o controle e observação não foram sugeridos apenas pelo Estado, mas também por instituições como, por exemplo, escolas e hospitais, e também pelos discursos como os médicos, os pedagógicos e também os midiáticos. O controle e acompanhamento propuseram medidas que, mais que fomentar inciativas de saúde, hierarquizaram corpos e sujeitos enquanto valor moral sobre aqueles que seriam dignos de pertencimento público, e essa reprodução "ocorre na sociedade tanto na esfera doméstica como na pública, nos sistemas de parentescos, educacionais, comunicacionais e burocráticos" (Dimen, 1997, p. 50).

O poder, mais que dominar, também se propõe a produzir conhecimento e saberes. Essa proposta sobre poder pode ser igualmente reconhecida nas práticas do jornalismo e ser aplicada na composição imagética de Cristiana diante dos relatos apresentados pelas matérias do portal sobre o crime. Para além destas ações, o poder associado ao saber e ao conhecimento solidificam o entendimento de "verdade". Foucault afirma que a "verdade" está ligada a "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados" (Foucault, 2014, p. 54). Assim,

a "verdade" é articulada enquanto um regime que não se articula apenas pelo viés ideológico ou superestrutural, mas enquanto uma manifestação política que é partilhada em espaço público.

Se o discurso é um dispositivo de poder pela visão de Foucault, o discurso jornalístico, para Gomes (2003), também acompanha essa perspectiva. Para a autora, o discurso organiza um olhar de mundo e:

> as regras se estabelecem e se conservam, para além do dado empírico de sua atualização da vida, somente via discurso. (...) os discursos se erigem em fundamento e justificativam para as regras; enquanto as expressam também as legitimam, porque desde a origem no signo o efeito é o da produção de significações: as significações que conferem sentido ao mundo e a nós. (Gomes, 2003, p. 41)

Gomes ainda pontua que os discursos do jornalismo trazem à tona as noções de visibilidade como "mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo" (Gomes, 2003, p. 75). O entendimento da autora perpassa referências do jornalismo como a composição da realidade e na organização dos personagens a partir da intenção construída pela narrativa que será partilhada. Por outro lado, "as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle (...) Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira de pensar, enquanto mostra ela controla pelo próprio mostrar" (p. 77).

Para autora, a linguagem jornalística não apenas comunica ou informa, mas transmite a ordem, seja de um enunciado a outro ou dentro do enunciado, já que os enunciados provocam a ação e o ato se realiza no enunciado. Assim, há a partilha de significantes e sentidos dentro de um universo que provoca ação, "um tecido é tramado pela ordem simbólica, somos obrigados acatar a noção de realidade como

construção de mundos" (Gomes, 2003, p. 65, grifos da autora), um entendimento sobre a construção dos enunciados a partir dos signos partilhados dentro de determinados contextos.

Desenvolvimento e discussão

Ao acompanharmos o histórico das manifestações de reconhecimento público e político das mulheres, observaremos movimentações desde a Antiguidade (Garcia, 2011), manifestações associadas às liberdades de identidades (Butler, 2013), demonstrações dentro da realidade brasileira (Pinto, 2003) ou possibilidades de pluralidades do gênero feminino (Hollanda, 2020). Se por um lado há uma série de abordagens plurais e libertárias sobre a representação das mulheres, por outro lado há práticas que reforçam os estereótipos de beleza feminina (Moreno, 2016) e os meios de comunicação tornam-se caixas de ressonância de discursos que reproduzem "informações e visões homogêneas que confirmam as perspectivas dominantes, eles poderão ser vistos como propagadores privilegiados dos estereótipos" (Biroli, 2011, p. 71).

Dentro do universo do jornalismo, a especialidade do jornalismo esportivo não foge às regras da ideia apresentada por Silva (2010), quando são apresentadas assimetrias entre os homens e mulheres no exercício do jornalismo e os discursos "reforçam que o jornalismo esportivo é controlado por homens quando evidenciam que os discursos, imagens e suas mensagens são direcionados, na sua maioria, para uma audiência masculina que é naturalmente pensada como público-alvo." (Pacheco & Silva, 2020), isto é, a produção dos discursos verbais e imagéticos são promovidos pela ordem masculina e para ela.

As imagens de Cristiana são analisadas a partir da perspectiva de gênero e sinalizam para construir a imagem de uma mulher sedutora. É importante reforçar que, com exceção de apenas uma imagem, todas as imagens são reproduções de imagens publicadas em redes sociais ou câmeras de segurança. Assim, torna-se difícil o reconhecimento da autoria e dos dispositivos utilizados. Por outro lado, a iconografia das imagens publicadas no portal sinaliza para a ausência de elementos que ofereçam diversidade na composição. Além disso, como sintoma da própria escassez de elementos constitutivos, a iconologia das imagens não avança para além do propósito de refratar a representação das mulheres a partir de códigos que dizem respeito à biopolítica dos corpos femininos, que são atravessados por modos limitantes de interpretações.

Como exemplo, a matéria intitulada "Caso Daniel: após ameaças, Cristiana e Allana Brittes são transferidas de ala em penitenciária" veicula a reprodução de uma postagem realizada por Allana em uma rede social, no dia 14 de dezembro de 2017. O conteúdo da matéria se desenvolve a partir da transferência delas de ala por decisão da Penitenciária Feminina do Paraná. De acordo com a matéria, ambas se encontravam na galeria D e, após decisão, foram remetidas à galeria A.

A imagem selecionada mostra Cristiana e Allana trajando roupas e acessórios semelhantes e não dialoga com o conteúdo da matéria em tela. A imagem publicada no perfil de Allana foi acompanhada da legenda "Look mamãe e filhinha hahaha". Para a veiculação na matéria, a imagem apresenta uma outra legenda "Cristiana e Allana Brittes foram transferidas de cela em penitenciária".

Figura 1

Imagem de Cristiana Brittes e Allana Brittes



G1 PR (2019b).

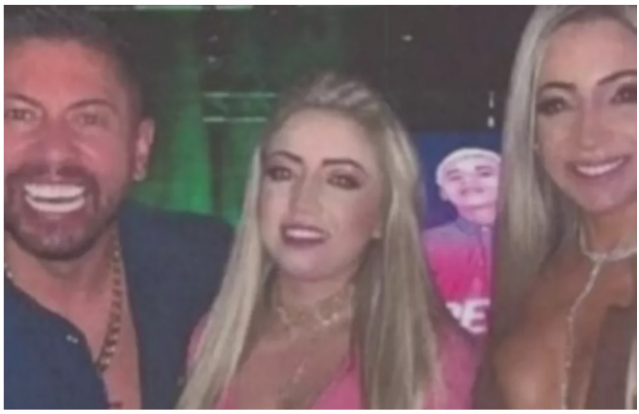
A mesma imagem encontra-se veiculada em outras duas matérias cujos títulos são "Caso Daniel: Um dos suspeitos de morte do jogador deixa a prisão em São José dos Pinhais" (G1 PR, 2018), publicada no dia 26 de novembro de 2018, e na matéria "Caso Daniel: Justiça nega pedido de prisão domiciliar para esposa de assassino confesso"(Wolf, 2018), publicada no dia 19 de dezembro de 2019. É importante ressaltar que o título da matéria não apresenta o nome de Cristiana, mas ela é referenciada como sendo a esposa de um criminoso, ou seja, o sentido na composição jornalística está atrelado à imagem do marido.

Construir imageticamente a persona de Cristiana pelos seus predicados físicos e pelas roupas que veste não explica os motivos do crime, tampouco promove reflexões sobre o acontecimento, entretanto, reforça o poder do jornalismo, pela perspectiva foucaultiana, para a

promoção de "verdade" e sinalizam para a construção da representação de Cristiana como sendo uma mulher "perigosa". O expediente adotado pelo portal de notícias reforça ainda mais o estereótipo de que algumas mulheres erotizadas oferecem riscos à vida pública e desvirtuam o comportamento e a sanidade dos desejos dos homens e, por isso, são dignas de penitência. Além disso, a imagem não está em consonância nem com o título, nem com o gancho[2] da matéria, que relatam sobre a mudança de alas na penitenciária. O mesmo repertório é encontrado nas demais matérias em que a imagem foi veiculada. A evidência do corpo dela pode ser percebida na imagem seguinte em que Cristiana é apresentada na presença da filha e do marido.

Figura 2

Cristiana com Edison e Allana



Cristiana (primeira da direita para esquerda) tentou ganhar a liberdade. Ela está presa com a filha e o marido, autor confesso — Foto: Reprodução/RPC

GloboEsporte.com (2018a).

2. No jargão jornalístico, gancho significa a seleção de um episódio de relevância dentro do acontecimento a ser relatado.

A imagem é um dos registros realizados ainda durante a boate em que foi celebrado o aniversário de Allana, em 2019. Esta fotografia, assim como a anterior, também foi produzida por meios amadores, sendo a imagem mais repetida na cobertura do caso pelo portal, no total de 13 inserções. O frágil repertório imagético em questão contribui para a limitação de representações acerca das personagens construídas. Independentemente dos acontecimentos relatados e veiculados, as imagens seguem uma ciranda ilustrativa reduzida de sentidos, além de veicular imagens de pessoas sorrindo em comemoração diante de um caso de homicídio. Buitoni (2011) apresenta que no panorama atual, há excessos de produção de imagens digitais e sofisticação de equipamentos para produzi-las, entretanto "fotografias de grande qualidade estética e/ou informativa são relativamente poucas" (Buitoni, 2011, p. 6).

Em outras ocasiões, a imagem da figura 2 aparece na matéria de título "Caso Daniel: mais dois presos suspeitos de envolvimento na morte do jogador"(Brodbeck & Anacleto, 2018), "Caso Daniel: preso quarto suspeito de envolvimento na morte do jogador" (G1 PR & RPC Foz do Iguaçu, 2018) e "Suspeitos afirmam para polícia que Daniel foi morto dentro do carro de assassino confesso" (GloboEsporte.com, 2018b). Do ponto de vista jornalístico, se o propósito da fotojornalismo é de trazer informações à apuração dos acontecimentos e enriquecer a cobertura com as informações apuradas e contidas no texto (Sousa, 2002), há distanciamento dessa proposta pelo portal, uma vez que as imagens não dialogam com o conteúdo dos textos.

Cristiana, mesmo não tendo participado da execução de Daniel, foi indiciada pelo Ministério Público por homicídio e incitação ao

crime, ao dizer: “Tirem ele [Daniel] daqui” e “Não façam isso aqui em casa” (Kirsche & Alberti, 2018b), quando Daniel começou a ser espancado por quatro homens ainda na casa da família Brittes. A partir das falas supostamente ditas por Cristiana, ainda alcoolizada e vivenciando uma cena de espancamento, ela foi posta em pé de igualdade a todos os homens que degolaram parcialmente e emascularam Daniel.

Figura 3



Kirsche e Alberti (2018b).

A matéria que aborda o indiciamento de Cristiana por homicídio veicula uma imagem de supervalorização do corpo dela com o título “Caso Daniel: Promotor diz que esposa de assassino confesso teve atuação determinante no crime” (Kirsche & Alberti, 2018b). Na imagem, Cristiana divide a cena com o marido e filha. Ao que tudo indica, a fotografia foi produzida na mesma boate em que Allana comemorou a maioridade e teve a legenda “Pais parceiros, só se forem pais baladeiros”. A imagem foi retirada do perfil de Allana em uma

rede social e o portal atribuiu outra legenda: "Cristiana (à esq.) disse em depoimento que acordou com Daniel sobre ela. Defesa repudia declaração da Promotoria — Foto: Reprodução/Facebook" e a imagem foi reproduzida em outras duas oportunidades.

Além do uso de fotografias postadas em redes sociais, o portal também utilizou as imagens produzidas por dispositivos de segurança, um expediente habitual nas práticas jornalísticas contemporâneas que reforçam a ideia de "verdade" (Bruno, 2013), a despeito da qualidade e resolução das imagens produzidas e que sinaliza para ausência de repertório imagético.

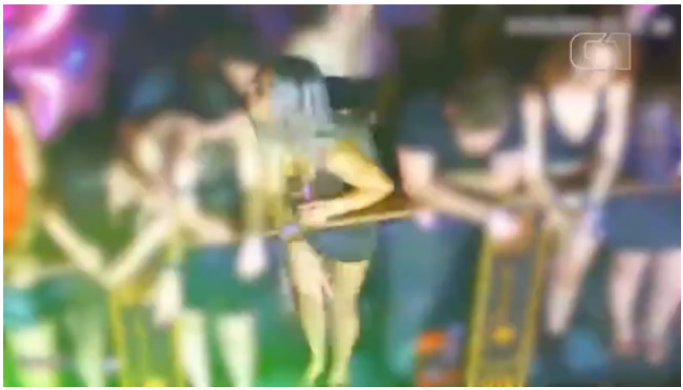
Durante as investigações realizadas pela polícia, o delegado responsável em apurar o crime não a indiciou por homicídio. A partir do depoimento de testemunhas e outros indiciados, a Promotoria concluiu que Cristiana foi fundamental para que o crime acontecesse devido ao seu comportamento na boate com relação a um dos convidados da festa. As imagens apresentam Cristiana dançando com os convidados e, aparentemente, tentando beijar um outro homem que não era seu marido. Um dos vídeos da cobertura jornalística mostra a cena mencionada.

De acordo com a Promotoria do caso, o comportamento dela justificou a confiança de Daniel de entrar no quarto de Cristiana e, em alguma medida, expor a intimidade dela, produzir e disparar imagens dela alcoolizada e adormecida na cama. Por essa passagem, percebe-se a dessubjetivação da mulher presente no exercício do jornalismo e nas práticas jurídicas, o que reforça a ideia de partilha desses sentidos não apenas nestas duas áreas, mas enquanto valor circulante. Atribuir a culpa da morte de Daniel ao comportamento de Cristiana reforça

as hierarquias e os poderes sobre a condição de mulheres, além de justificar e explicar, e porque não, amenizar a culpa dos homens pelo homicídio.

Figura 4

Cristiana na boate



G1/PR (2019).

Baseada no entendimento de Foucault de que a sexualidade é um dispositivo de poder, Rubin (2017) considera que há a composição de hierarquias a partir da dinâmica das sexualidades que estabelecem quais códigos e práticas são permitidos:

> De acordo com esse sistema, a sexualidade "boa", "normal" e "natural" seria idealmente heterossexual, *conjugal, monogâmica, reprodutiva e não comercial*. Ela se daria entre casais, dentro da mesma geração e em *casa*. (...) Qualquer forma de sexo que viole essas regras é "má", "anormal" ou "não natural". O sexo mau pode ser homossexual, o que acontece fora do casamento, promíscuo, não procriador ou comercial. Pode ser a masturbação, as orgias, o casual, o que cruza fronteiras geracionais e que se pratica em lugares

> "público", ou ao menos em arbustos ou em banheiros. (Rubin, 2017, p. 85, grifos nossos)

Em alguma medida, Cristiana avançou as raias dos valores partilhados como sendo "normais" ou "saudáveis" e, atravessar essa linha é um desaforo para a reprodução de sentidos que refratam e delimitam o corpo e a sexualidade das mulheres em consonância com as artimanhas da biopolítica. Os desejos e aspectos privados foram trazidos ao espaço público como signos que deveriam ser analisados para justificar a morte de Daniel e os motivos do crime. Conforme aponta Arendt (2018), eram necessárias linhas rígidas para delimitar os espaços público e privado. De acordo com a autora, o espaço privado diz respeito às manifestações que não cabem ao debate público porque são irrelevantes à ação política. Assuntos associados às necessidades da vida e à manutenção da existência enquanto forma metabólica são aspectos circunscritos à condição privada.

Os aspectos privados não ficaram retidos na observação do comportamento de Cristiana na boate, mas avançaram na vontade de exibir a casa da família Brittes. A matéria veiculada no dia 25 de novembro de 2018 (Kirsche & Alberti, 2018a), cujo título é "Caso Daniel: Cristiana Brittes será denunciada por homicídio do jogador, diz promotor" mostra que a casa apresentava cores intensas, simpatias e que no segundo piso havia um armário repleto de calçados, aparentemente, quase todos femininos. Estes pontos foram evidenciados em imagens e vídeos sobre o caso e são indiferentes para elucidar o acontecimento. Destarte, torna-se difícil reconhecer o quanto reportar aos aspectos privados retratados na cobertura jornalística poderiam elucidar e contribuir como prestação de serviço à sociedade acerca do crime.

A única imagem produzida inédita e que não teve origem em redes sociais ou a partir de câmeras de segurança que retratou Cristiana, foi uma imagem produzida em uma das audiências na Justiça.

Figura 5



G1 PR (2019a).

Na ocasião, por uma fresta de portas entreabertas, o fotógrafo Giuliano Gomes capturou e registrou a cena de Cristiana ao cruzar os corredores do Fórum com o marido dela. A imagem também foi reproduzida em outras duas ocasiões. Além das imagens advindas das câmeras de segurança, essa também é a única que não registra o corpo de Cristiana na cobertura do caso e já cumpria pena pelo envolvimento no caso.

Considerações finais

As imagens de Cristiana não fogem às raias do entendimento de Silva (2010) quando afirma que o jornalismo pertence ao gênero

masculino ou quando Pacheco e Silva (2020) abordam a predominância de signos e discursos masculinos dentro do jornalismo esportivo. Os comportamentos de Cristiana na boate, mesmo sendo alheios para a explicação do crime, contribuíram para que ela fosse indiciada pelo Ministério Público por homicídio, entretanto, o pedido não foi aceito pela Justiça. Ela responde em liberdade depois de permanecer quase um ano detida pelos crimes de coação de processo, fraude processual e corrupção de menor.

A construção do sentido de Cristiana pelas imagens contempla, de modo simbólico, a perpetuação de representações atribuídas a algumas mulheres dentro do imaginário social como signos de sedução e perigo, principalmente à moral masculina. A redução de representações e os limitados recursos imagéticos para composição fotográfica do caso fortalecem a ideia de que há um regime de partilha associada a uma política que estabelece quais signos, valores e sujeitos são dignos de visibilidade e quais podem ser remetidos ao descaso, além do reforço do estereótipo de mulheres como pessoas nocivas ao espaço público.

As representações imagéticas jornalísticas em tela se tornam possibilidades de reconhecer modos de ilustração de mulheres enquanto discursos refratários. A partir das reflexões propostas, é possível considerar que as estratégias imagéticas são perpassadas por movimentos biopolíticos, desenhados por Michel Foucault (2014), que limitam os sentidos e as significações femininas nas práticas jornalísticas. Este movimento sinaliza que, como descreve Heleith Saffiotti (2001), a violência de gênero não se encontra apenas pela

questão de gênero, mas por articulações que são desenvolvidas que levam em consideração outros atravessamentos.

Os regimes de representação imagética apresentados pelo portal não avançam para o reconhecimento público de mulheres para além dos signos e sentidos refratados em estereótipos femininos. Em outras palavras, se as práticas do jornalismo foram desenvolvidas de modo a reter os significados veiculados pelas imagens, é porque este estilo de produção de notícias povoa os hábitos, costumes e formas de pensar sobre as mulheres quando elas ocupam ou são estampadas nos veículos de comunicação.

Referências

Amaral, M. E. P. do, & Rocha, P. M. (2021). As relações de gênero no "Caso Daniel": estereótipos e similares nos discursos jornalístico e jurídico. *Interin, 27*(1), 81-100, 2021. https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2022.Vol27.N1.pp81-100

Arendt, H. (2018). *A condição humana.* Forense Universitária.

Bird, E., & Dardenne, R. (1999). Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In N. Traquina (Org.),*Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 263- 277). Vega.

Birolli, F. (2011). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política,* (6), 71-98.

Brodbeck, P., & Anacleto, H. (2018, novembro 08). Caso Daniel: mais dois são presos suspeitos de envolvimento na morte do jogador.

GE. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-mais-duas-pessoas-sao-presos-suspeitas-de-envolvimento-na-morte-do-jogador.ghtml

Buitoni, D. S. (2011). *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem.* Saraiva.

Burke, P. (2013). *Testemunha ocular.* EDUSC.

Butler, J. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Civilização Brasileira.

Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.* Sulina.

Dimen, M. (1997). Poder, sexualidade e intimidade. Em A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Orgs.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 42-61). Record/ Rosa dos Tempos.

Erbolato, M. L. (1991). *Técnicas de codificação em Jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário.* Editora Ática.

Foucault, M. (2014). *Microfísica do poder.* Paz e Terra.

Foucault, M. (2002). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.* Martins Fontes.

G1 PR. (2018, novembro 26). Caso Daniel: Um dos suspeitos da morte do jogador deixa a prisão em São José dos Pinhais. *GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-um-dos-

suspeitos-da-morte-do-jogador-deixa-a-prisao-em-sao-jose-dos-pinhais.ghtml

G1 PR. (2019a, fevereiro 21). Testemunha diz ter ouvido esposa de Brittes falar sobre Daniel: "Não deixem matar ele dentro de casa". *Portal GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/testemunha-diz-ter-ouvido-esposa-de-brittes-falar-sobre-daniel-nao-deixem-matar-ele-dentro-de-casa.ghtml

G1 PR. (2019b, maio 01). Caso Daniel: após ameaças, Cristiana e Allana Brittes são transferidas de ala em penitenciária *Portal GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-apos-ameacas-cristiana-e-allana-brittes-sao-transferidas-de-ala-em-penitenciaria.ghtml

G1/PR. (2019, abril 17). Imagens mostram Daniel e família Brittes em boate antes do crime; assista Portal GE. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/imagens-mostram-daniel-e-familia-brittes-em-boate-antes-do-crime-assista.ghtml

G1 PR, & RPC Foz do Iguaçu. (2018, novembro 07). Caso Daniel: preso quarto suspeito de envolvimento na morte do jogador. *GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-preso-quarto-suspeito-de-envolvimento-na-morte-do-jogador-daniel.ghtml

Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo.* Claridade.

GloboEsporte.com. (2018a, novembro 20). Caso Daniel: Justiça nega pedido de liberdade para esposa de assassino confesso do jogador. *Portal GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-justica-nega-pedido-de-liberdade-para-esposa-de-assassino-confesso-do-jogador.ghtml

GloboEsporte.com. (2018b, novembro 09). Suspeitos afirmam para polícia que Daniel foi morto dentro do carro de assassino confesso. *GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/suspeitos-afirmam-para-policia-que-daniel-foi-morto-dentro-do-carro-de-assassino-confesso.ghtml

Gomes, M. R. (2003). *Poder no jornalismo.* Hacker Editores/ Edusp.

Hollanda, H. B. de (Org.). (2020). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.* Bazar do Tempo.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais.* EdUerj.

Kirsche, W., & Alberti, J. (2018a, novembro 25). Caso Daniel: Cristiana Brittes será denunciada por homicídio de jogador, diz promotor. GE. https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/11/25/caso-daniel-cristiana-brittes-sera-denunciada-por-homicidio-de-jogador-diz-promotor.ghtml

Kirsche, W., Alberti, J. (2018b, novembro 26). Caso Daniel: Promotor diz que esposa de assassino confesso teve atuação determinante no crime. *GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-promotor-diz-que-esposa-de-assassino-confesso-teve-atuacao-determinante-no-crime.ghtml

Kossoy, B. (2001). *Fotografia & História.* Ateliê Editorial.

Machado, A. (2004). A comunicação e a sua retórica. In M. Pereira, R. C. Gomes, & V. L. F. de Figueiredo (Org.), *Comunicação, representação e práticas sociais* (pp.47-60). Idéias & Letras; Ed. PUC-Rio.

Moreno, R. (2016). *A beleza impossível: mulher, mídia e consumo.* Ágora.

Pacheco, L. T., & Silva, S. R. da. (2020). Mulheres e jornalismo esportivo: possibilidades e limitações em um campo masculino. *Revista Estudos Feministas, 28*(3), e61002.

Pinto, M. J. (2002). *Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso.* Hacker Editores.

Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil.* Fundação Perseu Abramo.

Rubin, G. (2017). *Políticas do sexo. Trad. Jamille Pinheiro Dias.* Ubu.

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu,* (16), 115-136. https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade, 20*(2), 71-99. https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667

Silva, M. V. da. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre modos de produção das notícias* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Sousa, J. P. (2002). *Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa.* Letras Contemporâneas.

Tuchman, G. (1999). Contando ‘estórias’. In N. Traquina (Orgs.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 258-262). Vega.

Wolf, C. (2018, dezembro 19). Caso Daniel: Justiça nega pedido de prisão domiciliar para esposa de assassino confesso. *GE*. https://globoesporte.globo.com/pr/noticia/caso-daniel-justica-nega-pedido-de-prisao-domiciliar-para-esposa-de-assassino-confesso.ghtml

Sobre as autoras e os autores

Alex Daniel Dolgan
Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde integrou o projeto de extensão Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã e atuou em pesquisa de iniciação científica no estudo sobre riscos e traumas no jornalismo, vinculado ao Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG). Atualmente, é pós-graduando em Políticas de Especialização Produtiva pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Amanda Aparecida Grzebielucka
Graduanda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atuou em 2023 e 2024 como bolsista de iniciação científica pelo PIBIC no primeiro ano da graduação com a pesquisa intitulada "O jornalismo diário nos Campos Gerais na perspectiva analítica dos padrões de desinformação de Perseu Abramo". No ano de 2024 a 2025 atuou como bolsista de iniciação científica com a pesquisa "Ataques virtuais generificados contra jornalistas, propagação de fake news com ofensas misóginas, machistas e/ou lgbt+fóbicas", com bolsa do CNPq. Integra o projeto de extensão Elos: Jornalismo, direitos humanos e formação cidadã.

Amanda Lima Crissi
Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com especialização em Gestão de Mídias Digitais e Planejamento de Comunicação Integrada pela Uninter. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Atuou como bolsista técnica da Fundação Araucária no projeto de extensão "Alô Mulheres!".

Anna Vitória Cuimachowicz Vieira
Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Autora da pesquisa "Mulheres à Parte – trajetórias de jornalistas que saem da profissão no Brasil (2012-2017)". Pesquisadora de gênero desde 2014, com interesse em jornalismo antiespecista e em jornalistas que migram ou expandem sua atuação para a literatura. Atual Presidente da ONG Casa Los Lobos e Los Gatos.

Carina dos Reis
Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGJOR/UEPG), com graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e especialização em Marketing, Inovação e Criatividade pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Possui experiência nas áreas de jornalismo impresso, jornalismo digital, assessoria de imprensa e marketing.

Catalina Restrepo Diaz
Comunicadora Social e Jornalista, formada pela Universidade Externado da Colômbia; com Mestrado em Jornalismo e Comunicação Digital pela Universidade Oberta da Catalunha, candidata a Doutora em Humanidades e Comunicação na mesma universidade. Profissional com conhecimento e experiência em comunicação política, gestão de políticas públicas, comunicação governamental e estratégias de comunicação digital nos setores de TIC, função pública e educação, a nível nacional e distrital (Colômbia). Professora universitária e investigadora do Centro de Investigação em Comunicação Política da Faculdade de Comunicação Social e Jornalismo da Universidade Externado da Colômbia.

Elaine Barcellos de Araújo
Mestranda em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Possui graduação em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil. Integrante dos grupos de pesquisa do PPGJor-UEPG: Grupo de Estudo e Pesquisa em Mídias Digitais (Gemidi); Jornalismo Cultural e Folkcomunicação; e Jornalismo e Gênero. Foi colaboradora do projeto de extensão "Alô Mulheres".

Enaira Schoemberger
Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas nas áreas de direitos humanos, gênero e comunicação no terceiro setor.

Ester Roloff
Cursa Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, integra o grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero e o projeto de extensão 'Elos: Jornalismo, direitos humanos e formação cidadã'. Desenvolveu a pesquisa de iniciação científica Violências contra jornalistas mulheres: cartografia dos dados e estudos internacionais de 2020 a 2024, com bolsa do CNPq.

Florencia Cremona
Doutora em Comunicação pela Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata (FPyCS-UNLP) e Bacharel em Comunicação (FPyCS-UNLP). É Professora Titular do Segundo Curso de Comunicação e Educação e Diretora do Laboratório de

Pesquisa em Comunicação e Gênero (FPyCS-UNLP). Comunicadora, docente e consultora em gênero, comunicação e educação. Leciona em nível de graduação e pós-graduação. É pesquisadora de Categoria II e dirige projetos de pesquisa e desenvolvimento na UNLP sobre comunicação e gênero.

Graziela Soares Bianchi
Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Dipartimento di Scienze Sociali, Politiche e Cognitive dellUniversità degli Studi di Siena. Possui graduação em Jornalismo pela UEPG e mestrado em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídias Digitais - GEMIDI (UEPG/CNPq) e integra o Projeto de Extensão Elos- Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã.

Indianara Priscila dos Santos
Graduada em Letras Português-Francês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre e atualmente doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL/ UEPG). Integra o Núcleo de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade do Laboratório de Estudos do Texto da UEPG. Foi bolsista de pós-graduação pela Fundação Araucária no projeto de extensão “Alô Mulheres”.

Jaqueline Andriolli Silva
Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista pela CAPES. Mestre em Jornalismo (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui graduação em Jornalismo pela UEPG (2018). Atualmente pesquisa jornalismo feminista no Brasil e epistemologia feminista.

Karina Janz Woitowicz
Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pós-doutora em Comunicação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Equador). Pesquisadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq). Foi coordenadora do projeto de extensão Alô Mulheres e é integrante do projeto Elos - Jornalismo, direitos humanos e formação cidadã. É bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq2.

Lina María Patricia Manrique Villanueva
Doutora em Estudos Políticos e Relações Internacionais pela Universidad Nacional de Colombia. Professora catedrática da Pontificia Universidad Javeriana e da Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto, Bogotá, Colômbia.

Mara Ferreira Rovida
Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP (2014), Mestre em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Libero (2010) e jornalista. Realizou estágio de pós-doutoramento no PPG em Jornalismo

da UEPG entre 2022 e 2024, sob supervisão da professora Paula Melani Rocha. É docente permanente do PPG em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba desde 2016.

Maria Catharina Iavorski
Bolsista Capes, mestranda em Jornalismo e graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Integrante dos grupos de pesquisa Jornalismo e Gênero e Jornalismo, conhecimento e profissionalização.

Maria Vitória Carollo Ritter
Jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Durante a graduação, em programa de iniciação científica, desenvolveu pesquisa sobre portais de Jornalismo Feminista no Cone Sul. Posteriormente, como Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolveu um livro-reportagem sobre as mulheres no mercado editorial de Ponta Grossa, intitulado "Para além de capa".

Muriel Emídio Pessoa do Amaral
Professor colaborador da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Paula Melani Rocha
Pós-doutora pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Professora no Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e do curso de

graduação da mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa Journalism Education and Trauma (JETREG). Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG. Bolsista Produtividade CNPq2

Paula Silveira-Barbosa
Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de Textualidades Midiáticas. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG), cofundadora e diretora-geral do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) e editora de mídias sociais no Senado Federal. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Capes.

Índice Remissivo

A

Alô, Mulheres! 25, 291, 298, 308, 309

América do Sul 320

América Latina 24, 81, 97, 153, 158, 161, 217, 220, 224, 227, 229, 232, 235, 236, 237, 248, 250, 258, 261, 263, 288, 368

B

Bolsonaro 23, 79, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 116, 117, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 135, 140, 149, 167, 236, 237, 266, 280, 281, 282

C

cartografia 23, 24, 89, 145, 366

cientista 63

cientistas 39, 40, 43, 44, 46, 48

cobertura

eleitoral 25, 94, 103, 105, 108, 116, 117, 120, 147, 150, 162, 163, 165, 166, 225, 241, 242, 243, 264, 265, 266, 268, 272, 279, 280, 281, 284, 287, 305, 337, 338, 342, 350, 352, 354, 355

jornalística 25, 94, 103, 105, 108, 116, 117, 120, 147, 150, 162, 163, 165, 166, 225, 241, 242, 243, 264, 265, 266, 268, 272, 279, 280, 281, 284, 287, 305, 337, 338, 342, 350, 352, 354, 355

política 25, 94, 103, 105, 108, 116, 117, 120, 147, 150, 162, 163, 165, 166, 225, 241, 242, 243, 264, 265, 266, 268, 272, 279, 280, 281, 284, 287, 305, 337, 338, 342, 350, 352, 354, 355

Colombia 3, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 216, 217, 218, 368

comunicação 11, 17, 20, 22, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 51, 52, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 75, 76, 88, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 126, 127, 129, 141, 147, 154, 224, 225, 227, 228, 232, 241, 243, 258, 259, 263, 270, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 304, 305, 306, 308, 311, 318, 323, 337, 338, 343, 346, 357, 360, 365, 366, 367

D

direito das mulheres 158, 164

E

estereótipo 53, 319, 349, 356

estereótipos 26, 93, 164, 224, 250, 319, 322, 323, 329, 330, 333, 336, 338, 341, 342, 343, 346, 357

estudos de gênero 11, 12, 13, 16, 21, 22, 25, 28, 31, 123, 224, 225, 232, 267, 286, 319

F

Facebook 227, 229, 352

feminicídio 16, 26, 232, 233, 236, 272, 273, 287, 312, 314, 315, 316, 317,

320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 332

feminização 48, 66, 90, 91, 93, 113, 117, 123, 128, 143, 145, 146, 172, 173, 179, 181, 192, 194, 263

Feminização 66, 115, 144, 195

G

gênero 2, 4, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 48, 52, 53, 68, 70, 72, 77, 78, 81, 82, 84, 86, 87, 90, 91, 93, 100, 103, 105, 106, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 130, 133, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 151, 153, 159, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 178, 180, 181, 184, 187, 190, 192, 194, 196, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 246, 247, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 266, 267, 269, 270, 272, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 286, 288, 315, 316, 319, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 332, 333, 335, 336, 340, 341, 342, 346, 347, 355, 356, 357, 358, 361, 365, 366, 367, 368, 369, 370

GMMP 26, 312, 315, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 330, 331

I

imprensa 22, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 84, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 102, 104, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 126, 127, 131, 141, 143, 147, 149, 153, 154, 158, 168, 176, 184, 231, 238, 242, 290, 324, 330, 338, 361, 365

Imprensa 22, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 113, 125, 169, 262, 310

Lésbica 22, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 113, 125, 169, 262, 310

Instagram 132, 227, 229, 298, 310, 311, 316

J

jornal 69, 72, 73, 107, 129, 135, 358

jornalismo 2, 4, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77, 81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105, 107, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 128, 129, 132, 133, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 151, 155, 159, 163, 166, 167, 168, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 228, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 257, 258, 259, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271, 273, 276, 278, 279, 283, 284, 285, 286, 287, 313, 315, 318, 319, 321, 322, 323, 329, 330, 331, 335, 336, 339, 340, 342, 344, 345, 346, 348, 352, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 364, 365, 368, 369, 370

alternativo 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77, 81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105, 107, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 128, 129, 132, 133,

136, 140, 141, 142, 144, 145, 149,
151, 155, 159, 163, 166, 167, 168,
172, 174, 175, 179, 180, 181, 184,
185, 186, 187, 189, 190, 191, 192,
194, 220, 221, 222, 224, 225, 226,
228, 232, 233, 237, 238, 239, 240,
241, 242, 246, 247, 248, 249, 250,
254, 257, 258, 259, 263, 264, 265,
267, 268, 270, 271, 273, 276, 278,
279, 283, 284, 285, 286, 287, 313,
315, 318, 319, 321, 322, 323, 329,
330, 331, 335, 336, 339, 340, 342,
344, 345, 346, 348, 352, 355, 356,
357, 358, 360, 361, 364, 365, 368

de gênero 11, 12, 13, 15, 16, 17,
18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43,
46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61,
62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77,
81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105,
107, 113, 114, 117, 118, 119, 121,
122, 124, 126, 128, 129, 132, 133,
136, 140, 141, 142, 144, 145, 149,
151, 155, 159, 163, 166, 167, 168,
172, 174, 175, 179, 180, 181, 184,
185, 186, 187, 189, 190, 191, 192,
194, 220, 221, 222, 224, 225, 226,
228, 232, 233, 237, 238, 239, 240,
241, 242, 246, 247, 248, 249, 250,
254, 257, 258, 259, 263, 264, 265,
267, 268, 270, 271, 273, 276, 278,
279, 283, 284, 285, 286, 287, 313,
315, 318, 319, 321, 322, 323, 329,
330, 331, 335, 336, 339, 340, 342,
344, 345, 346, 348, 352, 355, 356,
357, 358, 360, 361, 364, 365, 368

feminista 11, 12, 13, 15, 16, 17,
18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43,
46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61,
62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77,
81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105,
107, 113, 114, 117, 118, 119, 121,
122, 124, 126, 128, 129, 132, 133,
136, 140, 141, 142, 144, 145, 149,
151, 155, 159, 163, 166, 167, 168,
172, 174, 175, 179, 180, 181, 184,
185, 186, 187, 189, 190, 191, 192,
194, 220, 221, 222, 224, 225, 226,
228, 232, 233, 237, 238, 239, 240,
241, 242, 246, 247, 248, 249, 250,
254, 257, 258, 259, 263, 264, 265,
267, 268, 270, 271, 273, 276, 278,
279, 283, 284, 285, 286, 287, 313,
315, 318, 319, 321, 322, 323, 329,
330, 331, 335, 336, 339, 340, 342,
344, 345, 346, 348, 352, 355, 356,
357, 358, 360, 361, 364, 365, 368

hegemônico 11, 12, 13, 15, 16, 17,
18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43,
46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61,
62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77,
81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105,
107, 113, 114, 117, 118, 119, 121,
122, 124, 126, 128, 129, 132, 133,
136, 140, 141, 142, 144, 145, 149,
151, 155, 159, 163, 166, 167, 168,
172, 174, 175, 179, 180, 181, 184,
185, 186, 187, 189, 190, 191, 192,
194, 220, 221, 222, 224, 225, 226,
228, 232, 233, 237, 238, 239, 240,
241, 242, 246, 247, 248, 249, 250,
254, 257, 258, 259, 263, 264, 265,
267, 268, 270, 271, 273, 276, 278,
279, 283, 284, 285, 286, 287, 313,
315, 318, 319, 321, 322, 323, 329,
330, 331, 335, 336, 339, 340, 342,
344, 345, 346, 348, 352, 355, 356,
357, 358, 360, 361, 364, 365, 368

independente 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77, 81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105, 107, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 128, 129, 132, 133, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 151, 155, 159, 163, 166, 167, 168, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 228, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 257, 258, 259, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271, 273, 276, 278, 279, 283, 284, 285, 286, 287, 313, 315, 318, 319, 321, 322, 323, 329, 330, 331, 335, 336, 339, 340, 342, 344, 345, 346, 348, 352, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 364, 365, 368

tradicional 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 52, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 76, 77, 81, 88, 90, 91, 93, 97, 98, 100, 105, 107, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 128, 129, 132, 133, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 151, 155, 159, 163, 166, 167, 168, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 228, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 257, 258, 259, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271, 273, 276, 278, 279, 283, 284, 285, 286, 287, 313, 315, 318, 319, 321, 322, 323, 329, 330, 331, 335, 336, 339, 340, 342, 344, 345, 346, 348, 352, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 364, 365, 368

jornalista 42, 46, 48, 58, 59, 61, 64, 65, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 164, 170, 172, 175, 176, 182, 183, 185, 187, 190, 193, 242, 250, 267, 313, 365, 368, 369

jornalistas 18, 22, 23, 24, 26, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 63, 64, 69, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 172, 173, 176, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 191, 192, 194, 226, 227, 228, 232, 247, 250, 257, 262, 285, 328, 341, 364, 365, 366

L

LGBT 83, 85, 87, 88, 89

LGBTI 111, 210

LGBTI+ 111

LGBTIQ+ 34

LGBTQIA+ 81, 265, 278

LGBTQIAP+ 227

LGBTQIAPN+ 17, 19, 270

M

mulheres 11, 12, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 33, 34, 45, 48, 53, 64, 68, 84, 85, 88, 90, 93, 100, 105, 106, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 141, 143, 145, 147, 149, 151, 153, 156, 157, 158, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 236, 237, 239, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 254, 256, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 291, 292, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 335, 341, 342, 343, 346, 347, 349, 353, 354, 356, 357, 361, 364, 365, 366, 367, 368, 369

O

Ocupação Ericson John Duarte 25, 292, 296, 298, 299, 303, 308, 310

opressão 30, 37, 84, 103, 117, 119, 225, 241, 256, 257, 273, 275

opressões 22, 26, 29, 30, 31, 35, 37, 119, 247, 249, 255, 269, 275

P

periodismo 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 237

feminista 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 237

produção jornalística 18, 26, 60, 67, 105, 117, 121, 122, 123, 141, 235, 247, 253, 278, 279, 321, 328, 329

R

raça 17, 22, 29, 34, 37, 52, 53, 72, 81, 91, 93, 103, 105, 111, 118, 119, 141, 142, 151, 178, 194, 225, 228, 241, 247, 249, 250, 261, 266, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 283, 329

rede social 347, 352

redes sociais 18, 20, 85, 94, 96, 97, 100, 106, 125, 129, 130, 132, 135, 137, 146, 149, 156, 166, 226, 227, 229, 230, 250, 295, 296, 297, 304, 305, 319, 320, 325, 347, 352, 355

resistencia 197, 201

resistência 24, 35, 68, 85, 87, 100, 141, 196, 240, 241, 249, 251, 259, 270, 303, 305, 308, 343

Revista Donna 26, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 332

T

Twitter 130

V

violência 23, 26, 32, 33, 36, 37, 91, 92, 100, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137,

139, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 151, 153, 156, 157, 162, 166, 168, 191, 221, 223, 228, 229, 231, 232, 234, 236, 240, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 259, 261, 272, 273, 277, 303, 314, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 335, 336, 341, 342, 356, 361

violências 22, 23, 92, 93, 102, 103, 106, 109, 111, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 130, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 145, 153, 156, 157, 158, 161, 165, 181, 225, 254, 256, 329, 336

X

X 135, 227, 229, 311

Y

YouTube 19, 58, 201, 310

RIA
Editorial